



**FACULDADE DE ECONOMIA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA**

## **MULHERES EM MOVIMENTO:**

**Luta e Resistência Contra Barragens**

**Alexandra Martins Silva**

Dissertação de Mestrado em Sociologia

**Orientador Científico:**

**Professor Doutor Boaventura de Sousa Santos**

**Coimbra, 2007**



**FACULDADE DE ECONOMIA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA**

## **MULHERES EM MOVIMENTO:**

**Luta e Resistência Contra Barragens**

**Alexandra Martins Silva**

Dissertação de Mestrado em Sociologia apresentada ao Programa “As Sociedade Nacionais Perante os Processos de Globalização” da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra para obtenção do Grau de **MESTRE EM SOCIOLOGIA**.

**Orientador Científico:**

**Professor Doutor Boaventura de Sousa Santos**

**Coimbra, 2007**

## DEDICATÓRIA

*Aos meus amados familiares, pelo carinho,  
encorajamento e pela confiança que sempre em mim  
depositaram durante todos estes meses de saudades.  
Este trabalho é-vos dedicado.*

## AGRADECIMENTOS

Esta dissertação constituiu-se em resultado de muita dedicação, pesquisa, apoio e compreensão por parte das pessoas que estiveram ao meu lado durante estes dois últimos anos. Desta forma, não poderia deixar de agradecer à minha família, aos amigos e professores.

A primeira referência destina-se ao meu orientador científico, Professor Doutor Boaventura de Sousa Santos, pela possibilidade de aprendizagem e referências que irá transcender uma experiência de Mestrado. Queria dedicar-lhe os meus sinceros agradecimentos.

Aos Professores João Arriscado Nunes e Maria Ioannis Baganha pelas surpreendentes aulas. Ao Professor José Manuel Pureza, por todos os ensinamentos transmitidos e principalmente, pela grande amizade.

Aos meus colegas de Mestrado, pela experiência do convívio académico e por todos os debates que fizemos juntos durante as aulas. Em especial, ao colega, amigo e companheiro, Hugo Dias, primeiro leitor deste trabalho e que durante estes longos meses fez com que o trabalho árduo e solitário de uma dissertação fosse amenizado.

À equipe do laboratório IPPUR - UFRJ, pela oportunidade de investigação durante quase três anos. Não posso igualmente deixar de referir a companheira de IPPUR, Flávia Vieira, pelas sugestões durante a construção do trabalho.

Aos queridos amigos Deborah Farias, Heloísa Greco, Sónia Cruz, Carlos Lúcio, Cristiano França, pelo apoio incondicional nestes dois anos vividos em Coimbra.

Por último, e nem por isso menos importante, gostaria de agradecer a mulheres como: Maria, Benita, Daniela, Sônia, Dora, entre muitas outras atingidas por barragens. Mulheres que possuem uma vida marcada por lutas e também por vitórias. Este trabalho é sobre vocês e para vocês.

A todos, muito obrigada.

## RESUMO

A presente investigação possui como objetivo analisar o processo de implementação de barragens, em especial, os efeitos decorrentes da construção destes grandes projetos. O tema central inscreve-se na reflexão sobre a luta desempenhada por populações atingidas frente aos impactos ambientais, sociais e imateriais sofridos antes, durante e depois dessas construções. Pretende identificar de que forma o discurso do “desenvolvimento”, simbolicamente representado pela implementação destas grandes barragens, foi capaz de incluir as populações no seu planejamento. Nesta perspectiva, concentrar-nos-emos primeiramente na discussão sobre a temática do desenvolvimento, buscando refletir sobre a sua concepção hegemônica e a sua conseqüente reprodução de antinomias e exclusão para os países do Sul. Com o intuito de compreender e situar o debate sobre os impactos que estes grandes projetos exerceram sobre a vida das populações atingidas, procurou-se também evidenciar as estratégias de luta de populações indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, descrevendo os seus atos de resistência ao processo de implementação destas grandes obras, como elemento fundamental para uma análise da construção da identidade destes atingidos e atingidas. O papel destacado da mulher neste contexto, representa uma reflexão crucial, pois corrobora a constatação de que elas são as maiores prejudicadas pelo processo de construção de barragens. Esta questão evidencia-se a partir da concepção de alguns autores de que, neste processo, a degradação ambiental, a perda da terra e da casa, constituem impactos evidentes na vida cotidiana destas mulheres. Assim, pretendemos analisar em que contextos estes projetos foram implementados, quais os setores da sociedade que eles beneficiaram e como foi construída a resistência das populações atingidas.

## **ABSTRACT**

The purpose of the present investigation is to analyze the process of implementation of large dams, especially the effects caused by the construction of these great projects. The central theme focuses on the study of the struggles carried out by affected populations facing environmental, social and immaterial impacts suffered before, during and after those constructions. The objective is to identify in what manner the discourse of "development", symbolically represented by the implementation of these great dams, was capable of including the populations in its planning. In this perspective, we will concentrate firstly on the discussion on the theme of development, reflecting on its hegemonic conception and consequent reproduction of antinomies and exclusion of the countries in the Global South. With the intention of understanding and situating the debate on the impacts that these great projects brought about to the life of affected populations, attention will be given to the strategies of struggle adopted by indigenous populations, quilombolas and traditional communities, describing their resistance to this process as central to the analysis of the identitary construction of affected men and women. The women's outstanding role performed in this context corroborates the assertion that they are the most afflicted by the construction of dams. This reality is evidenced through some authors' conceptions that, in this process, environmental degradation, loss of land and houses, are evident impacts in these women's daily life. Therefore, we intend to analyze in what context these projects were implemented, which sectors of society were benefited by them and how the resistance of the affected populations was built.

## ÍNDICE

RESUMO .....	05
ABSTRACT.....	06
LISTA DE SIGLAS .....	09
MODELO DE ANÁLISE SOBRE A PROBLEMÁTICA DO DESENVOLVIMENTO .....	10
INTRODUÇÃO.....	11
PARTE I - INSERÇÃO TEÓRICA	
CAPÍTULO 1 - DESENVOLVIMENTO: IDÉIA, MITO OU UTOPIA? .....	18
1.1 O Discurso do Desenvolvimento.....	19
1.2 Desenvolvimento: idéia, mito, utopia?.....	19
1.3 As Várias Concepções do Desenvolvimento.....	27
1.3.1 Desenvolvimento Econômico: uma ideia subdesenvolvida?.....	28
1.3.2 Ecodesenvolvimento.....	31
1.3.3 Desenvolvimento Sustentável.....	34
1.3.4 Desenvolvimento Alternativo.....	37
1.4 Alternativas ao Desenvolvimento.....	39
CAPÍTULO 2 - OS GRANDES PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO.....	44
2.1 Os Grandes Projetos de Desenvolvimento.....	45
2.2 As Grandes Barragens.....	51
2.2.1 Impactos.....	57
2.2.2 Ambiental.....	61
2.2.3 Social.....	65
2.2.4 Imaterial.....	71
2.2.5 Considerações Sobre Impactos.....	73
2.3 Território e Identidade.....	75
2.3.1 A construção Social do Território.....	86
CAPÍTULO 3 - O PALCO E OS ATORES.....	92
3.1 Os Novos Movimentos Sociais.....	93
3.2 A Emergência de Novos Atores Sociais no Brasil.....	99

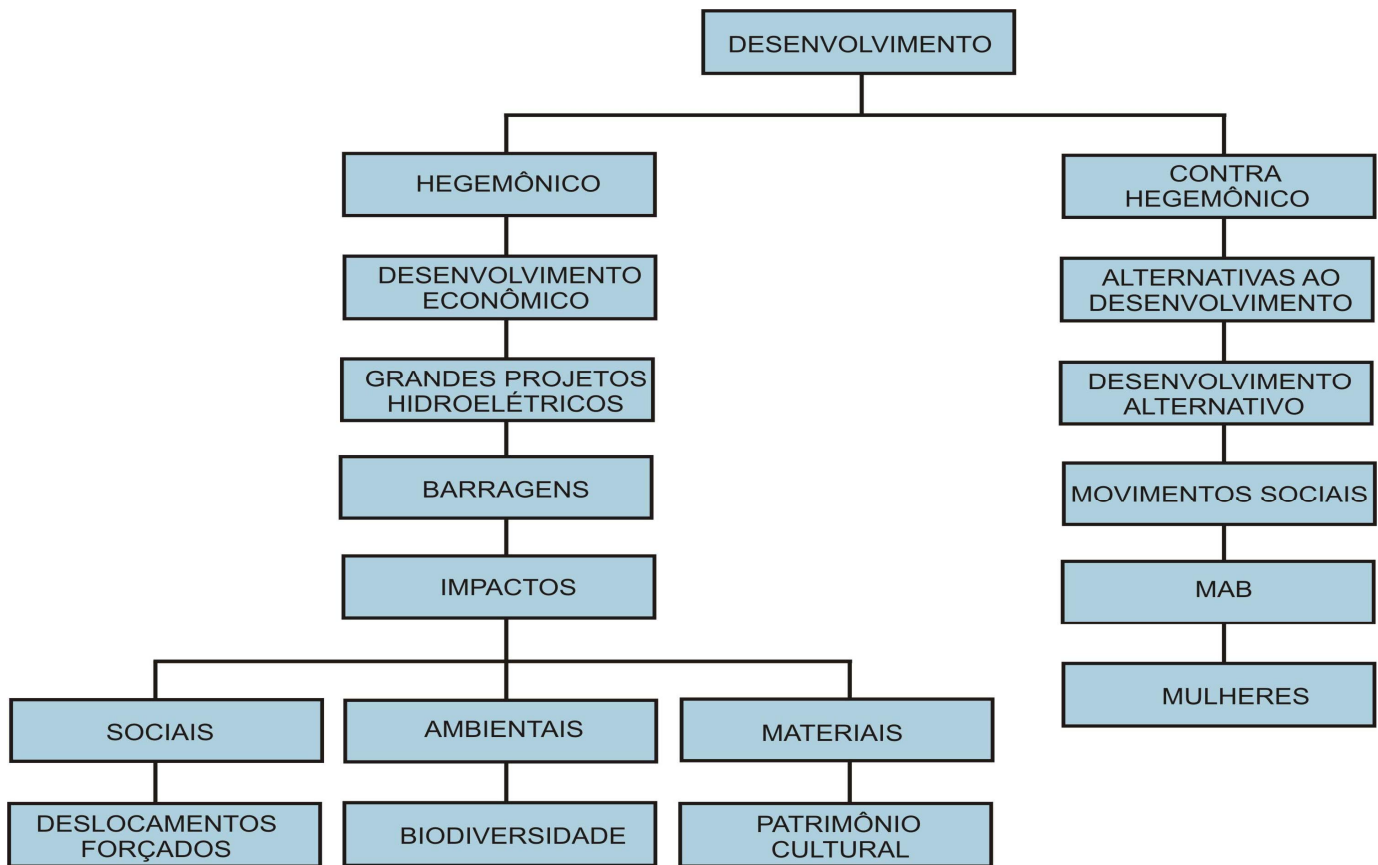




## LISTA DE SIGLAS

- ANEEL** - Agência Nacional de Energia Elétrica
- CEB** - Comunidade Eclesial de Base.
- CEPAL** - Comissão Econômica para América Latina e Caribe.
- CHESF** - Companhia Hidroelétrica do São Francisco.
- CNPq** - Conselho de Desenvolvimento Científico e Metodológico.
- CONAMA** - Conselho Nacional de Meio Ambiente.
- CPT** - Comissão Pastoral da Terra.
- CRAB** - Comissão Regional de Barragens.
- DNAEE** - Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica.
- IºENMAB** - Iº Encontro Nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens.
- IIºENMAB** - IIº Encontro Nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens.
- EIA** - Estudo de Impacto Ambiental.
- ELETROSUL** - ELETROSUL Centrais Elétricas S.A.
- ERN** - Rede Européia de Rios.
- GABB** - Grupo de Ação pelo Bio-Bio.
- IBAMA** - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
- ICOLD** - Comissão Internacional de Grandes Barragens.
- IPPUR** - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional.
- IRN** - Rede Internacional de Rios.
- MAB** - Movimento dos Atingidos por Barragens.
- MAPDER** - Movimento Mexicano de Povos Afetados pelas Grandes Barragens e em Defesa dos Rios.
- MPA** - Movimento dos Pequenos Agricultores.
- MST** - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.
- NBA** - Movimento Salve o Rio Narmada
- RIMA** - Relatório de Impacto Ambiental.
- WCD** - Comissão Mundial de Barragens.
- UNESCO** - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.
- UFRJ** - Universidade Federal do Rio de Janeiro.

## MODELO DE ANÁLISE SOBRE A PROBLEMÁTICA DO DESENVOLVIMENTO



## INTRODUÇÃO

A escolha do tema desta dissertação surgiu como consequência de um debate constante sobre os limites e as possibilidades de transformação física do espaço, através da construção de grandes barragens. A implementação destas grandes obras, promovendo alterações no meio ambiente e no modo de vida das populações atingidas, já vem sendo objeto de investigação acadêmica. No entanto, temos assistido ao longo dos últimos anos, a uma mudança paradigmática no que corresponde à resistência de diferentes atores sociais, face aos efeitos destes projetos. Assim, esse estudo pretende contribuir para a compreensão da ação, luta e resistência de populações atingidas, através de uma reflexão sobre os espaços de participação popular, no que diz respeito aos problemas cotidianos que afetam esses distintos grupos sociais.

Estes grupos sociais representam setores da sociedade civil historicamente excluídos, que hoje e sempre viveram conflitos relacionados com a água, a terra e a sua própria sobrevivência. A pertinência de empreender tal consideração relaciona-se com a possibilidade de trazer algum tipo de contribuição para a defesa da continuidade da existência de comunidades com especificidades sócio-culturais, no que se refere à forte identidade que possuem com o lugar que habitam, às diversas formas de apropriação e de uso do “seu” território e de seus saberes.

A idéia deste estudo partiu da experiência da pesquisadora como bolsista de iniciação científica do CNPq no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - IPPUR-UFRJ<sup>1</sup>, a partir da investigação relacionada com as grandes barragens, assim como com o meio ambiente e políticas territoriais. Também se baseou na sua participação no Iº e

---

<sup>1</sup> Em Março de 2003, a pesquisadora iniciou-se como bolsista de iniciação científica, sob orientação do Professor Carlos Vainer do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

IIº Encontro Nacional de Atingidos por Barragens, ocorridos em Brasília e Curitiba<sup>2</sup> respectivamente, os quais possibilitaram a vivência, o conhecimento e principalmente, o reconhecimento da importância da luta destas comunidades atingidas, orientando-se através da delimitação do nosso objeto de análise.

Esta participação proporcionou a abertura de caminhos que não envolvessem somente a realidade do Sudeste brasileiro, tendo possibilitado uma viagem por um Brasil desconhecido e sobretudo esquecido. Este Brasil, esquecido pela maioria dos moradores das regiões do Sudeste e Sul<sup>3</sup>, corresponde aos estados do Pará, Rondônia, Tocantins e Amazônia, entre muitos outros estados que vivem privados dos processos e recursos sociais, em especial, as populações indígenas, quilombolas<sup>4</sup> e comunidades tradicionais residentes nestas regiões.

Estabelecendo como foco de análise a trajetória destes diversos atores, tivemos a oportunidade de perceber o que significa ser realmente um atingido (a). Atingido (a), não por estar em eminência de perder a sua casa, mas sim, de perder a sua terra, rios, subsistência, ou seja, todas as suas referências de vida. Neste sentido,

“as políticas econômicas implantadas até agora no Brasil pelo Estado foram essencialmente voltadas para os interesses dos grandes grupos econômicos estabelecidos na sociedade (...). Foram estas políticas que produziram a realidade atual do Brasil: a maior concentração de renda mundial de riqueza e um nível assustador de pobreza e indigência. Portanto, ao seguir essa política, o Brasil jamais será um país democrático, igualitário e desenvolvido. Teremos sempre grandes disparidades regionais (...)”<sup>5</sup>.

---

<sup>2</sup> Iº Encontro Nacional de Atingidos por Barragens - Brasília, 2003 e IIº Encontro Nacional de Atingidos por Barragens - Curitiba, 2006. Os Encontros foram organizados pelo movimento nacional brasileiro de luta contra barragens - MAB (Movimento de Atingidos por Barragens - MAB) e teve a participação de vários setores da sociedade civil.

<sup>3</sup> Sudeste (Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo) e Sul (Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul).

<sup>4</sup> São comunidades negras que vivem predominantemente em áreas rurais. Essas comunidades têm uma história de luta pela liberdade, sendo culturas tradicionais conhecidas por possuírem modos de produção ligados à natureza.

<sup>5</sup> (Souza, 1996:01) Fragmento do texto apresentado no Seminário Virtual Politik - Estados Alterados da Política.

Essas palavras são de Hebert de Souza, e a partir delas percebemos que, apesar do Brasil se constituir como um território único, apresenta “mundos” distintos e pólos diferenciados de poder. As regiões do Sudeste e Sul, representariam o *Norte* do Sul. No entanto, regiões como Nordeste, Centro-Oeste e Norte representariam o *Sul* do Sul<sup>6</sup>. Como moradora de uma cidade que representa o Norte dentro do Sul, a pesquisadora desconhecia o fato de existirem pessoas que sofressem por danos causados pelas construções de barragens e de comunidades de mais de quinze estados brasileiros participarem de um movimento nacional de resistência contra estes grandes empreendimentos. Gradualmente, fomos percebendo que a luta das comunidades atingidas não se fundava apenas na contestação dos projetos de grandes barragens, mas também na dignificação das condições de sobrevivência.

O lugar onde se vive, onde são satisfeitas as nossas necessidades, materiais e simbólicas, espelha frequentemente quem se é:

“Cada homem vale pelo lugar onde está: o seu valor como produtor, consumidor, cidadão, depende de sua localização no território. O seu valor vai mudando, incessantemente, para melhor ou para pior, em função das diferenças de acessibilidade (tempo, frequência, preço). Independentes de sua própria condição. Pessoas, com as mesmas virtualidades, a mesma formação, até mesmo o mesmo salário têm valor diferente segundo o lugar em que vivem: as oportunidades não são as mesmas. Por isso, a possibilidade de ser mais ou menos cidadão depende, em larga proporção, do ponto do território onde se está”<sup>7</sup>.

A reflexão sobre estas questões pode contribuir para o entendimento de uma desigualdade sem precedentes, vivida pela grande maioria da sociedade brasileira. Essa relação assenta na evidência de que o processo de construção e apropriação do território contribuiu para a desterritorialização destas populações e para o incitamento de uma

---

<sup>6</sup> O Sul não está sendo utilizado apenas para se referir aos países do Terceiro Mundo, mas enquanto metáfora da hierarquia do sistema mundial. Para Santos, o Sul caracteriza todas as formas de submissão, a que o sistema capitalista mundial deu origem: expropriação, diferenciação, subordinação, silenciamento, entre outros. (Santos, 2000:340).

<sup>7</sup> (Milton Santos, 1987:81).

situação de pobreza e miséria. À luz das questões suscitadas pelas grandes barragens e pelo seu impacto, este estudo procura debater a articulação do discurso do “desenvolvimento”, simbolicamente representado pelas grandes barragens, com a sua impossibilidade de incluir as populações locais no seu planejamento.

Nesta perspectiva, a reflexão sobre a luta destas populações e especialmente, sobre a luta das mulheres contra estes grandes empreendimentos, constituiu uma questão de análise fundamental para o entendimento da construção da identidade de resistência destes atingidos e atingidas. Em face desta alegação, procurámos refletir sobre três questões principais: Estes grandes projetos trouxeram benefícios para as populações onde foram instalados? As consequências destas obras provocaram o empobrecimento de populações historicamente subjugadas? Como pode ser construído um processo de resistência, com a interveniência de diferentes povos e suas histórias de vida?

Estas questões, aqui definidas de modo geral, procuraram enquadrar de forma mais concreta o objetivo da pesquisa aqui apresentado, uma vez que permitiram dar “voz e vez” a esses sujeitos, buscando romper com o “silêncio” que lhes tem sido imposto ao longo da história brasileira. Além disso, investigar uma experiência de articulação entre diferentes atores, os quais, em conjunto, buscam alternativas ao modelo hegemônico, possibilitou ampliar a compreensão de experiências sociais consideradas ausentes do imaginário social. Com efeito, como aponta Sousa Santos, através da representação teórica da Sociologia das Ausências, o que não existe, é, na verdade, impulsivamente produzido como não existente, como uma alternativa não-credível ao que existe. Segundo o autor,

“A Sociologia das Emergências é a investigação das alternativas que cabem no horizonte das possibilidades concretas. Enquanto a Sociologia das Ausências amplia o presente, juntando ao real existente o que dele foi subtraído pela razão metomínica, a Sociologia das emergências amplia o presente, juntando o real amplo às possibilidades e expectativas futuras que ele comporta. Neste último caso, a ampliação do presente implica a contração do futuro, na medida em que o ainda-

não, longe de ser um futuro vazio e infinito, é um futuro concreto, sempre incerto e sempre em perigo<sup>8</sup>”.

Desta forma, a Sociologia das ausências é interpretada como a possibilidade de contemplar uma realidade mais ampla, na qual abarca uma diversidade de experiências e conhecimentos. Considerando como princípios estas questões, a Sociologia das Ausências procura “transformar objetos impossíveis em possíveis e com base neles transformar ausências em presenças<sup>9</sup>”.

Nesta medida, a presente investigação tem por finalidade examinar as consequências dos impactos da construção de grandes barragens no meio ambiente e na vida de populações atingidas por estes projetos, analisando a resistência destas populações e a possibilidade de converterem ausências em presenças. Entretanto, também considerámos especialmente a participação de mulheres neste processo de contestação aos mecanismos de invisibilidade.

Aqui cabe destacar, também, na escolha do nosso tema, a referência da autora Arundathi Roy. Esta influência foi evidenciada pela impressão que causou a leitura, anterior ao início deste trabalho, do livro “Pelo Bem Comum<sup>10</sup>”, sobretudo, no que diz respeito às consequências da implementação das barragens indianas, quanto à questão da subalternização de determinados segmentos sociais *invisibilizados* historicamente, (comunidades indígenas, comunidades ribeirinhas<sup>11</sup>, mulheres, entre outros).

Outro fator determinante para a seleção da temática apresentada consistiu na nossa participação nos dois Encontros Nacionais do Movimento de Atingidos por Barragens ocorridos em território brasileiro.

Deste modo, as estratégias de luta e mobilização dos movimentos sociais e, no âmbito deste tema, a resistência do Movimento de Atingidos por Barragens - MAB - têm

---

<sup>8</sup> (Santos, 2003c:753).

<sup>9</sup> (Santos, 2003c:743).

<sup>10</sup> (Roy, 2001).

<sup>11</sup> São comunidades pequenas localizadas nas margens dos rios.

colocado no palco recente da história brasileira, atores que lutam contra estes grandes empreendimentos, transformando a subalternidade em espaços de resistência.

No corpo da dissertação, as informações colhidas foram organizadas em cinco eixos de questões, sendo cada eixo tratado em um capítulo específico.

No primeiro capítulo, intitulado DESENVOLVIMENTO: Idéia, Mito ou Utopia, foram estabelecidos os contornos teóricos do discurso do desenvolvimento e das suas várias concepções. Com essa finalidade, procurámos refletir sobre duas concepções acerca do desenvolvimento; uma hegemônica, representando antinomias e exclusão para os países do Sul; e outra, contra-hegemônica, representada pelos conceitos de Ecodesenvolvimento, Desenvolvimento Sustentável, Desenvolvimento Alternativo e suas concepções em torno da preservação do meio ambiente e da procura de uma sustentabilidade entre a economia e o meio ambiente. Por fim, analisaremos as alternativas ao desenvolvimento, engendradas pelos movimentos ambientalistas, feministas e sociais, os quais contestam este discurso e esforçam-se por conceber alternativas a esse modelo hegemônico.

No segundo capítulo, intitulado OS GRANDES PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO, foram estabelecidos os contornos institucionais dos temas abordados, buscando traçar um quadro das finalidades destes grandes projetos, assim como dos seus impactos. Nesse momento, a reflexão tornou-se mais específica, recaindo sobre os impactos ambientais, sociais e imateriais. Pretendemos abordar também os conceitos de território e de identidade, para, posteriormente, examinarmos o processo de formação da identidade do “atingido e atingida” por barragens. Esta análise torna-se fundamental na medida em que, com o deslocamento forçado, estas populações são obrigadas a migrar, ocorrendo uma *deslocalização* de saberes e um questionamento dos processos identitários.

No terceiro capítulo, intitulado O PALCO E OS ATORES, tencionámos apresentar as teorias sobre a ação coletiva e os chamados “novos movimentos sociais”. Pretendemos analisar a emergência de novos atores sociais no Brasil, principalmente no que se refere aos movimentos camponeses. Foi feito um brevíssimo histórico sobre o surgimento da



contestação do processo de construção de barragens no Brasil e a formação de um movimento nacional de luta contra estes grandes aproveitamentos hidroelétricos. Nesta perspectiva, deter-nos-emos na análise do Movimento de Atingidos por Barragens - MAB brasileiro e das suas alianças e parceiros internacionais.

No quarto capítulo, intitulado ESTRATÉGIAS DE PESQUISA, tencionámos demarcar os nossos caminhos metodológicos, as suas adequações e os seus limites. Tivemos como referência o estudo e análise das técnicas utilizadas, principalmente, as entrevistas, a observação direta, análise documental e a utilização de questionários. O último tópico é destinado às hipóteses e às suas relações com as questões do desenvolvimento, do impacto das grandes barragens sobre as mulheres, do MAB e da participação feminina, assim como do cenário das lutas internacionais.

No quinto capítulo, intitulado Iº e IIº ENCONTRO NACIONAL DE ATINGIDOS POR BARRAGENS: O PERFIL SOCIOLÓGICO DAS MULHERES, tivemos como referência o estudo e a análise das entrevistas realizadas com as participantes dos encontros. Nesse momento, a reflexão tornou-se mais específica, recaindo sobre o próprio objeto de investigação da dissertação: a sua participação, enquanto mulheres, na composição do movimento e o impacto da construção de barragens nas suas vidas.

Nas considerações finais, são referidas as reflexões sobre as hipóteses levantadas por esta investigação. Além disso, apresentamos os contributos, as limitações e os eventuais rumos de futuras investigações.

# CAPÍTULO I

## DESENVOLVIMENTO

### Idéia, Mito ou Utopia?

“Para bem compreender em que deve consistir uma estratégia global do desenvolvimento, é necessário primeiramente definir, com clareza e precisão, a noção de desenvolvimento”.

Josué de Castro<sup>12</sup>

---

<sup>12</sup> (Castro, 1971:19).

## 1.1 O Discurso do Desenvolvimento

Como foi referido, esta dissertação propõe-se analisar a relação entre Estado e Sociedade, em especial, a relação entre a construção de grandes barragens<sup>13</sup> implementadas pelo Estado e as suas consequências para as populações atingidas por estas obras. Com esta finalidade, para que possamos estabelecer os contornos teóricos do tema abordado, tornou-se necessária uma discussão inicial sobre a temática do desenvolvimento<sup>14</sup>, um conceito que nos irá acompanhar desde as primeiras páginas desta dissertação. Trata-se de um conceito difuso e polissêmico, mas fundamental para a reflexão do nosso trabalho, pois encontra-se no cerne do discurso dos chamados Grandes Projetos e mais especificamente, da construção de barragens. Refletir sobre o conceito de desenvolvimento e das suas diversas concepções é, portanto, o objetivo deste capítulo.

## 1.2. Desenvolvimento: ideologia, mito, ou utopia?

Na discussão aqui proposta, gostaríamos primeiramente de esclarecer que a ideologia do desenvolvimento e, conseqüentemente, do progresso, corresponde à própria noção edificadora de modernidade, e por isso, pertence a uma fase histórica anterior ao período abordado nesta dissertação. Nesta perspectiva, o nosso objetivo não será o de analisar as idéias e argumentos que, ao longo dos séculos, transformaram este conceito num disputado campo de conflitos entre as diversas teorias e autores. No entanto, mesmo não sendo este o nosso objetivo, não poderíamos deixar de mencionar que, desde os seus

---

<sup>13</sup> De acordo com a ICOLD (*International Commission On Large Dams*), para que uma barragem seja denominada como grande, é necessária uma altura igual ou superior a 15 metros. Também são classificadas como grandes barragens, aquelas entre 5 e 15 metros de altura, contudo, com uma capacidade de reservatório superior a 3 milhões de metros cúbicos (McCully, 2004:04).

<sup>14</sup> Para Herculano, a temática do desenvolvimento surgiu na década de sessenta, predominantemente nos Estados Unidos, no contexto da guerra fria. “Elaborada por técnicos do MIT (*Massachusetts Institute of Technology*), propunha-se desenvolver ou modernizar (os dois termos equivaliam-se) as sociedades «tradicionais» ou «atrasadas», de forma a construir uma «sociedade internacional aberta», sob a hegemonia norte-americana (...)” (Herculano, 1992:20).

primórdios, esta ideologia impôs-se enquanto sinônimo de desenvolvimento científico e tecnológico.

Como consequência deste processo, a noção de técnica e ciência foi defendida e implementada como o único percurso válido e incontestável. Sousa Santos, Meneses e Nunes, especificam na Introdução do Livro 4 da “Coleção Reinventar a Emancipação Social para Novos Manifestos” que,

“a riqueza dos debates epistemológicos durante o século XVII europeu mostra que a transformação da ciência em única forma de conhecimento válido foi um processo longo e controverso e que para o seu desfecho contribuíram, não só razões epistemológicas mas, também fatores econômicos e políticos<sup>15</sup>”.

Para os autores, o discurso em nome de uma forma de conhecimento que se traduzia em desenvolvimento tecnológico, foi obrigado a confrontar-se com outras formas de conhecimento que privilegiavam a busca do bem e da felicidade ou a continuidade entre o sujeito e o objeto, a natureza e a cultura, os homens e as mulheres e entre os seres humanos e todas as outras criaturas<sup>16</sup>. Como pudemos perceber, o cerne deste discurso sempre representou uma dualidade. Nesse sentido, a vitória de um conhecimento que representava “a ciência e a técnica”, foi evidenciada pela crescente ascendência do capitalismo e das potencialidades de transformação sem precedentes. Os autores descrevem que, a partir de então, a ciência moderna conquistou o privilégio de definir, não só o que era ciência, mas muito mais do que isso, o que era conhecimento válido.

Partindo da concepção de que o “discurso” do desenvolvimento foi também concebido como um discurso inquestionável, abordaremos neste trabalho o que ele representou nos países do Sul, na medida em que a tensão entre um pensamento “técnico” e um pensamento “tradicional” sempre persistiu. Analisaremos, neste momento, o desenvolvimento como uma utopia, corroborando a idéia de que este representa o grande

---

<sup>15</sup> (Santos, 2004a:19).

<sup>16</sup> (Santos, 2004a:19).

mito do século XX. Utilizaremos como ponto de partida a idéia de José de Castro, na qual “o mundo viveu sempre sob o impacto de mitos ou idéias-força e o grande mito do século XX é o desenvolvimento (...)”.

Nesta perspectiva, consideramos que o debate sobre o conceito de desenvolvimento representa um elemento central na compreensão das relações de força e dos conflitos que vivenciamos nas sociedades contemporâneas. Neste sentido, procuraremos esclarecer os impasses aos quais aquele conduz, assim como, tentar analisar de que forma este conceito foi elaborado e de que maneira ganhou e continua a ganhar um papel destacado. Com o intuito de compreender, tanto os elementos que constituem a idéia de desenvolvimento, quanto a elaboração das teorias que proporcionaram a ascensão desse conceito na organização das sociedades dos países do Sul, consideramos que a melhor maneira de o analisar engloba uma reflexão sobre os componentes históricos, e também econômicos.

A importância dos aspectos históricos e econômicos torna-se fundamental, na medida em que este conceito, ao longo do tempo, produziu antinomias e propagou a exclusão e dependência dos países do Sul. Neste contexto observamos que, por um lado, o conceito de desenvolvimento é considerado sinônimo de progresso e modernização e, por outro, podemos analisar um discurso de resistência e de luta que incorpora o desenvolvimento numa transformação das estruturas sociais, provocando um processo de inclusão e respeito pela diversidade.

De fato, distinguimos duas concepções relacionadas com o termo: uma hegemônica, a qual produziu antinomias (em vez do progresso, criou-se o retrocesso, ao contrário da emancipação, criou-se a opressão), e a outra contra-hegemônica, a qual transforma esse conceito gerando novas perspectivas de um desenvolvimento alternativo e igualitário.

Nesse sentido, para que possamos discutir a importância da criação do desenvolvimento como um mito do século XX, precisamos responder a uma questão: o que é, afinal, o desenvolvimento?

Durante muito tempo, o desenvolvimento foi identificado particularmente pelos economistas neoclássicos, como crescimento econômico. Para muitos autores, a pré-história do desenvolvimento refletiu-se em matrizes discursivas ocidentais, tais como a crença no progresso e a difusão da modernização. Para os autores Escobar<sup>17</sup>, Rist<sup>18</sup> e Ribeiro<sup>19</sup>, o conceito de desenvolvimento surgiria associado à idéia da sua própria inevitabilidade, onde estaria inerente a um amplo sistema de crenças marcado por matrizes culturais do ocidente.

Rist refere que o conjunto da história ocidental representa um único movimento e que o desenvolvimento faz parte de um mito próprio a esta cultura. Ainda de acordo com o autor, a tradição da cultura ocidental legitima a crença no desenvolvimento<sup>20</sup>. Neste sentido, não seria difícil imaginar o porquê deste conceito ter sido durante várias décadas entendido como “um farol que orientava os marinheiros até praia”, ou seja, tinha como objetivo guiar as nações emergentes em sua viagem pela história do pós-guerra<sup>21</sup>. Cabe agora destacarmos como e por que este “farol” foi edificado e analisar o fato de até hoje aquele ser considerado como a “luz” salvadora dos países do Sul.

A era do desenvolvimento pode ser caracterizada como um período específico que se iniciou em 1949, quando Harry S. Truman, em seu discurso de posse, se referiu pela primeira vez ao hemisfério Sul como «áreas subdesenvolvidas». Desta forma, para Esteva<sup>22</sup>,

---

<sup>17</sup> (Escobar, 1995).

<sup>18</sup> (Rist, 2001).

<sup>19</sup> (Ribeiro, 2005).

<sup>20</sup> (Rist, 2001:45).

<sup>21</sup> (Sachs, 2000:11).

<sup>22</sup> Para o autor, “Truman não foi o primeiro a usar a palavra. Wilfred Benson, antigo membro do Secretariado da Organização Mundial do Trabalho, foi quem provavelmente a inventou quando, em 1942, ao escrever suas bases econômicas para a paz, referiu-se às «áreas subdesenvolvidas». Na época, porém a expressão não encontrou eco, nem com o público nem com os «experts». Dois anos mais tarde, Rosenstein-Rodan ainda falava de «áreas economicamente atrasadas». Arthur Lewis, também em 1944, referiu-se à distância que existia entre países pobres e países ricos. Durante toda essa década, a expressão apareceu ocasionalmente em livros técnicos, ou em documentos das Nações Unidas. Só se tornou realmente importante, no entanto, quando Truman a introduziu como um símbolo de sua própria política externa” (Esteva, 2000: 60).

“ao usar pela primeira vez, a palavra «subdesenvolvimento», Truman deu um novo significado ao desenvolvimento e criou um símbolo, um eufemismo, que, desde então, passou a ser usado para, discreta ou inadvertidamente, referir-se à era da hegemonia norte-americana<sup>23</sup>”.

Segundo este autor, pela primeira vez, e ao mesmo tempo, os conceitos de desenvolvimento e subdesenvolvimento surgem, revelando uma nova concepção do mundo, de acordo com a qual todos os povos da terra deveriam seguir uma mesma via e deveriam aspirar a um mesmo objetivo: justamente, o desenvolvimento<sup>24</sup>. Neste contexto, Truman proclama um programa ousado que possibilitasse os benefícios do progresso técnico científico e industrial disponíveis para o aprimoramento e o crescimento das áreas subdesenvolvidas.

O aumento da produção constituiria o fundamento da prosperidade e da paz, o qual seria alcançado por uma utilização mais ampla e vigorosa da ciência moderna e do conhecimento técnico. Contudo, se a partir deste momento podemos dizer que o discurso de Truman se tornou num elemento chave para a ascensão do conceito de desenvolvimento, devemos também afirmar que este último se impôs como um sinônimo da idéia de progresso. Para o autor Sbert,

“com a chegada oportuna do desenvolvimento, o termo *progresso*, foi em seguida aplicado apenas ao que o autodesignado Primeiro Mundo já tinha alcançado e às conquistas potencialmente infinitas a serem garantidas pela economia, pela ciência e pela tecnologia, e ainda não disponíveis ao resto do mundo. O Terceiro Mundo tinha primeiro que se desenvolver - antes inclusive de pensar sobre o progresso real<sup>25</sup>”.

Para o autor, o termo *desenvolvimento* seria o caminho mais indeterminado para o progresso. No entanto, constituiria apenas o caminho e não necessariamente a chegada. Esta idéia pode ser entendida, se pensarmos que a maioria das estratégias foram

---

<sup>23</sup> (Esteva, 2000:60).

<sup>24</sup> (Esteva; Sachs, 2003:14).

<sup>25</sup> (Sbert, 2000:287).

esboçadas em conformidade com a noção de crescimento, partindo de uma mudança irreversível dos padrões econômicos e da superação do dito “atraso” dos países do Sul. Desta forma, o desenvolvimento constituir-se-ia como a transposição dos traços característicos das sociedades ocidentais para os países em atraso. A percepção era a de que o *desenvolvimento* corresponderia a uma trajetória a ser percorrida, a uma mudança ordenada, predeterminada, universal, seguindo um mesmo e único processo *civilizatório*, uma crença de que a humanidade se move na mesma direção<sup>26</sup>.

Escobar ajuda-nos a perceber como este discurso foi difundido e como hoje em dia ainda é pertinente. Para o autor, a idéia do desenvolvimento, como um caminho a ser alcançado, dominou as discussões e as políticas econômicas relativas aos países pobres, durante mais de meio século. Ele destaca que o desenvolvimento constituiu uma resposta à problematização da pobreza no período posterior à Segunda Guerra Mundial e não um processo natural de conhecimento relativo aos problemas gradualmente descobertos<sup>27</sup>.

Na mesma perspectiva, Ribeiro também destaca que,

“desde o século XIX, e de maneira intensa após a Segunda Guerra Mundial, o passo acelerado da integração do sistema mundial demandou ideologias e utopias que pudessem dar sentido às posições desiguais dentro do sistema, que pudessem promover explicações através das quais povos colocados em níveis mais baixos pudessem acreditar que haveria uma solução para a situação «atrasada»<sup>28</sup>”.

Vieira, parte do mesmo pressuposto, para identificar que a força ideológica do conceito de desenvolvimento, associada à idéia de crescimento, se tornou, depois da Segunda Guerra Mundial, numa força inquestionável, só encontrando paralelo na idéia do colonialismo do século XIX<sup>29</sup>. No entanto, se fizermos uma reflexão sobre a conjuntura econômica e política, neste início de século XXI e final de século XX, poderemos vislumbrar que a idéia de desenvolvimento nos moldes apresentados por Esteve, Escobar e Vieira,

---

<sup>26</sup> (Herculano, 1992:21).

<sup>27</sup> (Escobar, 1995:44).

<sup>28</sup> (Ribeiro: 2005:09).

<sup>29</sup> (Vieira, 2004:127).



contribuiu para o agravamento dos processos de exclusão social e espacial, a partir de classificações e diferenciações ainda mais problemáticas.

Este fato, pode ser analisado, se considerarmos que a concepção de desenvolvimento estava voltada para a de crescimento dos meios de produção, acumulação, inovações técnicas, ou seja, a de uma ênfase na expansão das forças produtivas e inalteração das relações sociais de produção. O que se tentou implementar nos países do Sul, foi exatamente a componente econômica, viabilizando um desenvolvimento exógeno e voltado para o capital externo.

A concretização destas políticas voltadas para o crescimento dos países do Sul, acabou gerando um processo de industrialização dependente, em que este fortaleceu o dito “atraso”, efetuando apenas uma modernização dos padrões de consumo, a qual foi apropriada pelos segmentos sociais privilegiados, reforçando uma estrutura extremamente desigual. Na verdade, se refletirmos sobre os eventos das décadas recentes, dar-nos-emos conta de que o discurso do desenvolvimento implementado nestes países revelou-se como contraditório, pois o seu léxico assentava em dualismos que se referiam a formas hegemônicas e desiguais.

Nos anos setenta, o autor brasileiro Celso Furtado, já denunciava a idéia de que o desenvolvimento consistiria num mito útil para mobilizar os povos da periferia a aceitarem sacrifícios, legitimando a destruição das suas culturas e justificando as suas formas de dependência<sup>30</sup>. Castro, também naquela época, já constatava que o desenvolvimento não poderia ser confundido com crescimento econômico, pois este constitui apenas a sua condição necessária, porém, não suficiente<sup>31</sup>.

Atualmente, podemos analisar que este mito ainda se encontra enraizado na sociedade brasileira e mesmo tendo estes autores tecido as suas críticas há mais de trinta anos, as suas abordagens e contribuições continuam sendo pertinentes, se fizermos uma análise da sociedade contemporânea. Contudo, não podemos deixar de constatar que

---

<sup>30</sup> (Furtado, 1996:15).

<sup>31</sup> (Castro, 1971:11).

apesar de tantos anos se terem passado, as contradições em torno deste conceito continuam ocupando um lugar de destaque e ainda hoje não existe outro no pensamento moderno que tenha tanta influência na mentalidade e no comportamento humano. Nesta perspectiva, para Esteva,

“o desenvolvimento não consegue se desassociar das palavras com as quais foi criado: crescimento, evolução, maturação. Da mesma forma, os que hoje usam a palavra não conseguem libertar-se de uma teia de significados que causam uma cegueira específica em sua linguagem, pensamento e ação (...). A palavra sempre tem um sentido de mudança favorável, de um passo do simples para o complexo, do inferior para o superior, do pior para o melhor. Indica que estamos progredindo porque estamos avançando segundo uma lei universal necessária e inevitável, e na direção de uma meta desejável<sup>32</sup>”.

De fato, em termos de discurso, encontramos um campo de diversas tensões e de múltiplas controvérsias, onde ainda hoje muitas questões permanecem *invisibilizadas*. Apontamos que a temática do desenvolvimento pode ser considerada como um dos discursos mais recorrentes no senso comum e na literatura especializada e a sua amplitude e complexas facetas permitem as suas apropriações e leituras divergentes.

No entanto, muitos autores<sup>33</sup> criticam a divulgação e defesa de um discurso que ao longo dos anos se mostrou excludente e desatento às necessidades dos países do Sul. A implementação de políticas exógenas tem vindo a ser perpetuada nestes países, pois ainda hoje, podemos observar que estes têm sofrido com planos desenvolvimentistas, nos quais as particularidades locais e tradicionais não foram respeitadas, tendo-lhes sido impostos um único modelo, independentemente da sua cultura, situação política e econômica.

O que nos interessa, neste momento, é debater os caminhos que este conceito conseguiu trilhar nos países do Sul, na medida em que várias nações, como o Brasil, cresceram de maneira acelerada e industrializaram-se, mas não conseguiram diminuir ou

---

<sup>32</sup> (Esteva, 2000:65).

<sup>33</sup> (Ribeiro, 2005; Rist, 2001; Furtado, 1996; Castro, 1971; Herculano, 1992 entre outros).

eliminar os seus problemas sociais (saúde, educação, saneamento, habitação, entre muitos outros) e as questões relativas à distribuição de renda.

Para a maioria dos estudiosos, o desenvolvimento não conseguiu alcançar os seus objetivos nos países do Sul e acabou transformando-se numa “ilusão”, em algo de inalcançável na estrutura de um sistema que utilizou os recursos naturais de forma predatória e agravou as disparidades de renda. Esteva conclui que, para dois terços da população mundial, esse significado positivo da palavra desenvolvimento, profundamente enraizado dois séculos após a sua construção social, não é aplicável à sua realidade, pois constitui um lembrete daquilo que eles não são<sup>34</sup>.

### **1.3 As Várias Concepções de Desenvolvimento**

Como apresentado anteriormente, o desenvolvimento, mais do que um conceito, seria um campo de conflitos. Conflitos que tiveram grande importância nos anos setenta e oitenta, mas que até hoje são debatidos e analisados por vários estudiosos em todo o mundo. Rist enuncia que o desenvolvimento é “um fenômeno histórico global, cujo funcionamento convém explicar para poder em seguida identificar sua presença ou sua ausência<sup>35</sup>”. De fato, a necessidade de analisar este conceito funda-se, em parte, na constatação de que o desenvolvimento, nos moldes em que foi definido e implementado, não gerou a riqueza prometida, nem diminuiu as disparidades entre os países do Norte e do Sul, mas pelo contrário, aumentou ainda mais o fosso que os separava.

---

<sup>34</sup> (Esteva, 2000:65).

<sup>35</sup> (Rist, 2001:26).

### 1.3.1 Desenvolvimento Econômico, uma idéia subdesenvolvida?

Como já referimos, dentro de suas diversas concepções, o desenvolvimento, necessita de ser considerado no âmbito das suas complexas e múltiplas articulações sociais, econômicas e políticas. De forma bastante genérica, iremos discutir a idéia de que o desenvolvimento econômico representa crescimento econômico. Como forma de refletir sobre esta questão tão iminente na contemporaneidade, consideramos indispensável uma análise sobre o surgimento do conceito de desenvolvimento econômico, para que depois possamos examinar a emergência de determinados atores, os quais, ao contestarem este modelo de desenvolvimento, lhe instituem uma contra - hegemonia .

Os debates sobre o desenvolvimento econômico foram acirrados no período posterior à Segunda Guerra Mundial. No entanto, a controvérsia entre os conceitos de crescimento econômico e desenvolvimento ainda não foi bem resolvida. Para muitos autores, poucos são os outros conceitos nas Ciências Sociais que se têm prestado a tanta controvérsia. Apresentaremos algumas idéias que têm dominado a discussão sobre o desenvolvimento econômico, como também algumas das críticas que lhes foram tecidas.

Analisamos que existe uma noção enraizada na tradição da cultura ocidental, de que desenvolvimento significa crescimento, progresso ou evolução do capital. Além disso, para muitos autores, em termos de dinâmica, aquele trata-se de um processo natural, que tem a sua origem em forças extrínsecas (a natureza), mas cujo *habitat* consiste no mercado.

Para Rist, entre outros autores, o Ponto IV de Truman constitui o marco inicial de uma ênfase que recai cada vez mais sobre os aspectos econômicos<sup>36</sup>. Esta fase, que corresponde aos anos cinquenta, foi considerada como um desenvolvimento recuperacionista, centrado na industrialização e modernização. A necessidade nascente, pela industrialização e pelo desenvolvimento econômico, levou a maioria dos países do

---

<sup>36</sup> (Rist, 2001:118).

mundo a centralizar os seus esforços na ascensão do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), enquanto que os aspectos sociais ficavam num plano inferior<sup>37</sup>.

O crescimento econômico foi encarado como meio e fim do desenvolvimento. Em meados da década de sessenta, parecia claro que o crescimento econômico, medido pelo agregado do PIB, não trazia automaticamente a redução da pobreza. Para muitos autores, ficou evidente que a identificação do progresso econômico com o progresso social era um engano.

Neste momento, não conseguindo alterar o panorama mundial, as instituições financeiras internacionais, as agências de cooperação, os institutos de pesquisas, técnicos e consultores em geral, iniciaram uma política de cooperação institucional, de ajuda e assistência técnica, a favor dos países endividados, particularmente os países do Sul.

Castro, neste período, advertia que já não era possível esconder que, apesar dos esforços desenvolvidos através do auxílio e da cooperação internacional desde a última Guerra Mundial, o nível de vida dos países do Sul apresentava-se cada vez mais distante daquele dos países industrializados. Para o autor,

“todos parecem de acordo sobre o falhanço dos programas de desenvolvimento aplicados nas regiões menos desenvolvidas. Tornou-se evidente que esta estratégia foi baseada em princípios e sistemas de pensamento que estavam longe de conduzir à eficácia<sup>38</sup>”.

Contudo, não pretendemos estender-nos sobre o caráter deste processo, passando imediatamente a discutir as suas conseqüências e formatos, os quais possibilitaram o reconhecimento da construção de um conceito que, ao invés de incluir, excluiu. A necessidade de repensar este conceito funda-se na constatação do esgotamento da maioria dos chamados “Projetos Nacionais de Desenvolvimento”. Este modelo de desenvolvimento

---

<sup>37</sup> Segundo Furtado, um dos autores brasileiros mais importantes nas questões relacionadas com o desenvolvimento e subdesenvolvimento, a evolução do sistema capitalista caracterizou-se por um processo de homogeneização e integração do centro, um distanciamento crescente entre centro e periferia e uma ampliação considerável do fosso que, dentro da periferia, separa uma minoria privilegiada e as grandes massas da população. Esses processos não são independentes uns dos outros, devendo ser considerados dentro de um mesmo quadro evolutivo (Furtado, 1996:45).

<sup>38</sup> (Castro, 1971:11).

não se baseou na autonomia econômica dos países do Sul, mas antes em formas de perpetuar o seu domínio e a consequente subordinação destes países.

Como consequência deste processo, podemos destacar que, além do aumento da distância que separava estes dois mundos opostos (Norte e Sul), esse modelo também foi responsável pela diminuição da biodiversidade desses países. Em menos de trinta anos, a biodiversidade de espécies terrestres diminuiu cerca de quinze por cento, as espécies marinhas foram reduzidas em cerca de trinta e cinco por cento e a água doce, em aproximadamente cinquenta e cinco por cento<sup>39</sup>. A busca incessante pelo desenvolvimento econômico e os seus consequentes resultados no meio ambiente já são bem conhecidos e debatidos.

Nesta perspectiva, podemos destacar que, juntamente com o debate sobre a busca incansável pelo desenvolvimento econômico, temos presenciado uma enorme contestação aos resultados deste processo no meio ambiente e das suas consequências para as sociedades do Sul. Em geral, esta perspectiva refere-se à procura de um “outro” desenvolvimento, assente numa concepção que se contraponha ao modelo econômico vigente. Portanto, este “outro” desenvolvimento não seria prisioneiro da idéia de progresso material, seria conduzido pela inserção estratégica de formas alternativas de produção, além do respeito pela diversidade natural e étnico-cultural das sociedades.

Como forma de refletir sobre este assunto tão importante na atualidade, consideramos essencial um debate sobre o surgimento de alternativas a esta concepção hegemônica de desenvolvimento, assim como da emergência de saberes marginalizados, os quais, ao protestarem, criticam a noção de crescimento e buscam alternativas a este modelo<sup>40</sup>.

Esta esfera contra-hegemônica foi construída a partir da convergência de preocupações de diversos atores (movimentos ambientalistas, feministas e sociais), os

---

<sup>39</sup> Dados do relatório anual sobre a vida do planeta “Living Planet Report” (ONG WWF, 2002).

<sup>40</sup> De acordo com Sachs, “um novo tipo de desenvolvimento deve procurar a harmonia da sociedade com a natureza. Em sua ausência, a imbricação dos fenômenos de degradação ambiental e de decadência social levará fatalmente ao mau desenvolvimento” (Sachs, 1992:124).

quais rejeitam o paradigma do desenvolvimento econômico. Estes atores foram responsáveis pela combinação de diferentes formas de articulação entre as lutas pelos direitos do meio ambiente, assim como pelo respeito face à diversidade étnico-cultural das sociedades tradicionais.

Como reflexo deste questionamento, podemos destacar a criação de novos conceitos e formas para se tentar diminuir os riscos ambientais e para se conceber um desenvolvimento que combine simultaneamente crescimento econômico e sustentabilidade. Para estes movimentos de resistência, pensar em desenvolvimento é, antes de tudo o mais, pensar em distribuição de renda, saúde, educação, meio ambiente, liberdade, lazer, entre outras variáveis que podem afetar a qualidade de vida da sociedade.

O surgimento de conceitos como ecodesenvolvimento, desenvolvimento sustentável e desenvolvimento alternativo foram criados a partir deste debate e da perspectiva de uma mudança para todos os cidadãos.

### 1.3.2 Ecodesenvolvimento

Para Rist, como o próprio nome aponta, o ecodesenvolvimento<sup>41</sup> está inerente, de um lado, a uma real preocupação com o meio ambiente, resultante da consciência ambiental, e de outro, à busca de caminhos que possibilitem dar continuidade ao movimento, profundamente enraizado na cultura ocidental, de progresso e expansão<sup>42</sup>. Este conceito representou uma aproximação em relação ao discurso do desenvolvimento, cujo objetivo era atender as necessidades de diminuição da miséria, da contaminação ambiental e dos efeitos perversos do crescimento econômico.

---

<sup>41</sup> “Quanto ao conceito de ecodesenvolvimento, sua difusão ocorre no clima intelectual marcado pela confluência das primeiras análises sistêmicas sobre os «limites externos do crescimento material », no MIT (Massachusetts Institute of Technology), e dos trabalhos de preparação da Conferência de Estocolmo” (Vieira, 2002:50).

<sup>42</sup> (Rist, 2001).

Sachs destaca que o ecodesenvolvimento postula um esforço de pesquisa, colocando em ação as possibilidades da ciência moderna, tendo em vista a satisfação das necessidades reais da população a partir do potencial de recursos constituído pelo seu ambiente. O autor recusa o paradigma da transferência plagiada da técnica para as comunidades. A ciência, para ele, deveria estar aliada ao conhecimento das necessidades das comunidades tradicionais, o qual poderá estar à disposição das mesmas, sem que se tenham de invocar modelos transplantados e alheios às suas reais condições<sup>43</sup>. Para Sachs,

“em lugar de transformar o meio através de grandes investimentos de modo a torná-lo apto a receber técnicas que foram provocadas em outras latitudes e em outras circunstâncias, o ecodesenvolvimento propõe que se reverta este movimento: partir, ora da necessidade, em direção ao domínio dos recursos, ora dos recursos em direção às necessidades sociais, para identificar no caminho as técnicas necessárias e, aí, as prioridades de pesquisa e das condições institucionais para a utilização dessas técnicas<sup>44</sup>”.

Para o autor, o ecodesenvolvimento deveria privilegiar alguns postulados: satisfação das necessidades das populações, atendendo à escala hierárquica de necessidades - materiais e psicossociais; *self-reliance*, promoção da autonomia de comunidades locais organizadas para que possam gerir efectivamente o seu desenvolvimento local, sem que isso leve ao isolacionismo<sup>45</sup>; e uma relação simbiótica entre homem e natureza<sup>46</sup>.

A proposta do ecodesenvolvimento produziu inúmeras experiências por todos os países do Sul. Segundo Bredariol e Vieira, centros de pesquisa foram organizados para a criação de tecnologias alternativas aliadas a programas de interesse social. Os autores destacam que políticas de longo alcance foram implementadas, e mesmo que não tenham

---

<sup>43</sup> (Sachs, 1980:33).

<sup>44</sup> (Sachs, 1980:33).

<sup>45</sup> De acordo com Pomier, as comunidades tradicionais são as maiores conhecedoras da sua realidade local, e por esse motivo poderiam enfrentar melhor os seus dilemas cotidianos. Para o autor, o ecodesenvolvimento representou uma abordagem em relação ao desenvolvimento, cujo horizonte abrangia décadas ou mesmo séculos vindouros (Pomier, 1997:10).

<sup>46</sup> (Sachs, 1980:67).



sido claramente ecodesenvolvimentistas, pelo menos consideraram a necessidade de produção de tecnologias e de soluções sociais<sup>47</sup>.

O ecodesenvolvimento seria um estilo de desenvolvimento em que, em cada região, deveriam existir soluções específicas para os seus problemas particulares, levando em conta os dados ecológicos, da mesma forma do que os culturais e as necessidades imediatas, como também aquelas a longo prazo. Para Sachs, em vez de se atribuir um espaço excessivo à ajuda externa, deveria ser dado um voto de confiança à capacidade de as sociedades humanas identificarem os seus problemas e de lhes darem soluções originais, ainda que se inspirando em experiências alheias<sup>48</sup>.

A presença das comunidades, como um dos agentes envolvidos no processo de desenvolvimento endógeno, poderia acrescentar novas visões e expectativas às concepções de desenvolvimento já consolidadas, as quais se materializariam em políticas inclusivas, contribuindo efetivamente para a melhoria destas populações. No entanto, o ecodesenvolvimento seria passível de se tornar um desenvolvimento menor, uma alternativa para enganar os pobres, ou seja, de não gerar mais do que um desenvolvimento autóctone<sup>49</sup>.

Para muitos autores, foi a partir do debate acerca do ecodesenvolvimento que o conceito de desenvolvimento sustentável foi criado. Aqueles destacam que o conceito de desenvolvimento sustentável não foi uma descoberta, mas sim o culminar de um percurso demorado, uma construção social e ideológica que nasceu a partir de um longo debate.

Com efeito, a temática do ecodesenvolvimento marcou as discussões sobre as diferentes alternativas ao discurso do desenvolvimento hegemônico. A partir deste conceito, começaram a ser discutidos novos padrões de desenvolvimento que vão além da lógica econômica do crescimento.

---

<sup>47</sup> (Bredariol; Vieira, 1998:59).

<sup>48</sup> (Sachs, 1986).

<sup>49</sup> (Bredariol; Vieira, 1998:60).

### 1.3.3 Desenvolvimento Sustentável

A idéia de desenvolvimento sustentável é herdeira da noção de ecodesenvolvimento e surge evidenciada na necessidade de se promover o desenvolvimento econômico, satisfazendo os interesses da geração presente, sem, contudo, comprometer a geração futura. Atualmente, o movimento em torno do desenvolvimento sustentável é bastante vasto e constitui um dos termos mais explorados e repetidos na literatura científica.

Inicialmente, é importante destacarmos que foi a partir da Iª Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente, realizada em Estocolmo em 1972, que se tornou clara a necessidade de se pensar em outro modelo de desenvolvimento econômico e social que considerasse as suas consequências ambientais. Segundo Vieira,

“a discussão de um novo padrão se impõe até mesmo por razões de ordem ética: não se aceita que a geração atual, para sobreviver, destrua as condições de sobrevivência das gerações vindouras<sup>50</sup>”.

No que diz respeito à definição do conceito, podemos destacar que este foi definido em 1987, pela Comissão Mundial da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Relatório «O Nosso Futuro Comum». Este centrava-se em três grandes dimensões:

“Uma dimensão ecológica, que insistia simultaneamente no respeito das necessidades humanas e dos limites da natureza; uma dimensão econômica, que acentuava a necessidade de desenvolver tecnologias e saberes que privilegiassem os equilíbrios ecológicos; uma dimensão social e política, insistindo em que a reconciliação entre o ambiente e a economia só poderia ser feita pela via da democracia, norteadas por princípios de equidade entre gerações e entre Estados, e valorizando a participação local como fator crucial para mobilizar os cidadãos na defesa deste novo modelo de desenvolvimento<sup>51</sup>”.

---

<sup>50</sup> (Vieira, 2004:130).

<sup>51</sup> (Lima, 2004:21;22).

Assim, podemos destacar que este conceito foi decisivo para se repensar a compreensão do desenvolvimento e para a conscientização da sociedade, questionando se as práticas econômicas e sociais desenvolvidas até então não estavam limitando a capacidade de os ambientes naturais suportarem a vida do planeta. A partir de então, começava-se a discutir se o modelo de desenvolvimento adotado seria insustentável ao longo do tempo, comprometendo a vida de futuras gerações<sup>52</sup>.

A literatura que emerge em torno do conceito de desenvolvimento sustentável, permite deduzir que grande parte da diversidade de interpretações desse conceito se origina na tensão introduzida pela ética no campo da economia e da política<sup>53</sup>. Existem muitas semelhanças entre este discurso e o do ecodesenvolvimento, mas para além das semelhanças, existem muitas divergências e críticas por parte dos autores. Estes consideram o direito das gerações futuras como princípio ético básico, afirmando que a componente ambiental deve entrar em concomitância com o critério econômico no processo decisório.

As críticas surgem a partir de várias interpretações de que ambos os conceitos seriam sinônimos e de que no fundo reivindicavam a mesma coisa. De entre os autores críticos deste conceito, destacamos Leff<sup>54</sup> e Escobar<sup>55</sup>. Para Leff, o discurso do desenvolvimento sustentável inscreve-se numa «política de representação» cuja função será a de servir uma lógica, uma razão e uma estratégia de poder para a apropriação da natureza como meio de produção. Ainda de acordo com o autor, as estratégias do ecodesenvolvimento surgiram como resposta à crise ambiental. No entanto, a retórica da sustentabilidade opera como uma estratégia fatal, uma inércia cega, uma precipitação até à catástrofe<sup>56</sup>.

Como podemos perceber, o debate acerca do conceito de desenvolvimento sustentável é bastante polémico. Para muitos autores, este conceito seria uma forma de

---

<sup>52</sup> (Weber, 1997).

<sup>53</sup> (Leis, 1999:152).

<sup>54</sup> (Leff, 2000).

<sup>55</sup> (Escobar, 1995).

<sup>56</sup> (Leff, 2000:25).

legitimar os abusos e a exploração do meio ambiente. Leff e Escobar destacam que esta questão se encontra no cerne da criação e da repercussão deste conceito em todo o mundo.

Apesar das suas tensões e ambiguidades, o conceito é considerado como um paradigma para o século XXI, já que estamos vivendo sob o jugo de leis de crescimento econômico perversas. No entanto, para os críticos deste conceito, a ajuda externa e políticas pontuais não são suficientes para que os países do Sul se recuperem e consigam “caminhar com as suas próprias pernas”.

Para Escobar, o discurso do desenvolvimento sustentável é claramente inadequado para enfrentar estes desafios. O autor destaca que as comunidades do Terceiro Mundo deveriam dialogar entre elas para poderem enfrentar, com alguma margem de otimismo, a internacionalização do capital ecológico e a reinvenção da natureza e da vida. “A solidariedade ecológica, especialmente Sul-Sul, mas sem dúvida Norte-Sul-Norte, deverá aprender a movimentar-se neste perigoso terreno. Trata-se do futuro das culturas, da natureza, e da própria vida<sup>57</sup>”.

A criação do conceito de desenvolvimento sustentável foi importante para que se discutissem os limites do crescimento e a necessidade de preservação da natureza. No entanto, este foi apenas o começo de uma discussão muito mais ampla que se reveste de uma intensidade crescente. Se uma analogia entre o crescimento econômico e o desenvolvimento sustentável ainda parece distante, parece-nos fundamental analisar e compreender as formas alternativas de produção, principalmente a iniciativa de movimentos sociais, ambientais e feministas, preocupados em incentivar formas sustentáveis de desenvolvimento.

Este caminho foi trilhado por diversas comunidades dos países do Sul, como forma de lutarem pelos seus direitos e pela preservação da natureza circundante. Para Leff, a problemática ambiental do desenvolvimento tem dado lugar a um movimento, na teoria e

---

<sup>57</sup> (Escobar, 1995:21).

na prática, para compreender as suas causas e resolver os seus efeitos na qualidade de vida e nas condições de existência da sociedade. O custo social da destruição ecológica e da degradação ambiental gerada pela maximização das ganâncias e dos excedentes econômicos a curto prazo, tem impulsionado a emergência de novos atores sociais mobilizados por valores, direitos e demandas, que orientam a construção de uma racionalidade ambiental<sup>58</sup>.

### 1.3.4 Desenvolvimento Alternativo

Na atualidade, o conceito de desenvolvimento alternativo tem sido discutido, debatido e utilizado sob diferentes perspectivas e pelos mais variados agentes sociais, seja no espaço acadêmico, seja no interior das comunidades locais, nacionais e globais. Para Sousa Santos e Rodríguez, este conceito tem suscitado uma sucessão de idéias e posições, as quais questionam a estrita racionalidade econômica que inspirou e continua inspirando o pensamento e as políticas de desenvolvimento dominantes. A origem dessa teoria remonta ao início dos anos setenta, época em que intelectuais, peritos em planejamento econômico, e ativistas, começaram a formular reflexões e a organizar eventos em torno do descontentamento sentido perante a abordagem tradicional do desenvolvimento<sup>59</sup>.

O empenho destes intelectuais em criticar e propor uma discussão acerca do desenvolvimento comportava a contestação da naturalidade e inquestionabilidade deste tipo de discurso. Neste sentido, a partir deste debate, a idéia de desenvolvimento alternativo foi estimulada e hoje em dia encabeça uma das principais críticas contra a globalização neoliberal. Neste contexto, percebemos uma ruptura no discurso atual

---

<sup>58</sup> (Leff, 2000:139) Para o autor, esta nova racionalidade ambiental emerge do questionamento da “*sobreeconomização*” do mundo, do desdobramento da racionalidade “*coisificadora*” da modernidade, e dos excessos do pensamento objetivo e utilitarista (Leff, 2004).

<sup>59</sup> (Santos; Rodríguez, 2003a:39).

(hegemônico), através da criação de uma nova teoria que é veiculada e reafirmada pelas mais diversas experiências adotadas pelos países do Sul<sup>60</sup>.

Sousa Santos e Rodríguez destacam no volume 2 da Coleção “Reinventar a Emancipação Social: Para Novos Manifestos”, um mapa de alternativas de produção. Descrevem algumas das mais inovadoras experiências ocorridas no Sul, e também no Norte, sobre a experimentação não capitalista inaugurada por estes diferentes atores. Para os autores,

“ao criticar e procurar superar, em maior ou menor escala, as características do capitalismo (...), todos estes tipos de experiências têm em comum o fato de, ainda que não pretendam substituir o capitalismo de um só golpe, procurarem (com resultados díspares) tornar mais incômoda a sua reprodução e hegemonia<sup>61</sup>”.

Sobre estas experiências destacamos iniciativas variadas, as quais compreendem, desde pequenas unidades produtivas locais (cooperativas de trabalhadores), até propostas de coordenação macro-econômicas e jurídicas globais. Os autores citam as iniciativas do complexo de Mondragón (Espanha); a idéia de *swadeshi* elaborada por Gandhi (Índia); a economia solidária (Brasil); as alternativas de acesso à terra e à produção econômica rural (Brasil); as associações e cooperativas (Colômbia, Moçambique, Índia e Portugal); entre outras<sup>62</sup>.

O desenvolvimento alternativo é entendido como uma forma de fomentar as condições de vida das populações e dos setores marginalizados, em particular. Porém, a necessidade de dar visibilidade aos indivíduos ausentes das narrativas e práticas hegemônicas de produção socio-econômica, fomentou ainda mais as críticas ao modelo dominante. Nessa perspectiva, as contradições que se tornam visíveis e passam a orientar a busca de alternativas são aquelas pertencentes à esfera dos conflitos de poder e dominação, travados entre interesses opostos. De um lado, surge o discurso hegemônico

---

<sup>60</sup> (A respeito ver em Santos; Rodríguez, 2003a:40).

<sup>61</sup> (Santos; Rodríguez, 2003a:26).

<sup>62</sup> (Santos; Rodríguez, 2003a:50).

orientado para uma lógica estritamente econômica e do outro, o sacrifício das comunidades marginalizadas e conseqüentemente, *invisibilizadas*.

As alternativas ao desenvolvimento dependem, em grande medida, da defesa das alternativas locais e das formas de vida e de conhecimento destas populações. Entretanto, têm sido tecidas diversas críticas a essas alternativas, as quais, devido à sua ênfase exclusivamente local, constituem propostas limitadas, no sentido de não contribuírem para uma articulação de economias plurais em diferentes escalas. Nesta análise, podemos compreender que a articulação das escalas (local, nacional e global) é uma necessidade urgente para o êxito destas propostas. Tornou-se evidente que, para se construir uma estratégia de desenvolvimento e conseqüentemente de luta, seria fundamental o apoio a nível local, articulado também à escala nacional e global.

Na atualidade, as experiências de desenvolvimento alternativo converteram-se num campo de análise em si mesmo. Estas experiências contribuíram para intensificar o debate acerca do modelo de desenvolvimento atual e da sua alteração emergente. Os intervenientes neste processo mudaram os termos do conflito, através das suas diversas identidades, criando coletivamente alternativas para um mundo mais justo, conquistadas pelas suas múltiplas lutas (ambientais, feminista, territoriais, sociais, entre outras).

#### **1.4 Alternativas ao Desenvolvimento**

As origens dos debates e das práticas referentes às alternativas ao desenvolvimento estão próximas das do desenvolvimento alternativo. No contexto político contemporâneo, os autores e as organizações que defendem alternativas ao desenvolvimento desenvolvem propostas que convergem parcialmente com as dos defensores do desenvolvimento alternativo (a ênfase no local, a promoção da autonomia comunitária, entre outras). No entanto, Sousa Santos e Rodríguez destacam que a visão do desenvolvimento alternativo

apresenta modificações e limites ao crescimento, mas não põe em causa a própria idéia de crescimento econômico. Para os autores, as propostas das alternativas ao desenvolvimento radicalizam a crítica à noção de crescimento e por conseguinte, exploram alternativas pós-desenvolvimentistas<sup>63</sup>.

Sevá ressalta que alternativa é uma palavra que tem sua raiz no conceito do *outro*, alter em língua latina. Significa outra via, outro rumo; outra solução, outra visão de mundo. E supõe, para começar, a possibilidade de pensar outra forma, e de executar medidas práticas de outra maneira, encarar a existência de uma alternância de critérios, e em muitos casos, de uma alternância de poder<sup>64</sup>. Neste sentido, as alternativas ao desenvolvimento constituiriam uma tentativa de alternância de poder, ou seja, de rejeição do paradigma de desenvolvimento econômico.

Este campo de disputa configura-se em torno da luta dos movimentos ambientalistas, feministas e sociais. Estes movimentos, além de rejeitarem o desenvolvimento econômico nos moldes atuais, reivindicam alternativas ao desenvolvimento, colocando em evidência a produção alternativa como elemento constituinte de um grande processo que tem vindo a formular e a praticar novas formas de organização econômica baseadas na proteção do ambiente, na solidariedade e principalmente na igualdade.

Contudo, torna-se necessário salientar que este processo se intensificou a partir dos anos noventa, com as manifestações contra a globalização e a favor de formas de inclusão e justiça. Como foi mencionado anteriormente, os movimentos ambientais, feministas e sociais desempenharam um papel fundamental para que o debate tivesse repercussões consideráveis e surgisse com tanta força no início do século XXI. Nesta perspectiva, gostaríamos de destacar a tradição feminista e o seu importante papel na luta por alternativas.

---

<sup>63</sup> (Santos; Rodríguez, 2003a:46).

<sup>64</sup> (Sevá, 1990:12).



Esta análise torna-se necessária, na medida em que o nosso objetivo principal é refletir sobre o papel das mulheres num movimento social de resistência. Neste sentido, acreditamos que a corrente feminista denominada *ecofeminismo* irá prestar um valioso contributo para as nossas interpretações e análises. Gostaríamos de abordar o ecofeminismo com maior profundidade no terceiro capítulo, a partir da relutância destas mulheres em abandonarem as suas casas e da importância da sua contestação contra o processo de construção de barragens. Neste momento, deixar de falar do ecofeminismo seria impossível, no entanto, será feita apenas uma breve menção, sem que se aprofunde o tema.

O ecofeminismo é uma corrente de pensamento que foi cunhada por Françoise d'Eaubonne, cuja definição não é consensual. A perspectiva veiculada pelo ecofeminismo conduz à ascensão de uma reflexão aprofundada sobre questões de género, contemplando inclusive a tentativa de discernir como se reproduz o machismo e a sua repercussão na degradação ambiental. Para muitos autores, a definição de ecofeminismo representaria a «consciência da opressão/repressão das mulheres, que inicia não só a análise da dimensão desta opressão/repressão, mas também as estratégias para a sua libertação». Shiva destaca que só existe um caminho para a sobrevivência e libertação da natureza, da mulher e do homem. O caminho ecológico seria fundado no equilíbrio e na diversidade, como oposição ao domínio, à exploração e ao desenvolvimento insustentado<sup>65</sup>.

Para Sousa Santos e Rodríguez, as propostas que defendem a superação do paradigma do desenvolvimento são atualmente umas das mais dinâmicas e promitentes fontes de alternativas de produção não capitalista. Nelas participam um caleidoscópio de organizações de todo o mundo, envolvidos em lutas diversas. Segundo os autores,

“estas lutas incluem a resistência de grupos indígenas contra projetos de desenvolvimento económico que põem em perigo a sua cultura e, com ela, a sua sobrevivência física, como a luta do povo indiano contra barragens. Lutas similares pela afirmação cultural e a proteção do meio

---

<sup>65</sup> (Shiva, 1991).

ambiente, a partir de uma perspectiva antidesenvolvimentista, proliferam atualmente em todo o mundo, impulsionadas por uma combinação de ativismo local e redes de ativismo global<sup>66</sup>”.

O discurso do desenvolvimento, como já vimos, pode ser considerado um discurso ambíguo, com uma vertente puramente economicista e com antinomias. Contudo, também analisámos um discurso voltado para formas alternativas de desenvolvimento, preocupado com a subsistência e diversidade de suas comunidades. Nesse sentido, neste trabalho iremos defender que a concepção econômica do desenvolvimento pode ser considerada como hegemônica, preocupada com uma racionalidade puramente econômica e não interessada no futuro dos países do Sul e que uma concepção contra-hegemônica irá valorizar questões alternativas que abordem o futuro de comunidades tradicionais.

A importância desta distinção torna-se fundamental, na medida que analisaremos os Grandes Projetos de Desenvolvimento como exemplos de uma concepção hegemônica de desenvolvimento que não se preocupou com a sustentabilidade ambiental e muito menos social. Estes projetos, como veremos adiante, perpetuaram a exclusão de milhares de brasileiros e de muitos outros povos em todos os países do Sul. A exclusão pode ser entendida aqui como o oposto à integração, sendo uma condição humana que associa precariedade material, superfluidade econômica, desvinculação social e não cidadania<sup>67</sup>.

Acreditamos que o nosso trabalho possa oferecer um importante contributo, na medida em que pretende analisar um movimento social que há vinte anos luta contra a apropriação das suas terras e reivindica formas tradicionais de sobrevivência. Com o intuito de lutar contra a destruição da natureza, o MAB e outros movimentos sociais e ambientais propõem uma variedade de alternativas, as quais questionam as estratégias de apropriação do desenvolvimento hegemônico e criam alternativas ao desenvolvimento.

Neste sentido, entendemos como alternativas ao desenvolvimento, todas as formas de resistência e luta por parte dos setores da sociedade que não aceitam o modelo de

---

<sup>66</sup> (Santos; Rodríguez, 2003a:48).

<sup>67</sup> (Escorel, 1997:1045).

desenvolvimento hegemônico atual. Estas alternativas são criadas no seio destes movimentos e representam uma ruptura discursiva e uma possibilidade de mudança.

## CAPÍTULO II

### OS GRANDES PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO

“Barragens, minas, centrais de energia, bases militares - estes são templos da nova religião denominada «desenvolvimento», uma religião que fornece o fundamento racional ao estado modernizador, às suas burocracias e tecnocracias. O que é sacrificado no altar desta religião é a vida da natureza e dos indivíduos”.

Vandana Shiva<sup>68</sup>

---

<sup>68</sup> (Shiva, 1993: 133;134).

## 2. 1 Os Grandes Projetos de Desenvolvimento

Durante o século XX, o planejamento ganhou força na América Latina como instrumento técnico-político de intervenção do Estado, a partir da divulgação de idéias desenvolvimentistas, expressas principalmente pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - CEPAL<sup>69</sup>. Esta Comissão defendeu a necessidade de uma intervenção estatal na economia para implementar a industrialização nos países latino-americanos. Este modelo partiu do reconhecimento da impossibilidade de uma industrialização espontânea no Brasil e em toda a América Latina, e propôs um programa para superar as deficiências estruturais da economia. Esta política econômica foi denominada nacional-desenvolvimento, tendo sido aplicada pelo governo brasileiro e favorecendo os setores empresariais ligados ao capital transnacional.

O planejamento surge assim como um importante instrumento de organização espacial das regiões e foi marcado pela formação de uma base institucional, técnica e financeira para a industrialização, com a criação de órgãos voltados para o planejamento econômico, a formulação de políticas desenvolvimentistas, regulamentação da exploração de recursos naturais, bem como para o financiamento e a fiscalização da atividade econômica<sup>70</sup>. A sua noção básica estava ligada à idéia de progresso, com o propósito de requalificar o espaço, o qual deixaria assim, de ser um lugar de “atraso”, para se tornar um espaço de modernização.

---

<sup>69</sup> Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - CEPAL, foi criada em 1948 pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas com o objetivo de incentivar a cooperação econômica entre os seus membros. Para Herculano, a contrapartida foi a busca de um desenvolvimento endógeno e de uma industrialização autônoma, que não fossem reflexos de políticas imperialistas. Este foi o grande tema defendido pela CEPAL e que teve à frente economistas como Raul Prébisch e Celso Furtado. A autora destaca que, “para os cepalinos, os problemas econômicos latino-americanos derivavam das trocas desiguais entre os países exportadores de matérias-primas e outros, exportadores de manufaturados, e tal desequilíbrio seria sanado com a industrialização dos primeiros” (Herculano, 1992:21).

<sup>70</sup> (Lemos, 1996).

No Brasil, este plano econômico foi caracterizado pelo ingresso de grande quantidade de capital estrangeiro no país, e do forte impulso do “Plano de Metas<sup>71</sup>”, colocado em prática pelo presidente Kubitschek<sup>72</sup>. Por meio desses investimentos, surgiram políticas setoriais e projetos que comportavam empreendimentos de grande porte, os quais foram elaborados como meios de implementação de infra-estruturas necessárias para a industrialização e, ainda, como forma de possibilitar o “desenvolvimento” das regiões escolhidas para a construção destas obras.

Estas políticas foram criadas a partir de um paradigma de desenvolvimento que representaria crescimento econômico e se tornaria numa nova etapa de progresso. O processo foi marcado pela passagem de missões técnico-econômicas americanas pelo país (Missão Cooke - 1942<sup>73</sup>, Missão Abbink - 1948<sup>74</sup> e Comissão Mista Brasil<sup>75</sup>). Estas missões contribuíram para: 1) formar uma mentalidade técnica planejadora no Brasil; 2) formular e desenvolver os conceitos relativos ao planejamento, além de promover a legitimação do discurso técnico, através do estabelecimento de critérios de “neutralidade”, “objetividade” e “imparcialidade” do planejamento científico, a fim de obter a adesão dos diversos setores ao planejamento; e 3) formar uma massa de experiência acumulada em termos de estudos, projeções, diagnósticos e proposições para o desenvolvimento da economia brasileira<sup>76</sup>.

---

<sup>71</sup> O Plano de Metas (1957-1960) foi elaborado a partir dos estudos técnicos dos grupos do Banco Nacional de Desenvolvimento e da Comissão para a América Latina. O Plano previa investimentos pesados para fortalecer a base industrial e superar o “atraso” estrutural do país quanto à geração de energia, capacidade de transporte e desequilíbrios regionais. Com a realização deste plano, o capital dos países industrializados penetrou em larga escala na indústria brasileira.

<sup>72</sup> O governo de Juscelino Kubitschek, foi caracterizado por grandes projetos e investimentos públicos.

<sup>73</sup> A Missão Cooke foi considerada a primeira tentativa de diagnóstico global da economia brasileira e de seus problemas dentro de uma perspectiva de promoção de desenvolvimento do país. O seu relatório tinha como objetivo “fortalecer a longo alcance todo sistema industrial brasileiro”.

<sup>74</sup> A missão Abbink representou a retomada da cooperação econômica com os Estados Unidos da América, iniciada através da Missão Cooke. O relatório da Missão Abbink procurava definir quais seriam os principais “pontos de estrangulamento” para esses problemas.

<sup>75</sup> Como resultado das Missões anteriores, foi criada a Comissão Técnica Mista Brasil - EUA (1951) - Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico/CMBEU, juntamente com a CEPAL. Esta teve o objetivo de examinar projetos que seriam realizados com recursos mobilizados pelos norte americanos.

<sup>76</sup> (Lemos, 1996).

Para Germani, o Estado brasileiro pode ser caracterizado neste período como um “Estado capitalista, monopolista, que como tal intervém e participa diretamente no sentido de manter, organizar e garantir o processo de acumulação de capital, participando inclusive no nível de produção<sup>77</sup>”. No entanto, apesar de neste modelo de desenvolvimento o ónus do setor industrial ter sido significativo, os Grandes Projetos<sup>78</sup> apresentaram-se como condições indispensáveis para o incremento desta nova política implementada pelo Estado.

Para a elite brasileira, o subdesenvolvimento do país era inerente ao antigo modelo agroexportador. Contudo, esta elite considerava que a industrialização do país seria uma condição necessária para que o atraso estrutural fosse superado. Como tal, aquela passou a ser uma das grandes defensoras da política desenvolvimentista protagonizada pelo governo brasileiro, tendo sido, conseqüentemente, a sua maior beneficiada. Cabe aqui destacarmos que o governo brasileiro teve uma participação fundamental neste período<sup>79</sup>, no entanto, o mesmo não ocorreu nas décadas seguintes. A nova estrutura construída na metade dos anos oitenta esteve direcionada para a diminuição da participação e para a intervenção direta do Estado, atuando apenas com a função de agente regulador e financiador.

Scherer-Warren destaca que, não só no Brasil, a ocupação do espaço através de projetos de grande escala tem sido apontada na literatura como resposta a duas “necessidades” básicas: a de criação de condições gerais para a produção ampliada<sup>80</sup> e a de ordenamento territorial em consonância com as idéias da integração e da doutrina de segurança nacional<sup>81</sup>. De fato, segundo a autora, neste processo, o Estado assume o papel

---

<sup>77</sup> (Germani, 2003:42).

<sup>78</sup> Entendemos como Grandes Projetos de Desenvolvimento, extensas unidades produtivas, a maioria das quais, para o desenvolvimento de atividades básicas, (...) complexos industriais, portuários e, a outra escala, usinas nucleares, hidroelétricas de grande porte, entre outros (Vainer, 1990). Como instrumento de infra-estruturas de grande porte, os Grandes Projetos de Desenvolvimento influenciaram diversos aspectos econômicos, sociais e ambientais. E, como todas as grandes instalações, a construção e operação destas obras envolveram muitos riscos e afetaram os interesses de grupos diferenciados.

<sup>79</sup> Como foi mencionado anteriormente, este período refere-se aos anos 60 e 70.

<sup>80</sup> Estimulando o desenvolvimento das indústrias de bens duráveis, em grande medida associadas ao capital externo.

<sup>81</sup> (Scherer-Warren, 2005:80).

de planejador e empreendedor destes projetos, através de políticas marcadamente centralizadoras, autoritárias e articuladas com os interesses militares e do capital. Neste sentido, as duas “necessidades” (integração/segurança nacional e acumulação) são atendidas simultaneamente.

A matriz dos Grandes Projetos e de grandes espaços, que se constituiu como sinônimo de modernização, acabou criando um profundo reordenamento da economia brasileira. Quanto a estes aspectos, podemos destacar que os maiores beneficiados não foram as populações locais. Este modelo econômico acabou privilegiando uma pequena burguesia, gerando um descompasso entre a população local afetada e a elite brasileira. Como consequência deste processo, verificou-se uma maior concentração de riqueza e poder nas mãos de grandes empresas transnacionais e a exclusão das populações, tanto no acesso aos recursos naturais, quanto na tomada de decisões políticas.

Nesta análise, percebemos que a reflexão apresentada no capítulo anterior sobre o “discurso do desenvolvimento” se torna fundamental para o entendimento destas questões. Do ponto de vista teórico, o conceito de desenvolvimento é intrínseco à política desenvolvimentista iniciada com os Grandes Projetos. Esta política definiu como linhas principais para o desenvolvimento do país as idéias de crescimento e progresso, tendo-se transformado o primeiro na nova palavra de ordem, e o discurso desenvolvimentista na nova ideologia.

A partir da análise destes discursos desenvolvimentistas, podemos constatar que os Grandes Projetos foram apresentados à sociedade como essenciais ao desenvolvimento da nação. Contudo, este cingiu-se ao centro hegemônico da economia nacional, não chegando a atingir as regiões pretendidas e, conseqüentemente, não tendo amenizado os impactos causados pela implementação destes empreendimentos. Para Murphy,

“a realização de macroprojetos dependeu de grupos industriais e financeiros transnacionais para promover capital, tecnologia, gerência e acesso aos mercados. Em alguns casos esses Grandes



Projetos de Desenvolvimento provocaram enormes conflitos nos valores sociais e culturais e nos modos de operação nos países onde se realizaram<sup>82</sup>”.

A análise do autor possibilita-nos perceber que estes conflitos ocultaram estratégias de poder, paradigmas e interesses em confronto. Os propósitos da política desenvolvimentista concretizada através das construções de Grandes Projetos foram reveladores, em grande parte, da nova ocupação territorial e da forma de repensar o espaço, que se orientava a partir de uma perspectiva puramente economicista. Neste sentido, torna-se necessária uma reflexão mais profunda sobre esses projetos, logo após a sua implementação, num período conturbado e de extremo autoritarismo<sup>83</sup>.

Podemos destacar que o discurso utilizado pelo governo autoritário brasileiro se anunciava através de uma visão de que estes projetos apresentariam uma nova estratégia de desenvolvimento, estruturada em grandes investimentos setoriais que promoveriam o progresso do país. O progresso foi visto como uma força condutora deste processo evolucionário<sup>84</sup>. Destaca-se que esta “força condutora” pode ser considerada como responsável para que o Brasil tenha sido um dos países que mais investiram neste tipo de empreendimento na década de setenta.

Quanto a este aspecto, não podemos homogeneizar todos os empreendimentos, nem os seus efeitos. De acordo com Rosa, a constatação destes interesses econômicos exógenos não compete em fazer «tábula rasa» de todos os grandes projetos, como inteira e igualmente contraditórios ou alheios aos interesses nacionais e sociais dos países que os realizaram. Para o autor,

“o problema é frequentemente tratado com fortes vínculos ideológicos: um lado, a favor de todos os grandes investimentos, por considerá-los geradores de progresso econômico, outro lado

---

<sup>82</sup>(Murphy, 1982; In Rosa, 1988:11).

<sup>83</sup> Para Sevá, “logo que conseguiram tomar nas mãos as rédeas da situação política, por meios dos golpes de Estado em 1964 e 1969 e da repressão continuada, alguns grandes grupos econômicos coligados aceleraram a acumulação do seu capital e decidiram que o país ia trilhar a via da industrialização de alto conteúdo energético e de alto teor de degradação e de resíduos” (Sevá, 1990:17).

<sup>84</sup> (Shiva; Mies, 1993:78).

condenando-os como igualmente antinacionais e anti-sociais por trazerem dependência econômica e tecnológica<sup>85</sup>”.

Como se pode observar, a questão que se levanta diz respeito aos efeitos destes empreendimentos nas regiões, pois para a maioria dos autores, estes projetos não foram suficientes para alcançar as economias regionais. Para Santos, Meneses e Nunes, o questionamento destes impactos e das suas consequências desastrosas decorrentes do desenvolvimento tecnológico torna-se hoje uma necessidade urgente. Estes autores salientam que o próprio desenvolvimento tecnológico e os problemas que cria,

“(…) dos novos problemas da saúde pública aos impactos ambientais, sanitários, econômicos e políticos das sementes transgênicas, do uso de fertilizantes tóxicos, ou da construção de grandes barragens - obrigam-nos a enfrentar os desafios e envolver de maneira construtiva no debate e na pesquisa de soluções todos os atores que direta e indiretamente estejam ligados a esses problemas. Tal atitude exige uma abertura a um questionamento mais amplo e profundo e uma participação mais alargada e inconformada no debate, por forma a construir uma rede de intervenção onde todas as formas de conhecimento possam construtivamente participar em função da sua relevância para a situação em causa<sup>86</sup>”.

Nos últimos anos, temos assistido a um grande debate sobre as controvérsias e conflitos em torno da construção de Grandes Projetos de Desenvolvimento. O tema dos grandes projetos tem colocado no palco da história brasileira diversos tipos de atores, os quais, buscam um questionamento amplo e profundo de forma integrada, com o objetivo principal de construir uma rede de intervenção, em que todos os setores da sociedade (movimentos sociais, ambientalistas, feministas, indígenas, quilombolas, entre outros) possam decidir e participar conjuntamente desse processo.

Vale a pena ressaltar que para um país com concentrações urbanas e industriais como o Brasil, questionar o papel dos grandes projetos implica, para estes movimentos e

---

<sup>85</sup> (Rosa, 1988:09).

<sup>86</sup> (Santos, 2004a:22).

para a sociedade como um todo, questionar a própria estrutura de desenvolvimento adotada. De acordo com Rosa<sup>87</sup>, existe uma clara relação entre os grandes projetos e o contexto em que estes foram desenvolvidos. A compreensão e questionamento dos Grandes Projetos de Desenvolvimento contempla o entendimento das várias concepções de desenvolvimento e das políticas adotadas pelo Brasil e como estas se constituíram como cruciais para a compreensão do processo que culminou com a política de criação de Grandes Projetos e mais especificamente, de Grandes Barragens.

Quanto a este aspecto, podemos destacar que, no capítulo anterior, abordamos as críticas dos autores feitas a partir dos anos 70<sup>88</sup>, assim como os debates atuais<sup>89</sup> sobre o discurso do desenvolvimento. Portanto, não nos aprofundaremos sobre o modelo de desenvolvimento implementado e as suas diversas conotações para os países do Sul. O nosso objetivo consiste em analisar as consequências deste modelo, as quais podem ser exemplificadas pela construção de barragens e pelos seus efeitos para as populações atingidas por estas obras. Iremos somente focar o que esses projetos representam e como foram implementados.

## 2.2 As Grandes Barragens

Como Grandes Projetos de Desenvolvimento, as barragens sempre foram representadas como ícones de desenvolvimento, símbolos de modernidade e progresso<sup>90</sup>. Contudo, desde os anos oitenta, estes projetos têm sido duramente criticados pelos extensos impactos decorrentes da sua implementação. De acordo com as estimativas da Comissão Internacional sobre Grandes Represas (ICOLD), na atualidade, os rios do mundo

---

<sup>87</sup> (Rosa, 1988:10).

<sup>88</sup> (Furtado, 1996; Castro, 1971).

<sup>89</sup> (Vieira, 2004; Santos, 2003; Leff, 2000; Escobar, 1995; Sachs, 1986; Ribeiro, 2005; Lima, 2004; entre outros).

<sup>90</sup> De acordo com Roy, o primeiro-ministro indiano Nehru definia as grandes barragens como “os templos modernos da Índia”. Para a autora, a construção de barragens passou a ser equacionada com a construção da nação indiana (Roy, 2001:18).

estão obstruídos por mais de quarenta e cinco mil grandes barragens<sup>91</sup>, das quais apenas cinco mil foram construídas antes de 1950<sup>92</sup>. O Brasil possui mais de duas mil barragens em todo o país, alagando uma área de trinta e quatro mil quilômetros quadrados. No entanto, não podemos deixar de destacar que estas grandes obras foram distribuídas pelo mundo de modo desigual. Cerca de mais de trinta e cinco mil grandes barragens se concentram em apenas nove países. O Brasil encontra-se em nono lugar, com quinhentas e noventa e quatro grandes barragens<sup>93</sup>.

Estes grandes empreendimentos podem ser caracterizados como estruturas construídas para represar água, podendo fechar um vale transversalmente ou ter a finalidade de desviar um curso de água. Os reservatórios artificialmente formados podem ter várias finalidades como: controle de cheias; mineração; correção torrencial; conservação da água; geração de energia hidroelétrica; irrigação; abastecimento humano ou animal; piscicultura; recuperação de terras inundadas; navegação; turismo e lazer.

Quanto às suas diversas finalidades, podemos destacar que os defensores destes projetos argumentam que estes empreendimentos possuem uma importância fundamental, tanto para a geração de energia elétrica, como também para outros fins. No entanto, ao analisarmos a forma como estes projetos foram implementados e para quais setores foram direcionados, percebemos que as razões subjacentes de controvérsias relacionadas com a construção destes projetos são numerosas. Para as populações direta e indiretamente atingidas por estas obras, os efeitos foram graves e negativos. Já para as empresas implementadoras, os efeitos são consequências deste processo e essenciais para o desenvolvimento da nação<sup>94</sup>.

---

<sup>91</sup> Uma “grande barragem”, como usualmente define a ICOLD, mede quinze metros ou mais, desde a base até a crista - mais alta do que um edifício de quatro andares.

<sup>92</sup> (McCully, 2004:30).

<sup>93</sup> Com mais de quinze metros.

<sup>94</sup> De acordo com Vainer, “para o Setor Elétrico o que importa é a relação custo/benefício de seu plano. Para a população que sofrerá os impactos, a lógica é exatamente inversa. Preocupa, antes de mais nada, o seu próprio destino, de suas terras, de sua região. Os benefícios possíveis, se os há, são vagos, indeterminados e, provavelmente, nunca chegarão até ela; os efeitos são negativos, são concretos, palpáveis, diretos, imediatos” (Vainer, 1990:20).

Estas empresas construtoras são em sua grande maioria transnacionais, e tanto no passado como no presente, ainda se encontram diretamente envolvidas na construção e operação deste tipo de empreendimento, tal como acontece com os financiadores destes projetos e muitas vezes, o próprio governo. Sendo assim, constatamos que, de um lado da disputa, estão as empresas privadas, o governo e as agências multilaterais envolvidas com a construção de barragens. De outro lado, as populações atingidas, movimentos ambientalistas, movimentos locais de resistência e organizações não-governamentais que agem contra estes projetos.

Porém, não podemos negar que as grandes barragens possuem um papel importante na produção de energia renovável, no abastecimento de água potável e na proteção contra inundações. Contudo, os seus benefícios não deveriam causar tantos transtornos às populações que vivem nas áreas próximas destas obras, nem os danos ambientais irreversíveis verificados antes, durante e depois da sua construção. Desta constatação advém a necessidade de reflexão sobre os impactos resultantes da implantação, visto que estas grandes obras impõem novas modalidades de uso do território e dos recursos naturais.

Para alguns autores, a água é um recurso renovável e a produção de energia hidroelétrica é encarada como sendo mais ecológica do que qualquer outro sistema convencional de energia. No entanto, pesquisas recentes relevam que, embora a energia de fonte hídrica seja considerada limpa e barata, esta causou e ainda causa um enorme custo ambiental e social, tornando os efeitos desta degradação devastadores e muitas vezes irreversíveis<sup>95</sup>. Este modelo baseado na produção de energia hídrica totaliza vinte por cento de toda a energia produzida no mundo e, para muitos ambientalistas,

---

<sup>95</sup> Segundo Rosa, “a omissão dos problemas ambientais, bem como seu enfoque incorreto, têm levado, em diversas ocasiões, as interferências indesejadas ao meio ambiente, grande parte das vezes com resultados desastrosos. Faz-se necessário, portanto, que antes de decidir a construção de grandes aproveitamentos hidroelétricos, desenvolvam-se estudos que permitam avaliar, de modo mais aproximado possível, a verdadeira amplitude dos riscos e impactos possíveis de serem gerados por essas obras” (Rosa, 1988:179).

caracterizou-se por uma lógica atroz que desrespeitou a utilização sustentável dos espaços, bem como as dinâmicas sócio-culturais das comunidades tradicionais.

McCully salienta que esta forma de produção energética já desalojou entre trinta a sessenta milhões de pessoas em todo o mundo. O autor considera que,

“as grandes barragens são muito mais do que máquinas que geram eletricidade e armazenam água. São expressões de concreto, rocha e terra da ideologia dominante na era tecnológica: ícones do desenvolvimento econômico e do progresso científico, à altura das bombas nucleares e dos automóveis<sup>96</sup>”.

Quanto a estes aspectos, podemos destacar que o formato emblemático da implementação destes projetos se caracterizou pela mobilização intensa de capital, da força de trabalho, dos recursos naturais, da energia e do território. Para os autores Vainer e Araújo,

“às regiões de implantação, de modo geral, tem restado a desestruturação das atividades preexistentes, o crescimento desordenado da população, desemprego, favelização, marginalização social, e, quase sempre, degradação ambiental<sup>97</sup>”.

Como podemos observar, Vainer, Araújo, Rosa e Sigaud, entre outros, afirmam que a concepção central de produção de energia em grandes barragens, ao invés de produzir a dinamização da economia regional, aumentou as desigualdades sociais e econômicas.

De acordo com Rosa, sob os aspectos dos impactos sociais negativos, estas grandes obras apresentam problemas imediatos extremamente graves, decorrentes da inundação de enormes áreas para a formação de lagos artificiais, afetando efetivamente a vida de populações deslocadas ou atingidas pelas mudanças do meio ambiente físico e social. O autor considera que,

---

<sup>96</sup> (McCully, 2004:03).

<sup>97</sup> (Vainer; Araújo, 1992:33).

“o equacionamento desses problemas, é condição necessária para viabilizar o aproveitamento do grande potencial hidroelétrico brasileiro em um sistema político democrático em que as pressões sociais se farão sentir fortemente<sup>98</sup>”.

Este fato pode ser entendido, se pensarmos que parte dos problemas surgidos com a construção destes projetos, em especial aqueles relacionados com as transformações econômicas e sociais, foram causados pela ausência de políticas integradas voltadas para os interesses internos da sociedade. Ao analisarmos os relatos e histórias de vida de populações que tiveram de abandonar as suas casas ou que foram atingidas indiretamente por estes projetos, percebemos que estas “Grandes Obras” foram encaradas por estas populações como algo distante, desconhecido e que não correspondia às suas expectativas e desejos.

Podemos notar que a implantação destas grandes barragens nas regiões de instalação foi encarada pelas populações locais como a “chegada de um estranho”, algo que assustava e ao mesmo tempo instigava a população<sup>99</sup>. Martins afirma que,

“não se trata de introduzir nada na vida de ninguém. Aqui se trata de projetos econômicos de envergadura como hidrelétricas, rodovias, planos de colonização, de grande impacto social e ambiental mas que não têm por destinatários as populações locais<sup>100</sup>”.

Ainda de acordo com o autor, “as mudanças do cotidiano, percebidas com a chegada do “outro”, geram momentos de instabilidade para os moradores, de redefinição de “seu” espaço social, dos usos e apropriações destes<sup>101</sup>”.

Neste processo, as comunidades assumem um significado particular para o capital privado, sendo encaradas como obstáculos para a apropriação territorial. O capital

---

<sup>98</sup> (Rosa, 1988:08).

<sup>99</sup> Como exemplo deste processo, destacaremos a implementação da Barragem de Sobradinho, a qual ocorreu em 1971. Desde o anúncio da construção da Barragem no nordeste brasileiro, os moradores do Rio São Francisco começaram a viver um dilema. No imaginário da população, a construção dessa Barragem parecia um sonho impossível. No entanto, este sonho foi se tornando um pesadelo quando as obras começaram (sem que a população fosse avisada) e estas comunidades foram obrigadas a se deslocarem para outras cidades e povoados.

<sup>100</sup> (Martins, 1993:62).

<sup>101</sup> (Martins, 1993:62).

privado, simbolizado por essas empresas privadas, minimiza a existência dos custos sociais, ao mesmo tempo que legitima uma apropriação desigual dos recursos naturais. Contudo, não podemos deixar de destacar que estas comunidades compõem um segmento social desfavorecido, com acesso limitado a recursos políticos, econômicos e culturais capazes de viabilizar a sua participação em processos decisórios. Através deste processo, podemos perceber que os atingidos e atingidas representaram variáveis a serem equacionadas em termos de custos financeiros, obstáculos a serem removidos, para que o território pudesse ser ocupado pelo empreendimento<sup>102</sup>.

Considerando a insurgência desses aspectos, observamos que a história se repete em outros países da América Latina<sup>103</sup> e se torna flagrante quando analisamos o caso da construção de barragens na Índia, e em muitos países da Ásia. Em todos os países analisados, os relatos complementam-se e os danos ambientais e sociais indicam que o meio ambiente e as populações mais pobres, e conseqüentemente *invisibilizadas*, foram as que mais sofreram com as conseqüências destes projetos. Para Shiva, a magnitude deste sacrifício só agora se torna evidente. As vítimas do progresso têm, obviamente, vivenciado e resistido a este desenraizamento. Porém, tanto as vítimas, como o Estado, entenderam que todos os sacrifícios são pequenos face ao mais amplo «interesse nacional». Segundo a autora,

“ao longo de quarenta anos de desenvolvimento planejado, a destruição planejada da natureza e da sociedade já se mostra inegável; e os mais amplos «interesses nacionais» acabam por ser personificados por uma elite minoritária sem raízes<sup>104</sup>”.

O reconhecimento destas questões revela claramente o processo de exclusão que a construção destes grandes projetos provocou, em que os mais afetados foram os “outros”

---

<sup>102</sup> Este processo torna-se claro, quando analisamos as promessas das empresas quanto a pagamentos de indenizações e reassentamentos, os quais quase nunca são cumpridos, mas aprofundaremos este assunto nos próximos sub-capítulos.

<sup>103</sup> Bolívia, Paraguai, Nicarágua, México, entre outros.

<sup>104</sup> (Shiva; Mies, 1993:134).



(os *adivasis*<sup>105</sup> indianos, camponeses, indígenas, quilombolas, populações ribeirinhas, mulheres, entre outros), os “diferentes” que não dominam os códigos da modernidade, não têm acesso ao processo de globalização em suas diferentes dimensões e pertencem a etnias historicamente subjugadas e silenciadas. Para Sousa Santos,

“a produção do Ocidente como forma de conhecimento hegemônico exigiu a criação de um Outro, constituído como um ser intrinsecamente desqualificado, um repositório de características inferiores em relação ao saber e poder ocidentais e, por isso, disponível para ser usado e apropriado<sup>106</sup>”.

Neste sentido, a partir das nossas análises, gostaríamos de destacar que a criação de um “outro” foi constituída através de uma série de hierarquias, em que os projetos para a construção de barragens em muitos países do Sul foram pautados por lógicas de desigualdades de poder, criando um “outro” desqualificado e conseqüentemente invisibilizado pela sociedade.

Estes projetos, ao longo dos anos, têm sofrido oposição de fortes movimentos populares, particularmente, de camponeses, indígenas, entre outros, cujas terras dos seus antepassados e modos de vida foram inundados e submersos por estas barragens<sup>107</sup>. Estes grandes empreendimentos hidroelétricos acabaram por gerar complexos e diferenciados impactos na maioria dos países do Sul, os quais iremos ver mais detalhadamente no próximo sub-capítulo.

### 2.2.1 Impactos

Foi reconhecida, através da análise da implementação de grandes barragens, a existência de impactos de extrema relevância, cujas conseqüências abrangeram os mais diversos setores da sociedade brasileira. Para analisarmos os impactos ambientais, sociais

---

<sup>105</sup> Termo utilizado na Índia para designar os habitantes nativos da região. Os *adivasis* são os mais atingidos pelas grandes barragens indianas (Roy, 2001:11).

<sup>106</sup> (Santos, 2004a:24).

<sup>107</sup> (Shiva; Mies, 1993:398).

e imateriais, enunciaremos inicialmente que as controvérsias em torno destes projetos têm sido uma constante no Brasil e, como vimos anteriormente, em quase todos os países do Sul. Para Sigaud, os «impactos» destes projetos,

“são pensados como resultantes de uma intervenção vinda de cima (das agências governamentais) e o referencial para a avaliação desses «impactos» é a população compulsoriamente deslocada para a formação dos reservatórios, bem como as populações vizinhas. Na visão da literatura, os “impactos” consistem em respostas culturais da população à intervenção, como se a um estímulo (intervenção) correspondesse uma reação (resposta cultural/impacto)<sup>108</sup>”.

Estes impactos começam com o planejamento, passam pela construção de grandes barragens e prolongam-se para além do início de funcionamento da barragem. Podemos identificar impactos sobre o meio ambiente e também sobre as pessoas e os seus modos de vida. Neste sentido, não só existem impactos concretos e materiais, como o alagamento de florestas, cidades, escolas e lares, como também impactos imateriais, pois com a perda do vínculo espacial, perdem-se também os laços familiares e da comunidade e a referência da vizinhança, entre outros<sup>109</sup>.

Os efeitos destes impactos variam e são questionados devido às suas consequências regionais e locais, podendo-se analisar que a política desenvolvimentista foi elaborada “de cima para baixo” e caracterizada pela desincorporação de processos ecológicos e sociais dos valores de mercado<sup>110</sup>. Entendemos que a origem desses problemas reside no paradigma desenvolvimentista que considera o meio ambiente apenas como um «recurso» separado, o qual se encontra à disposição da humanidade como algo inerente, passivo, separável, fragmentado e inferior, a ser explorado<sup>111</sup>.

No caso brasileiro, a preocupação com os impactos ocorreu, em grande parte, devido aos seus dramáticos efeitos no meio ambiente e nas populações. Segundo Haddad,

---

<sup>108</sup> (Sigaud, 1988:85).

<sup>109</sup> (MAB - Manual do Atingido. Caderno sobre: Impactos sociais e ambientais de barragens, 2005:01).

<sup>110</sup> (Leff, 2000).

<sup>111</sup> (Shiva, 1991:65).

as razões para estes dados são abrangentes. O autor destaca que, do ponto de vista político,

“a maioria destes projetos foi concebida e implementada durante um período de autoritarismo político, no qual os grupos mais afetados pelos danos sociais e ecológicos não tiveram a oportunidade de manifestar suas críticas propostas ou dissidências; Do ponto de vista social, muitos destes projetos ocorreram numa etapa histórica, na qual a consciência ecológica ainda não estava presente como força contestatória junto à oposição pública nacional; Do ponto de vista técnico, registra-se que, na análise e avaliação destes projetos para fins de financiamento, não se incorporavam, nos seus fluxos de caixa, os custos sociais e ecológicos de sua implantação e operação, visando obter algum critério de investimento que calculasse as rentabilidades sociais dos projetos, incluindo seus impactos<sup>112</sup>”.

Nesta perspectiva, verificamos que, mediante a implementação destes projetos, ocorreu uma reordenação do território, ou seja, uma nova ocupação. O território foi apropriado, pelo centro hegemônico e um novo espaço foi reordenado. Estes recursos regionais foram apropriados, como tivemos a oportunidade de perceber durante as entrevistas, sem que as populações atingidas participassem, o que fortaleceu as desigualdades preexistentes. Ao analisarmos os casos apresentados pelas comunidades atingidas nos dois encontros nacionais do MAB, verificámos que, em todos os casos abordados, as populações atingidas se encontraram fora do processo de decisão e conseqüentemente, não participaram das negociações com as empresas sobre o futuro dos seus territórios.

Para Acsehrad, o planejamento autoritário que prevaleceu na construção de grandes barragens, além de desqualificar os grupos sociais deslocados enquanto agentes políticos, pretendeu equacionar enormes transformações sócio-ambientais como se fossem redutíveis a simples operações patrimoniais com a propriedade jurídica. Assim, para o autor, a área inundada foi sistematicamente considerada como mero espaço de propriedade, e não de

---

<sup>112</sup> (Haddad, 1989:03).

relações sócio-culturais diversificadas. As empresas<sup>113</sup> desapropriaram e “indenizaram<sup>114</sup>” os bens, mas não se considerou o universo não mercantil dos modos tradicionais de vida<sup>115</sup>.

Contudo, nem as empresas e nem o governo sabem dizer, com precisão, quantas pessoas foram deslocadas até hoje pelas barragens. De acordo com McCully, as conseqüências sociais da implementação de grandes barragens no mundo têm sido dramáticas, assim como os seus impactos ecológicos. Segundo o autor,

“apesar dos construtores não se terem incomodado em levantar o registro, o número de pessoas expulsas de suas terras pelo alagamento causado pelas barragens é na ordem de mais de dezenas de milhões de pessoas - trinta milhões seria uma cifra moderada; sessenta milhões, uma quantidade mais representativa. A evidência representativa demonstra que poucos indivíduos puderam se recuperar alguma vez deste desastre, seja economicamente ou psicologicamente<sup>116</sup>”.

Shiva ressalta que os sacramentos do desenvolvimento são feitos das ruínas e da dessacralização de outros elementos sagrados, principalmente, solos. Para a autora “baseiam-se no dismantelamento da sociedade e da comunidade, no desenraizamento de pessoas e de culturas<sup>117</sup>”. O que temos acompanhado nestes últimos anos é o reconhecimento destas questões pelos grupos de atingidos e atingidas brasileiros, indianos, bolivianos, nicaraguenses, entre muitos outros. Estas populações indicam a rejeição da condição de expropriado e engendram um projeto maior de luta. Os impactos ambientais, sociais e imateriais, resultantes do processo de construção de barragens, ocasionam lutas por direitos. Direitos à terra, à água, à preservação da natureza, das suas culturas e ao combate contra a deslocalização e desaparecimento dos seus saberes.

---

<sup>113</sup> Neste caso, as empresas representam as construtoras de barragens.

<sup>114</sup> A palavra está entre aspas, pois nem todos os atingidos pelas barragens foram indenizados.

<sup>115</sup> (Acsehrad, 1991:65).

<sup>116</sup> (McCully, 2004:35).

<sup>117</sup> (Shiva, 1993:134).

### 2.2.2 Impacto Ambiental

“Dia a dia, rio a rio, floresta a floresta, montanha a montanha, míssil a míssil, bomba a bomba, quase sem sabermos, tudo está a ser destruído”.

Arundhati Roy<sup>118</sup>

De acordo com Roy, a construção de barragens constituiu um caso emblemático no que diz respeito aos impactos ambientais. Países como a Índia, Brasil, Tailândia, China, constituem exemplos de como estes projetos têm se revelado insustentáveis, do ponto de vista do meio ambiente. A construção de uma barragem pode demandar a inundação de grandes áreas, as quais se encontram cultivadas ou povoadas. Até hoje, em todo o mundo, estes projetos exigiram o reassentamento de milhões de pessoas e a destruição de rios, florestas e montanhas.

No Brasil, o Conselho Nacional de Meio Ambiente define Impacto Ambiental como:

“Qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam a saúde, a segurança e o bem estar da população; as atividades sociais e econômicas; as biotas; as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; a qualidade dos recursos ambientais<sup>119</sup>”.

Como se pode observar, todas as interferências provenientes da implementação de barragens que afetem a população humana, a fauna, a vegetação, a qualidade da água, enfim, o meio ambiente, são consideradas um impacto ambiental<sup>120</sup>.

De entre as áreas que mais sofrem com os efeitos frequentemente associados à construção e ao funcionamento de barragens destacamos: 1) hidrografia, 2) clima, 3) erosão e assoreamento, 4) sismologia, 5) flora e 6) fauna.

---

<sup>118</sup> (Roy, 2001: 89).

<sup>119</sup> (COMANA 001/86; In Vianna, 1989:13).

<sup>120</sup> (Vianna, 1989).

Na hidrografia<sup>121</sup>, verifica-se a alteração no fluxo da corrente, da vazão, alagamento do leito, aumento de profundidade, elevação do nível do lençol freático e o surgimento de pântanos. Em relação ao clima, verificam-se alterações de temperatura, humidade relativa, evaporação<sup>122</sup>, precipitação e ventos.

Outro efeito negativo consiste na erosão marginal, pela deterioração do solo e das árvores, e no assoreamento, o qual provoca a diminuição da vida útil do reservatório, afectando os locais de desova de peixes. No que se refere à sismologia, podemos destacar pequenos tremores de terra<sup>123</sup>.

Na flora, ocorre uma perda de volume útil, elevação da concentração de matéria orgânica e consequentes diminuição de oxigênio, produção de gás sulfídrico e metano<sup>124</sup> e eutrofização das águas. Na fauna, ocorre a morte de animais e a migração. Os efeitos das barragens sobre as espécies de peixes são os mais diversos possíveis, pois com a construção dos grandes lagos artificiais, ocorre uma grande alteração no fluxo dos rios, surgindo obstáculos para o ciclo migratório dos peixes<sup>125</sup>, e verificando-se alterações na temperatura, as quais provocam a morte de inúmeras espécies.

Quanto à pressão destes efeitos negativos, podemos afirmar que nem mesmo as empresas construtoras destas obras e o próprio Estado possuem dados exatos sobre os impactos que estes projetos exercem sobre a biodiversidade<sup>126</sup>. Neste processo, não são só prejudicadas as árvores, os lagos, os peixes, entre outras espécies animais e vegetais, mas também todo o ecossistema. O meio ambiente é um bem público para uso comum do povo

---

<sup>121</sup> Ao interromper-se o fluxo normal do curso de um rio, ocorrem diversas mudanças na temperatura e na composição química.

<sup>122</sup> Evaporação - aumento em regiões mais secas.

<sup>123</sup> O debate científico sobre a relação entre barragens e tremores de terras começou ainda na década de 30. Hoje, sabe-se que podem ocorrer tremores quando o nível de água no reservatório é diminuído e, até mesmo, após alguns anos do seu enchimento. Os cientistas ainda discutem sobre os processos que provocam tremores e terremotos. No entanto, parece certo que a pressão e o peso da água armazenada no reservatório, em alguns casos, são suficientes para explicar um terremoto ou tremor de terra (MAB - Manual do Atingido. Caderno sobre: Impactos sociais e ambientais de barragens, 2005:02).

<sup>124</sup> A produção destes gases, acaba provocando odores e elevação do teor de carbono na atmosfera.

<sup>125</sup> Este processo é chamado no Brasil de Piracema.

<sup>126</sup> De acordo com Santos, o conceito de biodiversidade designa não só a diversidade de organismos, génotipos, espécies e ecossistemas, mas também os conhecimentos sobre essa diversidade (Santos, 2004a:51).

e deveria ser respeitado e principalmente preservado. No que se refere à Legislação Ambiental Brasileira, podemos considerá-la bastante ampla, pois compreende leis, decretos e resoluções, tanto federais, como estaduais e municipais, sobre este assunto. Segundo o artigo 225 da Constituição Brasileira,

“todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações<sup>127</sup>”.

No entanto, a Legislação Brasileira, ao longo destas últimas décadas, tem sido constantemente desrespeitada<sup>128</sup>. A importância destes fatos já foi reconhecida pelos movimentos sociais e ambientais, os quais nos últimos anos têm reivindicado que os Estudos e Relatórios de Impactos Ambientais, chamados EIAs e RIMAs devam ser discutidos e analisados por todo o conjunto de envolvidos no processo<sup>129</sup>. A ampla discussão e análise dos EIAs e RIMAs deve ser encarada como uma premissa básica para a obtenção da licença de instalação e posterior operação de implantação da barragem. Acselrad destaca que,

“a concentração de posse sobre os elementos da base material da sociedade através de grandes projetos de apropriação do espaço e do meio ambiente material produziram grandes impactos e efeitos de desestruturação de ecossistemas, ao mesmo tempo em que os pequenos produtores, populações ribeirinhas e deslocados compulsórios foram concentrados em áreas exíguas, com terras menos férteis, devendo intensificar ritmos da exploração de suas áreas, ocasionando,

---

<sup>127</sup> (Constituição Brasileira, 1988; In Vieira; Bredariol, 1998:37).

<sup>128</sup> Como exemplo deste processo, podemos citar o caso da construção da Hidroelétrica construída entre os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O licenciamento ambiental para que a obra fosse concedida foi obtida através de uma fraude, constatada pelo IBAMA (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente), no Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA). O Estudo Ambiental omitiu a existência de cerca de seis mil hectares de Mata de Araucária, da Mata Atlântica na região Sul.

<sup>129</sup> “Até o início da década de 1980, a autorização para a realização de aproveitamentos hidrelétricos passava unicamente pela aprovação do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE), órgão normatizador vinculado ao Ministério das Minas e Energia, responsável pela autorização a empreendimentos hidrelétricos. A partir da década de 70, o DNAEE passou a exigir a elaboração de estudos de impacto ambiental para a construção de hidrelétricas. Em 31 de Agosto de 1979, estes estudos aparecem como requisito para a aprovação dos estudos de viabilidade de usinas hidrelétricas. No entanto, somente com a instituição e regulamentação da Política Nacional de Meio Ambiente, é que o licenciamento para a construção de usinas hidrelétricas passa a depender da aprovação de órgãos desvinculados do Setor Elétrico” (Vianna, 1989:11;12).

por ambos os processos conjugados, perda de biodiversidade, comprometimento de disponibilidade de água, da fertilidade dos solos etc<sup>130</sup>”.

Para o autor, estes conflitos ambientais surgiram quando as populações afetadas passaram a protestar, logo após terem sido estabelecidas garantias de visibilidade no espaço público que se constituiu após a ditadura<sup>131</sup>. Diante de todos estes emaranhados conflituais, a discussão sobre as consequências da construção destes projetos no meio ambiente tem gerado novas especificidades.

A necessidade de mitigação destes impactos nos últimos anos tem gerado conflitos que envolvem interesses ambientais, sociais, políticos e econômicos. Como se pode observar, os rios, a fauna e a flora muito além de meros constituintes do Bioma brasileiro, possuem ligações profundas com a cultura e as tradições indígenas, quilombolas e ribeirinhas. Para estas populações, a crescente relevância dessas novas inquietações advém do fato de a sociedade não desconhecer que o impacto ambiental é oriundo do modelo implementado pelo Estado.

Neste sentido, na esfera econômica, o meio ambiente continua a ser preterido a favor do desenvolvimento, sem que se considerem as especificidades destas populações e se respeite a sua diversidade cultural. Nos últimos anos, ambientalistas, intelectuais, movimentos sociais e muitos outros atores têm incrementado o debate, tanto da questão “ambiental”, como da temática relacionada com o “desenvolvimento<sup>132</sup>”. Para esses setores da sociedade civil, o modelo de desenvolvimento hegemônico privilegiou a ciência e a técnica como alavancas para o “domínio” da natureza. Como enumera Gonçalves, o

---

<sup>130</sup> (Acselrad, 2004: 27).

<sup>131</sup> “Com o aprimoramento da legislação ambiental através das resoluções do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) e da consolidação dessas leis na Constituição Federal, a participação dos movimentos frente ao Estado e empresas começou a ser regulamentada. Foi criada a figura do Relatório de Impacto Ambiental (Rima), documento síntese, em linguagem de fácil entendimento, dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA), pré-requisito para a obtenção do licenciamento para a instalação de empreendimentos degradadores ou poluidores do meio ambiente” (Vianna, 1990:06).

<sup>132</sup> “Os modos sociais de apropriação do mundo material, dimensão integrante dos chamados «modelos de desenvolvimento», articulam, portanto, formas técnicas, definidas por sua espacialidade e temporalidade, formas sociais, que exprimem os padrões de desigualdade de poder sobre os recursos ambientais, e formas culturais que encerram os valores e racionalidades que orientam as práticas sócio-técnicas” (Acselrad, 2004:16).



século XX foi marcado pela entusiástica crença no “progresso” que a técnica poderia trazer para a humanidade<sup>133</sup>.

Neste sentido, concluímos este sub-capítulo com as palavras de Sousa Santos sobre a “entusiástica crença no progresso”. Para o autor,

“a promessa de dominação da natureza, e do seu uso para o benefício comum da humanidade, conduziu a uma exploração excessiva e despreocupada dos recursos naturais, a catástrofe ecológica, a ameaça da energia nuclear (...). A promessa de paz perpétua, baseada no comércio, na racionalização científica dos processos de decisão e das instituições levou ao desenvolvimento tecnológico da guerra e ao aumento sem precedentes do seu poder destrutivo. A promessa de uma sociedade mais justa e livre assente na criação da riqueza tornada possível pela conversão da ciência em força produtiva, conduziu à espoliação do chamado Terceiro Mundo e a um abismo cada vez maior entre o Norte e o Sul<sup>134</sup>”.

### 2.2.3 Impacto Social

“Em se tratando de deslocamentos compulsórios, a guerra do desenvolvimento tem sido tão implacável quanto as guerras propriamente ditas. E suas vítimas, sem dúvida alguma, bem mais numerosas”.

Carlos Vainer<sup>135</sup>

Ao longo dos últimos anos, a ocorrência de deslocamentos forçados pode ser caracterizada como um dos principais impactos sociais decorrentes da construção de grandes barragens. Sobre este aspecto, podemos destacar que estes deslocamentos foram acompanhados por situações de conflitos e, em muitos casos, pelo uso da violência (física e simbólica). Esse processo não se caracteriza como um fenômeno novo, mas tem adquirido

---

<sup>133</sup> (Gonçalves, 1990:27).

<sup>134</sup> (Santos, 2000:54).

<sup>135</sup> (Vainer, 2002:57).

grande importância no Brasil<sup>136</sup> e também na Índia<sup>137</sup>. De acordo com o Relatório do Banco Mundial,

“*reassentamentos involuntários* têm sido um companheiro de viagem do desenvolvimento através da história e têm sido indelevelmente inscritos na evolução tanto dos países industriais quanto dos países em desenvolvimento<sup>138</sup>”.

A multiplicação de conflitos é um dos principais fatores que têm caracterizado os processos migratórios decorrentes destas grandes barragens. Vainer destaca que num relatório recente, o Banco Mundial calcula que as grandes barragens cuja construção se inicia a cada ano em todo o mundo deslocam compulsoriamente quatro milhões de pessoas. A instalação de outros grandes projetos como: rodovias, ferrovias e pólos industriais, também são responsáveis pelo deslocamento de milhões de pessoas por ano<sup>139</sup>.

Nesta perspectiva, Vainer destaca que o Banco Mundial reconhece e enumera os deslocamentos forçados, mas classificando-os como reassentamentos involuntários - *involuntary resettlements* e não como deslocamentos compulsórios<sup>140</sup>. Podemos apontar que, para o Banco, promotor de muitos destes “projetos de desenvolvimento”, a violência que os caracteriza corresponde aos custos a pagar pelo “progresso”.

Neste sentido, torna-se necessário referir-nos aos atores que foram “reassentados”, “deslocados”, “expropriados” e que, conseqüentemente, tiveram de abandonar as suas casas e terras em nome do “progresso” oferecido pelo Banco Mundial. No entanto, existe uma grande controvérsia sobre quem seriam estas populações atingidas. A maioria dos levantamentos realizados pelo governo e pelas empresas construtoras de barragens considera como atingido por estes projetos, apenas aquelas pessoas que são

---

<sup>136</sup> No caso do Brasil, se considerarmos apenas os oito maiores reservatórios construídos, calcula-se que tenham sido deslocadas mais de trezentas mil pessoas.

<sup>137</sup> No caso indiano, de acordo com Roy, as pessoas declaravam-se dispostas a afogarem-se, se preciso fosse, e não arredariam pé de suas casas para a construção de Sardar Sarovar (Roy, 2001:44).

<sup>138</sup> (World Bank, 1994; In Vainer, 2002:57).

<sup>139</sup> O autor enumera que “o próprio Banco Mundial, preocupado em rebater as críticas por seu envolvimento em grandes projetos, lembra que os deslocamentos compulsórios são uma realidade constitutiva do próprio processo de desenvolvimento capitalista” (Vainer, 2002:57).

<sup>140</sup> (Vainer, 2002:57).

deslocadas devido ao enchimento do reservatório e que possuem o título de propriedade da terra. Desta forma, excluem as populações que vivem nos arredores das barragens, os posseiros<sup>141</sup>, indígenas e as populações que não possuem o título de propriedade, além daquelas cujo acesso é obstruído, devido ao alagamento de estradas e vias de acesso.

Como consequência desse processo de expropriação, este intenso fluxo de deslocamentos populacionais acabou por causar efeitos desestabilizadores nas estruturas econômicas, sociais e culturais da sociedade. Esta “nova população” deslocada exerceu uma grande pressão sobre a infra-estrutura e serviços, engendrando graves disputas. Como referimos anteriormente, grande parte destas populações não foram reconhecidas como atingidas pelos projetos e, por esse motivo, não receberam indenizações nem qualquer outro tipo de ajuda por parte do governo ou das empresas<sup>142</sup>. Este grande contingente populacional deparou-se com a única possibilidade que tinham, a de migrar e buscar formas alternativas de subsistência em outro local.

Para Sevá, estas populações foram expropriadas, não somente no sentido jurídico. Estas pessoas que vivem dos rios e nas margens perderam as suas condições materiais de trabalho e foram desenraizadas, transplantadas geograficamente e culturalmente, expropriadas de um saber e de uma sintonia com o meio físico, a sua vizinhança, com valores “abstratos”, porém de grande importância sentimental e principalmente referencial, os quais jamais serão reconstruídos, nem podem ser medidos pelo dinheiro<sup>143</sup>.

No Brasil, estas populações deslocadas foram absorvidas pelas favelas e pelos grandes subúrbios das cidades<sup>144</sup>, onde passaram a integrar, juntamente com a população existente, uma imensa mão-de-obra num mercado de trabalho já saturado. Este fato pode ser bem compreendido, se pensarmos que estas populações, na sua grande maioria,

---

<sup>141</sup> O posseiro é caracterizado como o indivíduo que não possui o título de propriedade da terra.

<sup>142</sup> De acordo com dados do Manual do Atingido, “as empresas do Setor Elétrico sempre tentam restringir o conceito de atingido, para não ter que arcar com indenizações e reparações a todos os que sofrem os efeitos das obras” (MAB - Manual do Atingido. Caderno sobre: Impactos sociais e ambientais de barragens, 2005:03).

<sup>143</sup> (Sevá, 1990:15).

<sup>144</sup> Para estas populações, migrar para as grandes cidades representaria uma forma mais fácil de encontrar emprego.

mantinham uma relação muito próxima com a natureza e a sua subsistência dependia da mesma<sup>145</sup>.

Esta realidade não é apenas brasileira. Na Índia, as comunidades tradicionais também foram obrigadas a abandonar as suas regiões e a migrar para cidades mais próximas, causando um desordenamento populacional considerável nos centros urbanos. Para a autora indiana Arundhati Roy,

“muitos daqueles que foram realojados são pessoas que viveram a vida inteira na floresta com pouco ou nenhum contato com dinheiro e o mundo moderno. De repente dão consigo apanhadas entre duas opções: morrer à fome ou percorrer a pé vários quilômetros até à cidade mais próxima e sentarem-se no mercado (homens e mulheres) oferecendo-se como mão-de-obra, como mercadoria à venda<sup>146</sup>”.

As famílias camponesas, os *adivasis* indianos, os indígenas brasileiros e muitos outros povos, tiveram assim as suas condições de existência alteradas, tanto pelas medidas preparatórias do enchimento do reservatório, como pela subsequente inundação de seus espaços tradicionais de vida. O processo de deslocamento para novas áreas exigiu dessas populações uma resignificação do território, novas formas de produção e reenquadramento sociais, impondo novas aprendizagens e novas relações a construir. McCully, Roy e Shiva apontam a ocupação violenta dos territórios de comunidades tradicionais e a destruição dos recursos ambientais, como consequência de uma “guerra” travada contra as populações atingidas<sup>147</sup>.

Para estes autores, o argumento central utilizado para justificar este processo caracterizou-se por um “custo local, pelo bem nacional”, em detrimento do alagamento de terras e dos sonhos das populações que habitavam estas regiões anteriormente. Nesta

---

<sup>145</sup> Como a grande maioria das comunidades ribeirinhas nas áreas das barragens é composta de pequenos agricultores, pescadores, caçadores e coletores, isso resultou na perda de acesso aos meios tradicionais de vida desses povos.

<sup>146</sup> (Roy, 2001:60;61).

<sup>147</sup> Para Sigaud, desde o primeiro momento, os efeitos que a construção de barragens poderiam produzir na região sempre foram considerados como uma questão subordinada ao aspecto principal que era a questão energética (...) “Caso da construção da Barragem de Sobradinho” (Sigaud, 1988:96).

perspectiva, para McCully, as grandes barragens podem representar tudo, menos um projeto que levaria ao progresso e ao desenvolvimento<sup>148</sup>. Assim, para o autor, estes grandes projetos representaram na verdade, o processo de empobrecimento de uma população que já vivia de forma miserável.

A partir do relato de populações diretamente atingidas por estas obras, tivemos a oportunidade de analisar que a incerteza quanto ao seu futuro se caracterizou como um dos maiores problemas enfrentados por estas comunidades. Estas populações atingidas, na sua grande maioria, são analfabetas e acabaram constituindo-se em atores passivos deste processo. Segundo dados do MAB, as empresas construtoras, tomam as suas decisões em gabinetes fechados e a sua abordagem de negociação com as populações atingidas é feita através de mecanismos de forte pressão psicológica, na maioria das vezes utilizando uma linguagem e uma abordagem que as populações não compreendem. As estratégias utilizadas pelas empresas fizeram com que as populações atingidas tivessem sido iludidas e não pudessem perceber a gravidade dos problemas que enfrentavam<sup>149</sup>.

Não podemos deixar de chamar a atenção para o fato de que as empresas, com o intuito de facilitar o deslocamento da população e o andamento das obras, além de utilizarem uma abordagem técnica dificilmente compreendida pelas populações, também se aproveitam da sua desinformação. Sobre este assunto, Vainer e Araújo destacam que a desinformação surge como uma forma de proporcionar a entrada da empresa na região, antes que as populações possam perceber o que vai acontecer. A desinformação também está inscrita na intensa atividade de propaganda utilizada, que alardeia as obras e benefícios, mas não elucida a população atingida sobre os impactos negativos para a

---

<sup>148</sup> (McCully, 2004:08).

<sup>149</sup> MAB Nacional - Setor de comunicação do MAB ([www.mabnacional.org.br](http://www.mabnacional.org.br))

região<sup>150</sup>. Estas empresas recorrem à divulgação de informações dispersas e contraditórias que geram dúvidas e insegurança na população, facilitando, assim, a ação da empresa<sup>151</sup>.

Esta falta de preocupação em relação aos efeitos e impactos destes projetos nas vidas das comunidades atingidas, fez com que a distância social e espacial existente entre estas comunidades e os espaços decisórios aumentasse ainda mais. Segundo Funchs<sup>152</sup>, os projetos hidroelétricos vêm acompanhados de um cuidadoso plano para quebrar a resistência da população. No entanto, apesar de toda a ciência de dominação, as lutas surgem de forma vigorosa. Funchs afirma que a agressão ao patrimônio e a ameaça à sobrevivência são intensas demais e o agressor é visível e concreto.

Como podemos observar, as dificuldades enfrentadas pelas populações atingidas são inúmeras e de diversas ordens. De entre as populações fisicamente deslocadas e oficialmente reconhecidas como “atingidas pelo projeto”, nem todas recebem assistência e indenizações. Algumas não são reassentadas e não recebem compensações pelas suas perdas. De acordo com a WCD<sup>153</sup>, a compensação é entendida como uma medida específica para transformar em ganhos as perdas sofridas pelas populações atingidas pelas barragens. Normalmente, ela corresponde a um único pagamento em dinheiro ou espécie, como terra ou moradia. No entanto, para muitos atingidos e atingidas esta palavra ainda corresponde a uma aspiração distante e a um objetivo a ser alcançado.

---

<sup>150</sup> Um exemplo interessante ocorreu durante a construção da barragem de Itaparica, onde os atingidos valorizaram os conhecimentos dos povos tradicionais e criticaram a “linguagem técnica” utilizada pela empresa CHESF (Companhia Hidroelétrica do São Francisco). A importância dada ao conhecimento tradicional fez com que evoluísse a luta de “Terra por terra na margem do lago” para “Terra por terra”, em que esta englobava toda a população atingida (Souza, 1990:36).

<sup>151</sup> (Vainer e Araújo, 1990).

<sup>152</sup> (Fuchs, 1990:10).

<sup>153</sup> World Commission on Dams - WCD - A Comissão Mundial de Barragens, foi fundada como uma “Comissão internacional, independente e multilateral, criada com intuito de dirimir controvérsias associadas à construção de barragens e propor soluções, apresentou relatório de final de trabalho no dia 16 de Novembro de 2000. Nesse, conclui que, enquanto se justifica a construção de barragens para fins de irrigação agrícola, uso doméstico ou industrial, geração de energia elétrica ou controle de inundações, o que elas têm gerado é cada vez menos riqueza, menos terras irrigadas e servido menos água que o projetado” (Barros; Sylvestre, 2004:13).

#### 2.2.4 Impacto Imaterial

“Nessas avaliações, destaca-se também a destruição do patrimônio cultural que constituía o modo de vida da população ribeirinha que ocupava a área alagada (...)”.

Lygia Sigaud<sup>154</sup>

De acordo com que foi apresentado anteriormente, podemos destacar que a construção de grandes barragens provocou impactos materiais, tais como o alagamento de florestas, casas e cidades. Contudo, também provocou impactos imateriais (simbólicos<sup>155</sup>), como a eliminação de recursos culturais. O território alagado, o desaparecimento do rio, da roça, da casa, para a maioria das comunidades indígenas e tradicionais representa a perda de todas as suas referências de vida. Estas comunidades consideram a relação estabelecida com a natureza como um fator fundamental para a continuidade dos seus estilos de vida. Neste contexto, estas comunidades são as maiores prejudicadas, e tendem a sofrer tais impactos negativos com maior intensidade, pois vivem em relação estreita com o meio ambiente, do qual dependem para sua própria sobrevivência.

Estas comunidades possuem uma forte ligação espiritual com a terra, onde os laços comunitários e as práticas culturais se constituem como elementos fundamentais para a definição das suas sociedades. De acordo com relatos do MAB, o impacto das grandes barragens sobre os povos indígenas configura-se como uma questão grave, na medida que, ao longo dos séculos, estas populações sofreram com as explorações e deslocamentos. As comunidades remanescentes de quilombos e populações indígenas transformaram vales e florestas no último refúgio contra a destruição cultural.

A maioria destas comunidades indígenas e tradicionais vivem praticamente isoladas, e são, sem dúvida, as mais desfavorecidas por estes processos. O trauma do

---

<sup>154</sup> (Sigaud, 1988:93).

<sup>155</sup> Optamos por nos referir aos impactos imateriais, ao invés de utilizarmos os impactos simbólicos, pois o cemitério alagado e as tradições quebradas, não são apenas aspectos simbólicos, são também míticos e culturais.

reassentamento também é ampliado nestas comunidades, devido principalmente ao deslocamento compulsório.

As grandes barragens também produzem impactos negativos no patrimônio cultural das comunidades atingidas, como o alagamento de igrejas, templos, cemitérios e santuários. Para estas populações, uma das suas maiores preocupações encontra-se relacionada com os túmulos e cemitérios onde estão enterrados os seus ancestrais. A remoção de túmulos tem gerado muitas polémicas no Brasil, Índia e África, pois as populações alegam que muitas vezes os seus direitos não são respeitados e cemitérios e templos considerados sagrados acabam por ser inundados.

No entanto, não podemos generalizar, concluindo que em todos os países as dinâmicas foram as mesmas. Em Portugal, podemos mencionar um exemplo interessante sobre o patrimônio cultural, em que os direitos aos espaços físicos foram preservados. Durante a construção da Barragem do Alqueva<sup>156</sup>, o cemitério e a Igreja da região foram preservados e reconstruídos na nova cidade criada para as comunidades atingidas pela barragem<sup>157</sup>. Todas as famílias atingidas receberam novas moradias numa nova aldeia que foi criada especialmente para recebê-las. Contudo, estas construções também tiveram impactos simbólicos na vida destas populações. Para os atingidos e atingidas portugueses não houve impactos materiais, pois foram reassentados em novas casas, mas mesmo com a recriação do cemitério e da Igreja, estas populações alegam que a dinâmica da aldeia mudou completamente e que as relações sociais entre os vizinhos nunca mais foi a mesma.

Para a maioria das comunidades atingidas, as suas reivindicações vão além da luta por uma nova casa ou por terra, pois esforçam-se para preservarem a sua vida cotidiana, no plano psicológico e da sociabilidade. Lutam pela preservação da natureza, pelo respeito das populações indígenas e dos seus saberes, assim como pela diversidade cultural das

---

<sup>156</sup> Barragem do Alqueva - Alentejo. “Na nova aldeia da Luz mantiveram-se a igreja e o cemitério, com a mesma relação de proximidade e tensão mas adaptado à nova geografia, e surge um novo equipamento cultural, o Museu da Memória que assume o duplo papel de «depósito de memória do lugar e registo dinâmico do processo de transformação que gera uma relação de cumplicidade entre o passado e o presente/futuro».” (Jornal Público, 17/04/2002).

<sup>157</sup> A nova aldeia continuou com o antigo nome Aldeia da Luz.



populações. Como consequência destas lutas verificamos uma nova articulação ambiental, social e simbólica do conflito, em que o ambiente apropriado para a produção de energia elétrica através das barragens, não é compatível com o ambiente da existência sócio-cultural das populações camponesas, indígenas e ribeirinhas.

Para Leff, estes movimentos de resistência são desencadeados por conflitos quanto ao acesso e ao controle de recursos, pela reapropriação social da natureza vinculada a processos de democratização, pela defesa do território, das suas identidades étnicas, da sua autonomia e dos seus estilos de desenvolvimento. São movimentos que definem as condições materiais de produção e os valores culturais das comunidades locais<sup>158</sup>. Apesar das perdas culturais imensuráveis e dos efeitos simbólicos exercidos pelas barragens na vida destas populações, as empresas construtoras e o governo ainda não conseguiram que a realização destas obras ocorresse de forma transparente, com programas detalhados de reassentamento, assim como consulta prévia aos grupos afetados.

#### 2.2.5 Considerações Sobre os Impactos

A partir do que foi apresentado, podemos destacar que o caso brasileiro se constitui num exemplo paradigmático da política desenvolvimentista mencionada, pois é um dos vinte países em que as hidroelétricas representam o setor mais importante da matriz energética e a geração de energia hídrica representa noventa e três por cento da energia consumida no país. Procurámos, nesta primeira parte do segundo capítulo, explorar a utilização do discurso do desenvolvimento, como legitimadora de uma política elaborada pelo Estado brasileiro baseada na modernização e na transferência tecnológica.

O balanço sobre os impactos que estes projetos representaram para as populações atingidas indica que o processo não foi apenas injusto e desigual, mas sobretudo trágico. Centenas de milhares de pessoas foram compulsoriamente deslocadas, perdendo o

---

<sup>158</sup> (Leff, 2004:445).

patrimônio material e imaterial acumulado ao longo de diversas gerações. As indenizações e reparações, na maioria dos casos, não foram suficientes para que fossem alcançadas as condições preexistentes ao processo de construção de barragens. E na verdade, muitos atingidos e atingidas, por não possuírem títulos de propriedade, nem mesmo foram indenizados e reassentados.

Ao longo dos últimos anos, o Setor Elétrico tem procurado incluir nos projetos, os custos dos impactos sociais e ambientais. Afinal, a própria Constituição Federal brasileira prevê esta necessidade. No entanto, o que estas comunidades afetadas exigem é a idoneidade dos estudos de Impacto Ambiental<sup>159</sup>. Apesar de as empresas declararem que estes estudos são considerados decisivos para a escolha de uma hidroelétrica, constatamos que os aspectos econômicos têm sido o fator principal destas decisões. Na maioria dos casos, estas empresas não colocam alternativas em discussão.

O que conduz a este debate, não é apenas a discussão sobre os impactos e as medidas a serem tomadas para redução dos problemas, mas a própria existência da obra. Interessa argumentar sobre a escolha de alternativas que possam implicar um maior custo econômico, mas que não prejudique a qualidade de vida de um determinado setor da sociedade. Nesta perspectiva, também importa refletir sobre a busca dos levantamentos dos impactos sociais e ambientais como uma informação a ser contemplada nas diversas fases do projeto de uma hidroelétrica, proporcionando um equilíbrio entre a rentabilidade econômica do empreendimento e o custo social e ambiental aceito pela sociedade.

Percebemos que a luta dos atingidos, longe de representar uma manifestação contra o desenvolvimento ou oposição à tecnologia, representa uma forma de conscientização destas populações e ampliação das suas lutas. Desta forma, podemos avaliar que o território não foi concebido somente como base física, ou habitat, para uma determinada comunidade tradicional, mas sim como o depositário de formas de vida e

---

<sup>159</sup> “Apesar de existirem várias metodologias de Avaliação de Impactos Ambientais (AIA) ainda não há hoje uma prática bem estabelecida e aceita como base para avaliações de risco/impacto incluindo aspectos de saúde e segurança e impactos ecológicos e sócio-econômicos (Rosa, 1988:181)”.

concepções do mundo que enformam uma identidade singular e uma condição de existência.

### 2.3 Território e Identidade

De fato, o território é um dos elementos fundamentais à nossa reflexão, pois pode ser entendido como um lugar de heterogeneidade e complexidades sócio-culturais. No entanto, como vimos anteriormente, o território não se configura apenas como o resultado da superação de um conjunto de sistemas naturais, mas sobretudo, de um conjunto de sistemas de coisas criado pelo homem. Neste sentido, para Milton Santos,

“o território seria o solo e a população, o físico e o sentimento de pertença. Nesta perspectiva, o território seria a base do trabalho, da resistência, das trocas materiais e espirituais da vida, sobre os quais ele atua. Quando falamos em território devemos, pois, de logo, entender que estamos proferindo em território usado, utilizado por uma dada população<sup>160</sup>”.

Considerando que a população que nos interessa analisar, é a população atingida por barragens, como já referimos na primeira parte deste capítulo, a reflexão sobre a relação destas populações com o “território usado”, torna-se fundamental para que possamos compreender as especificidades destas populações, e também perceber em que contexto a identidade de “atingido e atingida” foi sendo construída. Assim, ao

---

<sup>160</sup> (Milton Santos, 2000:97).

pensarmos em território, devemos também pensar na construção de elementos identitários, pois estes componentes são centrais para o entendimento do território<sup>161</sup>.

Neste sentido, o nosso principal objetivo é apresentar um debate sobre noções e conceitos que incorporaram o território, na construção de uma identidade de resistência “identidade de atingido(a)”, assim como, analisar de que forma foram construídos os processos de socialização e articulação entre as populações atingidas. Procuraremos apresentar um conjunto de autores que debatem sobre este tema, procurando estabelecer relações entre o conceito de território e o de identidade. Contudo, analisaremos as proposições conceituais sobre a questão de território e territorialidade, envolvendo as diferentes perspectivas das abordagens, especificamente em relação à noção de território “apropriado” e de território “usado”, à formação de uma identidade coletiva e ao entendimento sobre a construção social do território.

De acordo com Flores, o conceito de território foi inicialmente tratado pelas ciências naturais, as quais estabeleceram a relação entre a preponderância de espécies animais ou vegetais com uma determinada área física. Segundo o autor, aquele conceito foi posteriormente incorporado pela geografia, a qual integra espaço, recursos naturais, sociedade e relações de poder. Em seguida, diversas outras disciplinas também promoveram este debate, entre elas a sociologia, antropologia, economia e ciência política<sup>162</sup>.

Dentro deste contexto, podemos destacar Raffestin como um dos autores pioneiros na abordagem do território<sup>163</sup>. Para o autor, o conceito de espaço estaria relacionado com o patrimônio natural existente numa região definida, e o conceito de território seria

---

<sup>161</sup> De acordo com Milton Santos, “vivemos com uma noção de território herdada da modernidade incompleta e do seu legado de conceitos puros, tantas vezes atravessando os séculos praticamente intocados (...) Trata-se de uma forma impura, um híbrido, uma noção que, por isso mesmo, carece de constante revisão histórica. O que ele tem de permanente é ser nosso quadro de vida. Seu entendimento é, pois, fundamental para afastar o risco de alienação, o risco da perda do sentido da existência individual e coletiva, o risco de renúncia ao futuro” (Milton Santos, 2005:255).

<sup>162</sup> (Flores, 2003:03).

<sup>163</sup> Segundo o autor, “é essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território” (Raffestin, 1993:143).

inerente à apropriação do espaço pela ação social de diferentes atores. Neste sentido, podemos destacar que o conceito de território agrega as relações de poder entre os atores que atuam no espaço. O território surge, portanto, como resultado de uma ação social que, de forma concreta e abstrata, se apropria do espaço (material ou imaterial).

Reis contribuiu para que se encarasse o território como o *locus* dessas práticas e ações sociais. O autor ressalta que,

“o território não é, de fato, um simples espaço físico, um lugar onde assentam atividades. O território são atores e agentes, são relações, incluindo as relações de proximidade que geram sinergias e com as quais se mobilizam capacidades. É também a expressão mais acabada da diversidade de um país e a diversidade é, em si mesma, um recurso e não uma limitação<sup>164</sup>”.

Para o autor, o território não se constitui como um simples suporte de atividades ou de ações dos agentes, sendo, por si mesmo, a expressão de dinâmicas e de realidades vivas. Ao estudarmos a obra de Milton Santos, também percebemos que o autor faz importantes contribuições para a construção do conceito de território. Para o autor, é na base territorial que tudo acontece. Além dos aspectos políticos, Milton Santos também realça os aspectos sociais, econômicos e culturais, entrelaçados pelo devir da sociedade no decorrer dos diversos momentos históricos. Assim, para Milton Santos,

“podem as formas, durante muito tempo, permanecer as mesmas, mas como a sociedade está sempre em movimento, a mesma paisagem, a mesma configuração territorial, nos oferece, no transcurso histórico, espaços diferentes<sup>165</sup>”.

De fato, compreendemos o território como um campo de relações sociais, onde existe o sentimento de pertença dos atores locais à identidade construída, a qual surge associada ao âmbito da ação coletiva e de apropriação, a partir da criação de laços de solidariedade entre esses atores<sup>166</sup>. Neste sentido, cabe-nos analisar, não somente o

---

<sup>164</sup> (Reis, 1998:05).

<sup>165</sup> (Milton Santos, 1996:77)

<sup>166</sup> (Brunet, 1990; In Flores, 2003:05).

conceito de território, mas também o resultado de uma integração entre os condicionantes da sociedade e da natureza.

Desse modo, podemos entender o processo de construção de barragens como uma relação de apropriação do território, ou seja, uma relação marcada por desigualdades de poder. Nesta perspectiva,

“se a territorialidade é uma estratégia de poder para todos os atores, ela é mais atuante ao nível de conjuntos específicos de atores que constituem as regiões. A apropriação do espaço em parcelas por combinações de diversos atores cria variadas sociedades locais, conjuntos de frações não-monopolistas, que são a expressão social das regiões em formação<sup>167</sup>”.

A luta dos atingidos por barragens traduz-se na conquista pelos direitos ao uso do território (agora apropriado) e pela reprodução da vida. As empresas transnacionais responsáveis pela construção destes grandes projetos caracterizam-se como um instrumento de dominação, na medida em que garantem a acumulação de riquezas, despojando as populações locais. Neste sentido, as empresas utilizam o território em prol dos seus próprios fins. Desta forma, aquilo que existia anteriormente à instalação dessas empresas hegemônicas é convidado a adaptar-se às suas formas de ser e agir, mesmo que isso lhe cause grandes distorções, inclusive a quebra de solidariedade social<sup>168</sup>.

A partir desta análise, podemos refletir sobre os diferentes “usos” do território. As empresas hegemônicas gerem o uso do território de uma forma totalmente voltada para questões econômicas, enquanto que as comunidades tradicionais praticam um uso do território ligado a questões de sustentabilidade e sobrevivência. Neste sentido, a luta das populações atingidas não se atribui apenas a questões materiais, mas também ao reconhecimento dos seus direitos, das suas diferenças e da construção da sua identidade. Segundo Santos e Nunes,

---

<sup>167</sup> (Becker, 1990:97).

<sup>168</sup> (Milton Santos, 2000:85).

“a territorialidade é, sem dúvida, uma dimensão fundamental da afirmação desses direitos coletivos, que choca com as concepções liberais de propriedade. É nela que reside a garantia do reconhecimento de uma identidade coletiva dos povos (...)”<sup>169</sup>.

Podemos analisar que a apropriação do território confere às populações atingidas a consciência do seu diferencial cultural, fortalecendo assim a construção de sua identidade. Para estas comunidades, as suas formas de vida e a relação de proximidade que estabelecem com a natureza, são os fatores principais que determinam o “seu” território. Contudo, esse território representa a conservação da identidade de “atingido(a)”, construída a partir das perdas materiais e imateriais destas populações.

“È o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social”<sup>170</sup>. O “uso” do território pelos camponeses, trabalhadores sem terra, arrendatários, meeiros, comunidades indígenas e quilombolas, representa a manutenção das suas formas tradicionais de vida. No entanto, para estas populações, o território é marcado por processos de dominação, apropriação e representa relações desiguais de poder.

As relações desiguais de poder e os seus mecanismos de controle e dominação são centrais para o entendimento do território e conseqüentemente, para a “construção” e reafirmação da identidade de “atingido(a)”. Desta forma, o território, passa a ser construído como um espaço social, constituindo um instrumento de luta e garantindo as especificidades locais dessas populações. Estamos, portanto, diante da incorporação de identidades que, em decorrência das relações de desigualdade, foram obrigadas a introduzirem novas formas de resistência, correspondendo assim, a uma identidade “comum”, de transformação, ou, para Castells, uma identidade de resistência<sup>171</sup>.

A identidade é o que legitima, o que possibilita que um indivíduo se sinta integrado na sua comunidade, onde quer que esteja. Ao procurarmos no dicionário a definição do

---

<sup>169</sup> (Santos; Nunes, 2004b:34).

<sup>170</sup> (Milton Santos, 2005:255).

<sup>171</sup> (Castells, 2000).

termo identidade, encontramos: identidade é a qualidade do idêntico; o conjunto de características próprias e exclusivas de uma pessoa, como nome, idade, estado, profissão, sexo, entre outros significados. No entanto, se analisarmos a identidade a partir da semiologia, verificamos que representa o conjunto de traços que estruturam o modo de ser dos indivíduos e, ao mesmo tempo, constitui um conjunto de senhas através das quais os indivíduos se permitem ser identificados e se identificarem também.

Castells define identidade como a fonte de significado e experiências de um povo, um processo de construção gerado por um atributo cultural, ou ainda, um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(is) prevalecem sobre outras fontes de significado. De acordo com o autor, a construção social da identidade ocorre num contexto marcado por relações de poder, onde se podem distinguir três formas e origens de construção de identidade coletiva: *Identidade legitimadora*, *Identidade de resistência* e *Identidade de projeto*<sup>172</sup>.

Para o autor, a *Identidade legitimadora* é introduzida pelas instituições dominantes da sociedade, com o objetivo de aumentar e racionalizar a sua dominação em relação aos atores sociais. A *Identidade de resistência* é criada por atores sociais que se encontram em posições ou condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo trincheiras de sobrevivência, com base em princípios diferentes daqueles preconizados pelas diversas instituições da sociedade.

Por último, o autor analisa a *Identidade de projeto*. Esta ocorre quando atores sociais, recorrendo a qualquer tipo de material cultural ao seu dispor, procuram construir uma nova identidade, capaz de redefinir a sua posição na sociedade, com o intuito de promover a transformação de toda a estrutura social. Ainda segundo Castells, existe uma dinâmica entre esses três tipos de processo de construção de identidade, um podendo transformar-se no outro, sendo que cada um desses pode levar a um resultado distinto, no que refere à constituição da sociedade.

---

<sup>172</sup> (Castells, 2000:22).



Partindo desta perspectiva, interessa-nos analisar a *Identidade de resistência*, pois esta é caracterizada por atores que foram constantemente *invisibilizados*. O processo de formação da identidade de resistência é realizado através da luta pelos direitos das populações atingidas. O mais importante na construção do processo identitário de resistência, é a possibilidade de mudança. Consideramos que a identificação das populações atingidas com o seu território se alicerça como uma força de resistência à desterritorialização.

Nesta perspectiva, a análise de Sousa Santos torna-se essencial para a nossa reflexão. O autor considera que as identidades são produtos de jogos de espelho,

“As identidades são produtos de jogos de espelhos entre entidades que por razões contingentes, definem as relações entre si como relações de diferença e atribuem relevância a tais relações. As identidades são sempre relacionais, mas raramente são recíprocas<sup>173</sup>”.

Para o autor, a relação de diferenciação é uma relação de desigualdade que se oculta na pretensa incomensurabilidade da diferença. Ainda de acordo com Sousa Santos,

“as identidades subalternas são sempre derivadas e correspondem a situações em que o poder de declarar a diferença se combina com o poder para resistir ao poder que a declara inferior. Na identidade subalterna, a declaração da diferença é sempre uma tentativa de apropriar uma diferença declarada inferior de modo a reduzir ou eliminar a sua inferioridade<sup>174</sup>”.

A partir destas análises, podemos perceber que a identidade possui um significado próprio para povos que foram historicamente subalternizados. Toda e qualquer identidade é construída, e a construção da identidade, como aponta Sousa Santos, vale-se da resistência. “Sem resistência não há identidade subalterna, há apenas subalternidade<sup>175</sup>”.

Neste processo, constatamos que a luta dos atingidos e atingidas, indica a recusa da condição de subalternidade e proclama um processo de resistência. No entanto, esta

---

<sup>173</sup> (Santos, 2001c:46).

<sup>174</sup> (Santos, 2001c:46;47).

<sup>175</sup> (Santos, 2001c:47).

subalternidade é sustentada pelo próprio governo e pelas empresas transnacionais, os quais caracterizam estas populações atingidas como inferiores e sem direitos. A ideia do que, para as entidades dominantes, representa a população atingida por barragens, fica clara na seguinte citação retirada de uma publicação do Congresso Nacional Brasileiro:

“(...) um barranqueiro<sup>176</sup> típico. Trata-se de um pobre, subdesenvolvido, sem qualificação profissional, condicionado pelo rio, isolado, auto-suficiente, analfabeto, sem contatos com os meios de comunicação de massa, limitado aos contatos com vizinhos e nas feiras, cuja mentalidade não pode evoluir, em suma, um primitivo, sem poder aquisitivo, sem aspirações, conformado e dominado pelo pavor do desconhecido, um ser desvinculado cultural e economicamente do resto do país<sup>177</sup>”.

De acordo com o que foi mencionado, Sigaud declara que, como cidadão de segunda categoria, o barranqueiro<sup>178</sup> é percebido de uma forma que se assemelha em muito à visão do colonizador “civilizado”, diante das sociedades tribais “bárbaras e primitivas” que pretende submeter. Segundo a autora,

“o «barranqueiro» que aparece na carta, a rigor, é uma construção ideológica, sem qualquer suporte na realidade da vida social, construção esta montada a partir de sinais negativos escolhidos por oposição a um suposto cidadão de primeira categoria, alfabetizado, ligado aos meios de comunicação, voltado para os contatos diversificados, ou seja, a partir de um conjunto de sinais positivos que compõem a imagem, também desenraizada do concreto da vida social do cidadão urbano<sup>179</sup>”.

As populações atingidas revelam uma posição historicamente desfavorecida, contra a qual têm lutado, pelo direito de não mais serem vistas como simples atores coadjuvantes, mas sim como agentes da sua própria história. Esta história tem sido inscrita

---

<sup>176</sup> Barranqueiro, significa um morador que vive nas margens do rio. Neste caso, a utilização de barranqueiro significa uma forma depreciativa de se referir a um atingido (a).

<sup>177</sup> (Congresso Nacional, 1983:63; In Sigaud, 1998:99). Este trecho corresponde a uma carta do diretor de Obras da CHESF, na qual a sua visão da população é expressada através da concepção que faz da figura de um barranqueiro típico, segundo ele, da região.

<sup>178</sup> Barranqueiro, significa alguém que vive nas margens do rio.

<sup>179</sup> (Sigaud, 1988:99;100)

através da resistência destas populações em abandonar as suas casas, os seus rios, vizinhos e todas as relações que sempre mantiveram com o seu “lugar<sup>180</sup>”. Em tal situação de desigualdade, estas populações reivindicam, perante o governo e as empresas, que o “conceito de atingido” seja regulamentado e que as populações deixem de ser representadas como “Barranqueiros - cidadãos ignorantes” e possam ver os seus direitos respeitados, recebendo indenizações e reassentamentos.

De fato, o Movimento, desde o seu início, preocupou-se em determinar e garantir os direitos das populações atingidas. Neste sentido, no seu Iº Encontro Nacional dos Atingidos por Barragens, ocorrido em 1989, definiu como atingidos(as) todos aqueles(as) que sofrem modificações nas suas condições de vida, como consequência da implementação das usinas hidroelétricas, independentemente de serem atingidos(as) diretos(as) ou indiretos(as)<sup>181</sup>. No entanto, este reconhecimento ainda não é manifesto por parte do governo e das empresas.

Esta necessidade ocorre porque, no caso brasileiro, não existe uma legislação que defina o conceito de atingido(a) por barragens. Os participantes do MAB ao longo destes últimos anos têm destacado que, apesar dos inúmeros estudos e dos debates feitos em torno do conceito de atingido(a), como também das diversas tentativas do Movimento em negociar com o Governo Federal, este ainda não demonstrou interesse em regulamentar a questão. Enumeram também que uma proposta formulada pelo próprio Governo, através de uma Comissão Interministerial formada por quinze ministérios para discutir o assunto, circula há dois anos pelo IBAMA e pelo Ministério das Minas e Energia e pela Casa Civil. Para

---

<sup>180</sup> Nas entrevistas, pudemos perceber que, quando as populações se referiam ao rio, ou às suas casas, sempre diziam o “meu lugar”.

<sup>181</sup> (Caderno Pedagógico - A Educação no Movimento dos Atingidos por Barragens - Coletivo de Educação, 2005: 13).

o MAB, a falta de vontade política foi responsável por, até ao momento, ainda não ter sido regulamentado o conceito de atingido(a)<sup>182</sup>.

De fato, a inexistência de um marco legal ou definição oficial de um conceito de atingido (a), tem privilegiado as grandes empresas e desfavorecido as populações atingidas que não possuem o título de propriedade da terra. Este processo ocorre porque, na maioria dos casos, o “conceito de atingido”, defendido pelas empresas, é o conceito *territorial*, ou seja, somente corresponde às pessoas que possuem o título de propriedade.

No entanto, grande parte das terras, no interior do Brasil, não possui nenhum tipo de demarcação, ou seja, as populações que residem nestas propriedades não possuem o título da terra. Contudo, como não possuem o título da terra, não podem comprovar a sua posse. O acesso à terra, no Brasil, continua a ser uma realidade distante da maioria dos cidadãos brasileiros. Os problemas resultantes do acesso à terra e o seu agravamento nos últimos anos<sup>183</sup> não podem ser dissociados do modelo de desenvolvimento econômico que apresentámos no primeiro capítulo.

Segundo dados do Movimento de Atingidos por Barragens,<sup>184</sup> as margens dos rios brasileiros, de maneira particular, têm servido historicamente de refúgio para diversas populações tradicionais, devido, principalmente, à constituição acidentada do seu terreno, o qual impossibilita a instalação do latifúndio. Nestas terras, encontra-se um grande número de arrendatários, indígenas, quilombolas, trabalhadores sem terra, posseiros, camponeses e meeiros, os *invisibilizados* pelas empresas e pelo governo.

---

<sup>182</sup> Para o MAB, mesmo com a redemocratização do país a partir da década de 80, não foi construído um marco legal que desse conta das especificidades do deslocamento de populações, para dar lugar aos lagos das barragens. Desse modo, o poder e pressão sobre o Estado, estabelecido por grupos interessados na construção de grandes barragens e das próprias construtoras, fazem com que as arbitrariedades continuem face às populações afetadas. Isto levou a comissão Pastoral da Terra (CPT) e o MAB a denunciarem à sociedade em Março de 2004, que, na barranca dos rios brasileiros, persiste uma verdadeira «ditadura» contra as populações ribeirinhas (MAB - Movimento de Atingidos por Barragens) - [www.mabnacional.org.br](http://www.mabnacional.org.br).

<sup>183</sup> Nesta perspectiva, não podemos deixar de mencionar o Movimento dos Sem Terra (MST), assim como o MAB, os quais lutam pela posse da terra e pela reforma agrária. Os dois movimentos representam uma luta conjunta contra o governo e as empresas hegemônicas, os quais se apropriam do território e não indenizam as populações. Compreendemos que estes dois movimentos correspondem a um mesmo processo de construção identitária, enquanto atores invisibilizados. Um luta pela terra que perdeu (MAB) e outro, pela terra que nunca teve (MST).

<sup>184</sup> MAB (Movimento de Atingidos por Barragens) - [www.mabnacional.org.br](http://www.mabnacional.org.br) - Artigo Eduardo Zen (08/12/2005).

Da mesma forma que o processo de não reconhecimento da posse da terra pelas empresas ocorre com frequência, os mecanismos de determinação dos valores das indenizações também não são democráticos nem lícitos. Os valores são determinados pelas próprias empresas, ocorrendo desta forma, diversos conflitos de interesse. De fato, tivemos a oportunidade de analisar que os montantes estipulados pelas empresas para indenizações das propriedades de terra, são muitos inferiores aos valores reais das mesmas.

Devido ao não reconhecimento por parte destas empresas, as populações que não apresentam o título de posse de terra, vêm-se forçadas a recorrer à justiça, numa tentativa de reaverem os seus direitos, o que pode demorar meses, anos ou décadas. A morosidade do sistema judiciário e a falta de meios para competir com os escritórios de advocacia das empresas, constituem alguns dos principais fatores para que as populações atingidas permaneçam sozinhas na sua luta contra as barragens.

Na percepção das populações atingidas, elas não podem recorrer à Justiça, pois esta é literalmente “cega” em relação aos seus interesses e direitos. Os camponeses atingidos perceberam que só conseguiriam impor resistência aos projetos de barragens com muita organização e mobilização. E iniciaram esse processo, denunciando as experiências de implantação e os impactos sociais e ambientais negativos de outros projetos.

O maior problema que estas populações hoje enfrentam, é o de não existir um marco legal ou uma definição oficial do conceito de atingido, deixando o caminho livre para que as empresas construtoras definam, de acordo com as suas conveniências, quem são os atingidos por barragens e o que eles devem receber como forma de ressarcimento. Para Vainer, a categoria de atingido representa qualitativos que:

“vêm sempre na voz passiva, (...) populações afetadas atingidas, impactadas, deslocadas, remanejadas, preservadas, reassentadas, sempre passivas, inexoravelmente condenadas a ser

campo de ação de um outro, meio ambiente impactado pela intervenção do empreendedor/empreendimento hidrelétrico<sup>185</sup>”.

Nesta perspectiva, o que nos importa considerar, é o fato de que estas comunidades não ficaram de braços cruzados face a todas estas desigualdades. A construção de uma identidade de resistência, ou a afirmação de uma identidade subalterna, não foi apenas produto das circunstâncias de “invisibilidade” vividas por estas populações. Esta identidade foi construída quando estas populações perceberam que não poderiam esperar por indenizações justas, nem por melhorias prometidas pelas empresas e pelo governo.

Em tal situação de desigualdade, estas comunidades passaram a valorizar positivamente a sua resistência e a incorporar a identidade de atingido (a) em sua luta. Neste contexto, lutam contra a construção de barragens e a apropriação do território. Isso, porque se trata da preservação do seu território, pois não se trata de qualquer terra, mas da terra na qual eles nasceram, cresceram e querem morrer. O seu patrimônio cultural está ali e para eles esta não é a melhor terra do mundo, mas é o seu “lugar”.

### 2.3.1 A Construção Social do Território

Diante dos diversos conflitos apresentados, objetivámos compreender o processo de construção social do território, a partir da resistência das comunidades atingidas. Nesta perspectiva, são resgatados, primeiramente, alguns aspectos do debate teórico que envolvem a noção de lugar. Contudo, tencionamos compreender o papel cumprido pelo processo de apropriação territorial no contexto da globalização<sup>186</sup>, assim como analisar as formas de luta que estas populações empreenderam localmente. Para tal, elegemos como

---

<sup>185</sup> (Vainer, 1993:564).

<sup>186</sup> Para Santos, a globalização, longe de ser consensual, corresponde a um vasto e intenso campo de conflitos entre grupos sociais, Estados e interesses hegemônicos, por um lado, e a grupos sociais, Estados e interesses subalternos, por outro. De acordo com o autor, mesmo no interior do campo hegemônico, há divisões mais ou menos significativas (Santos, 2001a:33).

objeto de estudo, o território construído socialmente, após o processo de mobilização destes atores.

Neste sentido, começaremos por reconhecer a importância do “lugar” neste processo, no qual este pode ser entendido como uma cultura local. O lugar é, para muitos autores, o contexto de resistência cultural, pois por meio do lugar e do cotidiano somos capazes de ajustar as nossas percepções, interpretações e visões de mundo. O respeito e o fortalecimento do lugar como ação coletiva da sociedade, consolida a sua identidade e cria condições de resistência e luta contra uma globalização hegemônica.

Este fato pode ser bem elucidado, se considerarmos o lugar como o “outro” da globalização. Para Escobar, uma discussão sobre o lugar deveria oferecer uma perspectiva importante para repensar a globalização e o tema das alternativas ao capitalismo e à modernidade<sup>187</sup>. No entanto, o entendimento destes processos requer que deixemos claro o que entendemos por globalização e como esta será abordada em nosso trabalho.

Para alguns autores, o entendimento do mundo na atualidade, passa obrigatoriamente por uma definição da globalização mais perceptível, nas suas expressões na economia, sociedade, cultura e política. Utilizaremos a definição de Sousa Santos, em que o que definimos por globalização são, na verdade, conjuntos diferenciados de relações sociais. Nesta perspectiva, diferentes conjuntos de relações sociais acabam por dar origem a diferentes fenômenos de globalização. No entanto, para o autor, não existe estritamente uma única globalização, existem, em vez disso, globalizações, um termo no plural<sup>188</sup>.

Assim, para o autor, o global e o local são socialmente produzidos no interior dos processos de globalização. A definição elaborada pelo autor é designada como “o conjunto de trocas desiguais pelo qual determinada condição ou entidade local estende sua influência para além das fronteiras nacionais e, ao fazê-lo, desenvolve a capacidade de designar como local outro artefato, condição, entidade ou identidade rival<sup>189</sup>”. Desta forma, para Sousa Santos, a globalização não se trata de um processo consensual, mas de

---

<sup>187</sup> (Escobar, 1993:113).

<sup>188</sup> (Santos, 2001a:62).

<sup>189</sup> (Santos, 2001a:69).

um campo intenso de conflitos, onde o campo hegemônico atua com base no consenso, o que lhe confere características dominantes.

Consideramos necessário apresentar as formas de globalização, de acordo com as enumeradas por Sousa Santos. Destacamos; a forma de localismo globalizado, em que um determinado fenômeno local é globalizado com sucesso, provocando uma exclusão ou inclusão subalterna como consequência; e a outra forma, o globalismo localizado, que consiste no impacto específico nas condições locais, produzido pelas práticas e imperativos transnacionais que decorrem dos localismos globalizados<sup>190</sup>.

Nesta perspectiva, destacamos que, para Sousa Santos, além destes dois modos de produção de globalização, existem outros dois. Estes dois outros modos configuram a globalização da resistência aos localismos globalizados e aos globalismos localizados. O primeiro modo, consistiria no cosmopolitismo<sup>191</sup>. Sousa Santos descreve que, “o cosmopolitismo não é mais do que o cruzamento de lutas progressistas locais com o objetivo de maximizar o seu potencial emancipatório *in loco* através das ligações translocais/locais<sup>192</sup>”.

O segundo modo, foi designado pelo autor como patrimônio comum da humanidade. “Trata-se de lutas transnacionais pela proteção e desmercadorização de recursos, entidades, artefatos, ambientes considerados essenciais para a soberania digna da humanidade e cuja sustentabilidade só poderá ser garantida à escala planetária<sup>193</sup>”.

Entendemos que não existe uma globalização, mas sim distintos processos e discursos globais que expressam globalizações diferentes, e muitas vezes antagônicas. De fato, podemos destacar que os processos designados como localismos globalizados e globalismos localizados são expressões de globalizações hegemônicas. No entanto, os

---

<sup>190</sup> (Santos, 2001a:71).

<sup>191</sup> Para Santos, “trata da organização transnacional da resistência de Estados-nação, regiões, classes ou grupos vitimizados pelas trocas desiguais de que se alimentam os localismos globalizados e os globalismos localizados, usando em seu benefício as possibilidades de interação transnacional criadas pelo sistema mundial em transição, incluindo as que decorrem da revolução nas tecnologias de informação e de comunicação” (Santos, 2001a:73).

<sup>192</sup> (Santos, 2001a:75).

<sup>193</sup> (Santos, 2001a:75).



processos designados de cosmopolitismo e patrimônio comum da humanidade representam uma resistência contra-hegemônica ao discurso e processos de globalização dominantes.

Nesta perspectiva, gostaríamos agora de nos deter na discussão acerca dos processos decorrentes da marginalização do local e conseqüentemente, do lugar. Como tivemos oportunidade de analisar, a resistência à globalização hegemônica representa a luta pela manutenção de formas alternativas de produção e também de valorização de uma cultura e da biodiversidade de uma região como um todo. De fato, o global e local são socialmente produzidos no interior destes processos de globalização. No entanto, pretendemos destacar que o lugar e a consciência do lugar têm sido marginalizados nos debates sobre o local e o global.

Escobar enumera que o desaparecimento do lugar é um reflexo da assimetria existente entre o global e o local, na maior parte da literatura contemporânea sobre a globalização, em que o global surge associado ao espaço, ao capital, à história e ação humana, enquanto que o local, pelo contrário, é vinculado ao lugar, ao trabalho e às tradições, e cita como exemplo o que sucede com mulheres, minorias, pobres e culturas locais<sup>194</sup>.

Para Sousa Santos, à medida que a idéia do global ganhou força, surgiu simultaneamente a idéia do local como um lugar de especificidades. De acordo com o autor, o local é integrado no global por duas vias possíveis: pela exclusão ou pela inclusão subalterna. Destaca ainda que, “apesar de, na linguagem comum e no discurso político, o termo globalização transmitir a idéia de inclusão pela globalização, sobretudo econômica, pode ser bastante limitado<sup>195</sup>”.

Podemos identificar esta análise como fundamental para percebermos a importância do local e do global no processo que pretendemos analisar. Neste processo, a estratégia de construção social do território, corresponde à defesa do lugar, onde estes

---

<sup>194</sup> (Escobar, 1993:116).

<sup>195</sup> (Santos, 2001a:70;71).

atores almejam a construção de um processo de globalização contra-hegemônica, criando a possibilidade de construir localmente a sua resistência.

Esta resistência é organizada através de estratégias de construção do território como forma de criação de limites geográficos, econômicos, culturais e sociais, as quais possibilitem uma identidade coletiva - *identidade de atingido e atingida* - que permita a valorização dos seus conhecimentos locais, do seu “lugar”, a partir da sua própria identidade. A identidade do território está enraizada na sua própria cultura.

A apropriação territorial indica uma reterritorialização, obrigando a uma reconfiguração do lugar a partir de novos elementos e perspectivas completamente diferentes. Assim, os atingidos e atingidas constroem socialmente um novo território, a partir das mudanças das relações estabelecidas nestes lugares, promovendo um rearranjo no território, modificando e diversificando as suas antigas atividades. Para estas populações, morar num local, não se define como um mero efeito de um fazer comunitário, mas como algo que indica a própria identidade do grupo. A idéia de lugar coloca, de fato, a questão da identidade, da espacialidade da relação que se estabelece entre estes diferentes atores.

Esta exclusão, como já foi assinalado, não se inscreve apenas na terra, embora esta seja a principal reivindicação posta em evidência por estas populações. Estas populações não só reivindicam o seu “lugar”, mas também a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Os atingidos e atingidas são, portanto, indivíduos desterritorializados que reencontram a sua identidade na constituição do Movimento de Atingidos por Barragens. O movimento apresenta-lhes a possibilidade de retomarem as suas casas, os seus trabalhos e os seus modos de vida, em contato com a natureza. Desta forma, ocorre uma possibilidade de resgate das suas condições de vida e de construção de uma identidade de resistência através da possibilidade de se desterritorializarem.

Não podemos deixar de destacar que o processo de construção social do território poderá fortalecer a resistência ao processo de globalização hegemônica. Isto ocorre, na

medida em que estas populações constroem um processo de troca de experiências, fortalecendo os laços de união e a diversidade cultural destas comunidades. Entendemos o processo de construção do território como identidades ligadas ao lugar, ou seja, identidades que se configuram através de uma troca de saberes, relacionando tradição com novas expectativas para estas comunidades, fortalecendo a identidade de resistência destes atores.

Como já mencionámos anteriormente, neste processo, o lugar tem sido marginalizado no debate do local com o global. Para Escobar, o lugar é central ao tema do desenvolvimento, da cultura, do meio ambiente e é igualmente importante para o “outro”, para imaginar contextos alternativos, ainda de acordo com o autor, para se pensar a construção da política, do conhecimento e da identidade.

Deste modo, as ações de luta pela globalização contra-hegemônica, inclusive as estratégias de reterritorialização ou de construção de territórios, podem também ser entendidas como estratégias de resistência e preservação do “lugar”. Ocorre assim uma troca de experiências e de saberes entre diversas populações atingidas (indígenas, quilombolas, camponeses, ribeirinhos, entre outros), ou seja, uma troca de conhecimentos, de valores, formando uma verdadeira rede de solidariedade a favor de um processo de fortalecimento multicultural e de uma causa comum - a da luta contra as barragens.

A construção de territórios como elemento de fortalecimento identitário destas populações e da criação de uma identidade de resistência, ganha expressão, quando se configura através de diversos atores, os quais contribuem com diversos saberes e identidades, com o único objetivo de preservarem e garantirem o seu lugar. Sobre o processo de luta e de constituição de uma resistência a sair do seu lugar e a lutar pelo mesmo, iremos descrever a construção e organização da sua resistência, no próximo capítulo.

## CAPÍTULO III

### O PALCO E OS ATORES

“Os movimentos sociais são fenômenos históricos decorrentes de lutas sociais. Colocam atores específicos sob as luzes da ribalta em períodos determinados. Como as mudanças estruturais e conjunturais da sociedade civil e política, eles se transformam. Como uma galáxia, são estrelas que se acendem, enquanto outras estão se apagando, depois de brilharem por muito tempo. São objetos de estudo permanente. Enquanto a humanidade não resolver seus problemas básicos de desigualdades sociais, opressão e exclusão, haverá lutas, haverá movimentos.

Maria da Glória Gohn<sup>196</sup>

---

<sup>196</sup> (Gohn, 2002:20).

### 3.1 Os Novos Movimentos Sociais

Neste capítulo, procuraremos analisar o PALCO e os ATORES, ou seja, o Brasil e a trajetória recente dos movimentos sociais. Com esta finalidade, apresentaremos a literatura referente aos Novos Movimentos Sociais (NMSs) e em termos empíricos, procuraremos abordar o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), no que se refere à sua história e conjuntura atual. Em primeiro lugar, iremos nos concentrar nas primeiras linhas do debate teórico em torno deste tema e em seguida, iremos focar a situação latino-americana, mais especificamente, a situação brasileira, começando por fazer uma breve análise da situação política e do surgimento destes novos atores.

A nossa intenção é oferecer um olhar particular, sobre o final dos anos setenta e início dos anos oitenta, assente na análise de diversos autores, dentro dos quais podemos destacar: Touraine<sup>197</sup>, Melucci<sup>198</sup>, Offe<sup>199</sup>, Castells<sup>200</sup>, Sousa Santos<sup>201</sup>, Scherer-Warren<sup>202</sup>, Gohn<sup>203</sup>, entre outros, os quais tematizam sobre o surgimento de novos atores sociais, quanto ao seu aspecto conceitual e, particularmente, quanto ao seu projeto de mudança dentro ou para além das condições societárias atuais. Nesta perspectiva, não se pretende um esgotamento destes aspectos, nem tão pouco a teorização sobre movimentos sociais, mas a possibilidade de construirmos uma discussão sobre esta temática.

Neste sentido, analisaremos de forma bastante genérica três fases<sup>204</sup> históricas, com o objetivo de iniciarmos uma pequena introdução sobre o campo teórico que proporcionou a análise e discussão do surgimento destes “novos atores”. Para este efeito, começaremos a nossa reflexão a partir do pensamento sociológico dominante caracterizado pela primeira fase. Este pensamento centrava-se em duas correntes: a marxista (ou histórico-estrutural)

---

<sup>197</sup> (Touraine, 1970 ; 1978 ; 1998).

<sup>198</sup> (Melucci, 2001).

<sup>199</sup> (Offe, 1992 ; 1988).

<sup>200</sup> (Castells, 1974; 1980).

<sup>201</sup> (Santos, 2001d).

<sup>202</sup> (Scherer-Warren, 2005).

<sup>203</sup> (Gohn, 2002).

<sup>204</sup> A Primeira Fase (meados do século XX, até à década de 70); A Segunda Fase (década de setenta); A Terceira Fase (década de oitenta).

e a funcionalista. De acordo com estas duas correntes, os processos sociais deveriam ser analisados enquanto processos de mudança global e tomavam como referências básicas as questões do desenvolvimento e da teoria da dependência em relação à corrente marxista, e as da modernização face à corrente funcionalista<sup>205</sup>.

No entanto, a partir do início dos anos setenta, tanto as abordagens de inspiração funcionalista, quanto as propostas marxistas, revelaram ser desadequadas para a compreensão das novas formas de conflitualidade social. Esta mudança paradigmática corresponde à nossa segunda fase e pode ser caracterizada através do surgimento de novas questões da realidade social, tais como a ênfase na microestrutura, para além da macro, e a compreensão de uma multiplicidade de novos fatores.

Para Scherer-Warren, este período tem como um dos marcos de reflexão teórica importante o Seminário de Mérida<sup>206</sup>, pois aquele conduziu à introdução de novos paradigmas<sup>207</sup>. Para a autora, as possibilidades que proporcionaram esta transição paradigmática foram ampliadas pela contribuição de convidados europeus (Touraine e Castells), e também pela participação de sociólogos latino-americanos presentes no Seminário de Mérida.

Nesta perspectiva, podemos destacar que, para muitos autores, Touraine desempenhou um papel essencial neste processo, pois foi um dos primeiros sociólogos a dedicar-se aos novos conflitos sociais que considerou inerentes à própria natureza do modelo de sociedade “em formação”, à qual chamou de pós-industrial<sup>208</sup>.

De fato, a partir deste momento, o autor, em vez de se privilegiar a análise das condições objetivas de classe (com ênfase na estrutura econômica), propõe que se estudem as ações de classe, as quais podem ser defensivas ou contestatórias, perante a dupla dialética de exploração e dominação, respectivamente. Touraine, propõe que os

---

<sup>205</sup> (Scherer-Warren, 2005:14).

<sup>206</sup> O Seminário de Mérida ocorreu em 1971, no México. Este seminário tinha como tema principal “As Classes Sociais na América Latina”.

<sup>207</sup> (Scherer-Warren, 2005:15).

<sup>208</sup> (Touraine, 1970).

movimentos sociais podem ser definidos como ações coletivas associadas à luta por interesses, ligadas à organização social e a mudanças na esfera social e cultural.

Segundo Touraine, os movimentos sociais são fruto de uma vontade coletiva. “Eles falam de si próprios como agentes de liberdade, de igualdade, de justiça social ou de independência nacional, ou ainda como apelo à modernidade ou à liberação de forças novas, num mundo de tradições, preconceitos e privilégios<sup>209</sup>”. Para Gohn, Touraine define os movimentos sociais através da combinação de três princípios: identidade, oposição e totalidade. Sobre a Identidade, o autor refere que a prática das relações sociais situa e define o movimento, sendo através do conflito que o grupo afirma ou constrói a sua solidariedade e esta expressão de si, os quais fazem aparecer o princípio de identidade. No que diz respeito à oposição, o autor refere que somente será possível falar em movimento social, se for possível definir-se um contra-movimento ao qual ele se opõe, pois é no conflito que o adversário surge. Por último, o princípio da totalidade, para Touraine, transcende a oposição ao adversário, pois o movimento não se limita a definir um conflito, mas expressa a sua oposição ao sistema como um todo, ou seja, vislumbra a possibilidade de uma alternativa para o desenvolvimento social<sup>210</sup>.

No entanto, a partir do final da década de setenta, percebemos um distanciamento das formas clássicas de análise, implicando uma maior intensidade de indagação. Esta mudança, possibilitou uma reflexão a partir de uma forma de organização da sociedade que assistia a mudanças próprias dos processos de globalização da economia e da reestruturação produtiva, nas quais o trabalho perde o seu lugar como elemento central de inserção dos indivíduos na sociedade. Podemos destacar que o foco do período anterior na luta de classes, a partir deste momento, concede lugar às interpretações em termos de lutas históricas nacional-populares, no sentido sugerido por Touraine e outros, além do

---

<sup>209</sup> (Touraine, 1978:35).

<sup>210</sup> (Gohn, 2002:145).

recurso às teorias clássicas, especialmente as gramscianas, os estudos de Laclau, Casanova, Weffort, entre outros<sup>211</sup>.

No que concerne à década de oitenta, podemos destacar que a sociologia foi dominada pela emergência de novos atores sociais e de novos movimentos sociais. Para Sousa Santos,

“mesmo aqueles que não compartilham da posição de Touraine<sup>212</sup>, para quem o objeto da sociologia é o estudo dos movimentos sociais, reconhecem que a última década impôs essa temática com uma força sem precedentes, fazendo do elenco e da hierarquização das razões explicativas desse fenômeno os únicos objetos de debate<sup>213</sup>”.

De fato, não podemos deixar de destacar que, nas últimas décadas do século XX, a categoria “movimento social” constituirá a referência central de um grande número de novas reflexões teóricas e estudos de casos. Estes “novos” movimentos sociais compreendem os movimentos das mulheres, ecológicos, pacifistas, entre outros, sinalizando, em princípio, um distanciamento do caráter classista que se configurava nos movimentos sindicais e operários. Para Gohn, o termo Novos Movimentos Sociais foi cunhado na Europa, pelas análises de Offe, Touraine e Melucci, contrapondo-se aos velhos movimentos sociais, nas suas práticas e nos seus objetivos, isto é, contrapondo-se ao movimento operário-sindical, organizado a partir do mundo do trabalho<sup>214</sup>.

Estes “novos movimentos sociais”, surgidos sobretudo na Europa Ocidental e na América do Norte, caracterizaram-se por categorias inteiramente novas, como as da ecologia, do feminismo e do pacifismo, já mencionadas anteriormente. Contudo, não podemos generalizar as suas reivindicações, categorias e os seus conceitos. Estes movimentos surgiram a partir de realidades distintas, não podendo ser analisados numa perspectiva homogeneizante.

---

<sup>211</sup> (Scherer-Warren, 2005:17).

<sup>212</sup> (Touraine, 1978).

<sup>213</sup> (Santos, 2001d:177).

<sup>214</sup> (Gohn, 1995:44).



Para Sousa Santos, são muitos os aspectos que diferenciam os novos movimentos sociais latino-americanos, dos novos movimentos dos países do Norte. Os movimentos da América Latina possuem uma base completamente distinta, pois constituem-se como movimentos populares com reivindicações fortemente relacionadas com necessidades de subsistência e com características ligadas a identidade, território, cultura, entre outras<sup>215</sup>.

Nesta perspectiva, muitos autores latino-americanos consideram que foram transferidos conceitos e categorias de forma muito direta (do Norte para o Sul), ocorrendo, desta forma, erros analíticos, por não haver uma contextualização destas perspectivas no seio da realidade latino-americana. Neste sentido, não podemos deixar de salientar que, no caso do Brasil, estas análises conceituais foram feitas de fora para dentro, ou seja, foi utilizada uma teoria proveniente da Europa para analisar situações exclusivas da América Latina.

Os novos movimentos sociais latino-americanos são diferentes dos movimentos europeus, por se terem desenvolvido em sociedades civis marcadas por tradições de relações clientelistas e autoritárias. Na Europa, o “novo”, refere-se ao oposto do “antigo” movimento da classe trabalhadora. No entanto, em ambos os casos, o que há de realmente novo é a nova forma de fazer política e a politização de novos temas<sup>216</sup>.

Para Sousa Santos, a maior novidade dos Novos Movimentos Sociais consiste, tanto na crítica à regulação social capitalista, como uma crítica à emancipação socialista, como definida pelo marxismo. Segundo o autor,

“através da identificação das novas formas de opressão que ultrapassam as relações de produção e sequer são específicas delas, como a guerra, a poluição, o machismo, o racismo e o produtivismo; e da defesa de um novo paradigma social, mais baseado na cultura e na qualidade de vida do que na riqueza material e no bem-estar material, os novos movimentos denunciam, com uma radicalidade sem precedentes, os excessos de regulação da modernidade<sup>217</sup>”.

---

<sup>215</sup> (Santos, 2001c:180).

<sup>216</sup> (Gohn, 2002:124).

<sup>217</sup> (Santos, 2001c:178).

Podemos assinalar que os denominados Novos Movimentos Sociais apontaram para um projeto alternativo, resultante da ruptura que estes grupos tentaram estabelecer, devido a várias crises e paradoxos do capitalismo. Assim,

“a novidade dos Novos Movimentos Sociais, não está na rejeição à política, pelo contrário, está na ampliação da política para além do contexto liberal da distinção entre Estado e sociedade civil<sup>218</sup>”.

Identificamos que as novidades que estes movimentos introduziram, se apresentaram a partir da diversidade destes grupos, ou para Sousa Santos, da “impureza”, na medida em que aqueles possuem uma base ética e cultural muito diversa. Segundo Sousa Santos e Nunes,

“A definição de uma identidade como povo e dos direitos coletivos deste está estritamente vinculada a uma noção de territorialidade, associada à responsabilidade em relação ao território, definido como um coletivo de espaços, de grupos humanos, de rios e de florestas, de animais e de plantas. As diferenças entre visões do mundo tornam-se explícitas e transformam-se em terreno de lutas nos momentos em que a integridade desses coletivos é posta em causa (...)”<sup>219</sup>.

Os caminhos pelos quais transitam estes novos movimentos, são construídos a partir da revalorização da sua cultura e pela afirmação da sua identidade. Neste sentido, investigar um movimento que possui uma base social marcadamente diversa, corresponde a analisar a própria narrativa brasileira e os seus vários antagonismos. Contudo, procuraremos refletir sobre um movimento social que nasceu no final dos anos setenta, como a maioria dos movimentos tradicionais brasileiros, e que hoje se constitui como um dos principais movimentos de luta contra a construção de “Grandes Barragens”, no Brasil e no Mundo.

---

<sup>218</sup> (Santos, 2001c:181).

<sup>219</sup> (Santos; Nunes, 2004b:45).

### 3.2. A Emergência de Novos Atores Sociais no Brasil

O final da década de setenta e início dos anos oitenta, foram períodos marcados por novidades no campo político brasileiro. Esta fase pode ser caracterizada pela participação e resistência de “novos atores sociais”, os quais desempenharam um importante papel no processo de redemocratização e na transformação do cotidiano. Estes novos atores, ao longo dos anos, foram responsáveis, não só pela reconstrução do regime político, mas também pela formação de valores democráticos, constituindo-se assim como agentes interlocutores que dialogaram diretamente com a população e com o Estado<sup>220</sup>.

Sendo assim, estes novos atores iniciaram a sua resistência contra a ditadura militar, através da luta contra o populismo e o dirigismo partidário, contrapondo-se ao autoritarismo militar. Esta oposição ao regime vigente foi responsável pelo processo de construção da sociedade política brasileira<sup>221</sup>, baseada agora numa visão de direitos coletivos e da cidadania de grupos sociais subalternizados.

Esta mudança pode ser analisada através do sentimento de “exclusão”, ou como define Scherer-Warren, de uma tripla exclusão. Para a autora, o agente que impulsionou esta mobilização e resistência, encontrava-se inerente ao sentimento de tripla exclusão, (econômica, política e cultural/ideológica) sempre presente na história brasileira, mas que se acentuou durante os anos da ditadura militar. Scherer-Warren, assim como muitos autores brasileiros, acreditam que esta tripla exclusão se encontra no cerne destes novos movimentos e das suas reivindicações<sup>222</sup>.

Destaca-se ainda que este período foi considerado como a “Era da Participação<sup>223</sup>” e representou um marco na sociedade brasileira, ganhando, a partir deste momento, contornos mais nítidos e distanciando-se da situação de extrema subordinação. Entre estas novas formas de organização, gostaríamos de destacar os movimentos sociais do campo, na

---

<sup>220</sup> (Gohn, 2002).

<sup>221</sup> (Oliveira, 1994).

<sup>222</sup> (Scherer-Warren, 2005:55).

<sup>223</sup> (Gohn, 1997:111).

medida em que a base do movimento que nos interessa analisar é composta por camponeses e comunidades tradicionais.

Estes movimentos sociais do campo têm como base de articulação a terra, ou melhor, o seu território. A partir dos seus territórios (existentes ou inexistentes), elaboraram projetos de longo alcance. Para estas populações, a terra não é considerada apenas como meio de produção, mas sobretudo, como um espaço no qual se constrói coletivamente uma nova forma de organização social.

De fato, as lutas por terra no Brasil são muito antigas, mas as formas camponesas de organização e os princípios orientadores da sua ação têm-se modificado através dos tempos. São movimentos que têm como base de articulação o território, em vez de carências específicas.

Indígenas, quilombolas, populações ribeirinhas e populações camponesas, constituem a sua resistência através de um recurso fundamental, o forte sentido de uma identidade local, alicerçada com as suas comunidades, mas sobretudo no “seu” território. O território passa a ser reinventado como espaço de construção de identidades sociais e de novas redes de regulação social.

Nesta perspectiva, gostaríamos de destacar dois movimentos sociais camponeses brasileiros que fundamentam a sua resistência na luta pela terra, a terra “roubada” e a terra “sonhada”. Para Scherer-Warren, estes dois movimentos sociais camponeses destacam-se, sobretudo, pelo conteúdo crítico das suas contestações. Estes movimentos são:

“*Movimento contra barragens* - a partir de 1976 com Sobradinho e Itaparica, no Nordeste; 1978, com Itaipu Binacional; na década de 80, na Bacia do Uruguai, nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul; Tucuruí, no Norte, dentre outras. *Movimento dos Sem-Terra* a partir de 1979, sendo particularmente forte no Sul e Sudeste do Brasil, chegando ao seu apogeu em 1985, quando da realização simultânea de vários acampamentos coletivos, enquanto forma de luta<sup>224</sup>”.

---

<sup>224</sup> (Scherer-Warren, 2005:66).

Segundo a autora, a partir dos anos oitenta, no meio acadêmico, esses dois movimentos passaram a constituir um tema central de estudos sociológicos. A novidade consistia na mudança em relação ao discurso e à prática destes atores. Para a grande parte dos estudiosos brasileiros, a inovação destes dois movimentos consistia no desejo de romperem com o projeto desenvolvimentista adotado pelo Estado. Este fato pode ser compreendido, se pensarmos nas profundas alterações na paisagem rural, principalmente, a partir das décadas de sessenta e setenta. Estas alterações foram provocadas por grandes investimentos públicos e por grandes obras de infra-estrutura, no contexto de ascensão de um padrão tecnológico e de uma visão tecnicista, os quais sacrificavam a diversidade cultural das comunidades rurais brasileiras.

Como vimos no segundo capítulo, a pauperização e o deslocamento compulsório destas comunidades historicamente subalternizadas constituíram fatores de organização e mobilização de uma resistência. Contudo, não podemos deixar de mencionar a importância do papel da Igreja católica neste processo. De acordo com a trajetória destes movimentos, podemos salientar que estes foram baseados e fundamentados em formulações teóricas originárias de setores da Igreja Católica, os quais se amparavam nos conceitos da Teologia da Libertação. Estes movimentos eram portadores de um discurso que valorizava a participação da base, e procuravam a sociabilidade comunitária.

Podemos afirmar que a origem deste discurso condizia com as elaborações da Igreja Católica, mas em especial, com as das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), as quais agregavam a pluralidade de movimentos surgidos no país, a partir da categoria “pobre”. Assim, os novos movimentos sociais do campo construíram o seu projeto em torno de duas expectativas: a primeira, visando um objetivo específico, neste caso, a terra. A outra, estaria associada à utopia de construção de uma nova sociedade<sup>225</sup>.

---

<sup>225</sup> (Scherer-Warren, 2005:72).

A influência da Igreja Católica<sup>226</sup> neste processo mostrou-se determinante, pois esta utopia seria concebida como um processo onde novas relações comunitárias e societárias seriam construídas. Emerge deste discurso a noção de “caminhada”, de inspiração católica, a qual representa uma transformação a partir de um processo gradual. Estas formas de organização e luta no campo agregaram características de um movimento muito mais amplo que ocorria à escala internacional. Na América Latina, estes movimentos também são constituídos por comunidades historicamente subalternizadas<sup>227</sup> e podem igualmente ser caracterizados como movimentos híbridos. Contudo, apesar dos movimentos latino-americanos<sup>228</sup> possuírem diferenças espaciais e temporais que caracterizam as suas trajetórias, também possuem aspectos comuns, por apresentarem problemáticas enfrentadas por todos os atores do continente<sup>229</sup>.

Para Sousa Santos e Nunes,

“os processos de hibridação ou de mestiçagem, que, a partir de recursos de origem diversa, local ou translocal, criam formas «autóctones» ou «nativas» de representação ou teorização de experiências, de horizontes e de práticas emancipatórias apontam vias possíveis, sempre ligadas às experiências históricas específicas, de articulação das duas estratégias<sup>230</sup>”.

Ainda de acordo com os autores, tanto a sociologia das ausências, como a teoria da tradução, constituem recursos essenciais para evitar que a reconstrução de discursos e práticas emancipatórios caiam na armadilha de reproduzir, de forma alargada, concepções e preocupações eurocêntricas.

---

<sup>226</sup> A Romaria da Terra seria um exemplo interessante da influência e, sobretudo, da presença da Igreja Católica nas comunidades atingidas, e em quase todos os movimentos camponeses. De acordo com a Comissão Pastoral da Terra - CPT, se a migração se transforma numa questão cultural, a romaria da terra é a sua expressão religiosa. Para a Comissão, “as romarias teriam um tom de denúncia das injustiças, da desigualdade, da expropriação e da exclusão dos camponeses ao direito à cidadania. São ocasiões da vivência da solidariedade entre os próprios trabalhadores, solidariedade dos irmãos e irmãs de perto e de longe, de diversas áreas, sentindo que é única a caminhada e a luta” (CPT, 1991:08).

<sup>227</sup> (Galeano, 1996).

<sup>228</sup> Zibechi cita: Os Sem Terra, os seringueiros do Brasil, os indígenas equatorianos, os zapatistas, os guerrilheiros da água, os plantadores de coca bolivianos, entre outros (Zibechi, 2004).

<sup>229</sup> (Zibechi, 2004).

<sup>230</sup> (Santos, 2001; In: Santos; Nunes 2004b:32).

Neste sentido, gostaríamos de destacar que os movimentos latino-americanos fazem parte de um mesmo projeto emancipatório. Estes atores, tanto no Brasil, como no México, Peru, na Bolívia e Nicarágua, entre outros, ao longo dos anos, têm engendrado alianças com povos locais, nacionais e também com povos e movimentos internacionais. As novas territorialidades, possibilitam uma aprendizagem mútua e formas alternativas de organização, através das quais surgem novas práticas e relações sociais nos diversos países. Contudo, parece interessante destacar que, tanto numa perspectiva global, quanto nacional e regional, a luta se constrói de forma integrada, de dentro para fora, e não mais de fora para dentro.

De entre todas as experiências que se destacam na América Latina, gostaríamos de distinguir a luta das populações latino-americanas contra as grandes barragens, e mais especificamente, a luta brasileira contra estes grandes projetos. Neste momento, iremos concentrar-nos apenas no que se refere ao movimento brasileiro, pois a luta internacional será abordada nos sub capítulos seguintes.

O movimento contra barragens, como já foi visto, representa um dos movimentos camponeses mais importantes que surgiram no final dos anos setenta e início dos oitenta. Para alguns autores, este movimento questiona a legitimidade de uma estrutura injusta da terra e questiona a legitimidade de se desapropriarem camponeses e camponesas para a construção de Grandes Obras, as quais atendem prioritariamente às necessidades do grande capital e de grupos internacionais.

O nosso objetivo consiste analisar como esta luta foi desencadeada e a forma como os atingidos e atingidas brasileiros(as) se organizaram e formaram um Movimento Nacional de Atingidos(as) por Barragens, com a participação de atores nacionais e internacionais.

### 3.2.1 Antecedentes do Movimento

Desde o final da década de sessenta, as comunidades atingidas por barragens opuseram-se ao programa de desenvolvimento hidroelétrico elaborado pelo regime militar. As controvérsias em torno destes grandes projetos tiveram início a partir do reconhecimento dos efeitos negativos destas obras sobre as vidas das comunidades atingidas. Contudo, estas comunidades não puderam expressar qualquer evidência de descontentamento durante este período<sup>231</sup>. A ditadura impossibilitou que estas comunidades de camponeses, indígenas, quilombolas, agricultores e ribeirinhos, deslocados por estas grandes obras, se pudessem organizar e reivindicar os seus direitos.

Na década de oitenta, com o fim da ditadura militar e com o processo de abertura política, estes atores tiveram a possibilidade de se organizarem e de exigirem, das empresas construtoras de barragens e do próprio governo, uma maior transparência e divulgação de informações sobre os projetos a serem construídos. Esta mobilização ocorreu de diversas maneiras, porque diversa é a estrutura agrária, a cultura e a organização destas comunidades. Diversa também, foi a forma como estas comunidades de populações atingidas iniciaram a sua luta.

Para os atingidos e atingidas brasileiros, esta luta foi desencadeada a partir de um sentimento comum de expropriação, espoliação e exploração, às quais estas populações foram submetidas<sup>232</sup>. Esta década pautou-se pelo início do movimento de organização dos atingidos, por meio de lutas locais e regionais. Destacou-se por ser uma época de intensa

---

<sup>231</sup> “Desde o final dos anos 60 a ditadura militar vinha reprimindo brutalmente as organizações populares e qualquer tipo de oposição. No início dos anos 70, torturando e violentando os direitos humanos, os militares haviam derrotado as tentativas de guerrilha e a resistência urbana dos grupos revolucionários, que se tinham isolado dos trabalhadores. O caminho tinha ficado aberto para implantarem seu modelo de desenvolvimento” (MAB - Manual do Atingido. Caderno sobre: Uma história de organização e luta - parte 1, 2005:01).

<sup>232</sup> “Desde o ano de setenta e seis/ Que a gente iniciou/ Nossa organização/ De todo trabalhador/ Para não perder as terras/ Que a gente sempre plantou/ Isso a gente iniciou/ Quando ouviu falar/ Que essa empresa CHESF/ Aqui ia começar/ A construção de uma barragem/ Pra poder nos afogar (...).” Poema de Fulgêncio Manuel da Silva, líder sindical rural de Pernambuco e um dos fundadores do MAB Nacional, assassinado em 1997. (MAB - Manual do Atingido. Caderno sobre: Uma história de organização e luta- parte 1, 2005:04).



pressão popular, caracterizada por conquistas localizadas, ou seja, que expressavam uma região, um rio ou uma barragem.

Autores brasileiros também destacam que a, partir deste período, os protestos contra barragens exerceram grande influência, impulsionando o surgimento de outros movimentos também contestatórios da exploração de regiões rurais. Estes processos de resistência geraram três principais focos de luta de comunidades atingidas no Brasil. De acordo com McCully, os primeiros opositores efetivos aos projetos hidroelétricos surgiram na região Sul, contra as barragens na bacia do rio Uruguai<sup>233</sup>.

Esta resistência foi organizada em 1977, após a empresa pública ELETROSUL comunicar os seus planos de construir vinte e três barragens no rio Uruguai e nos seus afluentes. Este anúncio feito pela empresa foi responsável por as primeiras medidas terem sido tomadas por parte das comunidades atingidas. Desta forma, podemos salientar que as primeiras manifestações ocorreram nos municípios onde estavam previstos os primeiros projetos da ELETROSUL (Barragem de Itá - no estado de Santa Catarina e Barragem de Machadinho - no estado do Rio Grande do Sul)<sup>234</sup>.

Para as comunidades de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, a possibilidade de perderem as suas terras e de serem deslocadas para outras regiões (Centro-Oeste e Amazônia), refletiu-se como uma verdadeira catástrofe para as suas vidas. O medo do futuro e as incertezas quanto ao presente constituíram o principal estímulo para que estas comunidades começassem a articular a sua resistência. Nesta luta, também foram envolvidos outros setores da sociedade civil, tais como: sindicalistas, ativistas pela reforma agrária, religiosos e pequenos agricultores. Um aspecto importante neste processo de

---

<sup>233</sup> (McCully, 2004:356).

<sup>234</sup> “Na região Sul, na Bacia do rio Uruguai, o Plano 2010 da Eletrobrás projetava a construção de vinte e três barragens que expulsariam 200.000 pessoas nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina” (MAB - Manual do Atingido. Caderno sobre: Uma história de organização e luta - parte 1, 2005:04).

construção de luta e resistência, consistiu na influência da Igreja Católica, através das Comunidades Eclesiais de Base<sup>235</sup> (CEBs) e do movimento sindical.

A aliança das comunidades atingidas com outros setores da sociedade e a sua mobilização contra a construção de barragens na bacia do Uruguai, fundamentou, anos mais tarde, a criação da Comissão Regional de Barragens (CRAB). Esta Comissão tinha como objetivo, obter da ELETROSUL (empresa responsável pelas barragens), informações mais completas sobre os projetos, e também uma declaração quanto ao número de pessoas directamente atingidas, ou seja, sobre o número de pessoas que perderiam as suas terras e os seus meios de subsistência.

A Comissão também exigia que a ELETROSUL não negociasse individualmente com os atingidos e atingidas, mas sim coletivamente, impedindo, desta forma, que as pessoas tivessem pagamentos diferenciados e devido a isso, abandonassem a luta. De acordo com relatos das próprias populações atingidas, esta é uma forma de negociação muito comum e eficaz, utilizada pelas empresas, para enfraquecer focos de resistência.

A região Sul pode ser considerada como um dos principais focos de resistência e luta contra barragens, mas também não podemos deixar de mencionar a importância da mobilização de populações atingidas no Nordeste e no Norte do país, neste mesmo período. Nesta perspectiva, gostaríamos de analisar a oposição de populações atingidas no Nordeste do país, designadamente, no vale do Rio São Francisco<sup>236</sup>.

Assim como na região Sul, na região Nordeste, as comunidades atingidas começaram a organizar-se, devido às consequências catastróficas da construção de duas barragens

---

<sup>235</sup> De acordo com Lage, no início da década de sessenta, a Igreja Católica criou as CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), e na década seguinte, já existiam em quase todo o país. Assentes nos princípios da Teologia da Libertação, as CEBs constituíram-se como importantes espaços para os trabalhadores rurais e urbanos organizarem e lutarem contra as injustiças e pelos seus direitos (Lage, 2005:466;467).

<sup>236</sup> O vale do rio São Francisco, representa um palco de conflitos pertencentes ao passado, mas sobretudo, ao futuro. Na atualidade, o vale do rio São Francisco permanece manchete dos jornais, causando muita polémica devido ao projeto do governo sobre a sua transposição. Segundo Torggler, “a defesa do projeto de transposição do Rio São Francisco está baseada na alegação de que tecnicamente o projeto pode ser feito, devendo gerar um pólo de agricultura irrigável no polígono das secas, fixando e gerando renda no sertão do Nordeste (...). Já as críticas ao projeto apontam apenas os aspectos ligados ao volume de água retirado do rio e seus efeitos no aspecto de potencial hidráulico, de irrigação e da natureza ambiental na porção a jusante do desvio” (Torggler, 2005:86).

(Sobradinho e Itaparica), no norte do estado da Bahia. A construção destas duas barragens causou o alagamento de centenas de quilômetros quadrados de ocupação agrícola e pecuária e foi considerada na época, como o maior lago artificial do mundo em espelho de água. Como consequência, o represamento das águas do rio atingiu diversos municípios<sup>237</sup> e desalojou milhares de pessoas.

Na luta contra as barragens nordestinas, também estiveram presentes diversos setores da sociedade civil como, ONGs, organizações populares, entidades sindicais e setores da Igreja Católica. Em conjunto, estas comunidades iniciaram um movimento que desempenhou e continua desempenhando um importante papel na organização do movimento social - o Pólo Sindical do Sub-médio São Francisco.

O terceiro e último foco a ser analisado, reporta-se à região Norte do país. A reação das populações atingidas do Norte começou a ser articulada após se terem manifestado as consequências da construção da barragem de Tucuruí. Esta barragem foi construída no estado do Pará, acarretando uma inundação de quase três mil quilômetros quadrados, e deslocando mais de vinte cinco mil pessoas. A falta de divulgação de informações por parte da empresa construtora (ELETRONORTE) quanto à construção da barragem (iniciada em 1978) e às suas consequências, fez com que estas populações se comessem a mobilizar.

Como resultado deste processo, em 1981, as populações atingidas, juntamente com o apoio dos sindicatos de trabalhadores rurais, organizaram o Movimento dos Expropriados pela Barragem de Tucuruí. As mobilizações ocorreram em 1982, com quatrocentas pessoas acampadas durante três dias em frente ao escritório da empresa e, em 1983, um novo acampamento reuniu duas mil pessoas. As suas reivindicações abrangiam a terra, o pagamento de indenizações justas e as compensações pelos danos infligidos. No entanto, apesar desta mobilização massiva, as populações conseguiram apenas um acordo com a empresa, o qual esperam até hoje que seja cumprido.

---

<sup>237</sup> Os municípios mais afetados foram: Remanso, Casa Nova, Sento Sé e Pilão Arcado.

Estes três focos de luta (Sul, Nordeste e Norte), são considerados a origem do que viria a ser o Movimento Nacional de Atingidos por Barragens, anos mais tarde. Nesta perspectiva, em Abril de 1989, na cidade de Goiânia, foi fundamentada a primeira articulação em escala nacional dos atingidos por barragens, o Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens.

Para o MAB, neste primeiro encontro, foi possível realizar um levantamento global das lutas e experiências dos atingidos e atingidas em todo o país. A partir deste levantamento, foi então decidido construir uma organização mais forte a nível nacional, com o objetivo de travar os planos de construção de grandes barragens<sup>238</sup>.

Podemos destacar que, neste primeiro encontro, uma das principais questões abordadas pelas populações atingidas consistiu na necessidade da troca de experiências entre as mesmas. De acordo com os relatos destas populações, podemos analisar que os conflitos vivenciados por estas comunidades são muito semelhantes, independentemente da sua região. Todas referiam as mesmas questões: falta de informação por parte das empresas, direitos que não foram respeitados, impactos ambientais, deslocamento compulsório e o fato de não terem sido ouvidos nem pelas empresas, nem pelo governo.

Neste Primeiro Encontro, as comunidades atingidas de todo o país aprovaram, pela primeira vez na história, uma pauta e um plano de lutas nacionais:

- 1) Elaboração de uma nova política para o setor elétrico, com a participação da classe trabalhadora;
- 2) Resolução dos problemas sociais e ambientais gerados pelas hidroelétricas já construídas, como pré-condição para a implantação de novos projetos;
- 3) Cumprimento dos acordos já firmados entre os atingidos e as concessionárias;
- 4) Fim imediato dos subsídios tarifários às indústrias favorecidas pelo setor elétrico;

---

<sup>238</sup> (MAB - Manual do Atingido. Caderno sobre: Uma história de organização e luta - parte 2, 2005:01).

- 5) Reforma agrária, já sob o controle dos trabalhadores;
- 6) Demarcação das terras indígenas;
- 7) Demarcação das terras das comunidades negras remanescentes de quilombos<sup>239</sup>;

A partir deste momento, as lutas foram-se tornando mais frequentes e cada vez mais organizadas. De acordo com o MAB,

“Em Goiânia, ficou claro que os atingidos de populações de todo o país tinham os mesmos problemas e os mesmos inimigos. Mas ficou claro também que em cada região, em cada vale ou beira de rio, os movimentos tinham encontrado caminhos próprios para a organização e a luta<sup>240</sup>”.

Assim, trabalhadores rurais sem terra, pequenos produtores, povos indígenas, remanescentes de quilombos, populações urbanas, caboclos, sertanejos, mineiros e gaúchos, descendentes de escravos e de imigrantes europeus, começaram por constituir as suas lutas a partir das suas próprias experiências e especificidades. Esta diversidade cultural pode ser considerada como um dos fatores mais positivos para o fortalecimento nascente do movimento em questão, afirmando, desta forma, a riqueza das diferenças culturais, da organização e da experiência de cada luta e de cada organização local ou regional.

No que respeita à diversidade destas populações, o Encontro de Goiânia afirmou a necessidade de “serem respeitadas as diferentes realidades”, citando como exemplo as diferentes formas de organização no vale do rio São Francisco - Pólo Sindical - e na Bacia do Rio Uruguai - Comissão Regional de Atingidos por Barragens<sup>241</sup>. Dois anos depois, em março de 1991, ocorreu o Primeiro Congresso Nacional de Atingidos por Barragens.

---

<sup>239</sup> (Extraído da Carta de Goiânia; In: MAB - Manual do Atingido. Caderno sobre: Uma história de organização e luta - parte 2, 2005:02).

<sup>240</sup> (MAB - Manual do Atingido. Caderno sobre: Uma história de organização e luta - parte 2, 2005:02).

<sup>241</sup> (MAB - Manual do Atingido. Caderno sobre: Uma história de organização e luta - parte 2, 2005:02).

Com efeito, neste evento, o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) foi criado para, nacionalmente, se organizar a luta contra o processo de construção de barragens<sup>242</sup>. A constituição de um movimento nacional possibilitou a formação de identidades de grupos anteriormente subalternizados. Ao se organizarem nacionalmente e fortalecerem uma única identidade, a “identidade de atingido(a)”, projetaram nestas populações atingidas sentimentos de pertença social. Estas comunidades, que sempre foram excluídas, passaram, a partir deste momento, a se sentirem incluídas e, sobretudo, reconhecidas como atores políticos e sociais da sociedade brasileira.

### **3.3 MAB - Um Movimento de Resistência**

O MAB surge, então, a partir da organização do Primeiro Congresso de Atingidos por Barragens. Este Congresso foi realizado em Brasília e instituiu o MAB como um movimento nacional popular e autônomo de luta contra o processo de construção de barragens, em defesa dos direitos dos povos atingidos. A partir deste momento, o Movimento define que a sua principal instância deliberativa será o Congresso, e que este terá periodicidade trianual. Após este evento, que foi encerrado no dia 14 de Março, ficou estabelecido que este seria o Dia Nacional de Luta contra Barragens, sendo celebrado, desde então, em todo o país.

A sua estrutura organizacional fundou-se no princípio de independência dos movimentos locais e regionais. No início da constituição da sua organização, que corresponde aos anos oitenta, as comunidades atingidas eram organizadas com caráter

---

<sup>242</sup> “O Encontro de Goiânia criou uma Comissão Nacional Provisória para organizar, no ano seguinte, o 1º Congresso Nacional dos Atingidos por Barragens. Mas o Congresso só aconteceu em março de 1991, em Brasília. Delegados vindos de todo o país decidiram, então, fundar o MAB - Movimento de Atingidos por Barragens, como um movimento nacional. Popular e autônomo. Foi eleita a primeira Coordenação Nacional do MAB. Também se resolveu que o Movimento teria sede em São Paulo, com uma secretaria nacional funcionando permanentemente” (MAB - Manual do Atingido. Caderno sobre: Uma história de organização e luta - parte 2, 2005:02).

regional<sup>243</sup>. No entanto, mesmo não existindo muita pesquisa sobre este assunto, podemos destacar que esta estrutura mudou muito a partir dos anos 2000. Autores destacam que esta mudança foi caracterizada por um modelo muito mais centralizado e hierarquizado. Para o próprio MAB, esta forma de organização teve resultados importantes naquele momento histórico, e permitiu muitas conquistas, inclusive, o fato de se criar uma articulação nacional. Vainer destaca que,

“a criação de um Movimento Nacional expressava o reconhecimento explicitado em vários documentos, de que as lutas particulares de movimentos locais ou regionais não são capazes de fundamentar uma perspectiva apta a confrontar o modelo energético e, de forma mais ampla, o modelo de desenvolvimento de que as hidrelétricas são apenas um elemento (...)”<sup>244</sup>.

O Movimento está organizado em quinze estados brasileiros e caracteriza-se como uma articulação nacional, dividida em cinco regiões: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste. Nessa medida, podemos destacar que os espaços nacionais consistem no Congresso, nas Plenárias, Coordenações e na Executiva Nacional. Para o MAB, a coordenação é um espaço e um mecanismo horizontal, onde cada pessoa tem o direito de vez e voz para concordar, discordar, sugerir e avaliar.

De acordo com o Movimento, a Coordenação deve ser estruturada ao nível local, regional, nacional e os grupos de base devem ser formados por militantes, homens e mulheres de todas as idades. A Coordenação constitui a instância de tomada de decisões para concretizar as linhas gerais do movimento. Neste sentido, a coordenação local, corresponderia, na maioria das regiões, à coordenação da barragem e deveria ser formada pela militância mais comprometida que os grupos pudessem oferecer.

A coordenação regional constitui a instância estadual ou, em algumas regiões, a representação de uma Bacia hidrográfica, incluindo até mais de um estado. Deve ser formada pela militância reconhecida das coordenações locais. A sua escolha é da

---

<sup>243</sup> Como analisamos anteriormente, havia as Comissões Regionais, Pólo Sindical, Movimento dos Expropriados, entre outras organizações

<sup>244</sup>(Vainer, 2001; In: Vieira, 2001:73).

responsabilidade da coordenação regional. Contudo, a coordenação nacional constituiria a instância com responsabilidade política para todas as regiões do país. De acordo com o MAB, a coordenação nacional deve ser formada pela militância reconhecida das coordenações regionais. A sua escolha é uma responsabilidade da coordenação nacional. Para o movimento, todas as coordenações, locais, regionais e nacionais, devem obedecer aos critérios de mérito, confiança e capacidade<sup>245</sup>.

Os objetivos principais do Movimento são: 1) Organizar todos os atingidos e as atingidas que foram expropriados, através dos grupos de base; 2) Mobilizar por barragem, ou seja, organizar as comunidades atingidas em cada barragem; 3) Unificar a luta na região; caso exista mais de uma barragem, a luta deve ser organizada em toda a região; 4) Criar uma organização única, de caráter nacional.

Para o Movimento, a melhor forma de garantir a participação ativa e orgânica do maior número possível de trabalhadores e trabalhadoras na organização do MAB, passa por organizar as comunidades atingidas em pequenos grupos de base<sup>246</sup>, de cinco a dez famílias, com dois coordenadores (um homem e uma mulher) em cada grupo. Estes grupos têm a função de organizar e formar pessoas atingidas, assim como, denunciar e combater as ações das empresas construtoras de barragens, nas suas regiões.

Inicialmente, um dos principais objetivos do Movimento consistiu em articular os interesses, as necessidades e os direitos dos atingidos frente às empresas, ao Estado e a outras organizações que de alguma forma estivessem envolvidas nestas questões. Para estas comunidades atingidas, a proposta de “Não às barragens”, incluía a construção de um novo projeto de desenvolvimento para o Brasil. Para isso, o Movimento reforçou a sua oposição à construção destes grandes projetos e também exigiu a formulação de uma nova política energética. O Movimento luta por uma nova política energética e salienta que:

---

<sup>245</sup> (Material referente ao IIº Encontro Nacional: “A luta e a organização do MAB”, 2006).

<sup>246</sup> O Grupo de Base representa as famílias ou grupos regionais do Movimento. Para o MAB, “o Grupo de Base é a parte essencial do movimento; é seu alicerce, sua força e o seu exercício organizado, pois todo poder nasce do povo e pelo povo deve ser exercido diretamente”. Neste sentido, podemos destacar que se constitui como a parte principal da organização em uma dada região (Material referente ao IIº Encontro Nacional: “A luta e a organização do MAB”, 2006).



- “Esta política energética deve contemplar um novo projeto de população no seu planejamento, decisão e execução;
- Que o controle do Setor Elétrico seja estatal, retomando as empresas privatizadas;
- A água e a energia, dois bens estratégicos para a soberania do país, devam estar sob controle e a serviço do povo brasileiro;
- Priorize as questões sociais e ambientais;
- Corrija as distorções existentes no Setor Elétrico, acabando com os desperdícios na transmissão, distribuição e consumo de energia; bem como o fim dos subsídios aos grandes consumidores;
- Invista em pesquisa, no desenvolvimento e na implantação de fontes energéticas alternativas;
- Contemple um programa sério de conservação de energia;
- As empresas de outros países que queiram construir barragens no Brasil respeitem a legislação brasileira e a do seu país de origem;
- 20% do capital internacional destinado para a construção de barragens seja destinado para investir em fontes alternativas e pesquisa<sup>247</sup>”;

Os atingidos e atingidas brasileiros(as) entenderam que a sua luta fazia parte de uma luta maior, travada pelos excluídos e pela classe trabalhadora, pela construção de uma nova sociedade e de um projeto popular para o Brasil. Para o Movimento, o modelo de sociedade capitalista neoliberal tem aumentado a exclusão social e a concentração de riquezas, incluindo a água e a energia. Acreditam que a luta organizada e o protagonismo das massas constitui o motor de transformação da realidade do país.

Para o MAB, o seu objetivo consiste no incentivo à busca e luta por alternativas para a geração e distribuição de energia que modifiquem a atual matriz energética brasileira. A luta é incentivada pelo movimento, como um processo no qual os atingidos vão tomando consciência da sua situação, participando integralmente da sua organização e decidindo com responsabilidade sobre o seu destino coletivo. O Movimento reconhece

---

<sup>247</sup> (Caderno sobre “A Crise do modelo energético” - MAB, 2003).

como seus aliados todos os movimentos contra-hegemônicos, que compreendem uma concepção de desenvolvimento que considere a necessidade de preservar os recursos ambientais e, sobretudo, os recursos hídricos.

Neste sentido, o Movimento luta por um novo modelo energético, baseado na economia de energia e no desenvolvimento de fontes alternativas. Estas são algumas das fontes energéticas defendidas pelo Movimento: Biomassa<sup>248</sup>, Eólica<sup>249</sup>, Energia solar e Fotovoltaica<sup>250</sup>, Pequenas centrais hidroelétricas (PCHs)<sup>251</sup>, Repotenciação das Usinas com mais de 20 anos<sup>252</sup> e Redução das perdas no sistema elétrico<sup>253</sup>.

Para os participantes do MAB, a implementação destas fontes alternativas de energia somente seria possível a partir de uma real democratização da política energética aos níveis locais, regionais e nacionais, assim como um compromisso estatal com projetos socialmente mais justos e ecologicamente responsáveis, dissipando o impasse entre homem e natureza.

Este modelo alternativo, para o Movimento, constituiria também um modelo de controle e uso democrático dos recursos hídricos, considerado como parte indispensável de um Projeto Popular para o Brasil, que unifique as lutas de todo o povo por uma sociedade mais justa, sem opressão, expropriação e discriminação. Para os atingidos e atingidas brasileiros(as),

---

<sup>248</sup> Com a utilização do bagaço da cana-de-açúcar, o potencial instalado poderia aumentar em três mil MW. Poderiam ser utilizados também casca de arroz, serragem, resíduos de papel e celulose, outros.

<sup>249</sup> Considerada a energia mais barata. O Brasil tem um potencial eólico - energia dos ventos - na ordem de vinte e nove mil MW. Os maiores potenciais eólicos situam-se no Nordeste (Ceará e Rio Grande do Norte). Os estados do Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul também possuem um grande potencial energético (Dados [www.mabnacional.org.br](http://www.mabnacional.org.br)).

<sup>250</sup> Devido à insolação, o Brasil possui um potencial privilegiado para a sua implementação. A Bacia do Rio São Francisco tem boas condições e constituiria uma ótima opção para as propriedades rurais distantes da rede de distribuição. (Dados [www.mabnacional.org.br](http://www.mabnacional.org.br)).

<sup>251</sup> Ao contrário das grandes barragens, uma Pequena Central hidroelétrica não exige grandes investimentos e o período de implementação é de dois a três anos.

<sup>252</sup> A partir da reabilitação e da promoção de reparações e melhorias das usinas existentes, poderia ocorrer um aumento de até 7.600 MW do potencial instalado. O custo por MW destas reparações seria de 1/3 a 1/5 do custo do MW de uma usina nova (Dados [www.mabnacional.org.br](http://www.mabnacional.org.br)).

<sup>253</sup> As perdas operacionais e técnicas rondam os quinze por cento. A meta ideal, de acordo com o MAB, consistiria em adotar índices de apenas seis por cento, valor considerado como padrão internacional. Adotando este padrão, o sistema elétrico teria um acréscimo equivalente a 6.5000 MW de potência instalada (Dados [www.mabnacional.org.br](http://www.mabnacional.org.br)).

“sua história tem sido marcada pela resistência na terra, luta pela natureza preservada e pela construção de um projeto popular para o Brasil que contemple uma nova Política Energética justa, participativa, democrática e que atenda os anseios das populações atingidas, de forma que estas tenham participação nas decisões sobre o processo de construção de barragens, seu destino e do meio ambiente<sup>254</sup>”.

Vieira descreve que esta estrutura simples e federativa pode ser entendida como resultado, tanto das diferenças de recursos materiais e políticos, como, principalmente, de uma preocupação constante com a burocratização do movimento. Para a autora, devemos considerar que o Movimento nasce, enquanto organização nacional das comunidades atingidas, no início dos anos noventa, período em que os movimentos sociais no Brasil vivem um processo de refluxo e no qual a burocratização e institucionalização, especialmente dos movimentos sociais, são amplamente discutidas e criticadas<sup>255</sup>.

Neste sentido, gostaríamos de destacar que, nos últimos seis anos, o quadro dos coletivos da direção foi modificando a sua configuração, a qual, como já mencionamos, passou a ser mais centralizada e hierarquizada. Para o Movimento, a luta institucional deveria ser secundária e subordinada a uma proposta de transformação social. O aprofundamento teórico, através de estudos e da participação na Via Campesina<sup>256</sup>, deixou claro para o MAB que o esforço principal se deveria dirigir para a edificação de um forte movimento nacional de massa, com muitos militantes num mesmo movimento, organizado e experimentado<sup>257</sup>.

A sua instância máxima de organização consiste na realização do Congresso Nacional. Para o Movimento, representa o coroamento de um processo cuidadosamente construído por todo o MAB. O Congresso desempenha uma função importante para

---

<sup>254</sup> (Caderno sobre “A Crise do modelo energético” - MAB, 2003).

<sup>255</sup> (Vieira, 2001:74).

<sup>256</sup> A Via Campesina é um movimento internacional que coordena organizações camponesas de pequenos e médios agricultores, trabalhadores e trabalhadoras agrícolas, homens e mulheres rurais e comunidades indígenas e negras da Ásia, África, América e Europa. Uma das principais políticas da Via Campesina consiste na defesa da soberania alimentar.

<sup>257</sup> (Material referente ao IIº Encontro Nacional: “A luta e a organização do MAB”, 2006).

reorientar os rumos do Movimento, direcionados para o futuro. O Movimento destaca este evento como um momento de animação interna, de afirmação perante os amigos, e de visibilidade perante a sociedade. Dele participam militantes, simpatizantes, apoiantes e convidados que possam contribuir para a definição da estratégia do movimento.

Na luta contra as barragens, o MAB tem, nestes vinte anos de existência, utilizado a pressão como a forma mais efetiva de luta. Por meio de marchas, atos e, principalmente, através de ocupações de canteiros de barragens e também de marchas nas rodovias, pressionam o governo. De fato, o Movimento influencia a reorganização dos processos de luta pela reforma do Setor Elétrico, ao consolidar a prática de ações massivas de grande visibilidade para a sociedade. Assim, as suas estratégias de luta tornam-se referências para outros movimentos sociais do campo, promovendo, inclusive, uma luta conjunta entre esses movimentos sociais. Para Scherer-Warren,

“os estudos sobre as consequências sociais dos projetos de grande escala têm demonstrado que as populações por eles afetadas, quando não organizadas, têm passado por processos de desintegração comunitária”. Ainda de acordo com a autora, “a solidariedade coletiva que se constrói no processo de luta poderá ser um novo fator de contribuição para o estabelecimento de um novo projeto de vida que se faz necessário em vista da reestruturação de um espaço cotidiano<sup>258</sup>”.

A luta tem como cenário os vales, e para o movimento, é nestes vales, nas barrancas dos rios, que os atingidos e atingidas lutam para defender os seus direitos, e também, a integridade ambiental dos rios, da fauna e da flora<sup>259</sup>. A sua resistência consolidou-se não apenas como uma luta de camponeses em defesa da terra, mas como um movimento que incorporou, além das questões ecológicas, preocupações relacionadas com o Setor Elétrico.

O Movimento percebeu, ao longo de sua história, que além da sua articulação local-regional-nacional, teria de fazer uma articulação internacional, e assim, unir a luta dos

---

<sup>258</sup> (Scherer-Warren, 2005: 91;92).

<sup>259</sup> (Caderno sobre “A Crise do modelo energético” - MAB, 2003).

atingidos em todo o mundo. Esta preocupação ocorreu em meados dos anos noventa, quando, juntamente com grupos de atingidos de outros países, o MAB organiza, na cidade de Curitiba, o 1º Encontro Internacional de Atingidos por Barragens. Iremos analisar, no próximo sub-capítulo, a articulação internacional, assim como a luta específica de países do Sul contra estes grandes empreendimentos.

### 3.4 A Luta Internacional Contra Barragens

Como tivemos a oportunidade de analisar, devido às suas dimensões e impactos, as grandes hidroelétricas, ao longo dos anos, foram objeto de inúmeras controvérsias. No entanto, os anos noventa foram marcados pelo nascimento de um movimento internacional contra as práticas de construção destas grandes obras. Neste período, as críticas a estes projetos foram influenciadas por atores ambientalistas, defensores de direitos humanos e ativistas sociais, de quase todo o mundo<sup>260</sup>. Para McCully, a oposição destes atores, a estas grandes obras, surgiu como consequência da união de numerosas campanhas locais, regionais e nacionais contra as barragens, e de alguns grupos de apoio que trabalhavam a nível internacional.

Este debate, iniciado principalmente nos Estados Unidos e na Europa, desempenhou um importante papel na análise dos processos de apropriação econômica dos recursos hídricos e das suas consequências (impactos ambientais, sociais e simbólicos). A partir deste questionamento, ocorreu um amplo debate sobre a viabilidade destes projetos e, como consequência desta discussão, ocorreu uma diminuição no número de barragens construídas em quase todos os países.

De acordo com dados da ICOLD, na década de setenta, foram construídas em todo o mundo mais de cinco mil e quatrocentas e quinze barragens, o dobro dos projetos

---

<sup>260</sup> (McCully, 2004:339).

construídos na década de cinquenta. Na década de oitenta, podemos verificar uma diminuição do número de construções, o qual decaiu para quatro mil quatrocentas e vinte sete barragens, um número inferior ao das décadas de sessenta e setenta<sup>261</sup>.

Segundo dados do próprio Movimento de Atingidos por Barragens, foi a partir deste período que as agências financiadoras<sup>262</sup> foram pressionadas e tiveram de criar regras específicas para o tratamento das questões sociais e ambientais. Com este debate, diversos governos também foram pressionados quanto a esta discussão e tiveram de rever regras para o licenciamento de barragens, assim como assegurar um licenciamento ambiental e audiências públicas mais rigorosos<sup>263</sup>.

As primeiras campanhas que tiveram êxito neste processo de contestação, foram aquelas conduzidas, sobretudo, por conservacionistas que tentavam preservar árvores silvestres. Contudo, não podemos deixar de destacar a importância do movimento ambientalista neste processo, assim como a importância de entidades ligadas à biodiversidade e da sua luta pela preservação dos rios.

A participação destas entidades pertencentes aos países do Norte acabou-se transformando numa peça essencial para a divulgação deste debate e, acima de tudo, para a solidificação desta articulação. Neste processo, podemos destacar a publicação, na Inglaterra, de “The Social and Environmental Effects of Large Dams”, da autoria de Edward Goldsmith e Nicholas Hildyard, na década de oitenta<sup>264</sup>. De acordo com Vieira,

“esta publicação significou a primeira sistematização profunda dos iniciais argumentos contra as grandes barragens, afirmando inclusive, pela primeira vez, que os problemas gerados eram inerentes a esta tecnologia e não apenas fruto de má gerência ou execução<sup>265</sup>”.

---

<sup>261</sup> ICOLD - International Commission on Large Dams. É uma Organização sem fins lucrativos, que recolhe dados informativos sobre os grandes projetos hidroelétricos.

<sup>262</sup> Banco Mundial - BM, Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, entre outros.

<sup>263</sup> (MAB - Manual do Atingido. Caderno sobre: História da luta internacional contra barragens, 2005:02).

<sup>264</sup> (Hildyard; Goldsmith, 1984; In: Vieira, 2001:47).

<sup>265</sup> (Vieira, 2001:47).

Ainda de acordo com a autora, podemos destacar que, em meados dos anos oitenta, um grupo de ambientalistas da Califórnia lançou a publicação bimestral *International Dams Newsletter*. Vieira aponta que, passados dois anos, devido ao impacto da publicação que já era distribuída em cinquenta e seis países, este grupo de voluntários se institucionalizou, fundando a ONG *International River Network* - IRN e re-nomeando o jornal como *World Rivers Review*<sup>266</sup>.

A fundação da ONG, Rede Internacional de Rios (IRN), em 1987, pode ser utilizada como exemplo desta articulação internacional de resistência à construção de grandes projetos. Neste mesmo período, podemos destacar que alguns movimentos locais de atingidos se tornaram mais fortes e ganharam expressão nacional, tais como o *Narmada Bachoa Andolan* - NBA (Movimento Salve o rio Narmada) indiano e o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), brasileiro<sup>267</sup>.

De acordo com dados do MAB, podemos destacar que, em Junho de 1994, por iniciativa do IRN e do Narmada Bachoa Andolan, foi lançada no vale do Rio Narmada a Declaração de Manibeli<sup>268</sup>. Esta Declaração foi dedicada,

“à heróica resistência da população da vila de Manibeli e de outras no vale do rio Narmada ao projeto da barragem de Sardar Sarovar, e aos milhões de deslocados por barragens de todo o mundo<sup>269</sup>”.

Este documento foi assinado por trezentos e vinte seis grupos de quarenta e quatro países e tornou-se num marco da luta por maior transparência nos projetos apoiados pelo Banco Mundial<sup>270</sup>.

Ainda segundo os dados do MAB, esta Declaração pediu uma moratória para o financiamento do Banco Mundial às grandes barragens, até que certas condições fossem

---

<sup>266</sup> (Vieira, 2001:47).

<sup>267</sup> (MAB - Manual do Atingido. Caderno sobre: História da luta internacional contra barragens, 2005:02).

<sup>268</sup> Declaração de Manibeli (vila do Vale do Narmada, na Índia, símbolo da luta de camponeses e camponesas contra a construção da barragem de Sardar Sarovar).

<sup>269</sup> (McCully, 2004:382).

<sup>270</sup> Como já vimos anteriormente, o Banco Mundial constituiu um dos principais financiadores de barragens do século XX.

cumpridas (criação de um fundo para reparação das pessoas compulsoriamente deslocadas sem compensação, desenvolvimento de práticas mais transparentes no momento da discussão e aprovação de projetos, avaliação independente de todas as barragens construídas com recursos do Banco). Esta declaração foi entregue ao Presidente do Banco Mundial, em Setembro de 1994, durante as comemorações de cinquenta anos da instituição<sup>271</sup>.

Podemos destacar que o primeiro passo para uma articulação entre as lutas numa perspectiva local/regional, nacional e global, se dá a partir do contato entre as organizações internacionais e os movimentos sociais de luta contra estes grandes empreendimentos. Esta articulação foi iniciada pelo Movimento de Atingidos por Barragens MAB, quando, em Setembro de 1995, organizou um encontro preparatório no estado de Minas Gerais. A meta deste encontro era estabelecer uma coligação global entre as pessoas atingidas por barragens, tendo em mente as reparações aos danos sofridos pelas vítimas e também esclarecer as comunidades a respeito das consequências da construção destas grandes obras.

Nesta perspectiva, outro objetivo mencionado foi o de assegurar que esses povos afetados tivessem voz ativa nos futuros projetos de barragens, para além de se efetuar uma troca de experiências entre os atingidos por barragens de todos os continentes. Neste evento, foi escolhido um comitê organizador, contando com a participação dos americanos da Rede Internacional de Rios (IRN), dos indianos do Narmada Bachoa Andolan - NBA (Movimento Salve o rio Narmada), dos chilenos do Grupo de Ação pelo Bio-Bio (GABB), dos europeus da Rede Européia de Rios (ERN), e do próprio MAB.

O Iº Encontro Internacional de Atingidos por Barragens ocorreu dois anos mais tarde, em Março de 1997, na cidade de Curitiba. Neste Encontro estiveram presentes

---

<sup>271</sup> De acordo com dados do MAB, “apesar de nunca ter respondido formalmente a esta carta, quatro meses depois de recebê-la, o Departamento de Avaliação do Banco iniciou a primeira avaliação de um conjunto de barragens que tiveram seu apoio” (MAB - Manual do Atingido. Caderno sobre: História da luta internacional contra barragens, 2005:03).



representantes de movimentos sociais e de ONGs de vinte diferentes países do mundo e o seu principal resultado consistiu no documento final “Declaração de Curitiba - Pelo direito à vida e aos modos de vida das populações atingidas por barragens<sup>272</sup>”. Em mais de doze idiomas, as palavras “Águas para vida, não para a morte” repercutiram-se neste primeiro encontro.

Segundo o Relatório do Iº Encontro Internacional de Atingidos por Barragens, este encontro significou um importante passo na construção e consolidação de uma rede global das populações atingidas por barragens. Vários participantes do evento narraram as suas experiências localizadas, mas não solitárias, na luta pelos seus direitos, face ao processo de construção de barragens<sup>273</sup>. No intuito de avançar na construção da luta coletiva internacional, o dia 14 de Março<sup>274</sup> foi proclamado como Dia Internacional contra Barragens.

Por fim, a Declaração de Curitiba apontava claramente para a necessidade de criação de uma comissão independente que avaliasse os impactos e que contasse com a participação das populações atingidas. Depois do Iº Encontro Internacional, os movimentos passaram a estar mais próximos, devido a uma série de eventos internacionais que acabaram culminando na criação de uma Comissão Mundial de Barragens - WCD<sup>275</sup>.

---

<sup>272</sup> “Declaração de Curitiba” - apoiada por todos as nações participantes, convocava os seus intervenientes para encaminharem, em seus países, uma “moratória” para a construção de grandes barragens (Relatório: Iº Encontro Internacional de Povos Atingidos por Barragens, 1997).

<sup>273</sup> (Relatório: Iº Encontro Internacional de Povos Atingidos por Barragens, 1997).

<sup>274</sup> O dia 14 de Março era o dia Nacional de Luta contra as Barragens e vinha sendo celebrado pelo MAB desde 1991. A data foi escolhida por ter sido o dia da fundação do MAB (encerramento do Iº Congresso Nacional).

<sup>275</sup> Em 1996, o Departamento de Avaliação de Operação (Operations Evaluation Department) do Banco Mundial produziu um relatório com o resultado da análise e avaliação de 50 grandes barragens, cuja construção contou com o apoio financeiro do Banco Mundial (The World Bank, 1996). Após a publicação deste relatório, e com o objetivo de colocá-lo em debate, o Banco Mundial contou com a organização não governamental - União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) para que, em conjunto, promovessem um encontro reunindo representantes de movimentos de atingidos por barragens, organizações ambientais, académicos, técnicos e consultores do Banco, jornalistas, representantes de governos e da indústria, avaliando a totalidade de experiências globais relacionadas com grandes projetos. Este workshop reuniu cerca de cinquenta participantes, em Gland, na Suíça, em Abril de 1997. Ambas as partes chegaram à conclusão de que se deveria construir uma Comissão Internacional sobre Barragens, independente e representativa. Esta seria não-partidária e responsável pela análise e revisão das políticas ligadas às barragens, avaliando alternativas de construção e critérios e diretrizes para a implantação de novos projetos (WCD, 2000).

A *World Commission on Dams* - WCD foi fundada como resultado do impasse gerado pelas posições pró e contra face ao processo de construção de barragens e procurou criar um banco de dados integral sobre a eficácia das contribuições prestadas por estas grandes obras para o processo de desenvolvimento em geral. Os objetivos prioritários consistiam em examinar a efetividade da contribuição prestada pelas barragens para o processo de desenvolvimento, avaliar alternativas para a criação de serviços de água e energia, e propor normas, diretrizes e padrões internacionalmente aceites, para o planejamento, projeto, avaliação, construção, funcionamento, controle e desativação de barragens.

Em Novembro de 2000, a WCD divulgou o seu relatório final, a Dezesesseis de Novembro de Dois mil, resultado de dois anos de estudos, audiências e consultas técnicas, apresentando um balanço bastante trágico dos impactos sociais e ambientais de grandes barragens e também propondo uma série de recomendações. De acordo com Vieira,

“desde seu lançamento, o relatório vem sendo discutido e suas conclusões acionadas sob diferentes perspectivas pelos mais variados atores envolvidos no debate internacional sobre grandes barragens. As manifestações dos diferentes atores na avaliação do relatório são bastantes contraditórias, seguindo a dinâmica histórica dos atores pró e contra a construção de grandes barragens<sup>276</sup>”.

A autora destaca que os movimentos de resistência e os movimentos ambientalistas enumeram um certo número de conclusões que refletem as suas exigências. Nesse sentido, gostaríamos de salientar algumas reivindicações destes movimentos:

- “Grandes barragens fracassaram na produção de eletricidade, no fortalecimento de água ou no controle de cheias, se comparados seus resultados finais com as expectativas de seus financiadores;
- Atraso no cronograma de obras e sobre-custo são frequentes em grandes barragens;

---

<sup>276</sup> (Vieira, 2001:63).

- Muitas barragens causaram prejuízos, mesmo se descontados os custos sociais e ambientais;
- Tecnologias melhores estão disponíveis para prover os benefícios normalmente alegados para a construção de grandes barragens;
- Grandes barragens trouxeram enormes impactos sociais e ambientais, e os esforços realizados para mitigá-los foram fracassados;
- Reservatórios podem ser emissores significativos de gases causadores do efeito estufa;
- Os benefícios de grandes barragens foram sempre para aqueles já privilegiados, enquanto os setores da sociedade arcam com os custos”<sup>277</sup>.

O relatório final da WCD apresentou pontos negativos e positivos. O debate sobre barragens ganhou dimensão mundial, após a publicação do estudo da WCD e reforçou os movimentos sociais<sup>278</sup>. O principal aspecto positivo de todo este processo consiste na aproximação e colaboração entre os movimentos. Mesmo após o final da WCD, em Novembro de 2000, esse Comitê continuou funcionando.

Neste sentido, abordaremos a história das principais lutas anti-barragens que explicam as tendências de maior importância que se unificaram para formar o movimento internacional de barragens. No entanto, as histórias que se seguem, embora bastante representativas, devem ser entendidas como exemplos de uma realidade muito mais vasta e complexa, a qual está longe de abarcar todas as formas de resistência organizada contra barragens. Estas lutas foram construídas de formas diferenciadas, mas apontam sempre para a mesma direção.

---

<sup>277</sup> (Vieira, 2001: 63;64).

<sup>278</sup> Para Vieira, “a disputa sobre os resultados e recomendações da Comissão ainda irá render muitos frutos na luta política, social, econômica e ideológica em diferentes escalas, isto é, localmente, regionalmente, nacionalmente e internacionalmente. Cada ator envolvido no processo irá interpretar de forma diferente cada uma das conclusões e interpretar seus opositores a partir daquilo que no relatório atende a seus interesses” (Vieira, 2001:67).

### 3.4.1 América Latina

Para Galeano, “é a América Latina, a região das veias abertas”. O autor destaca que desde os descobrimentos até os nossos dias, o capital tem-se acumulado nos distantes centros de poder<sup>279</sup>. No que se refere ao processo de construção de barragens nos países latino-americanos, podemos destacar que a lógica de exploração esteve vigente em quase todos os países e foi marcada pelos interesses das empresas multinacionais, em associação com regimes autoritários e formas anti-democráticas de tomadas de decisões.

Este processo de acumulação de capital nos países do Norte foi reflexo de uma política que privilegiava aspectos estritamente econômicos. Percebemos que a história de exploração e subalternização dos povos indígenas e tradicionais, não faz parte apenas do passado. Representou o que o próprio Galeano descreveu, um processo de dominação que ainda faz parte do presente.

As origens de um movimento de luta contra barragens na América Latina estão associadas aos impactos que estas grandes obras causaram nas suas populações locais. Analisando a construção das barragens de Chicosén, Urra, Yacyretá, Chixoy, entre muitas outras, percebemos que estes projetos foram construídos à custa do sofrimento e também do sangue de comunidades camponesas, indígenas e tradicionais.

Ainda de acordo com Galeano, “os fantasmas de todas as revoluções estranguladas ou traídas, ao longo da torturada história latino-americana, emergem nas novas experiências (...)”<sup>280</sup>. Estas comunidades, que foram ao longo dos anos marginalizadas e desintegradas, unem-se agora em defesa do seu patrimônio cultural imaterial<sup>281</sup>.

---

<sup>279</sup> (Galeano, 1996).

<sup>280</sup> (Galeano, 1996:20).

<sup>281</sup> A UNESCO define como Patrimônio Cultural Imaterial “as práticas, representações, conhecimentos e também instrumentos, objetos, artefatos e lugares que lhes são associados e as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos que se reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural (...) O Patrimônio Imaterial é transmitido de geração em geração e constantemente recriado pelas comunidades em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana (UNESCO, 2003).

Este sub-capítulo analisa as estratégias e as características desenvolvidas por atores latino americanos, iniciativas que podem ser tomadas como exemplos de processos de resistência e luta contra os efeitos e consequências da construção de grandes barragens. Entre os países que mais importância tiveram nesta articulação regional/nacional e global na América Latina, destacamos México, Colômbia, Chile, Paraguai, Argentina, Nicarágua e Guatemala, mas também países que possuem um papel fundamental nesta articulação e que representam hoje em dia movimentos globais contra barragens como, Tailândia e Índia. Sobre a sua importância local e as suas articulações internacionais veremos a seguir no quadro a seguir:

Quadro - A Luta dos Países Latino-Americanos:

Países	Relatos
México	<p>De acordo com dados do IRN, são três os sistemas fluviais que atravessam o acidentado território mexicano. O sistema de rios que desembocam no Atlântico, os que deságuam no Pacífico e o sistema Central. O país possui mais de quinhentas e setenta e cinco grandes barragens e tem a barragem mais alta do continente americano e a sexta maior do mundo. O deslocamento compulsório representou a expropriação de mais de cento e sessenta mil pessoas no estado de Chiapas, e em Oaxaca, mais de vinte e cinco mil indígenas Mazatecas, que falam cinquenta e seis diferentes idiomas.</p> <p>Grande parte destas populações, na sua maioria indígenas, não receberam indenizações nem compensações pelas suas terras. Ainda hoje, existem no México diversas comunidades que se encontram ameaçadas pelos futuros projetos de construção de hidroelétricas para geração de energia, elaborados pelos diversos programas de desenvolvimento regional.</p> <p>No entanto, devido à experiência trágica do passado, ao longo dos últimos anos, tem crescido a oposição contra a construção destes grandes projetos por parte das populações atingidas. O maior exemplo desta articulação, a qual envolveu não só comunidades atingidas, mas também ativistas mexicanos e ONGs, consistiu na criação do MAPDER.</p> <p>O MAPDER - <i>Movimiento Mexicano de Pueblos Afectados por las Represas y en Defensa de Los Ríos</i>, nasceu a partir da unificação de diversos atores da sociedade mexicana. O Movimento pretende defender os rios, a água, a terra e as comunidades atingidas pelas barragens. Luta em defesa dos direitos das comunidades atingidas e também por comunidades que serão afetadas no futuro.</p>
Colômbia	<p>No que se refere ao processo de construção de barragens na Colômbia, gostaríamos de destacar a implementação da barragem de Urrea, no rio Sinú. Esta barragem foi construída, sem que as populações afetadas fossem indenizadas ou recebessem alguma forma de compensação pelas suas perdas. A barragem de Urrea transformou-se num caso emblemático, pois o principal meio de subsistência das comunidades que viviam a jusante da barragem consistia na pesca.</p> <p>Estas comunidades têm lutado ,ao longo dos anos, por direitos que transcendem a posse de terra ou de novas casas, e assegurem a sua própria sobrevivência.</p>
Chile	<p>O caso chileno pode ser considerado como um dos mais graves, no que se refere à destruição do patrimônio cultural das comunidades tradicionais. O plano de construção de diversas barragens no rio Bio-Bio, tem provocado muitos conflitos e a contestação de diversos setores nacionais e internacionais. Neste processo, podemos destacar que alguns dos projetos para o Bio-Bio já foram construídos e outros estão em fase de planejamento e construção. De acordo com dados do MAB, este rio, além de ser território ancestral de um grupo indígena, abastece cidades e regiões rurais, abrangendo mais de um milhão de pessoas. O alto Bio-Bio constitui a região de um dos grupos indígenas mais importantes e representativos do país, os índios Pechuenche. Alguns dos projetos para o Bio-Bio originaram uma longa batalha judicial entre a Lei de Proteção às terras indígenas e a Lei de Energia Elétrica do país, a qual foi aprovada durante o regime do ditador Pinochet e atribui carta branca aos responsáveis pelas barragens, no que diz respeito às questões sócio-ambientais.</p>

Continuação do Quadro A Luta dos Países Latino-Americanos:

Países	Relatos
Paraguai e Argentina	<p>Sobre este dois países, gostaríamos de destacar a Barragem de Yacretá. Esta barragem constitui um projeto binacional entre os dois países e, durante a sua construção, desalojou milhares de famílias paraguaias e argentinas, os quais continuam à espera de indenizações e reassentamentos. O projeto foi iniciado em 1979, no rio Paraná, constituindo um caso emblemático de ineficiência processual e desrespeito dos direitos humanos e do meio ambiente.</p> <p>A luta contra este grande empreendimento foi inaugurada por ONGs nacionais e internacionais, em prol das comunidades, do meio ambiente e dos modos de vida das populações.</p>
Guatemala	<p>A construção da Barragem de Chixoy, foi marcada por desigualdades e desrespeito pelas comunidades indígenas. A sua história começa em 1975, quando o Instituto Nacional para Eletrificação (INDE) da Guatemala anunciou a aprovação do projeto de hidroeletricidade da barragem de Chixoy. De acordo com Viana<sup>282</sup>, a partir deste momento, iniciaram-se as irregularidades contra a população local. A autora destaca que, na realidade, a própria aprovação em si já constituiu um abuso, na medida em que foi obtida sem consulta prévia da população e com uma avaliação inadequada dos impactos ambientais.</p> <p>O plano foi finalizado nove anos mais tarde, tendo sido designado que a população Maya Achi, os habitantes do rio Negro, deveria ser reassentada em outro território. Durante mais de vinte anos, estas comunidades atingidas têm exigido indenizações pelos danos e prejuízos causados pelo projeto. Este projeto foi construído durante a ditadura militar mais repressiva da Guatemala e caracterizou-se por uma lógica perversa de apropriação territorial e dos recursos ambientais.</p> <p>Esta grande obra foi construída nos anos oitenta e, na sua decorrência, foram deslocados compulsoriamente mais de três mil e quinhentos membros de comunidades Mayas. A população manifestou a sua oposição ao projecto, tendo sido massacrada, torturada e sequestrada. Durante muitos anos, os sobreviventes têm vivido em extrema pobreza, mas nunca renunciaram à sua exigência de justiça.</p> <p>Em 2003, com o apoio de organizações internacionais e a intervenção de populações atingidas, foi estabelecido que o Centro de Ecologia Política da Universidade de Santa Cruz deveria realizar um estudo independente para documentar os danos e as perdas causados pela barragem. Após um longo processo de pesquisa, este estudo divulgou que o desenvolvimento da barragem foi feito à custa de perdas humanas, terras e economias locais, violou leis nacionais e internacionais, e causou miséria extrema às comunidades que antes tinham uma vida sustentável.</p> <p>Em Setembro de 2004, trezentos membros das comunidades atingidas fizeram um protesto pacífico no lugar da barragem. De acordo com dados da IRN, as águas do rio das terras de Chixoy levam o sangue de quatrocentos camponeses, povos originários indígenas, que resistiram à construção da barragem e foram massacrados em 1982 pelo aparato repressivo militar.</p>

Fonte: (MAB - Manual do Atingido. Caderno sobre: História da luta internacional contra barragens, 2005; IRN - *International Rivers Network* - [www.irn.org](http://www.irn.org)).

<sup>282</sup> (Viana, 2003:48).

### 3.4.2 Tailândia

O impetuoso crescimento econômico tailandês das últimas décadas, acabou gerando a prosperidade de muitos dos seus cidadãos. Contudo, para McCully, este desenvolvimento foi conseguido devido à imensurável exploração da riqueza natural do país, assim como, dos habitantes mais humildes, em especial, os camponeses e os pescadores, cuja subsistência dependia diretamente da integridade das selvas, das terras de cultivo e do rio<sup>283</sup>.

No entanto, esta política foi rebatida pela população. O movimento ambientalista está à frente desta luta e o seu sucesso foi evidenciado pela suspensão indefinida da barragem de Nam Choan. Este fato ocorreu em 1988, e foi fruto da luta de ambientalistas, pesquisadores, estudantes, os quais conseguiram impedir a construção do projeto, no rio Khae. Pouco tempo depois, o Santuário Natural Thung Yai, o qual seria destruído pela barragem, foi declarado Patrimônio Natural da Humanidade<sup>284</sup>.

As alianças construídas também permitiram que a população alcançasse outras vitórias. Como por exemplo: o banimento da atividade madeireira e o adiamento de outros projetos de barragens. Um elemento fundamental para que a campanha saísse vitoriosa consistiu no fato de que os grupos de opositores à barragem não trabalharam no âmbito nacional, tendo igualmente formado fortes vínculos com o movimento ambientalista internacional.

A consciência a nível internacional pressionou o Banco Mundial e outros financiadores estrangeiros para que desistissem de fornecer fundos à barragem. No entanto, o movimento de contestação, consolidado depois da barragem de Nam Choan, não conseguiu impedir a construção da barragem de Pak Mun, a qual deu azo a uma das lutas mais traumáticas alguma vez empreendidas.

---

<sup>283</sup> (McCully, 2004:358).

<sup>284</sup> (MAB - Manual do Atingido. Caderno sobre: História da luta internacional contra barragens, 2005).



A barragem de Pak Mun foi construída, apesar da luta das populações atingidas contra este projeto. De acordo com o MAB,

“O movimento de atingidos na Tailândia faz parte de uma grande articulação nacional de movimentos populares chamada Assembléia dos Pobres, que é membro da Via Campesina. A Assembléia conta com a participação de sete grandes movimentos populares e foi fundada em 1995. Os atingidos e atingidas desempenham um papel de articulação e liderança nesta que é, hoje, a principal aliança popular do país. Sua importância é tanta que o documento de fundação da Assembléia dos pobres chama-se Carta de Pak Mun<sup>285</sup>”.

No decurso de toda essa combatividade, o IIº Encontro Internacional de Atingidos por Barragens realizou-se na Tailândia, em 2003, ao lado da barragem de Pak Mun. Neste encontro, participaram em Rasi Salai mais de trezentos atingidos(as) e ameaçados(as) por barragens, além de representantes de grupos aliados(as) e lutadores(as) de diferentes partes do mundo. Para os movimentos, foram seis dias de estudo e troca de experiências, com o objetivo de fortalecer e organizar melhor a luta internacional. Ainda de acordo com o MAB,

“o II Encontro Internacional de Atingidos por Barragens aconteceu em terras que foram cobertas pelo lago de uma barragem durante oito anos. Porém, após muita luta organizada, os atingidos impuseram sua vontade, as comportas da barragem foram abertas, o rio voltou ao seu leito e as famílias recuperaram um luar para trabalhar e parar viver. A vida voltou a florescer e produzir frutos. Agora esta região é um exemplo inspirador para os demais povos atingidos e ameaçados do mundo<sup>286</sup>”.

---

<sup>285</sup> (MAB - Manual do Atingido. Caderno sobre: História da luta internacional contra barragens, 2005: 07).

<sup>286</sup> (Jornal do Movimento dos Atingidos por Barragens - Jornal do MAB, 2004).

### 3.4.3 Índia

A Índia é o terceiro maior país construtor de barragens e, durante os últimos cinquenta anos, a edificação destes empreendimentos passou a ser equacionada com a construção da nação indiana. O governo e as instituições internacionais não construíram apenas novas barragens e novos sistemas de irrigação, mas também assumiram o controle de sistemas pequenos e tradicionais, geridos durante milhares de anos pelas pequenas comunidades das aldeias. Segundo a Comissão Central de Águas, a Índia possui três mil e seiscentas barragens classificadas como grandes barragens, das quais três mil e trezentas foram construídas após a independência<sup>287</sup>.

Entre todos estes projetos, a Barragem de Sardar Sarovar é, sem dúvida, a que gerou maiores controvérsias em toda a Índia. A idéia da construção de Sardar Sarovar foi anunciada pela primeira vez no século XIX. Este projeto converteu o rio num encadeamento de lagos e devastou a vida e o sustento de quase vinte milhões de camponeses e comunidades adivasis<sup>288</sup>.

Os adivasis e os camponeses recusaram que o “interesse nacional” justificasse o extermínio cultural de seus povos. A conjuntura do “desenvolvimento” da Índia colocou em perigo as pessoas mais pobres e vulneráveis. Na época pós-colonial, a promessa do progresso e da liberdade surgiu aliada ao controle tecnológico e econômico do Estado, o qual proporcionou uma melhoria de vida apenas para as elites, enquanto os mais pobres percebiam que o discurso a favor do “desenvolvimento” era, na verdade, um discurso contra eles próprios.

O Projeto de Desenvolvimento do Vale Narmada ficou conhecido no mundo inteiro como o maior desastre ambiental planejado na Índia. Desta forma, autores como Roy e Kothari não concordam que este projeto tenha sido concebido “Pelo bem comum dos indianos”, pois mais de um milhão de pessoas foram deslocadas compulsoriamente. Para

---

<sup>287</sup> (Indian Water Resources Society, 1998; IN: Roy, 2001:19).

<sup>288</sup> Como já destacámos anteriormente, os adivasis são os maiores afetados por estes grandes empreendimentos.

estes autores indianos, os sonhos nacionais e o capital mundial ocasionaram um sofrimento incrível e destruíram, não só a vida humana e o patrimônio cultural, mas também o patrimônio natural do Vale. No entanto, a população resistiu e ainda resiste, ao longo de décadas de luta por parte das vítimas do “desenvolvimento” do vale do Narmada<sup>289</sup>.

Este movimento de resistência ficou conhecido como Narmada Bachao Andolan (salve o Narmada) e atraiu e ainda atrai a atenção do mundo inteiro. Para Kothari, o movimento popular no Vale do Narmada surgiu como uma das lutas populares mais originais do período pós-independência. Para o autor,

“politicamente essa luta é herdeira das antigas rebeliões contra a Inglaterra, especialmente nas áreas tribais (...), à medida que articula, simultaneamente, uma reação à centralização do controle do Estado sobre as economias locais e à imposição de políticas administrativas consideradas distantes dos interesses das populações locais<sup>290</sup>. Ainda de acordo com o autor, a luta do NBA retoma, “a herança dos movimentos de Ghandi, de Chipko e a de Appiko e de todas as lutas na Índia, que continuam a desafiar, não apenas a crescente centralização autoritária do Estado, como também o caráter explorador dos processos econômicos dominantes<sup>291</sup>”.

O conflito de Sardar Sarovar nunca mais foi o mesmo a partir do momento em que o NBA foi nacionalmente conhecido e reconhecido. A última década do século XX e os primeiros anos do século XXI demonstraram a importância da articulação destes atores. Numa época em que vivenciamos um processo de globalização feita de cima para baixo, as lutas camponesas, indígenas e de comunidades tradicionais conseguiram um dos mais dinâmicos e originais vínculos entre o local/regional, nacional e global.

Sousa Santos, ao analisar a comunidade indígena U'wa da Colômbia<sup>292</sup>, destaca que a luta desta comunidade pode ser caracterizada como uma luta paradigmática pela vinculação recíproca entre o local, o nacional e o global. Aponta que a internacionalização

---

<sup>289</sup> (Roy, 2001; Kothari, 1993).

<sup>290</sup> (Kothari, 1993:79).

<sup>291</sup> (Kothari, 1993:79).

<sup>292</sup> “A pequena comunidade indígena U'wa da Colômbia tem-se oposto, com sucesso, a que a multinacional norte-americana Ocidental Petroleum Corporation proceda à exploração petrolífera no seu território ancestral” (Arenas, 2004:119; In: Santos, 2004b).

do conflito se deve, por um lado, à presença de uma empresa multinacional e, por outro, ao movimento de solidariedade internacional que os U'wa e os seus aliados de dentro e de fora da Colômbia conseguiram construir em torno do conflito. Para o autor,

“a transnacionalização das lutas dos povos indígenas representa uma das formas mais importantes do que designamos como globalismo contra-hegemônico, uma globalização anti-capitalista promovida por grupos sociais subalternos, numa luta transnacional contra os processos de exclusão social, aos quais o capitalismo global os submete<sup>293</sup>”.

Neste processo, as lutas analisadas anteriormente também se destacam como sendo paradigmáticas, principalmente, na sua tentativa de uma articulação entre três esferas consideradas como fundamentais: o local, o nacional e o global. Estes movimentos que possuem uma base diversificada, não só no Brasil, mas em quase todos os países analisados, também resistiram a abandonar o seu território, em nome de projetos efetuados, na sua grande maioria, por empresas transnacionais.

Neste processo, para Sousa Santos, quando uma luta, inicialmente local, se transforma numa luta nacional, continua a ser local, tal como sucede quando se transnacionaliza. No entanto, ao mesmo tempo, quando uma luta se transnacionaliza, desterritorializa-se, criando novas dinâmicas nacionais e locais, as quais, por sua vez, se transformam e influenciam permanentemente os atores e espaços transnacionais<sup>294</sup>.

Se, a partir do final dos anos noventa, a luta contra barragens se transnacionaliza, parece-nos fundamental perceber quem foram os responsáveis por este processo.

---

<sup>293</sup> (Santos, 2001b:201).

<sup>294</sup> (Santos, 2001b).

### 3.5 A Luta de Atingidos, ou de Atingidas?

Como tivemos oportunidade de analisar, a história de luta das comunidades atingidas por barragens no Brasil e em outros países do mundo, foi uma narrativa de conflitos cotidianos e de resistência, marcada por impasses e vitórias. Estes embates sociais que tiveram emergência nestes últimos anos, não podem ser considerados, sem que façamos menção à diversidade de atores que participaram deste processo. Essas lutas tiveram como protagonistas homens, mas também mulheres. A resistência contra a construção destes grandes projetos consolidou-se em muitos países do Sul, com a participação conjunta destes dois atores, os quais lutaram de forma igualitária pelos mesmos objetivos e direitos.

Esta luta não foi construída apenas em torno da reconquista dos seus bens materiais e imateriais, mas também engendrou o processo de formação da identidade de atingida por parte de mulheres, as quais, ao romperem com as mais diversas formas de opressão, se transformaram em personagens principais no conflito contra a construção destes projetos. Desse modo, ao se mobilizarem, protagonizaram, principalmente, o fortalecimento da sua identidade enquanto mulheres, num espaço marcadamente masculino.

Gohn destaca que as pesquisas não têm enfatizado o papel das mulheres nas ações coletivas, sob o ângulo do gênero. Essas pesquisas constataam apenas que a presença e participação das mulheres é preponderante na composição dos movimentos, centrando o foco da análise nas demandas dos mesmos, sem analisar os conflitos cotidianos vivenciados por aquelas, tanto no universo doméstico e laboral, como no próprio exercício de participação no âmbito dos movimentos, face a uma sociedade na qual imperam valores machistas<sup>295</sup>.

Com o objetivo de não cair nos erros analíticos abordados por Gohn, pretendemos analisar o processo de luta destas mulheres, através dos seus conflitos cotidianos. Neste

---

<sup>295</sup>(Gohn, 2002:237).

sentido, gostaríamos de destacar a inserção e ação da mulher na luta contra barragens, e priorizar a especificidade do embate existente entre três dimensões que consideramos fundamentais: a mulher enquanto provedora da força de trabalho, da família e por último, como participante ativa no movimento.

A importância das mulheres nesta análise torna-se fundamental, na medida em que, para muitos estudiosos, os impactos dos grandes projetos afetaram mais as mulheres do que os homens. Segundo Shiva e Mies, o impacto dos desastres ecológicos, os quais deterioraram o meio ambiente, foi mais sentido pelas mulheres do que pelos homens. De igual forma, por toda a parte, foram as mulheres as primeiras a protestar contra a destruição ambiental. Segundo as autoras, estudos recentes descrevem que os impactos da deterioração ecológica na vida das mulheres, particularmente nas moradoras do Sul, revelaram que elas, e as crianças, são as maiores vítimas desta guerra contra a natureza. Contudo, as mulheres também são as mais ativas, criativas, preocupadas e envolvidas em movimentos de conservação e proteção da natureza<sup>296</sup>.

Nesta perspectiva, podemos destacar que, para muitos pesquisadores, existe uma íntima ligação entre a degradação ambiental e a degradação da mulher na nossa sociedade contemporânea. Os autores destacam que ambas as degradações representam as consequências do modelo hegemônico de desenvolvimento, e dos seus discursos ligados ao “progresso” e à “modernização”. Para Shiva, as mulheres dos países do Sul possuem uma ligação especial com a natureza e um conhecimento específico da mesma. Um conhecimento adquirido através da acumulação de experiências e da sua transmissão de geração em geração, por estas mulheres<sup>297</sup>.

No entanto, para a autora, este conhecimento tem sido marginalizado pela ciência moderna e pelo modelo de desenvolvimento hegemônico. Na Índia, podemos encontrar exemplos específicos sobre estas experiências, em que a resistência e a luta é simbolizada

---

<sup>296</sup> (Shiva; Mies, 1993:394).

<sup>297</sup> (Shiva, 1991).

pela relação da mulher com o meio ambiente. Destacamos: o Movimento Chipko<sup>298</sup>, Movimento Narmada Bachao Andolan, Movimento Anti -Terhi, Movimento Appiko, entre outros.

No que consiste à luta específica de populações atingidas contra a implementação de grandes barragens, podemos referir que o relatório divulgado no ano de 2000 pela WCD, contém um capítulo inteiro dedicado às relações de gênero no âmbito da implementação e impactos destes grandes projetos. De acordo com as análises da WCD, na maioria dos casos, os projetos de barragens ampliam as disparidades de gênero, seja pela imposição desproporcional dos custos sociais sobre as mulheres, seja pela desigualdade dos benefícios gerados pelos mesmos<sup>299</sup>.

De fato, as mulheres atingidas pelas barragens são, na sua grande maioria, residentes em áreas rurais e, por esse motivo, mantêm uma relação muito estreita com a terra. São usuárias dos recursos naturais, devido principalmente à produção de alimentos e de outros bens destinados ao consumo da sua família<sup>300</sup>. Neste sentido, as mulheres seriam as principais vítimas da degradação ambiental, na medida em que são responsáveis por produzir os alimentos. Os impactos ambientais implicam perdas imensuráveis para comunidades que dependem da natureza para sobreviverem, colocando em evidência a dependência dessas mulheres face ao ambiente local.

Para muitos autores, no decorrer da história da humanidade, as mulheres têm mantido uma relação diferenciada com a natureza, em comparação com os homens. As mulheres teriam uma pré-disposição para proteger o meio ambiente, denunciando a lógica de exploração e dominação da natureza. Para estes autores, as preocupações femininas

---

<sup>298</sup> Chipko significa “abraçar”, termo que se tornou conhecido em meados dos anos setenta, através da atuação das aldeãs dos Himalaias, as quais se abraçaram às árvores para impedir que as cortassem. As origens do movimento remetem para as organizações gandhianas da região de Garhwal, do estado de Uttar Pradesh, nos Himalaias hindus, e têm uma forte ligação com a sacralidade atribuída às florestas.

<sup>299</sup> (WCD, 2000).

<sup>300</sup> Muitas pesquisas destacam que as mulheres rurais dos países do Sul obtêm da natureza, de sessenta a oitenta por cento dos alimentos de que necessitam, para a sua subsistência e a da sua família. A destruição da natureza resulta numa ameaça para as suas vidas e para a vida dos seus filhos.

girariam em torno da terra, das suas casas e dos rios, dado possuírem uma maior responsabilidade na agricultura e na gestão da casa.

Neste contexto, destacamos que os estudos Ecofeministas demonstram que, por um lado, a lógica capitalista vitima e exclui a mulher, de forma particularmente intensa, e, por outro, a construção social da mulher como natureza, ou como próxima da mesma, permitiu um isomorfismo insidioso entre a dominação da natureza e da mulher.

A abordagem efetuada pelo Ecofeminismo promove uma reflexão aprofundada sobre a questão de gênero, contemplando inclusive a tentativa de identificar a forma como se reproduz o machismo e a sua repercussão na degradação ambiental. A reflexão sobre esta teoria parece-nos fundamental, pois aquela representa uma corrente teórica importante para a análise da participação feminina no processo de luta contra barragens.

O Ecofeminismo pode ser definido como uma escola de pensamento que tem orientado movimentos ambientais e feministas, desde a década de setenta, em várias partes do mundo, procurando fazer uma interconexão entre a dominação da natureza e a dominação das mulheres. Assim, a dominação das mulheres seria baseada nos mesmos fundamentos e impulsos que subjazem à exploração da natureza e dos povos.

Para esta corrente, o pensamento ocidental identifica, do ponto de vista político, a mulher como a natureza e o homem como a cultura, sendo a cultura, no pensamento ocidental, superior à natureza. A cultura seria uma forma de “dominar” a natureza. O pensamento ecofeminista analisa que as mulheres teriam mais interesse em acabar com a dominação da natureza, porque uma sociedade que não explorasse a natureza possibilitaria a libertação da mulher.

O termo “Ecofeminismo” foi cunhado pela escritora francesa Françoise d’Eaubonne, em 1974, e simbolizava a síntese do ambientalismo e do feminismo. Esta teoria pretendia eliminar todas as formas de opressão e estabelecia conexões entre dominações de raça, gênero, classe social, da natureza e do outro (mulher, criança, idoso e índio). No entanto, os enunciados Ecofeministas, sendo em grande parte fruto de uma reflexão



epistemológica, são igualmente reflexo de trajetórias diferenciadas, no Norte e no Sul, dos movimentos sociais, feministas, ecologistas e pacifistas.

No entanto, as experiências encontradas no Norte e no Sul manifestaram características distintas e convergiram em formas diversificadas de ação, integradas em diversas correntes, cujas tradições oscilam desde as mais anarquistas e socialistas, até àquelas mais liberais. Apesar de não pretendermos fazer uma definição detalhada e exaustiva das diferentes perspectivas Ecofeministas, nem analisar o debate existente entre as diversas tendências, iremos efetuar uma breve apresentação de cada uma, para que possamos mais tarde contextualizar o debate sobre a participação das mulheres no processo de luta contra barragens.

O Ecofeminismo pode ser dividido em três correntes: A primeira, consistiria no Ecofeminismo Clássico. Nesta corrente, o feminismo denuncia a utilização da mulher como um mecanismo de legitimação do patriarcado. Segundo o Ecofeminismo Clássico, a obsessão dos homens pelo poder tem conduzido o mundo a guerras suicidas, ao envenenamento e à destruição do planeta. Neste contexto, a ética feminina de proteção dos seres vivos opõe-se à essência agressiva masculina, e é fundamentada através de características femininas igualitárias, e por atitudes materiais que acabam predispondo as mulheres ao pacifismo e à conservação da natureza, enquanto que os homens seriam naturalmente propensos à competição e à destruição.

A segunda corrente é chamada de Ecofeminista Radical<sup>301</sup> e originou-se nos países do Sul, tendo sido influenciada pelos princípios religiosos de Ghandi, na Ásia, e pela Teologia da Libertação, na América Latina. Esta corrente afirma que o “desenvolvimento” da sociedade gera um processo de violência contra a mulher e o meio ambiente, oriundo das concepções patriarcais de dominação e centralização do poder. Caracteriza-se também pela postura crítica contra a dominação, pela luta antisexistista, antiracista, anti elitista e antropocêntrica.

---

<sup>301</sup> Para muitos autores, esta corrente também pode ser chamada de Ecofeminismo Espiritualista do Terceiro Mundo.

A terceira corrente não se identifica nem com o essencialismo, nem com fontes religiosas espirituais da corrente anterior. Esta corrente denomina-se Ecofeminismo Construtivista, defendendo que a relação profunda da maioria das mulheres com a natureza não está associada a características próprias do sexo feminino, mas sim às suas responsabilidades de gênero na economia familiar, criadas através da divisão social do trabalho, da distribuição do poder e da propriedade. Para tanto, defendem que é necessário assumir novas práticas relacionais entre os gêneros, e com a natureza.

No entanto, quando analisamos o Movimento indiano NBA (Narmada Bachoa Andolan), percebemos que a teoria Ecofeminista, neste caso, a corrente Ecofeminista Radical, se encontra no cerne do debate instaurado pelo NBA. Entre muitas das questões abordadas, gostaríamos de ir mais além das questões ideológicas e analisar as questões que se encontram no cerne dos movimentos indianos. Nesta perspectiva, apontamos Shiva como uma das maiores representantes do ecofeminismo radical do Sul.

Shiva fez uma análise, em 1988, de como a violência perpetrada contra as mulheres e a natureza, na Índia, e também em outros países do Sul, se originava a partir de interesses materiais. A autora relaciona as formas de dominação dos povos dos países do Sul, pelas quais se orientavam os programas de “desenvolvimento”, com a destruição da natureza, cuja principal consequência foi a destruição das condições de sobrevivência das mulheres<sup>302</sup>.

O desenvolvimento ocidental “acidental” seria, para a autora, consequência da imposição imperialista do Norte, em todo o mundo, do seu modelo de modernidade, o qual tem como pilares o desenvolvimento econômico e o conhecimento científico moderno. Em seu livro “Ecofeminismo”, Shiva e Mies, referem a luta de Medha Patkar<sup>303</sup> contra a

---

<sup>302</sup> (Shiva, 1991:65).

<sup>303</sup> Medha Patkar nasceu em Bombaim e, na década de oitenta, lançou uma campanha pela salvação do Vale do Narmada. Esta luta dura até aos dias de hoje e foi marcada por marchas, greves de fome e prisões.

construção das barragens no Vale do Narmada. Segundo as autoras, Patkar<sup>304</sup> lidera a campanha ambiental mais aguerrida, na Índia, contra a construção de barragens no rio Narmada.

Assim, à medida que a sobrevivência é cada vez mais ameaçada pela evolução do desenvolvimento negativo, da degradação ambiental e da pobreza, as mulheres e as crianças elaboram novas formas de fazer frente a essas ameaças<sup>305</sup>. O surgimento de um movimento de resistência na Índia, a partir de 1985, e no Brasil, nos anos noventa, constituiu um caso emblemático da luta contra um modelo de desenvolvimento que sistematicamente marginalizou as comunidades tradicionais e os seus saberes.

Nesse sentido, o Ecofeminismo, como uma corrente de pensamento que procura incorporar a visão das mulheres nas discussões sobre a problemática ambiental, pode trazer a este campo várias contribuições inovadoras, à medida que chama a atenção para aspectos que não costumam ser considerados nas políticas de desenvolvimento, tais como as implicações que determinadas atividades econômicas têm sobre as condições de vida e trabalho das mulheres, assim como sobre outros segmentos *invisibilizados* da sociedade (populações ribeirinhas, quilombolas, tradicionais e indígenas).

O conflito foi gerado no seio do projeto de luta destas mulheres, e da sua sobrevivência como sujeitos históricos. Neste sentido, o capítulo cinco será dedicado à investigação da participação destas mulheres no Movimento de Atingidos por Barragens. Num primeiro momento, iremos apresentar o processo de construção desta tripla luta feminina, e, em seguida, examinar o perfil sociológico destas mulheres (quem são, idade média, onde moram, moradoras urbanas ou rurais, nível de escolaridade, se participam ativamente do movimento, entre outras questões), para que depois possamos analisar a sua participação e a sua importância para a organização do Movimento de Atingidos por Barragens.

---

<sup>304</sup> Segundo Patkar, a “sua luta não é contra a tecnologia, mas pelo contrário, luta a favor de uma tecnologia bela, harmoniosa, justa, igualitária e não destrutiva. Não é a favor do gigantismo apocalíptico que leva à destruição de milhares de casas, corações e lares (...)” (Jornal Courier Internacional, nº 56 - 28 de Abril a 4 de Maio de 2006).

<sup>305</sup> (Shiva; Mies, 1993:122).

Nesse sentido, a utilização da corrente Ecofeminista na nossa análise ajuda-nos, na medida em que o nosso foco consiste na mulher, e no papel que ela desempenha na constituição de um movimento que luta pelos seus direitos, mas também pelo meio ambiente. Consideramos que a melhor forma de analisar o seu papel na sociedade consiste na sua participação nos Encontros Nacionais do MAB. Nesses encontros poderemos analisar como a sua luta foi construída e perceber a busca do Movimento por um novo modelo de desenvolvimento, através do qual uma outra visão sobre as relações entre os gêneros e com o meio ambiente possa emergir.

## CAPÍTULO IV

### ESTRATÉGIAS DE PESQUISA

“A reflexão hermenêutica torna-se, assim, necessária para transformar a ciência, de um objeto estranho, distante e incomensurável com a nossa vida, num objeto familiar e próximo, que, não falando a língua de todos os dias, é capaz de nos comunicar as suas valências e os seus limites, os seus objetivos e o que realiza aquém e além deles, um objeto que, pode falar, será mais adequadamente concebido numa relação eu-tu (a relação hermenêutica) do que numa relação eu-coisa (a relação epistemológica) e que, nessa medida, se transforma num parceiro da contemplação e da transformação do mundo”.

Boaventura de Sousa Santos<sup>306</sup>

---

<sup>306</sup> (Santos, 2000:13).

## 4.1 Opções Metodológicas

A implementação de Grandes Projetos de Desenvolvimento constitui um tema complexo e, a sua abordagem caracteriza-se por iniciativas multidimensionais, as quais compreenderam, entre vários aspectos, a participação de um número significativo de atores sociais. Como tivemos oportunidade de analisar nos capítulos anteriores, estes grandes projetos foram objeto de inúmeras controvérsias, que se caracterizaram por conflitos políticos, mas também sociais e ambientais. Dentro deste universo de questões e principalmente, de contradições, interessou-nos analisar o discurso que privilegiou a construções destes grandes projetos, com principal destaque para a construção de barragens.

O conhecimento sobre a natureza e a lógica da construção de grandes barragens foi consequência da sua participação como bolsista de iniciação científica (CNPq) no Projeto “Globalização, Políticas Territoriais e Meio Ambiente”, no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro - IPPUR-UFRJ, no ano de 2003. Neste projeto, tivemos a oportunidade de analisar temas como o meio ambiente, políticas territoriais, conflitos sociais, grandes barragens, setor elétrico e muitos outros que até então eram desconhecidos.

Assim, o tema das barragens surgiu como um campo de novidades e de aprendizagens mútuas, entre os diversos pesquisadores, estudantes, professores, indígenas, quilombolas, em suma, atingidos e atingidas por barragens, os quais conhecemos ao longo desses dois anos em que estivemos no IPPUR. A participação, através do Laboratório, nos dois Encontros Nacionais do Movimento de Atingidos por Barragens, foi responsável também pelo reconhecimento de uma luta construída por atores sociais subalternizados e muitas vezes considerados como inferiores face à restante população brasileira.

Diante destes fatos, chamou-nos especial atenção o papel do setor elétrico, e de todo o seu processo de solidificação e dominação no país. Esta política energética associou a construção de barragens ao discurso do “desenvolvimento”, gerando um quadro de pobreza e exclusão. No esforço de compreender a constituição de um movimento brasileiro de resistência a estes grandes projetos, deparámo-nos com movimentos de luta contra estas grandes obras, de diversos países latino-americanos, assim como indianos e tailandeses.

O conhecimento desta realidade proporcionou que tivéssemos descoberto documentos, artigos e jornais da realidade internacional. Entre estes documentos e artigos, chamou-nos a atenção a luta do movimento indiano (Narmada Bachoa Andolan) e em especial, a participação de mulheres na luta contra o processo de construção de barragens no vale do Narmada. Estas mulheres, em particular, Medha Patkar, através da sua determinação e coragem conquistadas pela *ahimsa* (não violência), tornaram-se um símbolo de resistência e principalmente, de persistência, na luta a favor do meio ambiente e dos direitos dos povos atingidos na Índia, mas também em outros países do Sul.

A importância desta temática surge na medida em que os movimentos populares no Brasil, como no resto da América Latina, e também na Índia e Tailândia, projetaram na cena política, de forma majoritária, a participação das mulheres. Gohn destaca que o maior contingente de participação de mulheres pode ser encontrado nos movimentos populares, como responsáveis por reivindicações populares referentes a melhorias nos serviços e equipamentos coletivos, e não como defensoras da igualdade entre os sexos<sup>307</sup>.

No entanto, apesar da importância da participação das mulheres nos movimentos populares, tanto urbanos como rurais, para a autora, este tema ainda é pouco estudado. Assim, neste trabalho pretendemos efetuar, tanto uma descrição analítica do objeto empírico, como uma reflexão teórica sobre os conceitos e debates acerca da construção de

---

<sup>307</sup> (Gohn, 2002:237).

grandes projetos de desenvolvimento, e da ação dos movimentos sociais, especialmente, a luta de mulheres contra estes grandes empreendimentos.

A pesquisa utilizou duas escalas analíticas. Num primeiro momento, concentrámo-nos no conceito de desenvolvimento e na implementação de grandes projetos. Neste contexto, também analisámos a construção de grandes barragens, assim como o conceito de território, identidade e os conflitos ambientais, sociais e simbólicos decorrentes da sua apropriação. Posteriormente, restringimo-nos ao aprofundamento da temática, através do Palco e dos Atores.

Nesta perspectiva, destacamos que a metodologia utilizada consistiu no estudo de caso, por se tratar de um método que procura entender o universo de possibilidades e temas relacionados com o fenómeno estudado, a partir da investigação de um único caso. Para Goldenberg,

“o estudo de caso não se trata de uma técnica específica, mas uma análise holística, a mais completa possível, que considera a unidade social estudada como um todo, seja indivíduo, uma família, uma instituição ou uma comunidade, com o objetivo de compreendê-los em seus próprios termos<sup>308</sup>”.

Destacamos que a utilização do estudo de caso como método de análise foi importante para a compreensão do tema pesquisado, principalmente, por ter proporcionado uma reflexão mais abrangente sobre a realidade das comunidades atingidas por barragens brasileiras. Ainda de acordo com Goldenberg, este método de análise possibilita que se agregue um maior número de informações detalhadas, por meio de diferentes técnicas, com o objetivo de aprender a totalidade de uma situação e descrever a dificuldade de um caso complexo<sup>309</sup>.

Contudo, as incursões efetuadas e as fontes e referências às quais se recorreram, não podem ser consideradas como elementos secundários da investigação, pois

---

<sup>308</sup> (Goldenberg, 2000:33; 34).

<sup>309</sup> (Goldenberg, 2000).



constituíram opções e descobertas já feitas, e ainda por fazer, no processo de conhecimento daquela realidade, as quais demarcam um percurso específico, de entre os inúmeros caminhos que poderíamos ter adotado.

## **4.2 As Técnicas Utilizadas**

Foram utilizadas diversas fontes de pesquisa para este trabalho, como: 1) documentos editados pelo governo e pelas empresas de energia elétrica; 2) periódicos e revistas; 3) entrevistas e análise de questionários; 4) observação direta. O contato estreito com o laboratório ETTERN - IPPUR e principalmente, a nossa participação nos dois encontros do movimento, facilitaram a recolha de dados e relatos, os quais serviram de base para a elaboração deste trabalho.

### **4.2.1 Entrevista (semi) estruturada**

A opção pela realização de entrevistas resultou da intenção de se tentar compreender mais profundamente a trajetória das participantes do movimento. Entrevistámos somente mulheres, de entre as quais podemos destacar algumas coordenadoras regionais do MAB e participantes das cinco regiões brasileiras. Foram entrevistadas ao todo vinte e três mulheres, entre as quais podemos destacar: duas coordenadoras e duas secretárias regionais do MAB. As outras mulheres entrevistadas designaram-se como participantes do movimento na sua região e em encontros nacionais. Destacamos ainda que, das vinte e três mulheres entrevistadas, quinze residiam na região Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), uma na região Sudeste (Minas Gerais), uma na região Nordeste (Ceará), três na região Norte (Tocantins e Rondônia) e três na região Centro-Oeste (Goiás e Mato Grosso).

As entrevistas foram feitas durante o IIº ENMAB, na cidade de Curitiba, no ano de 2006<sup>310</sup>. Nesta perspectiva, optámos pela técnica da entrevista semi-estruturada, pelo fato de as entrevistadas possuírem diferentes experiências de vida e de participação no MAB. As nossas perguntas abordaram a participação destas mulheres no movimento, os impactos das barragens nas suas regiões, o seu papel - se foram consultadas - no período anterior à implementação das barragens, o conhecimento sobre o ecofeminismo, a percepção destas mulheres quanto ao impacto destes projetos e outras questões relacionadas com a sua participação na luta do MAB.

Devido ao objetivo do estudo proposto, uma abordagem do tipo qualitativa foi a opção que nos pareceu adequada para o encaminhamento da pesquisa. Para Goldenberg, “na pesquisa qualitativa a preocupação do pesquisador não é com a representatividade numérica do grupo pesquisado, mas com o aprofundamento da compreensão de um grupo social (...)”<sup>311</sup>. No entanto, não pretendemos delimitar o perfil da mulher participante do MAB, mas sim, a partir dos nossos dados (entrevistas e questionários), levantar questões e estabelecer relações entre os elementos abordados ao longo do trabalho.

#### 4.2.2 Observação Direta

A observação caracterizou-se pela presença da pesquisadora nos dois Encontros Nacionais do Movimento de Atingidos por Barragens, ocorridos na cidade de Brasília no ano de 2003, e na cidade de Curitiba no ano de 2006. A observação direta durante o Iº ENMAB proporcionou uma maior aproximação à realidade vivida por milhares de comunidades atingidas, de forma a que, três anos mais tarde, pudesse ser estabelecido um contato mais estreito com pessoas e situações que já eram conhecidas pela pesquisadora.

---

<sup>310</sup> A este encontro, ocorreu um grande número de participantes da região Sul, devido à proximidade com a cidade de Curitiba, e por esse motivo, deparou-se-nos um maior número de entrevistadas provenientes desta região.

<sup>311</sup> (Goldenberg, 2000:14).

Durante os dois encontros, a observação centrou-se, essencialmente, nas atividades exercidas pelas populações atingidas durante o evento. A observação estava relacionada com as plenárias e palestras, discussões dos grupos regionais e todas as atividades que envolvessem a participação destas populações. Nesta perspectiva, é destacado o fato de que a permanência durante todo o evento, por parte da pesquisadora, possibilitou uma observação contínua dos dois eventos.

#### 4.2.3 Análise Documental

A análise de documentos incidiu sobre três tipos fundamentais de materiais: imprensa, documentos oficiais e documentação produzida pelos Movimentos de Atingidos por Barragens - MAB, assim como, por outros movimentos internacionais de contestação. No que diz respeito aos materiais recolhidos a partir da imprensa, estes tornaram-se num componente importante de análise, pois permitiram uma abordagem aprofundada do setor elétrico brasileiro.

Os periódicos e revistas correspondem, maioritariamente, ao mesmo período que se iniciou nos anos noventa, época de publicações sobre os impactos destes grandes projetos. Estes materiais constituíram uma importante fonte de pesquisa, pois relataram as contestações internacionais contra as grandes barragens, assim como, a eminência de novos atores sociais mobilizados contra a construção destas obras.

Por último, no que corresponde aos documentos produzidos pelo Movimento de Atingidos por Barragens - MAB, destacamos os cadernos temáticos, folhetos e os cadernos pedagógicos. Destacam-se ainda, relatórios, documentos e cartas enviadas para o governo e para outras entidades.

#### 4.2.4 Questionário

No que concerne aos questionários<sup>312</sup>, estes foram elaborados e aplicados pela equipe do IPPUR-UFRJ, durante o IENMBA na cidade de Brasília, no ano de 2003, e na cidade de Curitiba, no ano de 2006, durante o IENMAB. Foram aplicados aleatoriamente e organizados num banco de dados, com auxílio do programa Access. Com a utilização destes questionários, objetivamos analisar a composição social do Iº e IIº Encontro Nacional do Movimento de Atingidos por Barragens, através das informações obtidas no banco de dados. No entanto, como o foco de análise corresponde à participação feminina nos dois encontros, restringimos a análise dos dados às respostas femininas.

Os questionários foram disponibilizados pelo IPPUR-UFRJ e serviram de suporte para a análise da composição social das mulheres participantes nos dois encontros. Tencionava-se caracterizar o papel destas mulheres na luta contra o processo de construção de grandes barragens, pelo que estes questionários nos ajudaram na reflexão e indução dos dados referentes às mulheres participantes no movimento.

#### 4.3 Hipóteses

A análise de um movimento social de resistência ao processo de construção de barragens permite-nos questionar a inevitabilidade da implementação destas grandes obras no Brasil, quer enquanto forças que se definem nos planos dos interesses econômicos, quer enquanto discurso ideológico. Para Scherer-Warren, trata-se de uma forma de dominação que pretende “legitimar-se” em duas direções: uma, através dos interesses do capital, o qual explora o solo e os recursos naturais e desapropria os indivíduos, por meio de decisões

---

<sup>312</sup> Os questionários apresentavam questões relacionadas com o perfil da base (idade, sexo, município, estado, escolaridade, domicílio, profissão, ocupação). Perguntas referentes ao tipo de atividade desempenhada, se era rural (posseiro(a), meeiro(a), pequeno(a) proprietário(a), médio(a) proprietário(a)), ao fato de os(as) participantes serem atingidos (as) por barragens (quais barragens), tempo de participação no MAB e conhecimento de atingidos no exterior (quais países).

autoritárias e compulsórias, visando o crescimento e a necessidade de acumulação e de progresso; outra, através da ideologia da modernização, a qual justifica, a qualquer “preço”, a desapropriação e ocupação do espaço, para dar lugar a obras modernizadoras ligadas à industrialização e/ou ao progresso<sup>313</sup>.

O planejamento desenvolvido no contexto desse sistema autoritário foi caracterizado por uma racionalidade instrumental, inerente aos princípios já referidos da acumulação de capital, da integração e segurança nacional. No entanto, estas forças constituíram-se através de interesses econômicos e ideológicos que não tiveram em consideração o benefício das populações onde estes projetos foram construídos.

Tal como foi referido anteriormente, as consequências da implementação destes grandes projetos geraram diversos conflitos. O conflito foi travado em defesa de diferentes formas de saberes marginalizados, e contra a caracterização destas populações atingidas como “barranqueiros - pobres e inexistentes”. Nesta perspectiva, Scherer-Warren destaca que, mesmo marcados pela conjuntura, os movimentos de atingidos(as) pelos projetos de grande escala, têm recuperado, de forma coletiva, a memória das suas perdas e conquistas, contribuindo para as lutas dos setores populares pela cidadania<sup>314</sup>. Neste contexto, são definidas as hipóteses para a análise da emergência destes novos atores que lutam contra a construção destas grandes obras.

A primeira hipótese formula que a implementação de Grandes Barragens confirma que a noção de desenvolvimento, tal como apresentada hoje em dia, surge intimamente ligada à noção de progresso, as quais se exprimem pelo aspecto econômico, mesmo quando se trata da vida de centenas de comunidades tradicionais. Estas grandes obras, segundo diversos autores, foram legitimadas pela idéia de que serviriam ao interesse público geral. Esta “ideologia da redenção”, designada por Comblin, justificadora dos Grandes Projetos, é também inerente à ideologia militar de integração, legitimando a necessidade de construção de uma “grande nação”, por motivos de segurança nacional. Para o autor, este

---

<sup>313</sup> (Scherer-Warren, 2005:82).

<sup>314</sup> (Scherer-Warren, 2005:93).

argumento fundamentava-se na idéia de que o Brasil poderia ser tratado como uma nação homogênea, dotada de uma vontade única, mobilizada em torno do projeto de construção de uma grande potência econômica e militar<sup>315</sup>.

A segunda hipótese formula que estes grandes projetos de desenvolvimento, em especial, as grandes barragens, tiveram consequências mais significativas para as mulheres, do que para os homens. Os impactos ambientais, resultantes destas grandes obras, constituíram perdas incalculáveis para comunidades que dependiam da natureza para a sua própria subsistência, colocando em evidência a proximidade das mulheres com o meio ambiente e a sua conseqüente dependência face ao mesmo.

A terceira hipótese formula que o Movimento de Atingidos por Barragens - MAB - era inicialmente um movimento marcadamente masculino. No entanto, ao longo dos anos, as mulheres tornaram-se elementos cruciais dentro do movimento e desempenharam um importante papel nas negociações e estratégias de resistência contra o processo de construção de barragens.

A quarta hipótese formula que o panorama internacional de luta contra barragens possui características muito diversas. Esta percepção foi construída a partir de experiências de luta na Índia e Tailândia, onde o discurso ecofeminista se encontra no cerne das questões colocadas pelos dois movimentos. Contudo, no Brasil, as questões que fomentaram a luta feminina contra o processo de construção de barragens foram fundamentadas por pressupostos que não eram regidos por preocupações ecofeministas. Mais precisamente, a sua luta era direcionada para necessidades concretas e do foro familiar, como o direito à terra e à subsistência, e não tanto para concepções alternativas de relacionamento com o mundo, sob a perspectiva do gênero.

---

<sup>315</sup> (Comblin, 1978; In: Scherer-Warren, 2005:82).

## CAPÍTULO V

### Iº E IIº ENCONTRO NACIONAL DE ATINGIDOS POR BARRAGENS - O PERFIL SOCIOLÓGICO DAS MULHERES

“Para mudar a sociedade do jeito que a gente quer, participando  
sem medo de ser mulher

Porque a luta não é só dos companheiros,  
participando sem medo de ser mulher

Pisando firme sem pedir nenhum segredo,  
participando sem medo de ser mulher

Pois sem a mulher a luta vai pela metade,  
participando sem medo de ser mulher

Fortalecendo os movimentos populares,  
Participando sem medo de ser mulher<sup>316</sup>”

---

<sup>316</sup> “Sem Medo de Ser Mulher”, poema apresentado no IIº Encontro Nacional do Movimento de Atingidos por Barragens (Curitiba - Março de 2006).

## 5.1 Iº Encontro Nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens

O primeiro encontro do MAB, ocorreu na cidade de Brasília no ano de 2003. Este evento foi criado com o intuito de organizar e trocar experiências entre os atingidos e atingidas provenientes de diversas regiões do Brasil. Este evento durou quatro dias (09 a 13 de Junho), tendo aí decorrido intensas atividades, das quais podemos destacar o debate sobre o Setor Elétrico e as alternativas à produção de energia hídrica. Os principais temas debatidos foram: formas de organização do MAB; avaliação das ações e trabalhos desenvolvidos pelo Movimento; análise da realidade do Setor Elétrico (conjuntura nacional e internacional); e desafios do movimento para o próximo período, entre outros temas.

Este encontro acontece de três em três anos e tem como objetivo definir os rumos do MAB para o próximo período (2003-2006). Para o Movimento, este evento proporciona um momento de intensa reflexão, integração e reafirmação da importância da sua organização e da luta da classe trabalhadora do país. A sua programação incluiu a participação das próprias comunidades atingidas e também palestras com pessoas convidadas.

Neste evento, efetuou-se uma análise da “Realidade Brasileira” (com a participação de Pedro Stédile - MST - Via Campesina) e um debate sobre o “Modelo Energético” (com a participação do Ministério de Minas e Energia, Ministério do Meio Ambiente, Eletrobrás e participantes do MAB). Discutiu-se também a “Construção do Projeto Popular para o Brasil” (com a participação de Frei Betto) e um debate interno do MAB sobre “Estratégia Central”.

O encontro foi realizado na Universidade Nacional de Brasília - UNB e contou com a participação de quase mil pessoas, sendo de salientar que esta representação numérica se pautou pela presença de vinte por cento de mulheres. Estes participantes eram oriundos de diversos estados das cinco regiões brasileiras, encontrando-se predominantemente representadas as regiões do Norte e Centro-Oeste. Contudo, além dos atingidos e atingidas, participaram também diversos setores da sociedade como: investigadores,



professores, estudantes e outros atores envolvidos em pesquisas relacionadas com as grandes barragens e os seus impactos<sup>317</sup>.

Durante as plenárias, as populações atingidas destacaram que as suas maiores dificuldades advinham das consequências da construção de grandes barragens. Apontaram que a causa dos seus problemas estaria relacionada com a ação de grupos transnacionais (Votorantim, Bradesco, Camargo, Correia, Tractebell, Companhia Vale do Rio Doce, ALCOA e muitos outros). Nessa perspectiva, durante o encontro, afirmaram que a lógica capitalista, ao longo dos anos, impôs a sua ideologia economicista às populações, e que esta não é, e jamais foi, compatível com a lógica das comunidades tradicionais.

Os participantes afirmaram, durante estes quatro dias que, a partir da construção de um novo modelo energético, estas populações não mais seriam subjugadas pelo capital e poderiam lutar a favor dos seus direitos. Neste sentido, lutariam, não somente contra a hegemonia das empresas transnacionais responsáveis pela construção destas obras, mas também contra as medidas que afetam diretamente o meio ambiente e a biodiversidade brasileira.

Durante o encontro, enfatizaram que a luta a favor da terra, moradia, saúde, educação, cultura e preservação do meio ambiente, não constitui apenas uma luta das comunidades atingidas. Para o MAB, os camponeses, indígenas e populações ribeirinhas não são os únicos que sofrem com a política energética, pois a totalidade do povo brasileiro é atingida por uma política insustentável que confere prioridade aos interesses dos grupos financeiros e das grandes empresas.

Destacaram que o Brasil consome anualmente cerca de trezentos e vinte bilhões de quilowatts/hora, sendo metade desta energia destinada às indústrias. De acordo com o MAB, o percentual gasto pela Indústria Pesada<sup>318</sup> seria de 48,4%, enquanto que o setor Residencial desfrutaria apenas 25% do total. Os outros setores representam o Comércio/Serviços com 13,5%, Serviços Públicos com 8,7% e Agropecuária com 3,8%. O

---

<sup>317</sup> (Dados MAB Comunicação, 2003 - [www.mabnacional.org.br](http://www.mabnacional.org.br)).

<sup>318</sup> Indústria pesada (indústria de cimento, siderúrgica, metalurgia, química, papel e celulose).

Movimento ressalta que grande parte do consumo do setor industrial abrange as empresas eletrointensivas, e a sua crítica dirige-se, sobretudo, aos impactos desta produção (grande consumo de energia e alto teor de poluição), e ao fato de aquela se destinar à exportação. Neste sentido, os custos ambientais e sociais seriam suportados pelos brasileiros, mas o lucro desta produção beneficiaria unicamente as empresas multinacionais<sup>319</sup>.

No que se refere à sua mobilização, enfatizam que as comunidades atingidas deveriam ser consolidadas a partir dos grupos de base, com coordenações municipal, regional e nacional. Referiram também a importância da aliança com outros movimentos sociais do campo e da cidade, destacando a coligação de lutas com o MST (Movimento Sem Terra), MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores), CPT (Comissão Pastoral da Terra) e muitos outros movimentos e organizações que estejam envolvidos na luta e preservação dos direitos dos cidadãos brasileiros.

Determinaram que a formação e capacitação política e técnica dos militantes, através de cursos de formação, deveriam ser melhoradas. Teceram também críticas à ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), realçando que esta não deveria estar sob o controle do governo, mas que as populações atingidas de uma forma geral também deveriam participar do processo.

Além dos debates e das discussões ocorridos durante o evento, não podemos deixar de chamar a atenção para a importância da mística neste Iº Encontro do MAB. Esta foi concretizada nos momentos que antecederam as plenárias e as atividades diárias. Para o Movimento, a mística representa muito mais do que um ritual, pois vai além da perspectiva religiosa. Sobre este assunto, destacamos que a mística representa um sentimento de união e de reflexão entre o grupo, um momento em que todos devem pensar em conjunto sobre a construção de um caminho coletivo.

Nesta perspectiva, é importante destacar também que além das plenárias e reuniões decorridos durante estes quatro dias, as comunidades atingidas também

---

<sup>319</sup> (Dados MAB Comunicação, 2003 - [www.mabnacional.org.br](http://www.mabnacional.org.br)).

participaram de uma manifestação organizada no último dia do evento. Esta marcha foi feita em protesto às políticas da ANEEL e contou com a participação das comunidades atingidas, presentes no evento.

## 5.2 IIº Encontro Nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens

O IIº ENMAB contou com a participação de mil e duzentas pessoas oriundas de quinze estados brasileiros<sup>320</sup>. Este encontro ocorreu no ano de 2006, na cidade de Curitiba e também decorreu ao longo de quatro dias (13 a 17 de Março). Durante estes dias, participantes de diversas regiões do país e de outros países latino-americanos discutiram sobre a organização do MAB e sobre as experiências destas organizações em países latinos. Este encontro ficou marcado pela participação de quatro delegações latino-americanas, Bolívia, Argentina, Venezuela e Nicarágua. O movimento também destacou que a grande maioria dos participantes era composta por jovens, e que, deste universo, quarenta por cento eram mulheres<sup>321</sup>.

A programação foi iniciada por uma análise da “Realidade Brasileira” (com a participação de Pedro Stédile - MST - Via Campesina e Frei Sérgio Gorgên - Via Campesina), um debate sobre a “Água” (Roberto Malvezzi - CPT e Frei Luiz Flávio Cáprio) e uma discussão sobre “Políticas Governamentais para os Atingidos por Barragens”. Abordou-se também a organização do MAB e a sua experiência de organização em países da América Latina.

O tema da água e da energia permaneceu como temática principal do encontro, destacando-se o debate sobre políticas e sobre o modelo energético brasileiro. No centro deste debate, ressaltou-se o consumo subsidiado de energia para grandes empresas

---

<sup>320</sup> Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Pará, Pernambuco, Paraná, Rondônia, Rio Grande do Sul, Sergipe, Santa Catarina, São Paulo e Tocantins.

<sup>321</sup> (Dados MAB comunicação, 2006 - [www.mabnacional.org.br](http://www.mabnacional.org.br)).

eletrointensivas e a sua finalidade produtiva. Como no Iº Encontro, as críticas tecidas pelo movimento estenderam-se a todo o povo brasileiro, no sentido de ser necessário um maior envolvimento da população urbana no questionamento do preço e da disponibilidade de energia. Para Andrioli,

“vamos trabalhar na lógica de que a população é uma grande atingida pelo modelo energético atual. Ou seja, enquanto pagamos em média R\$ 600 pelo megawatt, as indústrias pagam cerca de R\$ 110. Em Minas Gerais, por exemplo 58,8% da energia é consumida pela indústria, enquanto o setor residencial consome apenas 16,8%. No estado de Minas Gerais, pagamos R\$ 607 pelo Megawatt e a indústria R\$ 126. O debate que vamos propor se refere a equivalência dos custos da energia para a população ao preço pago pela indústria, além da oferta de energia gratuita às populações de baixa renda<sup>322</sup>”.

Como vimos anteriormente, uma das principais bandeiras de luta do Movimento consiste na mudança do modelo de geração de energia para o sustento e crescimento da atividade industrial. Para os integrantes do MAB, a política energética do governo deveria estar ao serviço de um plano estratégico de desenvolvimento social e popular do país, desmantelando a posição monopolista destas grandes indústrias eletrointensivas.

Esta posição é marcada pela desigualdade de oportunidades, no que se refere à energia. De acordo com dados do Movimento, no Brasil existem mais de cinco milhões de domicílios que não possuem acesso à energia elétrica. No meio rural, esta porcentagem corresponde a 32,8% das propriedades sem energia. Na região Nordeste, somente 13% das propriedades possui energia, e na região Norte, os dados são ainda mais alarmantes, já que apenas 2% das propriedades se beneficiam da mesma<sup>323</sup>. De fato, se a lógica das grandes barragens fosse evidenciada por um consequente desenvolvimento da região de instalação, estes dados não iriam refletir esta enorme contradição.

---

<sup>322</sup> Joceli Andrioli, membro da coordenação nacional do MAB - Agência Carta Maior, Março de 2006 ([www.mabnacional.org.br](http://www.mabnacional.org.br)).

<sup>323</sup> (Dados MAB comunicação, 2006 - [www.mabnacional.org.br](http://www.mabnacional.org.br)).

Quanto a este aspecto, destacamos que, durante o encontro, o questionamento das hidroelétricas gerou inúmeras controvérsias. A oposição entre o governo e os movimentos sociais, quanto aos efeitos destes grandes projetos, ainda gera disputas consideráveis. Para o governo, a fonte hídrica deverá ser idealmente uma fonte limpa e de baixo custo. Já para o MAB, a utilização deste tipo de fonte energética afetou mais de um milhão de pessoas diretamente atingidas no país, das quais, setenta por cento não receberam nenhum tipo de compensação.

Além de discutirem os efeitos sociais destes grandes projetos, também abordaram os aspectos ambientais e econômicos. O movimento responsabilizou o governo por não ter incluído, no preço da energia, os custos ambientais e sociais produzidos pelas barragens. Nesse sentido, afirmam que, antes de apostarem num plano energético responsável pela construção de mais quatrocentas barragens até 2015, o governo deveria fazer a otimização das construções já existentes e investir na diversificação de fontes alternativas de energia. Ainda, de acordo com Andrioli,

“só a transmissão de energia tem causado uma perda de cerca de quinze por cento do produto. Se o governo investisse na manutenção das estruturas de transmissão e no repotenciamento das usinas, já teria um ganho razoável de energia. Como também há que se diversificar a produção com fontes eólicas, biomassa, energia solar, entre outras<sup>324</sup>”.

O Movimento destacou que a conjuntura política atual desafia todos a enfrentarem o sistema que oprime a classe trabalhadora. Os atingidos, declaram sê-lo não só pelas barragens, mas também pelo Setor Elétrico brasileiro. Nesta perspectiva, destacaram entre os objetivos principais da sua luta: debater a organização do MAB; proporcionar uma discussão com o Governo Federal sobre o modelo energético brasileiro; definir as prioridades do Movimento para o próximo período; proporcionar um movimento de

---

<sup>324</sup> Joceli Andrioli, membro da coordenação nacional do MAB - Agência Carta Maior, Março de 2006 ([www.mabnacional.org.br](http://www.mabnacional.org.br)).

intercâmbio das experiências que os atingidos têm vivenciado em cada uma das regiões; entre outros assuntos.

No que se refere aos desafios estratégicos do MAB, podemos apontar que estes foram elaborados a partir de um conjunto de estudos e debates realizados no seio do Movimento. Estes desafios estratégicos representam onze pontos: o primeiro, refere-se à identidade/mensagem; o segundo, à direção política a tomar; o terceiro, a um plano de construção nacional; o quarto, ao combate das idéias divergentes daquelas da classe trabalhadora; o quinto, à construção da organicidade interna; o sexto, a um ousado plano de formação; o sétimo, à monitorização da conjuntura; o oitavo, à garantia da autonomia financeira; o nono, à autodefesa e comportamento de militância; o décimo, ao estabelecimento de uma correta política de alianças; e o último, à realização de lutas no momento e pelo motivo certo. Estes onze pontos para o MAB,

“valem, neste momento, serem reafirmados e discutidos sempre a partir do resgate da história, da análise do momento e dos desafios que estão colocados para um movimento que se propõe a lutar pela formação do Projeto Popular/Socialismo<sup>325</sup>”.

Para o Movimento, os seus principais desafios passam por transformar o MAB num movimento de massa com militância forte, aprofundar a sua autonomia face a partidos e outras instituições, assim como articular-se com outros movimentos urbanos e aprofundar as alianças internacionais.

No que consiste ao último dia do encontro, destacamos que os participantes organizaram uma grande manifestação em frente ao prédio onde decorria a MOP3<sup>326</sup>. Esta manifestação foi marcada por questões que não englobavam diretamente o setor elétrico brasileiro, mas sim a biodiversidade e questões relacionadas com a biossegurança, ou seja,

---

<sup>325</sup> (Instrumento de Preparação do 2º Encontro Nacional do MAB, 2006).

<sup>326</sup> Esta reunião contou com a participação de mais de 180 delegados dos países signatários da Convenção sobre Diversidade Biológica. A MOP 3 tem sido organizada atualmente desde 2004 e no ano de 2006 teve a sua terceira edição. Representa o Fórum que acompanha a implementação do Protocolo de Cartagena de Biossegurança, parte integrante da convenção, aprovada em Janeiro de 2000 ([www.cop8.org.br](http://www.cop8.org.br)).

com as regras de proteção da biodiversidade face aos impactos dos transgênicos. Os manifestantes utilizaram faixas e protestaram contra a utilização de sementes transgênicas, em especial, da tecnologia chamada *terminator*. Contudo, nesta manifestação ficou evidente que os seus participantes, em especial os agricultores e as agricultoras presentes, engendraram a luta pelos seus direitos ao reassentamento e às indenizações, mas também contra o uso indiscriminado de sementes transgênicas no Brasil, as quais são vendidas pelas empresas multinacionais, prejudicando as populações atingidas.

### 5.3 O Papel da Mulher na Luta

Como foi observado, participaram nos dois encontros populações atingidas de diversas regiões brasileiras, assim como populações de outros países. Nesta perspectiva, cabe refletirmos sobre a composição social destes participantes e, em especial, destacar a participação das mulheres nos dois encontros. A importância das mulheres nesta análise torna-se fundamental, na medida em que, para alguns autores e para a própria Comissão Mundial de Barragens, as consequências advindas da construção de grandes empreendimentos hidroelétricos, contribuíram para o desequilíbrio das relações de gênero existentes<sup>327</sup>.

Em termos gerais, o interesse por esta temática surge a partir das referências de Shiva, Mies, McCully, entre outros autores, os quais colocam em evidência a relação entre os impactos resultantes da construção de barragens e as consequências dos mesmos para a vida cotidiana das mulheres. Para estes autores, este processo caracteriza-se como traumático, devido à ligação próxima destas mulheres com o meio ambiente local.

---

<sup>327</sup> (WCD, 2000; In McCully, 2004:36).

McCully, em seu livro “Rios Silenciosos”, diz-se surpreendido com o pouco que se tem investigado acerca da forma como as mulheres e os homens sofrem os impactos causados pelas barragens, de maneira diferenciada. O autor destaca que a Comissão Mundial de Barragens solicitou o que pode ser considerado como a primeira visão geral dos impactos das barragens sobre as mulheres e as relações de gênero. Contudo, destaca também que os estudos baseados no Relatório da Comissão indicam que, com o empobrecimento das comunidades, a crise social e os impactos resultantes dos deslocamentos forçados acabam por ser mais drásticos nas mulheres do que nos homens. No entanto, afirma que, na sua grande maioria, os projetos de barragens têm ignorado as relações de gênero e as estruturas de poder das comunidades afetadas<sup>328</sup>.

Esta desigualdade na relação de gênero resultante do impacto de grandes barragens, corresponde, para Shiva e Mies, ao papel que a mulher tem desempenhado através da história, principalmente, as mulheres do Sul. Para as autoras, na maior parte das culturas, as mulheres têm sido as guardiãs da biodiversidade. “Elas produzem, reproduzem, consomem e conservam a biodiversidade na agricultura”. Por sua vez, segundo Shiva e Mies, tal como em todos os outros aspectos do trabalho e do saber das mulheres, o seu papel no desenvolvimento e na conservação da biodiversidade, tem sido considerado como não-trabalho e não-conhecimento<sup>329</sup>.

A invisibilidade do trabalho e do saber das mulheres seria, neste aspecto, uma consequência das relações desiguais de gênero, que não levariam em consideração o seu contributo. Esta abordagem também é intrínseca à abordagem setorial, fragmentada e reducionista do desenvolvimento, a qual considera a floresta, o gado e as culturas como se fossem independentes uns dos outros<sup>330</sup>.

Nesse sentido, podemos abordar que a atribuição de papéis diferenciados a homens e mulheres foi, ao longo da história, sustentada por uma rígida divisão sexual do trabalho, a qual tem relegado a mulher para um papel secundário, no que diz respeito não só

---

<sup>328</sup> (McCully, 2004:36).

<sup>329</sup> (Shiva ; Mies, 1993:220).

<sup>330</sup> (Shiva ; Mies, 1993:119).



àquele, mas também à vida política e às lutas sociais. A rejeição deste papel secundário e a afirmação da sua presença ativa nos movimentos sociais contribuiu para que estas mulheres se pudessem organizar e lutar pelos seus direitos de gênero, e também de atingidas por barragens.

Utilizaremos a crítica Ecofeminista como enquadramento para analisar o processo de reconhecimento destas mulheres enquanto atingidas por barragens, e também para perceber como foi construída a sua resistência a estes projetos. Neste aspecto, ao refletirmos sobre uma cultura que se baseou na dominação e na repressão das mulheres, o Ecofeminismo tem produzido um campo de conhecimento e reconhecimento que questiona os pressupostos do reducionismo científico, apontando-o como projeção do homem ocidental.

Do ponto de vista do Ecofeminismo, as mulheres, a natureza e os povos dos países do Sul são as colônias da civilização industrial-patriarcal. Ainda de acordo com Shiva e Mies, o gênero e a diversidade encontram-se relacionados de várias maneiras. A mundovisão patriarcal considera o homem a medida de todos os valores, sem espaço para a diversidade, e apenas para a hierarquia. A mulher, por ser diferente, foi tratada como inferior. A diversidade da natureza, nestes mesmos moldes, seria valorizada apenas em termos de exploração econômica. Portanto, para as autoras, a perda da diversidade é o preço a pagar pelo modelo patriarcal do progresso que nos empurra inexoravelmente em direção às monoculturas, à uniformidade e à homogeneidade<sup>331</sup>.

Sendo assim, a sustentabilidade deveria ser realizada em dois níveis simultâneos. A sustentabilidade dos recursos naturais e a sustentabilidade dos modos de vida. A conservação da biodiversidade deveria ser intrínseca à conservação dos modos de vida derivados da biodiversidade<sup>332</sup>. Nesta perspectiva, o foco da análise incide em perceber qual o papel das mulheres brasileiras na luta contra um objeto técnico, no caso, as barragens, e se o Ecofeminismo também corresponde a uma corrente de pensamento que

---

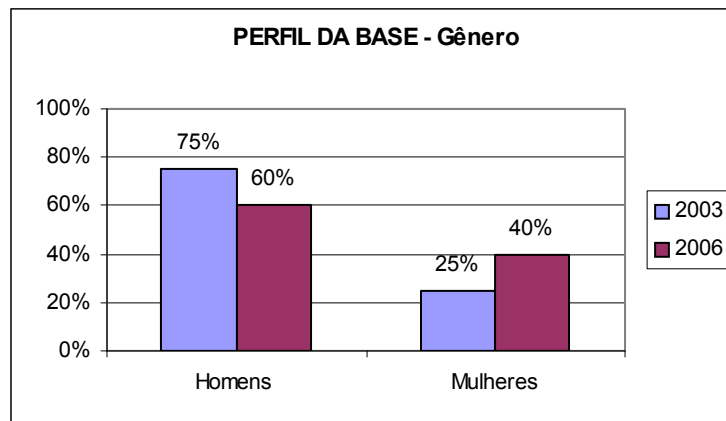
<sup>331</sup> (Shiva ; Mies, 1993:215).

<sup>332</sup> (Shiva ; Mies, 1993:217).

incorpore a luta destas mulheres na conservação da natureza e conseqüentemente na conservação dos seus modos de vida. Nesse sentido, iremos analisar o que estes projetos acarretaram para a sua vida cotidiana, na medida em que a água foi transformada em energia e a degradação da biodiversidade num processo indispensável para o próprio “desenvolvimento”.

Como primeiro passo, iremos centrar-nos na participação destas mulheres durante os dois ENMAB, no ano de 2003 e no ano de 2006, respectivamente. O nosso objetivo consiste em investigar a composição social destas mulheres atingidas por barragens (quem são, onde moram, idades, escolaridade, entre outras questões). Esta reflexão será fundamentada através da crítica Ecofeminista e da própria experiência de outros movimentos de luta contra a construção de barragens (NBA indiano). Como já mencionámos anteriormente, utilizaremos os questionários disponibilizados pelo IPPUR-UFRJ e as nossas entrevistas, para melhor refletir sobre o perfil sociológico das participantes, para que depois possamos analisar os impactos que estes grandes projetos ocasionaram na sua vida cotidiana.

Entre os dados recolhidos no Iº e IIº ENMAB, tivemos oportunidade de analisar que, no ano de 2003, o número de homens foi muito superior ao número de mulheres. Entre os 315 questionários analisados, setenta e cinco por cento eram homens e apenas vinte e cinco por cento eram mulheres. No entanto, três anos depois, no IIº ENMAB, podemos destacar que a participação das mulheres se constituiu de uma forma mais expressiva, correspondendo a quarenta por cento dos questionários analisados.



Fonte: Pesquisa direta, Junho/2003 e Março/2006 - IPPUR - UFRJ.

Como observadora nos dois Encontros, podemos destacar que o grande número de mulheres durante o IIº ENMAB foi visível por todos os participantes. Elas participaram ativamente das atividades em grupo e também foram responsáveis por coordenações regionais. Isto pode ser explicado pelo fato de as políticas do Movimento nos últimos anos terem incentivado uma maior participação das mulheres. O estabelecimento de um coordenador e uma coordenadora para cada região pode ter influenciado uma maior participação das mulheres no IIº ENMAB.

“Nestes últimos anos, tem se discutido o papel da mulher dentro do movimento. Em Minas Gerais, a maior discussão está relacionada à igualdade no que refere a participação de homens e mulheres. O Movimento começa a se articular internamente, e a partir daí surgem discussões sobre a divisão de tarefas, a participação masculina e feminina dentro do MAB. Antes o discurso era apenas contra as barragens, não se discutia a participação de homens e mulheres. Hoje, existe uma preocupação por parte do Movimento em educação, formação, militância, gênero, tentando avançar o processo” (Sônia - Coordenadora do MAB - Moradora da região Sul - Paraná, 16 de Março de 2006).

Nesse sentido, Gohn destaca que alguns aspectos da cultura popular (que estabelece “lugares e atribuições” para homens e mulheres), sempre estiveram presentes no interior dos movimentos populares. A autora enumera tarefas como o preparo da comida e o cuidado com as crianças, as quais constituíam “atribuições” destas mulheres nos canteiros dos mutirões<sup>333</sup>. Estas tarefas mudaram ao longo do tempo e, hoje, os movimentos sociais como um todo discutem e incentivam a participação das mulheres no seio dos seus movimentos. No entanto, os autores destacam que, entre as lideranças, o número de homens é proporcionalmente maior ao das mulheres e que esta relação se inverte quando analisamos a sua participação no conjunto do movimento.

Quanto a este assunto, podemos destacar que as opiniões divergem e que, para muitas participantes, o MAB se caracteriza como um movimento misto, no qual homens e mulheres participam de forma conjunta. Para estas mulheres, uma forma de incentivar a participação feminina consistiu na criação de cirandas, para que as famílias pudessem deixar as crianças ao cuidado de outros e participar ativamente.

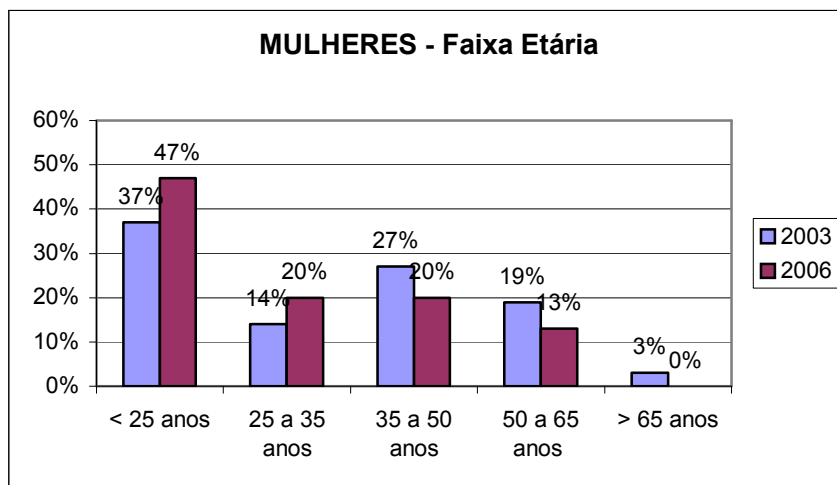
“As mulheres representam mais ou menos quarenta por cento do movimento e em Minas Gerais a maior parte é constituída de mulheres. Estes números dependem da região, da cultura e da relação de gênero constituída em cada região, ou seja, estes fatores que influenciam efetivamente na participação das mulheres. Eu participo do Movimento desde 1995 e percebo que nestes últimos anos tem aumentado a participação da família na luta do MAB.” (Maria - participante do MAB - moradora da região Sudeste - atingida pela barragem Emboque e Granada, 15 de Março de 2006).

Quanto à faixa etária destas mulheres, destacamos que, tanto os questionários analisados no ano de 2003, como os de 2006, apresentam um número grande de mulheres

---

<sup>333</sup> (Gohn, 2002:294).

com menos de vinte e cinco anos. As adolescentes representam uma parcela significativa do movimento nos dois encontros, mas também não podemos deixar de destacar a participação de mulheres de dois grupos etários (de 25 a 35 anos e de 35 a 50 anos).



Fonte: Pesquisa direta, Junho/2003 e Março/2006 - IPPUR - UFRJ.

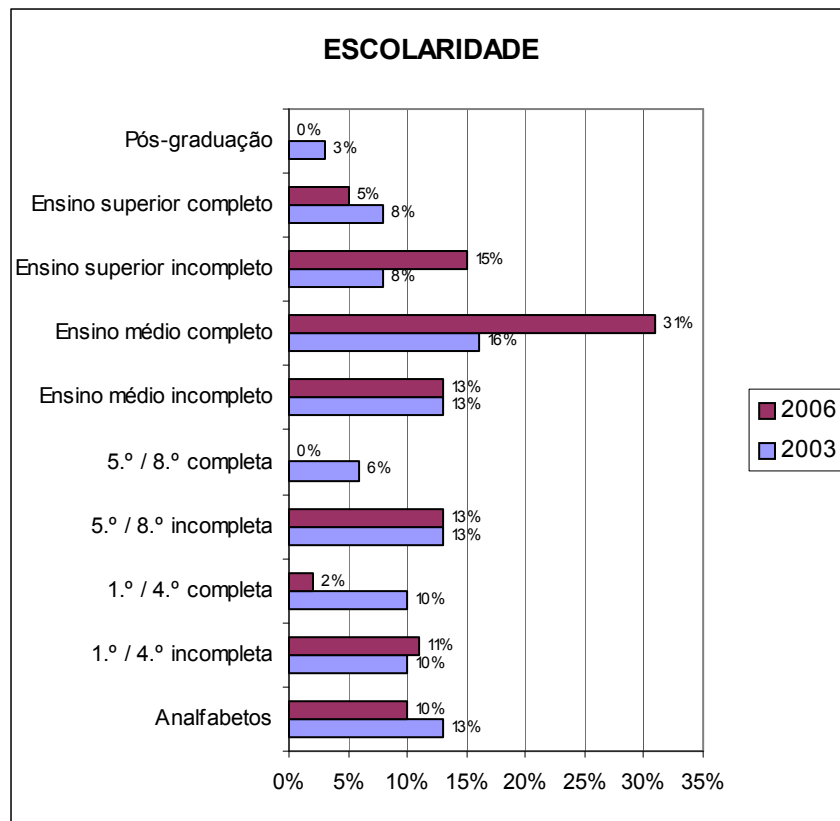
A partir da análise dos questionários, percebemos que as idades são muito variadas, compreendendo desde jovens, até mulheres de mais de cinquenta anos. Uma das questões importantes a ser levantada consiste na impossibilidade de muitas mulheres participarem destes encontros, principalmente, as mulheres casadas com filhos, assim como aquelas muito jovens, cujos pais nem sempre aceitam que estas viagem sozinhas.

“O MAB é riquíssimo em jovens, eles têm muita energia. Geralmente lutam na defesa das terras que um dia será deles, seus pais dizem: « A terra é de vocês e no futuro vai ser de vocês e por isso vão para a luta». A juventude também vai para a luta para tentar reconquistar seu patrimônio, este é o discurso da família. Já as mulheres jovens têm uma maior dificuldade de participação devida principalmente à idade, pois muitas são impedidas de sair e participar das reuniões por serem muito jovens” (Sônia - Coordenadora do MAB - moradora da região Sul - Paraná, 16 de março de 2006).

A criação de cirandas infantis, pelo MAB, pode também ter contribuído para que estas mulheres pudessem participar de uma forma mais efetiva nas discussões do Movimento. Durante os encontros, as mulheres deixavam os seus filhos ao cuidado de outras mulheres atingidas responsáveis pela ciranda, podendo assim dedicar-se às plenárias e aos debates. No que diz respeito aos aspectos familiares, as entrevistadas enfatizaram que encontram muitos obstáculos à sua inserção na luta. Esta tripla jornada como mãe, trabalhadora e participante de um movimento social, muitas vezes também se torna parte de uma luta íntima empreendida por estas mulheres.

“O MAB está dando muita força para nós participarmos, mas o Movimento são as pessoas, eu sou o MAB. As pessoas estão lutando pelo direito delas. Meu marido está na mesma situação que eu e nós dois estamos na mesma luta e do mesmo lado. Participamos juntos e se a gente conseguir nossa indenização, continuamos a luta pelo direito de outras famílias atingidas que lutam junto com a gente” (Iracema - participante do MAB - moradora da região Sul - atingida pela barragem Itá, 14 de Março de 2006).

Quanto à escolaridade, destacamos que a região, a cultura e principalmente o tipo de domicílio, são responsáveis pelo nível de escolaridade destas mulheres. Estes dados apontam para um grande número de mulheres com o ensino médio completo e incompleto nos dois ENMAB. Estes fatores podem estar relacionados com o grande número de jovens participantes, assim como com a relação que se estabelece entre a região e a escolaridade destas mulheres.



Fonte: Pesquisa direta, Junho/2003 e Março/2006 - IPPUR - UFRJ

Grande parte das mulheres de domicílio rural possui escolaridade mínima (1º/4º completa e incompleta) e muitas são analfabetas. No entanto, as mulheres provenientes de zonas urbanas possuem uma escolaridade média (5º/8ª completa e incompleta; ensino médio completo e incompleto). O valor de quinze por cento de mulheres no IIº ENMAB com terceiro grau incompleto, representa, na sua maioria, jovens de até vinte e cinco anos e moradoras de domicílio urbano.

Contudo, ao longo dos últimos anos, o Movimento tem desenvolvido atividades pedagógicas nas regiões onde o MAB se encontra organizado. Como aponta o Movimento, a educação no MAB foi, por muito tempo, concebida em torno da idéia-ação das lutas e mobilizações. Entendia-se que, pelo simples fato de os atingidos(as) participarem da organização política do Movimento, eles estariam a auto-educar-se. Essa é uma grande verdade, porém, o direito à educação vai muito além disso. De acordo com o Movimento, as lutas organizadas precisam ser complementadas com espaços educacionais próprios,

para que a consciência de classe dos atingidos(as), tão almejada pelo MAB, se possa constituir e consolidar<sup>334</sup>.

A partir do reconhecimento da importância da educação para promover a conscientização, participação e organização dos povos atingidos, o MAB integra a sua organicidade num projeto educacional que se desdobra em diversas práticas educativas. Esta mudança de perspectiva permitiu que, nos últimos anos, o Movimento pudesse desenvolver atividades pedagógicas nas regiões onde o MAB se encontrava organizado. Para o Movimento, a escolaridade constitui um aliado poderoso na luta contra barragens, por isso, tem criado cursos, com o objetivo de estas comunidades atingidas poderem elas próprias decidir o seu destino. Segundo o MAB, “todos temos que ser sujeitos de nossas histórias, precisamos saber ler e escrever<sup>335</sup>”.

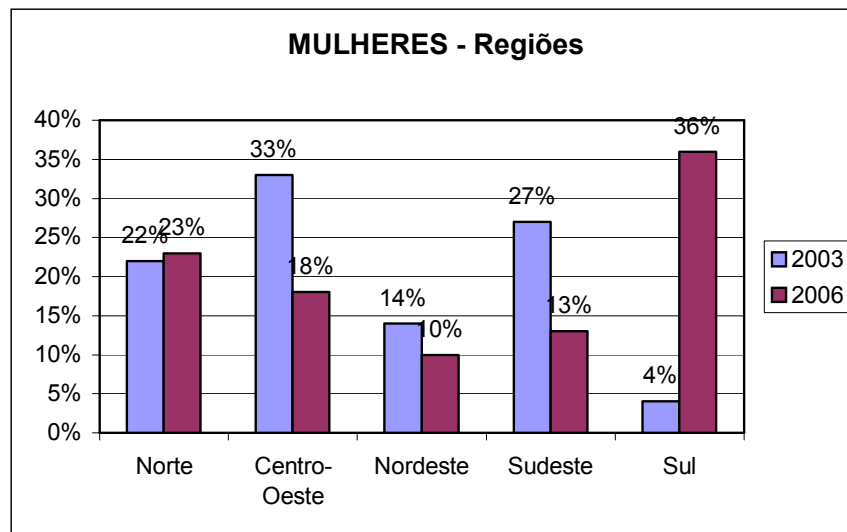
Um ponto de análise fundamental para compor o perfil sociológico destas mulheres, consiste em saber as regiões de onde aquelas são provenientes. Neste sentido, podemos destacar que a maioria das participantes analisadas nos questionários de 2003 eram oriundas da região Norte, principalmente, dos estados de Tocantins (Tocantinópolis, São Salvador, Porto Nacional, Filadélfia, Palmas, Itaguatins, entre outros) e do Pará (Tucuruí e Altamira).

---

<sup>334</sup> (Caderno Pedagógico - A Educação no Movimento dos Atingidos por Barragens - Coletivo de Educação, 2005: 45).

<sup>335</sup> (Caderno Pedagógico - A Educação no Movimento dos Atingidos por Barragens - Coletivo de Educação, 2005).





Fonte: Pesquisa direta, Junho/2003 e Março/2006 - IPPUR - UFRJ

O grande número de participantes das regiões Centro-Oeste e Norte pode ser explicado devido ao Iº ENMAB ter sido organizado na cidade de Brasília, localizada na região Centro-Oeste. A região Norte encontra-se geograficamente próxima da cidade do encontro e por isso, encontramos um maior número de participantes destas regiões.

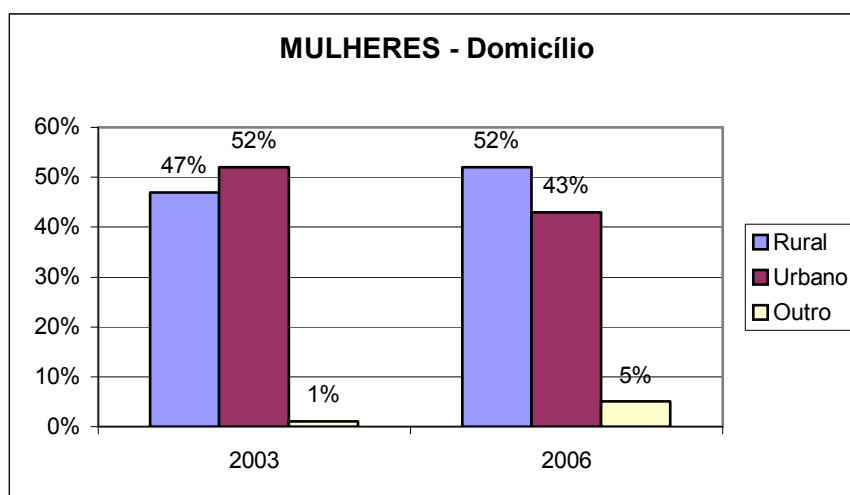
O mesmo ocorreu em relação às regiões analisadas durante o IIº ENMAB. Podemos perceber que o grande número de participantes vindos da região Sul pode ser explicado pelo fato de o IIº ENMAB ter sido organizado na cidade de Curitiba. O grande número de participantes da região Norte pode ser explicado, devido ao grande número de projetos hidroelétricos que tem sido programado para estes estados. Os estados do Norte ficam a mais de três mil quilômetros dos estados do Sul do Brasil e pensamos que sua presença se pautou pela insatisfação destas populações e pela possibilidade de divulgarem os seus problemas.

Os estados de Santa Catarina (Chapecó e Serra Negra), Rio Grande do Sul (Marcelino Ramos, Alpestre, Nonoai, Erechim, Esmeralda e Torres) e o estado que abrigou o encontro, o estado do Paraná (Coronel Vivida, Cascavel, São Jorge d'Oeste), São Mateus, (Turvo e Mangueirinha), tiveram uma representação muito grande no encontro.

As regiões do Norte e do Centro-Oeste também tiveram uma grande representação. No Norte, os principais estados foram: Tocantins (São Salvador, Porto Nacional, Miracema e

Formoso do Araguaia), Pará (Tucuruí, Cameta e Breu Branco) e Rondônia (Porto Velho e Irapuã do Oeste). No Centro-Oeste, os principais estados foram: Goiás (Minaçu e Oraçu) e Mato Grosso (Chapada dos Guimarães e Cuiabá).

No que concerne aos domicílios, podemos analisar que os dados são bastante equilibrados e três anos depois, não tiveram grandes alterações. No entanto, quando analisamos os números gerais de participantes homens e mulheres, verificamos que mais de setenta por cento dos participantes são provenientes de zonas rurais e apenas 30% de regiões urbanas. Um dado surpreendente, na medida em que o movimento possui uma forte base rural, mas que, nos últimos anos, tem mudado significativamente.

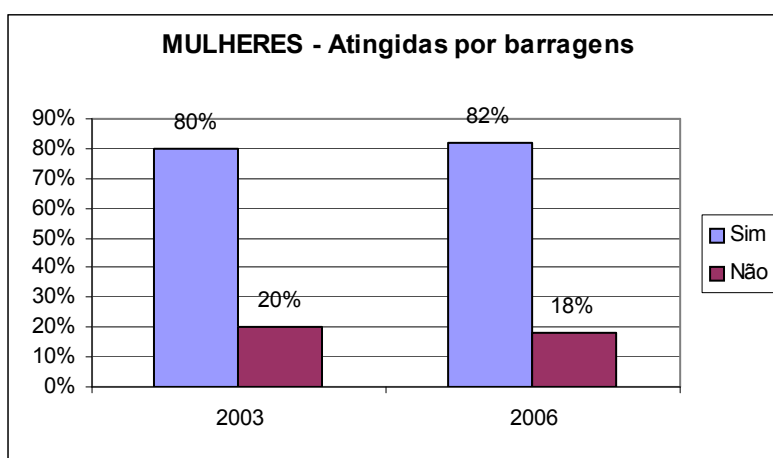


Fonte: Pesquisa direta, Junho/2003 e Março/2006 - IPPUR - UFRJ

Nesse sentido, a análise dos dados demonstra que, enquanto os homens entrevistados moravam, na sua grande maioria, em domicílios rurais, as mulheres entrevistadas exibiam uma maior diversidade domiciliar, abrangendo uma base rural, mas também urbana.

No que se refere ao tipo de atividade exercida por estas mulheres, destacamos que, as de domicílio urbano e conseqüentemente, como pudemos verificar, as mais jovens, se designaram, na sua maioria, como estudantes. No entanto, verificou-se uma separação entre as atividades mencionadas pelas mulheres que se definiram como donas de casa ou domésticas e as que se consideraram agricultoras ou trabalhadoras rurais.

No entanto, tanto as mulheres de domicílios urbanos, quanto as dos rurais, auto-designam-se como diretamente atingidas por barragens. Como podemos verificar, mais de oitenta por cento das mulheres entrevistadas nos dois ENMAB são atingidas por grandes barragens. Estes dados também representam o universo masculino, em que praticamente quase todos os homens entrevistados também afirmaram terem sido diretamente atingidos por estas grandes obras.



Fonte: Pesquisa direta, Junho/2003 e Março/2006 - IPPUR - UFRJ

Este fato torna-se complementar, no que se refere à análise apresentada no terceiro capítulo, sobre a emergência de novos atores sociais brasileiros. Estes novos atores iniciaram a sua luta por condições dignas de sobrevivência, mas também porque sentiam na pele as consequências nefastas das mudanças na paisagem rural brasileira. Neste sentido, diante de uma conjuntura de desigualdades, expropriação e exploração, estas comunidades atingidas organizam-se pelos seus direitos e pela conquista daquilo que lhes foi retirado.

Entre as barragens que mais têm afetado as participantes dos dois Encontros, podemos destacar por região: Norte (Serra Quebrada - Tocantins; Peixe - Tocantins; Nepexe - Tocantins; Caxias - Tocantins; Lajeado - Tocantins; Tucuruí - Pará; Samuel - Rondônia e Complexo Madeira - Rondônia), Centro-Oeste (Canabrava - Goiás; Serra do Facão - Goiás; Serra da Mesa - Goiás; Corumbá IV - Goiás e Manso - Mato Grosso), Nordeste

(Poços - Bahia; Gatos e Sacos - Bahia; Aracaná - Bahia; Lagoa da Torta - Bahia; Poxim - Sergipe; Poximirim - Sergipe; Acauá - Pernambuco; Castanhão - Ceará; Aracuiaba - Ceará e Estreito - Maranhão), Sudeste (Candongá - Minas Gerais; Pirapitinga - Minas Gerais; Aimorés - Minas Gerais; Furquim - Minas Gerais; Jequitai - Minas Gerais; Fumaça - Minas Gerais; Pilar - Minas Gerais; Tijuco Alto - São Paulo) e Sul (Machadinho - Santa Catarina; Campos Novos - Santa Catarina; Itá - Rio Grande do Sul; Foz de Chapecó - Rio Grande do Sul e Barra Grande - Rio Grande do Sul).

Como foi referido no segundo capítulo, a construção destas grandes barragens provocou inúmeras transformações e mudanças de diversas ordens nas comunidades locais. No contexto português, Amaro, ao descrever os processos designados como o Caso de Foz Côa<sup>336</sup>, aponta que um dos maiores argumentos para justificar a implementação desta barragem consistiu na ideia de que este projeto iria trazer desenvolvimento para a região. Segundo o autor, vários outros argumentos foram referidos, relacionados com as transformações que ocorreriam na sociedade local, aumento de emprego, desenvolvimento do turismo, entre outros. No entanto, para o autor, “trata-se de dimensões variadas que direta e indiretamente, remetam para o processo social que se designa normalmente por «desenvolvimento»<sup>337</sup>”.

No entanto, a controvérsia gerada em torno da construção destas grandes obras surgiu, como vimos no primeiro capítulo, associada a uma concepção hegemônica do desenvolvimento, baseada numa visão economicista e industrialista. Este aspecto pode ser entendido se analisarmos o que estes grandes projetos representaram para a vida de milhares de comunidades atingidas. As entrevistas realizadas durante o IIº ENMAB deixam claro o que estas barragens representaram para a vida cotidiana de mulheres e quais foram os seus discursos e práticas face a estes grandes projetos.

---

<sup>336</sup> A polémica sobre a construção da barragem de Foz Côa (Portugal) remonta aos finais de 1994 e 1995, devido à controvérsia pública suscitada pela divulgação da existência de gravuras rupestres no Vale do Côa. Estas gravuras, alegadamente paleolíticas, encontravam-se em risco de submersão pelas águas da barragem que tinha sido aprovada pelo governo, e a qual, após muitos protestos, não foi executada. Neste caso, os protestos abordaram os impactos imateriais que esta barragem poderia ter provocado se tivesse sido construída.

<sup>337</sup> (Amaro, 2001:193).

“O povo brasileiro tem consciência que a política energética foi implementada de forma autoritária e não deu ouvidos às comunidades. Até hoje as populações atingidas não têm participado do processo decisório. Em primeiro lugar, se decide que vai construir a barragem e depois é que as comunidades atingidas ficam sabendo, depois que já está tudo decidido e que já não podemos fazer mais nada” (Maria - participante do MAB - moradora da região Sul - atingida pela barragem de Foz de Chapecó, 15 de Março de 2006).

Muitos autores destacam que, neste processo, as populações atingidas não são ouvidas pelas empresas, nem pelos órgãos governamentais. Apontam que estas não são informadas sobre a implementação desses projetos e conseqüentemente, também não participam dos processos decisórios.

“Na verdade, quando falaram que a barragem estava sendo construída, todo mundo acreditou que ela ia trazer desenvolvimento para a região, ia trazer benefício para as comunidades. O pessoal das empresas não dizia nada, entravam sem pedir pra ninguém, vinham e iam embora (...) Não existiu participação das populações atingidas antes da construção da barragem. A gente precisa lutar antes ou durante a construção, porque depois da barragem pronta é muito difícil. Por mais que a gente lute, o que acontece é que os donos das empresas são mais fortes e a nossa luta não serve de nada” (Daniela - participante do MAB - moradora da região Centro-Oeste - atingida pela barragem de Cana Brava, 16 de Março de 2006).

Quando verificamos os conteúdos dos documentos do próprio MAB, inclusive, o seu material de formação, percebemos que a sua forma de organização tem mudado nos

últimos anos. Nesse sentido, o Movimento defende que a resistência deve ser organizada antes da construção da barragem e que esta se deve constituir num desafio para todas as comunidades atingidas. De acordo com Vainer, a procura de informação, a sua assimilação e difusão tem constituído uma das atividades centrais para as populações atingidas. Assim, o autor descreve que as lideranças do Movimento perceberam que a mobilização das comunidades a favor dos seus direitos, dependia de dois fatores fundamentais: Em primeiro lugar, deveriam ter uma idéia precisa sobre as conseqüências das barragens e em segundo, precisariam ter conhecimento dos seus direitos, seja enquanto proprietários, seja enquanto cidadãos<sup>338</sup>.

“Depois da barragem pronta, toda a gente da minha região foi obrigada a se deslocar para outras localidades. A empresa nunca quis conversar com a gente, nunca existiu diálogo. Como que a gente ia adivinhar o que ia acontecer depois que a barragem ficasse pronta? Todo mundo se sentiu enganado. O discurso das empresas é sempre o mesmo: desenvolvimento, energia mais barata na região, emprego e construção de hotéis. Depois da barragem pronta eles querem fazer acordo, quando a gente já não tem mais o que fazer” (Mirlene - participante do MAB - moradora da região Sul - atingida pela barragem de Machadinho - 16 de Março de 2006).

A partir dos relatos, foi evidenciado que, além da falta de informação no que se refere à construção destes projetos, o valor oferecido pelas empresas para o pagamento de indenizações era inferior ao real valor da terra das populações. Este fato corrobora os autores acima citados, quanto à existência de um verdadeiro impasse entre os interesses destes diversos atores. As populações, na sua grande maioria, afirmam que a sua

---

<sup>338</sup>(Vainer, 1990:22).

participação durante o processo de construção foi inexistente e que o valor das indenizações era inferior àquele pretendido pelas comunidades.

“Não existiu participação antes da construção da barragem. O processo ocorreu depois, com tentativas da empresa de tentar negociar um acordo, mas os atingidos não aceitaram, o valor da terra era muito baixo. Quem permaneceu na região é que passa mais necessidade, pois já não tem mais comércio, amigos, vizinhos, (...) não tem mais nada. Nossa luta é por terra e indenizações e temos que nos organizar e conseguir nossos direitos” (Judite - participante do MAB - moradora da região Centro-Oeste - atingida pela barragem de Caxias, 15 de Março de 2006).

Entre os impactos na região, as mulheres participantes do Iº e IIº ENMAB, destacaram os impactos ambientais, sociais e imateriais. Relataram que as suas cidades ficaram inundadas, assim como o meio ambiente local. As populações em geral descreveram que, além da perda de sua casa, tiveram ainda que conviver com a perda do rio. Nesta perspectiva, constatámos que as populações atingidas sofreram uma grave desilusão, quanto aos impactos destes projetos nas regiões de instalação, referindo que estes trouxeram mais problemas do que soluções. Poucas famílias foram indenizadas e, depois da construção, estes fatores não foram revistos pelas empresas, e muito menos pelo governo.

“Meu maior sonho é que se acabe de uma vez com as barragens. As pessoas que não foram atingidas vivem muito melhor do que nós. Ninguém da região queria a construção da barragem, pois com elas a vida é muito mais difícil. A nossa única saída é lutar para conquistar nossos direitos, o direito de ter uma terra novamente. Eu acredito que um dia conseguirei ter um pedaço de terra e poder plantar sem dar

satisfações a ninguém” (Izabel - participante do MAB - moradora da região Sul - atingida pela barragem de Salto Caxias - 14 de Março de 2006).

Neste processo, a perda material e imaterial destas populações acontece de forma repentina. Como vimos anteriormente, não existe um marco legal que defina com exatidão o “conceito de Atingido(a)”, assim, as empresas apenas reconhecem na área de ocupação aqueles que possuem direitos de propriedade. Neste caso, a discussão realizada no final do segundo capítulo torna-se pertinente, pois como vimos, grande parte destas populações não possuem título de propriedade e por isso, não possuem direitos de reassentamento. Contudo, para Vainer, neste processo, não há população, não há trabalhador ou moradores, há apenas proprietários<sup>339</sup>.

Para as comunidades atingidas, a única forma de conseguir um diálogo com as empresas construtoras é através da pressão. Organizam marchas, manifestações à porta das empresas e acampamentos nas barragens, entre outras formas de protesto. Acreditam que a população não tem ganho nada através do diálogo com as empresas, e que só consegue algo através de muita luta. De fato, nas entrevistas analisadas, a grande maioria das mulheres afirmou que, durante o processo de construção e licenciamento da barragem nas suas regiões, a população não foi consultada e nem participou do processo. Para elas, o diálogo nunca existiu e, em alguns casos, a polícia foi chamada para expulsar as populações.

Como ressaltámos anteriormente, uma das principais discussões do Iº e do IIº ENMAB encontrava-se relacionada com o modelo econômico brasileiro e a sua política energética. Desta forma, as críticas tecidas pela maioria das mulheres remontam à insatisfação destas face à situação política brasileira atual.

---

<sup>339</sup> (Vainer, 1990:21).



“O MAB agora passa por um amadurecimento enquanto movimento, antes era um adolescente e pensava em questões mais imediatas como: «O que você quer da vida?»» (terra, indenizações e reassentamentos). Com o amadurecimento do movimento começa a se formar uma raiz, onde o objetivo maior do movimento passa a ser a construção do socialismo. No entanto, para construir o socialismo, o movimento percebe que não adianta lutar só contra barragens. Não é só o homem que luta, a partir desta idéia começa a construir novos valores, princípios e relações” (Sônia - Coordenadora do MAB - moradora da região Sul - Paraná, 16 de Março de 2006).

No que se refere ao impacto destes projetos nas suas vidas, a grande maioria das mulheres entrevistadas sentiram-se prejudicadas no processo de construção e implementação destes grandes projetos. Acreditam que ambos os gêneros, feminino e masculino, sofrem, reafirmando que as suas atividades se encontram ligadas à agricultura e ao cuidado da casa.

“A construção da barragem representa um estrago na natureza, no meio ambiente em geral. Acaba com as comunidades e distancia as pessoas, pois muitas vão morar em outras regiões e perdem o contato com os antigos moradores e vizinhos. A maior riqueza da minha família era a terra que agora a água alagou. Agora precisamos comprar tudo, e além de perder nosso alimento, perdemos também nossos empregos. A empresa trata as pessoas como se elas fossem ignorantes e não pudessem perceber as coisas. Todos nós sabemos que a miséria começou depois que esta barragem veio para cá” (Lindarci - participante do MAB - moradora da região Sul - atingida por um complexo de três barragens: Campos Novos na região de Celso Ramos - Santa Catarina, 15 de Março de 2006).

Nas entrevistas, as mulheres apontaram que o impacto das barragens nas suas vidas constitui um processo doloroso, pois as suas referências encontravam-se ligadas à casa e à terra. Como vimos anteriormente, a grande maioria destas mulheres desempenham atividades ligadas a estes dois setores. Nesse sentido, acreditam serem mais afetadas do que os homens neste processo, devido ao papel que desempenham na sociedade. São responsáveis pelo cuidado da casa, da família, da alimentação e muitas vezes, pela produção destes alimentos.

“Eu e meus filhos pertencemos à terra, onde a gente plantava fruta, legumes e até vendia alguma coisa, mas a água veio e tomou isso da gente. Agora nós não temos emprego, acabou tudo (...) Meu marido era garimpeiro, mas hoje as pessoas que dependem dos minérios passam necessidade, eles viviam disso e agora não dá mais porque eles não têm as máquinas para retirar os minérios em grandes profundezas. Trabalho agora de doméstica, mas tenho quatro filhos, aluguel para pagar, energia, água, comida, a gente era feliz e não sabia” (Carmelita - participante do MAB- moradora da região Norte - atingida pela barragem de Cana Brava, 14 e Março de 2006).

Do ponto de vista dos impactos destes projetos na sua vida cotidiana, como vimos, estes ocorreram de forma diversa para estas diferentes mulheres. Muitas declararam que, com a perda da casa e da terra, tiveram que viver em casas alugadas e que o rendimento da família não era suficiente para cobrir todas as despesas. Alegavam que sofriam de depressões e que não se conseguiam acostumar a viver longe de parentes e antigos vizinhos.

“O que tenho mais saudade é da minha casa e da minha plantação. Na roça tinha tudo pra comer. A água também era boa, hoje é parada,

poluída e não dá nem para entrar, pois tenho medo de pegar doença. Os pescadores entram e pescam por uma questão de sobrevivência, se não pescar a família morre de fome. Meus pais são velhinhos e antes me ajudavam com a terra, se sentiam úteis, mas agora andam mal de saúde. Agora na cidade eles não têm o que fazer e ficam só vendo televisão (...). Isso tudo por causa da barragem” (Ana Paula - Participante do MAB - moradora da região Sul - atingida pela barragem de Machadinho, 15 de Março de 2006).

As entrevistadas evidenciaram que antes da barragem ser construída, elas não se mobilizavam com grande intensidade e também não participavam ativamente do movimento. Esta participação emerge quando estas mulheres são obrigadas a abandonar as suas casas e terras. A falta de indenizações e reassentamentos torna-se o ponto principal de luta destas populações. Enfatizaram que a maior perda tinha sido a das suas casas, ou como disse Carmelita (atingida pela barragem de Cana Brava - Goiás), “o meu lugar foi inundado<sup>340</sup>”. No entanto, este constituiu apenas um dos muitos elementos do processo de construção da luta destas mulheres. A discussão sobre o “lugar”, efetuada no final do terceiro capítulo, torna-se importante no que se refere à participação destas mulheres na luta. A importância do “seu lugar” pode constituir um dos principais fatores de mobilização e principalmente, de conservação da sua casa, terra e de todas as suas relações de vida.

Neste processo, pareceu-nos unânime a forte identificação que estas mulheres faziam com as suas casas e as atividades que desempenhavam anteriormente à implementações destas obras. Durante as entrevistas, estas mulheres reafirmaram as dificuldades que sentem em sobreviver e em se habituarem a uma vida completamente diferente daquela que levavam. A grande maioria referiu que, antes da barragem, era feliz, mas que, agora, precisa lutar para sobreviver.

---

<sup>340</sup> Entrevista Carmelita (Participante MAB) - 14 de março de 2006.

“Antes eu plantava tudo, cuidava dos filhos, do marido (...) tinha uma vida difícil mas era feliz. O impacto maior da barragem foi na zona dos ribeirinhos, onde os peixes agora acabaram. Meu marido era pescador e agora sem rio nós tivemos que morar na cidade. Grande parte dos antigos moradores de Barro Alto vive agora na mendicância e guardo muitas recordações ruins dos meus familiares que se foram e não tiveram seus direitos respeitados” (Benita - Participante do MAB - moradora da região Norte - atingida pela barragem Serra da Mesa, 15 de Março de 2006).

Desta forma, entendemos que o processo de luta destas mulheres foi construído a partir de uma mudança drástica no seu modo de vida. Destacam que a situação de empobrecimento e de privação de seus direitos, constituiu um dos fatores fundamentais que as levaram a entrar neste conflito e a construírem a sua resistência. Ingressaram na luta pela recuperação de seu patrimônio (material e imaterial), reivindicando-o enquanto direito fundamental para a sua própria sobrevivência.

Cabe agora compreendermos a inserção e ação destas mulheres na luta contra o processo de construção de barragens e perceber como aquelas, com diferenciadas histórias de vida, criaram um movimento de resistência em torno da reconquista de seu patrimônio. Estas questões tornam-se importantes, na medida em que a construção da resistência feminina foi cimentada após o reconhecimento destas mulheres enquanto participantes de um movimento social, mas acima de tudo, enquanto mulheres desapropriadas.

A partir destes relatos, percebemos que esta participação se manifestou de uma forma incipiente, pois as próprias entrevistadas afirmaram que, inicialmente, foram participando em reuniões locais, regionais e, gradualmente, foram conquistando o seu espaço. No entanto, não podemos deixar de destacar que, neste processo, quando estas mulheres decidem participar ativamente do Movimento e se inserem na luta política,

passam a assumir uma “nova identidade”, ou seja, a idéia de pertença a um grupo, que compartilha os mesmos valores e partilha as mesmas responsabilidades.

Quando indagada acerca das suas dificuldades de participação no MAB, a grande maioria destacou que não era bem visto pela sociedade uma mulher participar ativamente de reuniões cuja participação era predominantemente masculina. Apontaram que os próprios homens eram os primeiros a desencorajar e a impedir a sua participação. No entanto, afirmam que a sua inserção foi conquistada com muito esforço, mas que hoje é apoiada e reconhecida pelos homens do Movimento.

O machismo torna-se o principal obstáculo de participação destas mulheres, impossibilitando-as de integrarem ações promovidas pelo Movimento. Esta questão assume grande relevância na maioria dos movimentos sociais, sejam estes urbanos ou rurais. Para as mulheres entrevistadas, o meio rural continua impregnado por esta mentalidade machista por parte dos homens. Neste processo, um dos principais argumentos avançados pelas entrevistadas, mencionou o sistema de dominação das mulheres pelos homens, ao longo da história brasileira.

Estas mulheres referiram-se, na sua grande maioria, ao patriarcado e às suas formas de atribuir distintos papéis sociais às mulheres e aos homens. Destacamos que,

“o termo patriarcado descreve um sistema de organização social, formado a partir de células familiares estruturadas de tal forma que as tarefas, as funções e a noção de identidade de cada um dos sexos estão definidas de uma forma distinta e oposta, sendo estabelecido que as posições de poder, privilégio e autoridade pertencem aos elementos masculinos, quer ao nível familiar, quer ao nível mais lato da sociedade no seu todo<sup>341</sup>”.

Para as participantes do MAB, esta condição social permitiu a exclusão sistemática das mulheres e da sua participação nas iniciativas de mobilização dos movimentos sociais. Apontam que as suas atividades sempre estiveram vinculadas às atividades domésticas e que a sua intervenção política foi inicialmente sancionada pela família e pela sociedade.

---

<sup>341</sup>(Rosenblant, 1994; In Dicionário da Crítica Feminista, 2005:145).

Nesta perspectiva, para as entrevistadas, o patriarcado criou um sistema discriminatório, em que o gênero feminino se restringiu à esfera privada, criando inúmeras exclusões.

Quanto a estes aspectos, a crítica Ecofeminista aponta que, nas suas lutas pela libertação da dominação masculina, as mulheres perceberam que os processos de “modernização, desenvolvimento e progresso” são os responsáveis pela degradação atual. Nesse sentido, também afirmam que a ciência e a tecnologia não são neutras face às questões de gênero. Shiva e Mies destacam que existe uma estreita conexão entre a relação de domínio do homem com a natureza e a exploração e opressão das mulheres pelos homens, a qual impera na maioria das sociedades patriarcais, inclusive nas sociedades industriais modernas<sup>342</sup>.

Para a crítica feminista, o termo patriarcado designa a forma como os privilégios socialmente atribuídos aos homens implicam, necessariamente, a opressão daqueles a quem os mesmos são negados, isto é, das mulheres<sup>343</sup>. Considerado uma construção social, o patriarcado funda e alimenta *relações de gênero* que determinam os papéis sociais e simbólicos atribuídos ao feminino e ao masculino, gerando dicotomias *subalternizadoras* do gênero feminino.

“Eu me sinto muito triste, e às vezes tenho vontade de ir embora e largar tudo (...). Mas vou enfrentar tudo isso, nossa única solução é o MAB e eu não estou participando no Movimento só para mim, mas para os meus filhos, netos e para as crianças da região que não são nem meus parentes. A situação está muito difícil, se não tivesse o MAB a gente estaria passando fome. A nossa luta é pelos nossos filhos” (Simone - Participante do MAB - moradora da região Nordeste - atingida pela barragem do Castanhão, 15 de Março de 2006).

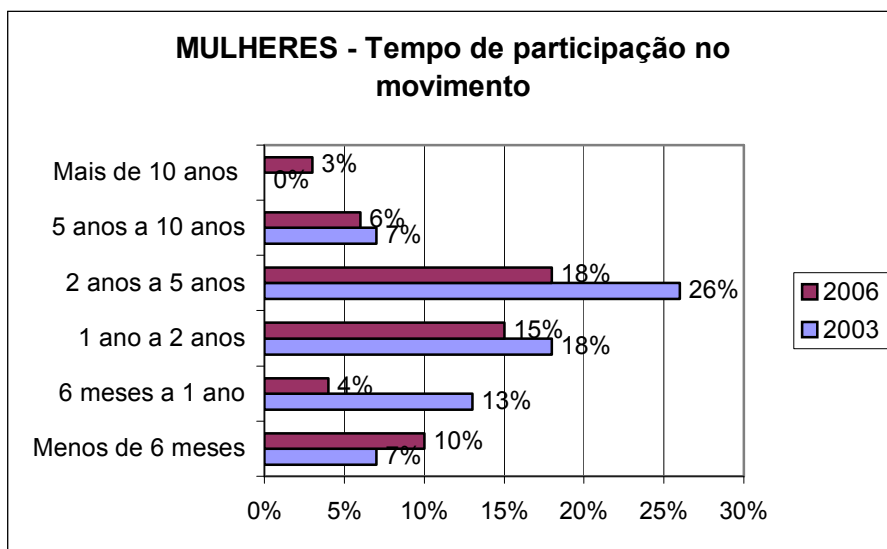
---

<sup>342</sup> (Shiva; Mies, 1993:100).

<sup>343</sup> (Millert, 1970; Humm, 1989 In Dicionário da Crítica Feminista, 2005:145).

As participantes entrevistadas destacaram que, ao longo da história brasileira, estas mulheres travaram uma tripla luta: uma enquanto mulher e mãe, outra enquanto trabalhadora e a última enquanto participante de um movimento social. Sobre a participação feminina no MAB, destacamos que mais de oitenta por cento das mulheres inquiridas nos dois ENMAB participam ativamente do MAB.

No que se refere ao tempo de participação destas mulheres, podemos destacar que a grande maioria das mulheres pesquisadas, já participava no MAB, há pelo menos um ano. Estes dados também se refletem em muitos fatores como: idade, região e escolaridade. O tempo de participação no movimento corresponde à trajetória destas mulheres e a quando foi planejada ou construída a barragem para aquela região.



Fonte: Pesquisa direta, Junho/2003 e Março/2006 - IPPUR - UFRJ

Para a grande maioria das mulheres entrevistadas, a participação integrada entre mulheres e homens constitui-se como um importante instrumento de luta. Acreditam que a participação em reuniões à escala local, regional e nacional consolida a organização do Movimento. Para elas, a grande maioria dos participantes continua a ser composta por homens, mas o número de mulheres, ao longo dos anos, não pára de crescer.

“Na minha região não existe muita mulher, mas em outros municípios a participação feminina é muito grande. As mulheres casadas têm dificuldades em participar, têm que fazer o jantar e cuidar dos filhos. Acho que é por isso que na minha região poucas participam, não querem deixar os filhos com ninguém” (Rosângela - Secretária regional MAB - moradora da região Centro-Oeste - atingida pela barragem de Manso, 15 de Março de 2006).

A percepção das mulheres em relação à participação feminina no MAB muda de acordo com a região de onde elas são provenientes. De um modo geral, elas têm consciência de que não são a maioria no Movimento, nem nas reuniões regionais, mas que já representam uma parte significativa do mesmo. Elas afirmam que o MAB não luta somente por terra, e sim pelos direitos de todas as famílias. Destacam que, inicialmente, a luta é construída em torno das indenizações e reassentamentos, mas depois, ganha outras proporções e transforma-se numa luta nacional contra barragens.

“A luta é por justiça, meio ambiente, água, energia e muitas outras questões. A barragem simboliza a destruição da natureza e o deslocamento das famílias. O MAB luta pelos direitos da família, pois nós dependemos da floresta e da agricultura para sobreviver. Na minha região, a maioria das populações atingidas foi-se embora, tentar a vida na periferia dos centros regionais” (Leonete - participante do MAB - moradora da região Norte - atingida pela barragem de Tucuruí, 16 de Março de 2006).

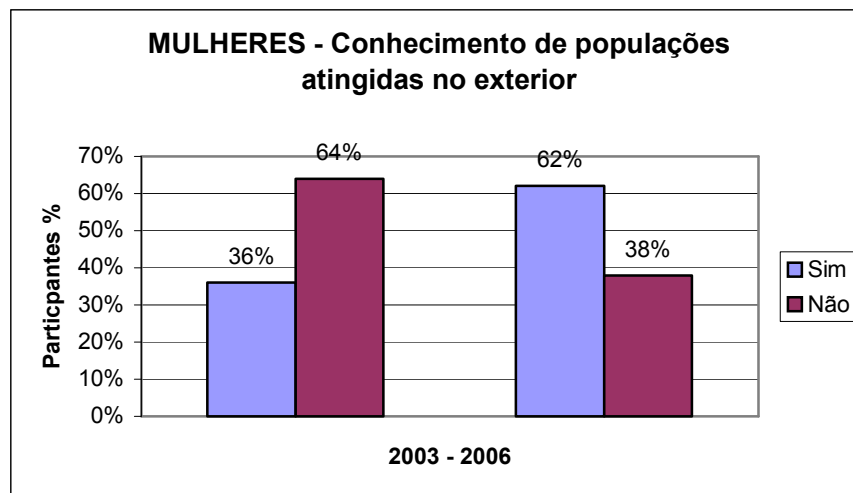
Elas acreditam que o MAB se caracteriza como um movimento misto, mas que o papel das mulheres na luta contra barragens é muito importante. Algumas destacaram que, apesar do seu número ter aumentado muito nos últimos anos, os líderes continuam a ser homens.



“Dizem alguns homens que a mulher enxerga diferente, por exemplo: um homem quando olha, vê uma árvore, já a mulher vê uma floresta. Ela questiona muito mais, e desconfia muito mais que o homem, talvez por medo ou preocupação daquilo que pode existir diante do não planejado. As mulheres começam agora a participar muito e assumir as lideranças, (...) e aí o MAB está fazendo as cirandas para que as famílias possam deixar as crianças e participar mais ativamente” (Sônia - Coordenadora do MAB - Paraná, 16 de Março de 2006).

Como já referimos anteriormente, as diretrizes internas do movimento nos últimos anos têm favorecido a participação das mulheres, e também a ocupação de cargos por parte das mesmas. Toda as regiões têm de impreterivelmente ter um homem e uma mulher como coordenadores regionais. As entrevistadas destacaram que, de uma forma geral, as mulheres da região Sul representam mais de metade dos participantes nas reuniões locais e regionais. Para elas, a luta das mulheres reveste-se de tanta importância quanto a da luta dos homens, pois lutam lado a lado.

Além da ênfase da participação feminina no MAB, analisámos também a importância da coligação entre movimentos sociais brasileiros, mas principalmente da união entre o MAB e os movimentos de luta contra barragens em outros países. Esta questão torna-se especialmente importante, no que se refere à participação de quatro delegações latino-americanas (Argentina, Venezuela, Nicarágua e Bolívia) durante o evento, assim como à luta, por nós já mencionada, fundada por comunidades de atingidos na Índia e na Tailândia.



Fonte: Pesquisa direta, Junho/2003 e Março/2006 - IPPUR - UFRJ.

No entanto, menos de vinte por cento das mulheres pesquisadas conseguiram citar um país estrangeiro afetado pela construção de grandes barragens durante o Iº ENMAB, pois a grande maioria das mulheres desconhecia a existência de países onde as suas populações também sofressem as consequências advindas das grandes barragens. No entanto, no IIº ENMAB, devido principalmente ao fato de as populações atingidas de outros países participarem e relatarem as suas experiências no encontro, as mulheres tiveram um maior conhecimento da situação de outros países afetados. Neste sentido, destacaram: a Tailândia, Guatemala, Bolívia, Índia e Colômbia.

Esta questão reveste-se de especial importância, na medida em que o movimento indiano NBA unifica a luta das mulheres contra as grandes barragens, como algo que inclui a opressão das mesmas e da natureza. Constatar que estas participantes do Movimento brasileiro não tinham, até àquela data, qualquer noção de que mulheres de outros países travavam as mesmas lutas, foi para nós surpreendente.

As semelhanças existentes entre as lutas travadas e, principalmente, entre os impactos causados pelas grandes barragens na vida das comunidades de outros países, não eram conhecidas por praticamente todas as mulheres entrevistadas, apesar de o MAB se encontrar envolvido nestas questões e ter sediado o Iº Encontro Internacional de Atingidos por Barragens, na cidade de Curitiba, no ano de 1997. As participantes entrevistadas

também desconheciam a existência da Comissão Mundial de Barragens e o fato de esta incluir um capítulo sobre as desigualdades de gênero no processo de construção de barragens.

No que se refere ao Ecofeminismo, as mulheres entrevistadas também não possuíam qualquer referência sobre esta corrente de pensamento. Nesta perspectiva, podemos destacar que, durante a pesquisa bibliográfica, se constatou que poucas organizações ou movimentos sociais brasileiros se preocupam em estabelecer relações com o Ecofeminismo, seja na teoria, ou na prática.

Para o Movimento de Atingidos por Barragens brasileiro, o Ecofeminismo ainda é uma corrente teórica incipiente, desconhecida pela maioria das participantes do MAB. Estas participantes relatam que as mulheres dos países do Sul vivem numa economia de subsistência e dependem da natureza para a sua sobrevivência. Elas reconhecem-se como as maiores vítimas da crise ambiental no Brasil, pois são as primeiras a sentirem o reflexo da diminuição da qualidade de vida causada pela escassez dos recursos naturais.

A preocupação destas mulheres gira em torno da terra, das suas casas, dos rios e não se consideram mais afetadas por terem uma relação mais profunda com a natureza. Acreditam que as suas responsabilidades na agricultura e na gestão da casa as aproximam mais do meio ambiente, mas acreditam que os homens e as mulheres sofrem de forma igual a perda de seu patrimônio material e imaterial. Se analisarmos as percepções do movimento em relação ao Ecofeminismo, perceberemos uma aproximação com a corrente Construtivista, em que a relação profunda da maioria das mulheres com a natureza não surge associada a características próprias do sexo feminino.

As mulheres brasileiras que integram este movimento organizaram-se em defesa do seu patrimônio e principalmente, pelos seus direitos de gênero e de atingidas por barragens. Neste conflito, estas mulheres enfatizaram, por um lado, a presença feminina mobilizada contra as grandes barragens e, por outro, este movimento social como sujeito, no processo de formação da identidade da mulher deslocada da sua terra.

Nesse sentido, como tivemos oportunidade de analisar, a organização do Movimento brasileiro de resistência à construção de barragens foi caracterizada por homens e mulheres. Nessa luta, ambos os gêneros protagonizaram avanços e conquistaram espaços de emancipação. Vivendo o cotidiano dos impactos destes grandes projetos, estas protagonistas acabaram por engendrar a sua resistência, mas principalmente, a sua existência enquanto mulheres e participantes de um movimento social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises desta dissertação procuraram evidenciar, através de um estudo de caso, as consequências do processo de construção de grandes barragens, as quais afetaram diretamente diversas comunidades atingidas, e especificamente, a vida cotidiana das mulheres envolvidas. Partindo deste objetivo, utilizámos como referência uma reflexão sobre as controvérsias e os conflitos ocasionados por estes grandes empreendimentos e o papel que estas populações desempenharam no decurso da destruição do seu patrimônio material e imaterial acumulado ao longo de diversas gerações. Nesse sentido, a análise do processo de implementação destas grandes obras no Brasil, tal como em muitos países do Sul, constituiu um exemplo paradigmático de como estes projetos ainda hoje representam um campo de diferenciados conflitos, cujo debate não diz respeito somente à implementação destas obras, mas ao próprio significado e propósito do desenvolvimento e dos caminhos para o promover.

De fato, o debate estabelecido não correspondeu somente aos impactos sociais, ambientais e imateriais decorrentes da construção destas obras, mas, principalmente, aos discursos e às práticas norteadoras da defesa e do fomento destes projetos hídricos mundo a fora, evidenciando uma temática que envolveu processos conflituosos que corresponderam ao passado, ao presente, mas acima de tudo, ao futuro. Os projetos de Itaparica, Chicosén, Yacyretá, Sobradinho, Pak Mun, Itaipu, Sardar Sarovar, entre outros, representaram embates que pertencem ao passado e marcaram conflitos e atos de resistência. No futuro, o projeto para o rio Sabor, a transposição do rio São Francisco e a barragem de Três Gargantas, continuarão a inspirar incerteza quanto aos seus impactos para o meio ambiente, mas acima de tudo, para as populações afetadas.

Contudo, não poderíamos deixar de salientar a importância do Brasil neste processo, já que este país foi um dos que mais investiu neste tipo de empreendimento, principalmente na década de setenta. Como tivemos oportunidade de analisar ao longo

deste trabalho, estes projetos foram personificados como símbolos de modernização e tornaram-se essenciais, não só para o desenvolvimento industrial, agrário e urbano, como também para a própria edificação da nação brasileira. Esta política incrementada pela visão desenvolvimentista engendrada pela ditadura militar, foi responsável pela construção de barragens, mas também de pontes, rodovias, usinas nucleares, entre outros projetos considerados necessários para a infra-estrutura nacional. No campo do planejamento urbano e regional, estes grandes projetos de desenvolvimento, e em especial as barragens, desempenharam um papel importante na estruturação dos espaços locais e regionais.

No entanto, mesmo reconhecendo as suas diversas utilidades e a sua importância para a produção de energia hídrica, também pretendemos destacar, além do seu desempenho, os seus impactos daí decorrentes. Este modelo de energia hídrica foi responsável por inúmeros benefícios, mas também foi caracterizado por desequilíbrios ambientais e sociais, induzindo-nos a questionar a forma como foram implementados e quais os setores da sociedade que estas grandes obras acabaram por beneficiar.

Desta forma, questionar o papel dos grandes projetos hídricos correspondeu a questionar a própria estrutura de desenvolvimento adotada pelo Brasil, e a sua conjuntura latino-americana. Em termos de debate político, apontamos que a energia hídrica produzida nas grandes barragens foi defendida como uma nova riqueza para a indústria, ao possibilitar a transformação de matéria prima em mercadoria, produzindo um maior dinamismo no mercado e na criação de emprego. Com efeito, este desenvolvimento é por nós reconhecido, mas também debatido, na medida em que não conseguiu atingir todos os setores da sociedade brasileira e causou a exclusão de populações marginalizadas e esquecidas pelo governo.

Nesta perspectiva, ao analisar os investimentos realizados neste setor e as suas consequentes implicações, percebemos que o discurso do desenvolvimento se encontrava no cerne destes projetos. Contudo, observamos que, ao invés da redução das disparidades regionais, esta política foi espacialmente concentradora e social e politicamente

excludente. Esta constatação confirma a nossa primeira hipótese de que estes projetos exerceram graves efeitos sociais e ambientais sobre as regiões de implementação, e que o conceito de desenvolvimento e a sua conseqüente idéia de “progresso”, acabaram por não satisfazer as necessidades de populações historicamente subjugadas.

De fato, a controvérsia gerada em torno da construção de grandes barragens constituiu-se, sem dúvida, num dos espaços privilegiados de debate na sociedade brasileira, permitindo o questionamento da inevitabilidade destes objetos técnicos, possibilitando alargar os termos das discussões para além das opções exercidas pelas hidroelétricas, promovendo as energias alternativas e incentivando a sua investigação. Nesse sentido, a questão das barragens tem conferido protagonismo, no contexto histórico brasileiro e mundial, a atores, os quais ao lutarem contra a expropriação, acabaram por edificar novos elementos de debate sobre o tema do desenvolvimento.

Nos últimos anos, estes atores atuaram em diversos âmbitos, locais, regionais, nacionais e ultimamente, internacionais, manifestando a sua oposição face às políticas implementadas pelo setor elétrico, reivindicando a sua conseqüente democratização, e intensificando o debate sobre a proteção ambiental e os impactos destes projetos. Com efeito, tratou-se de um movimento que exprimiu a sua oposição, ainda que limitada na sua expressão, no que se refere ao diálogo entre as empresas e as populações atingidas.

No Brasil, este movimento nasce no período de democratização e emergência de novos movimentos sociais no país. Neste sentido, o movimento de atingidos procurou, desde o seu início, instaurar um debate sobre as alternativas para a geração e distribuição de energia. Contudo, não se tratou somente de uma luta de camponeses, pois, apesar de as populações rurais constituírem a base social fundamental do movimento, este também envolveu outros setores sociais interessados na contestação do modelo energético vigente.

O significado político desse embate não pode ser reduzido ao esforço destas populações de permanecerem na terra ou mesmo de obterem indenizações ou reassentamentos. A resistência das comunidades atingidas contém elementos de defesa de

um modo de vida e de uma relação econômico-cultural com o espaço ambiental, sustentados pela manutenção de valores e relações sociais. Estas comunidades, quando lutam contra o processo de construção de barragens, certamente não se referem a uma obra de engenharia ou ao desenvolvimento tecnológico, mas antes, questionam o processo social e econômico, cuja lógica condena estas populações a serem subjugadas pelo “desenvolvimento”.

Como foi analisado, o resultado da implementação destes projetos acabou por ocasionar impactos consideráveis na qualidade de vida das mulheres envolvidas. Quanto a este aspecto, destacamos que a própria Comissão Mundial de Barragens reconheceu que os impactos relativos a estes grandes projetos causaram danos gravíssimos na vida das mulheres envolvidas e nas relações entre os gêneros. Esta associação entre a degradação ambiental e a subsequente perda de qualidade de vida manifestou-se a partir dos relatos e desabafo efetuados por essas mulheres durante os encontros do Movimento, validando a nossa segunda hipótese.

A pertinência de empreender tal questionamento configurou a nossa terceira hipótese, a qual postulou que estas mulheres desempenharam, no início do movimento, um papel incipiente, não tendo participado de forma efetiva na luta contra o processo de construção de barragens. De forma geral, este processo edificou-se a partir das perdas materiais e imateriais dessas mulheres, convergindo numa tripla luta feminina, enquanto mães e responsáveis pela família, e também como participantes de um movimento social. De fato, estas mulheres construíram espaços de sobrevivência a partir do processo de expropriação, congregando formas de mobilização contra os deslocamentos forçados. Neste sentido, a reconquista do seu território significou a conquista da cidadania, a construção e o resgate da identidade da mulher atingida por barragens, e a criação de novos espaços sociais.

Como pudemos verificar, estas mulheres consideram ter sido tão prejudicadas neste processo como os homens, mas afirmam que, devido às suas atividades produtivas



relacionadas com a terra e a casa, se constituem como peças fundamentais nesta luta. Assim, as comunidades desterritorializadas constroem a sua luta, sendo motivadas pelas transformações sofridas no seu cotidiano, cuja realidade pertence ao universo masculino e feminino.

Participando dessa luta e partilhando a mesma realidade e o mesmo passado, pautado pelo conflito inicial e pela tentativa de resgate dos seus modos de vida ligados à natureza, estes homens e mulheres, oriundos de diversos estados brasileiros, são movidos pelo desejo de se criar uma sociedade em que os interesses econômicos não subjuguem o bem estar e o meio ambiente de um conjunto subalternizado de atores da sociedade brasileira. Destacamos, portanto, que a organização e a luta pela conquista da terra se alicerçam na criação de uma identidade social e de uma situação de vida que abrangeu todas as populações afetadas.

No caso específico feminino, esta luta não foi engendrada por princípios fundadores do Ecofeminismo, mas sim pela sua própria sobrevivência. Este fato constitui o núcleo da nossa quarta hipótese pois, tal como tínhamos previsto, o processo de construção do movimento brasileiro de resistência feminina não foi marcado pelos mesmos princípios fundadores das lutas indianas, mais precisamente, do NBA, os quais associam o processo de exclusão da mulher à degradação ambiental resultante dos impactos ocasionados por estes grandes projetos. Constatamos que a totalidade das participantes no IIº ENMAB desconhecia a existência da corrente Ecofeminista fundadora das lutas contra barragens na Índia, como também ignorava que a Comissão Mundial de Barragens tivesse produzido um capítulo inteiro dedicado aos impactos diferenciados destes projetos na vida das mulheres e dos homens.

No contexto interno da luta travada pelo MAB, encontramos o homem, a mulher e a família, lutando lado a lado, em nome dos mesmos ideais e princípios. O papel da mulher neste processo ganha uma relevância acrescida nos dias de hoje, dado ela ter conseguido superar os preceitos que norteiam a organização patriarcal familiar, os quais a forçavam a

desempenhar, desde sempre, o papel de dona de casa e de protetora da família. Essas mulheres, as quais emergem aqui como objeto central desta pesquisa, romperam com a lógica e herança patriarcais, desempenhando inúmeras funções no seio da organização e batalhando lado a lado com os seus companheiros contra o processo de barragens, e pela consolidação da sua identidade enquanto participantes de um movimento social.

O presente debate prestes a ser concluído empreendeu um esboço da luta das comunidades atingidas por barragens, mas principalmente, do seu reconhecimento. A pertinência deste estudo poderá residir na possibilidade de termos prestado algum tipo de contribuição para o debate de um discurso que se revelou como excludente e desatento às especificidades das populações dos países do Sul. Esta análise visa contribuir para que o discurso do “desenvolvimento, progresso e ciência”, edificado ao longo da história latino-americana, seja destituído do seu estatuto de paradigma a ser alcançado, o qual sempre se revela posteriormente como um caminho doloroso a ser percorrido.

## BIBLIOGRAFIA

ACSELRAD, H (2004), “As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais”, In: Conflitos ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: RELUME DUMARÁ.

ACSELRAD, H; VIEIRA, L; GUARANY, R (1993), Ecologia - direito do cidadão. Rio de Janeiro: Gráfica JB.

ACSELRAD, H (1991), “Planejamento autoritário e desordem socioambiental na Amazônia: crônica do deslocamento de populações em Tucuruí”, In: Revista Administração Pública, n.º 25. Rio de Janeiro.

AMARO, R, (2001), “Opções, estratégias e atores de desenvolvimento em confronto no caso Foz Côa”, In: Gonçalves, M (Cord.). O caso de Foz Côa: um laboratório de análise sócio-política. Lisboa: Edições 70.

ARRIGHI, G (1998), A ilusão do desenvolvimento. Rio de Janeiro: Editora Vozes.

BARROS, J; SYLVESTRE, M (2004), Atingidos e barrados - As violações de direitos humanos na hidrelétrica na Candonga. Rio de Janeiro: Justiça Global; Ponte Nova, MG: MAB.

BECKER, K (1990), Amazônia. São Paulo: Ática.

BREDARIOL, C; VIEIRA, L (1998), Cidadania e política ambiental. Rio de Janeiro: Editora RECORD.

BRESSER-PEREIRA, L (2004), O conceito de desenvolvimento do ISEB rediscutido, In: Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol.47, nº1.

CADERNO PEDAGÓGICO (2005), A Educação no Movimento dos Atingidos por Barragens. Brasília.

- CASTELLS, M (2000), O Poder da Identidade. São Paulo: Paz e Terra.
- CASTELLS, M (1980), Cidade, democracia e socialismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- CASTELLS, M (1974), Movimientos sociales urbanos. Madri: Siglo XXI.
- CASTRO, J (1971), A estratégia do desenvolvimento. Lisboa: Editora - Seara Nova.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA - CPT (1992), Conflitos no campo - Brasil - 1991. Goiânia: Edições Loyola.
- ECO, U (2005), Como se faz uma tese. São Paulo: Perspectiva.
- ESCOBAR, A (1995), Encountering development - the making and unmaking of the third world. Princeton: Princeton University Press.
- ESCOBAR, A (1993), “El lugar de la naturaleza y la naturaleza del lugar: globalización o posdesarrollo?”, In: Lander, E. (compilador). La Colonialidad del Saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO.
- ESCOREL, S (1997), “Exclusão social no Brasil contemporâneo: um fenômeno sócio-cultural totalitário?”, In: Roseta, M; Clitia, M H.B: Exclusão social urbana do Sul. VII Encontro Nacional da ANPUR, vol.2, Recife, Maio.
- ESTEVA, G; SACHS, W (2003), Des ruines du développement. Paris: Le Serpent à Plumes.
- ESTEVA, G (2000), Desenvolvimento, In: Sanches, W. (edit.). Dicionário do Desenvolvimento: Guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Editora Vozes.
- FAHEY, C; LANGHAMMER, P (2005), “Impactos das represas na biodiversidade da Mata Atlântica”, In: Galindo-leal, C; Câmara, I (edit.). Mata Atlântica - Biodiversidade, Ameaças e perspectiva. Belo Horizonte: Centro de Ciências Aplicadas à Biodiversidade.
- FERNANDES, J (2004), Território, desenvolvimento e áreas protegidas - A rede nacional de áreas protegidas e o caso do parque natural das serras de Aire e Canddeiros. Tese de Doutorado, Faculdade de Letras Universidade de Coimbra.

FLORES, M (2003), “A construção social de territórios e a globalização”, In: Revista Eletrônica dos Pós- Graduados em Sociologia Política da UFSC . Vol.1 nº1 (1), Agosto-Dezembro.

FURTADO, C (1996), O mito do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

FUCHS, W (1990), “Organizar o imprevisível? Metodologia da luta contra Itaipu”, In: Revista Proposta n.º 46 Setembro. Rio de Janeiro: Fase.

GALEANO, E (1996), Las Venas Abiertas de América Latina. Madrid: Siglo Veintiuno.

GAUDEMAR, J (1977), La mobilisation générale. Paris : Editions du Cham Urbain.

GERMANI, G (2003), Expropriados terra e água. O conflito de Itaipu. Salvador: EDUFBA/ULBRA.

GOHN, M (2002), Teoria dos movimentos sociais. São Paulo: Edições Loyola.

GOHN, M (1997), Os sem-terra, ONGs e cidadania. São Paulo: Cortez.

GOHN, M (1995), Movimentos e lutas sociais na história do Brasil. São Paulo: Loyola.

GOLDENBERG, M (2000), A arte de pesquisar: como fazer uma pesquisa qualitativa em ciências sociais. Rio de Janeiro: Record.

GONÇALVES, C (2006), “Violência e democracia no campo brasileiro”, In: Revista Crítica de Ciências Sociais n.º 75.

GONÇALVES, C (1990), “Impacto ambiental e regime político”, In: Hidrelétricas, Ecologia e Progresso. Rio de Janeiro: CEDI.

GOSS, K; PRUDENCIO, K (2004), O Conceito de Movimentos Sociais Revisitado. Rio de Janeiro: Revista Eletrônica dos Pós-Graduados em Sociologia Política da UFCS - TESE - Vol. 2, nº1 (2), Janeiro - Julho.

HABERMAS, J (2006), Técnica e ciência como “ideologia”. Lisboa: Edições 70.

HADDAD, R (1989), *Economia Regional - Teoria e Métodos de Análise*. Fortaleza: BNB.

HERCULANO, S (1992), “Do desenvolvimento (in) suportável à sociedade feliz”, In: Goldenberg, M. (org.). *Ecologia, Ciência e Política*. Rio de Janeiro: Revan.

HIDALGO, N (2002), *La Degradación medioambiental y los desplazamientos de población*. Oficina do Centro de Estudos Sociais, n.º 170 Março.

HIRSCHMANN, A (1969), *Projetos de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora ZAHAR.

HOUTZAGER, P (2004), *Os Últimos Cidadãos. Conflito e modernização no Brasil rural (1964 - 1955)*. São Paulo: Editora Globo.

ICOLD - Comissão Internacional de Grandes Represas - [www.icold-cigb.org](http://www.icold-cigb.org)

IRN - International Rivers Network- [www.irn.org](http://www.irn.org)

JORNAL COURRIER INTERNACIONAL (2006), N.º 56 - 28, Maio.

JORNAL DO MAB (2004), N.º 21, Janeiro - Ano 4.

KOTHARI, S (1993), *Barragens do rio Narmada: um apelo à consciência*. Rio de Janeiro: Cadernos IPPUR.

LAGE, A (2005), *Lutas Por Inclusão nas Margens do Atlântico: Um estudo comparado entre as experiências do Movimento sem Terra/ Brasil e da Associação In Loco/Portugal*. Tese de Doutorado. Coimbra: Universidade de Coimbra.

LAKATOS, E; MARCONI, M (1992), *Metodologia Científica*. São Paulo: Editora ATLAS.

LAKATOS, E; MARCONI, M (1995), *Metodologia do Trabalho Científico*. São Paulo: Editora ATLAS.

LEFF, E (2000), *Saber Ambiental: sustentabilidad, racionalidad, complejidad, poder*, Ciudad de México: Siglo XXI.

LEFF, E (2004), Racionalidad Ambiental. La reapropiación social de la naturaleza. Ciudad de México: Siglo XXI.

LEIS, H (1999), A modernidade insustentável. Rio de Janeiro: Editora Vozes.

LEMOS, C (1996), Planejamento Governamental e Energia: da Missão Cooke ao Grupo Misto CEPAL/BNDE. Relatório de Pesquisa para o CNPq, Rio de Janeiro: ETTERN/IPPUR.

LIMA, L; CABRAL, M; VALA, J (2004), Ambiente e desenvolvimento. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

MARTINS, J (1993), A chegada do estranho. São Paulo: HUCITEC.

MACEDO, G; AMARAL, A (2005), Dicionário da crítica feminista. Porto: Edições Afrontamento.

MCCULLY, P (2004), Ríos silenciados. Ecología y política de las grandes represas. Argentina: Proteger Ediciones.

MELUCCI, A (2001), A invenção do presente. Rio de Janeiro: Editora Vozes.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS - MAB (2006), A luta e organização do MAB. Material referente ao IIº Encontro do Movimento de Atingidos por Barragens.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS - MAB (2005), Manual do atingido. Rio de Janeiro: ETTERN/IPPUR/UFRJ.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS - MAB (2004), Caderno sobre a crise do modelo energético N°6.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS - MAB (1997), Relatório sobre o Iº Encontro Internacional de Povos Atingidos por Barragens.

NOSSO FUTURO COMUM - Relatório Brundtland (1988). *Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas.

NUNES, A; MATIAS, M (2003), Controvérsias científicas e conflitos ambientais: o caso da co-incineração de resíduos industriais perigosos. Revista Crítica Ciências Sociais, nº65.

OFFE, C (1992), Capitalismo desorganizado. São Paulo: Brasiliense.

OFFE, C (1988), Partidos políticos e nuevos movimientos sociales. Madrid: Sistema.

OLIVEIRA, F (1994), Estado, sociedade, movimentos sociais e políticas públicas no limiar do século XXI. Rio de Janeiro: FASE.

OLIVEIRA, G (2002), Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. Revista da FAE, Curitiba, v.5, n.2, maio/agosto.

POMIER, P (1997), Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: evolução de um conceito ? Rio de Janeiro: Revista Proposta, FASE.

RAFFESTIN, C (1993), Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática.

REIS, J (1998), Por uma cultura do território: notas sobre o processo de regionalização (1995-1998). Oficina do Centro de Estudos Sociais - CES n.º 111, Abril.

RELATÓRIO - Banco Mundial - [www.worldbank.org](http://www.worldbank.org)

RELATÓRIO - World Commission on Dams - [www.dams.org](http://www.dams.org)

RIST, G (2001), Le Développement - Histoire d'une croyance occidentale. Paris : Presses de Sciences PO.

RIBEIRO, G (2005), Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento. Revista Série Antropologia N.º 383, Brasília.

RODRIGUES, E (1995), Os movimentos sociais e o associativismo ambientalista em Portugal. Coimbra: Oficina do Centro de Estudos Sociais N.º 60.

ROY, A (2001), Pelo Bem Comun. Edições Asa.

ROSA, P (1988), Impactos de grandes projetos hidrelétricos e nucleares. Aspectos econômicos e tecnológicos, sociais e ambientais. São Paulo: Editora Marco Zero.



ROUTLEDGE, P (2003), Voices of the dammed: discursive resistance amidst erasure in the Narmada valley, India. Political Geography, 22 (243-270).

SACHS, I (1992), “Qual o desenvolvimento para o século XXI?”, In: Barrère, M. (coordenação). Terra, patrimônio comum. A ciência a serviço do meio ambiente e do desenvolvimento. São Paulo: Nobel.

SACHS, I (1986), Ecodesenvolvimento crescer sem destruir. São Paulo: Vértice.

SACHS, I (1980). Stratégies de l’ecodéveloppement. Paris: Ouvrières.

SACHS, W (2000), Dicionário do desenvolvimento: Guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Editora Vozes.

SANTOS, B (2006), Conocer desde el Sur Para una cultura política emancipatoria. Lima: Fondo Editorial de la Facultad de Ciencias Sociales - UNMSM/ Programa de Estudios sobre Democracia y Transformación Global.

SANTOS, B (2005), O fórum social mundial - Manual de uso. Porto: Edições Afrontamento.

SANTOS, B (2004a), Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais. Porto: Afrontamento.

SANTOS, B (2004b), Reconhecer para libertar - Os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

SANTOS, B (2003a), Produzir para viver - Os caminhos da produção não capitalista. Porto: Edições Afrontamentos.

SANTOS, B (2003b), Democratizar a democracia - Os caminhos da democracia participativa. Porto: Edições Afrontamento.

SANTOS, B (2003c), Conhecimento prudente para uma vida decente. Um discurso sobre as ciências Revisitado. Porto: Edições Afrontamento.

SANTOS, B (2001a), Globalização fatalidade utopia. Porto: Edições Afrontamento.

SANTOS, B (2001b), “El significado político y jurídico de la jurisdicción indígena”. In: Santos, B; Villegas, M (eds.) El caleidoscopio de las justicias en Colombia - Tomo II. Bogotá: Siglo del Hombre Editores.

SANTOS, B (2001c), Entre ser e estar - Raízes, percursos e discursos da identidade. Porto: Afrontamento.

SANTOS, B (2001d), Los nuevos movimientos sociales. Revista del Observatório Social de América Latina - OSAL.

SANTOS, B (2000), A crítica da razão indolente: Contra o desperdício da experiência. Porto: Edições Afrontamento.

SANTOS, M (2005), “O retorno do território”, In: Territorio y movimientos sociales. OSAL (Observatório Social da América Latina) Ano VI Nº16 (Enero-Abril). Buenos Aires: CLACSO.

SANTOS, M (2000), Por uma outra globalização - do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record.

SANTOS, M (1996), Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. São Paulo: Editora HUCITEC.

SANTOS, M (1987), O espaço do cidadão. São Paulo: Nobel.

SBERT, J (2000), “Progresso”, In: Sanches, W (edit). Dicionário do Desenvolvimento: Guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Editora Vozes.

SEVÁ, A (1990), “Quem inventa o pânico, que se explique, quem sofre a ameaça que se organize...” , In: Hidrelétricas, Ecologia e Progresso. Rio de Janeiro: CEDI.

SHERER-WARREN, I (2005), Redes de Movimentos Sociais. São Paulo: Edições Loyola.

SHIVA, V (2002), Water wars. Privatization, Pollution and Profit. London: Pluto Press.

SHIVA, V (2001), Biopirataria. Petrópolis: Vozes.

- SHIVA, V; MIES, M (1993), Ecofeminismo. Lisboa: Instituto Piaget.
- SHIVA, V (1991), Abrazar a vida: mujer, ecologia e supervivencia. Montevideo: ITEM - Instituto del Tercer Mundo.
- SIGAUD, L (1988), Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos: as barragens de Sobradinho e Machadinho. Rio de Janeiro: Museu Nacional- UFRJ.
- SOUZA, C (1990), “O sertão virou mar: a luta em Itaparica”, In: Barragens - A questão ambiental e luta pela terra. Revista Proposta. Rio de Janeiro: FASE, n.º 46 Setembro.
- SOUZA, M; SANTOS, M (2002), Território: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec.
- SOUZA, H (1996), A parte do diabo. Rio de Janeiro: IBASE ([www.ibase.org.br](http://www.ibase.org.br)).
- TORGGLER, S (2005), “Perpetuação do assistencialismo”, In: Revista Democracia Viva n.º 27 Junho/Julho. Rio de Janeiro: IBASE.
- TOURAINÉ, A (1998), Iguais e diferentes: podemos viver todos juntos?. Lisboa: Instituto Piaget.
- TOURAINÉ, A (1978), Le voix et le regard. Paris: Seuil.
- TOURAINÉ, A (1970), A sociedade pós- industrial. Lisboa: Moraes.
- UNESCO (2003), Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural e Imaterial. Paris: UNESCO.
- VAINER, C (2002), “Deslocamentos compulsórios, à livre circulação: elementos para um reconhecimento teórico da violência como fator migratório”, In: Transições Migratórias. Fortaleza: Edições IPLANCE.
- VAINER, C (2001), Building Transnational Civil Society: notes from the periphery. Harvard University: Cambridge.

VAINER, C (1993), “Planejamento e questão ambiental: qual é o meio ambiente que queremos planejar”, In: Encruzilhada das modernidades e planejamento. V Encontro Nacional da ANPUR. Belo Horizonte.

VAINER, C ; ARAÚJO, F (1992), Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional. Rio de Janeiro: CEDI.

VAINER, C ; ARAÚJO, F (1990), “Implantação de grandes hidrelétricas: estratégias do setor, estratégias das populações”, In: Travessia: Revista do Migrante. Ano II, Nº 6, Janeiro /Abril. São Paulo.

VEIGA, J (2005), Desenvolvimento sustentável. Desafio para o século XXI. Rio de Janeiro: Garamond.

VIANNA, A (1989) Hidrelétricas e meio ambiente - Informações básicas sobre o ambientalismo oficial e o Setor Elétrico no Brasil. Rio de Janeiro: CEDI.

VIANNA, A (1990), “O movimento de Atingidos por Barragens e a questão ambiental”, In: Revista Proposta. Barragens - A questão ambiental e luta pela terra. Rio de Janeiro: FASE, n.º 46 Setembro.

VIANA, R (2003), Grandes barragens, impactos e reparações: um estudo de caso sobre a barragem de Itá. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - Universidade Federal do Rio de Janeiro.

VIEIRA, F (2001), Do confronto nos vales aos fóruns globais: um estudo de caso sobre a participação do Movimento de Atingidos por Barragens na World Commission on Dams. Dissertação de Mestrado - UFRJ. Rio de Janeiro.

VIEIRA, P (2002), “Meio ambiente, desenvolvimento e planejamento”, In: Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania: desafios para as Ciências Sociais. São Paulo: Cortez Editora.

VIEIRA, L (2004), Cidadania e globalização. Rio de Janeiro: Editora RECORD.

WWF - Fundo mundial para a natureza Living Planet Report (2002) . Londres: World Wide Fund for Nature International (WWF).

WEBER, J (1997), “Gestão dos recursos renováveis: fundamentos teóricos de um programa de pesquisa”, In: Vieira, P; Weber, J. (org.). Gestão dos recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental. São Paulo: Editora Cortez.

ZIBECHI, R (2004), Os Movimentos Sociais Latino-americanos: tendências e desafios. Argentina: CLACSO.

# **ANEXO I**

**Mapa do Brasil - Estados que possuem barragens.**

# MAPA DO BRASIL



# **ANEXO II**

**Declaração de Curitiba pelo direito à vida e aos modos de vida das populações atingidas por barragens.**



## DECLARAÇÃO DE CURITIBA PELO DIREITO À VIDA E AOS MODOS DE VIDA DAS POPULAÇÕES ATINGIDAS POR BARRAGENS<sup>344</sup>

Nós, pessoas de 20 países, reunidas em Curitiba, Brasil, representando organizações das populações atingidas e movimentos de oposição a barragens destrutivas, partilhamos nossas experiências de perdas e de ameaças enfrentadas por causa das barragens. Embora essas experiências reflitam a diversidade de nossas culturas e realidades sociais, políticas e ambientais, nossas lutas são uma só.

Nossa luta é a mesma porque por toda parte as barragens expulsam as pessoas de suas casas, inundam terras agrícolas férteis, florestas e lugares sagrados, destroem reservas pesqueiras e de abastecimento de água potável, provocam a desintegração social e cultural, assim como o empobrecimento econômico de nossas comunidades.

Nossa luta é a mesma porque por toda parte existe uma grande distância entre os benefícios econômicos e sociais prometidos pelos construtores de barragens e a realidade do que acontece após a construção. Barragens quase sempre têm custado mais do que o projetado, mesmo se não se incluem os custos sociais e ambientais. As barragens têm produzido menos eletricidade e irrigado menos terras do que foi prometido. Elas tornaram as enchentes ainda mais destruidoras. Elas beneficiaram latifundiários, grandes empresas agroindustriais e especuladores. Elas expropriaram pequenos agricultores, trabalhadores rurais, pescadores, comunidades indígenas, tribais e tradicionais, comunidades remanescentes de quilombos.

Nossa luta é a mesma porque estamos enfrentando os mesmos interesses poderosos, os mesmos financiadores internacionais, as mesmas agências multilaterais e bilaterais de crédito ajuda, as mesmas empresas de construção e de produção de equipamentos, as mesmas firmas de consultoria em engenharia e meio ambiente, as mesmas corporações envolvidas com indústrias eletrointensivas fortemente subsidiadas.

---

<sup>344</sup> Declaração Aprovada no Iº Encontro Internacional de Atingidos por Barragens, Curitiba, Brasil, 14 de Março de 1997.

Nossa luta é a mesma porque por toda parte as populações que mais sofrem por causa das barragens são excluídas dos processos de decisão. As decisões são tomadas por tecnocratas, políticos e elites empresariais que ampliam seu próprio poder e riqueza graças à construção de barragens.

Nossas lutas comuns nos convenceram de que é necessário e possível dar por encerrada a era das barragens destrutivas. Também necessário e possível implementar modos alternativos, equitativos, sustentáveis e efetivos, de abastecimento de energia e de gestão de recursos hídricos.

Para que isso aconteça, exigimos uma real democracia, o que inclui a participação pública e a transparência no desenvolvimento e implementação das políticas energéticas e de recursos hídricos, juntamente com a descentralização do poder político e o fortalecimento das comunidades locais.

Devemos reduzir as desigualdades através de medidas que incluam a democratização do acesso à terra. Também reafirmamos os direitos inalienáveis das comunidades ao controle e gestão de suas águas, terras, florestas e outros recursos e o direito de todos a um meio ambiente saudável.

Devemos avançar em direção a uma sociedade na qual seres humanos e natureza não mais sejam submetidos à lógica do mercado, onde o único valor é o das mercadorias e o único objetivo o lucro.

Devemos avançar em direção a uma sociedade que respeite a diversidade, e seja fundada em relações justas e equitativas entre as pessoas, as regiões e as nações.

Somos fortes, diversos e unidos, e nossa causa é justa. Conseguimos barrar barragens e forçamos construtores de barragens no passado, e vamos barrar muito mais no futuro.

Comprometemo-nos a intensificar a luta contra as destruidoras barragens. Das pequenas cidades da Índia, Brasil e Lesotho, até aos escritórios de Washington, Tóquio e Londres, forçaremos os construtores de barragens a aceitarem nossas exigências.

Para fortalecer nosso movimento vamos construir e reforçar redes regionais e internacionais. Para simbolizar nossa crescente unidade, declaramos que o dia 14 de Março, dia Nacional de luta contra as Barragens brasileiro será, a partir de agora, o Dia Internacional de Luta contra as Barragens e Pelos rios, Pela Água e Pela Vida<sup>345</sup>.

**AGUAS PARA A VIDA, NÃO PARA A MORTE**

**AGUAS PARA LA VIDA, NO PARA LA MUERTE**

**WATER FOR LIFE, NOT FOR DEATH**

---

<sup>345</sup> (McCully, 2004:410).

# **ANEXO III**

**História do MAB - Linha do tempo**

## História do MAB - Linha do tempo

**Abril de 1989**  
1º Encontro Nacional de  
Trabalhadores Atingidos por  
Barragens – Goiânia/GO



**Março de 1997**  
1º Encontro Internacional dos Povos  
Atingidos por Barragens – Curitiba/PR  
Instituição do dia 14 de Março como  
Dia Internacional de Luta  
Contra as Barragens  
Criação da Comissão Mundial  
de Barragens



**Março de 1991**  
1º Congresso Nacional dos Atingidos  
por Barragens  
Brasília/DF  
**Criação do MAB**  
Instituição do dia 14 de Março como  
Dia Nacional de Luta Contra as  
Barragens

**Dezembro de 1996**  
3º Congresso Nacional do  
Movimento dos Atingidos  
por Barragens

**Novembro de 1999**  
4º Congresso Nacional do  
Movimento dos Atingidos por  
Barragens – Belo Horizonte/MG

**Junho de 2003**  
1º Encontro Nacional do  
Movimento dos Atingidos  
por Barragens – Brasília/DF

**Novembro de 2003**  
2º Encontro Internacional  
dos Povos Atingidos por  
Barragens - Tailândia

**Maio de 2004**  
Marcha Nacional  
Águas pela Vida  
De Goiânia/Go à Brasília/DF

**Dezembro de 1993**  
2º Congresso Nacional do  
Movimento dos Atingidos por  
Barragens – São Paulo/SP



**Março de 2006**  
2º Encontro Nacional do Movimento  
dos Atingidos por Barragens  
Curitiba/PR

# **ANEXO IV**

**Jornal do MAB - Edição sobre a Marcha Nacional de Julho de 2004.**





## MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS

### Especial da Marcha "Águas pela Vida"

Jornal do MAB - Edição Especial - Julho de 2004

## Marcha nacional reforça história de lutas do movimento

Com o lema "Águas pela Vida", quase 500 companheiros, de 15 estados brasileiros, percorreram os 200 quilômetros que separam Goiânia de Brasília, na primeira marcha nacional do MAB. A atividade, que aconteceu de 13 a 28 de maio, reuniu atingidos por barragens, pequenos agricultores, sem terras, índios, pescadores, ribeirinhos e quilombolas, sendo mais um marco positivo em nossa história, construída nestes 20 anos de luta do movimento.

Além de ser um excelente espaço de formação para os participantes, a marcha denunciou a nossa situação de atingidos e reforçou a necessidade de enfrentamento às empresas construtoras de barragens. Ao mesmo tempo, questionou a atual política energética do governo brasileiro, apresentando alternativas para o setor. Outro objetivo da marcha foi debater e apoiar o tema da Campanha da Fraternidade 2004, promovida pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que este ano abordou a questão da água.

A avaliação foi extremamente positiva. A marcha resultou em grandes avanços para o MAB. Ao sair de nossas regiões para participar desta caminhada, marcamos presença na sociedade, estreitamos relações com a Igreja e abrimos caminhos junto ao Governo e à Câmara Federal, que realizou uma Audiência Pública e instalou a Frente Parlamentar em Defesa dos Atingidos.

Outra vitória foi a audiência realizada durante a marcha com o Presidente da República em exercício, José Alencar. Pela primeira vez fomos recebidos pelo presidente do Brasil, o que significa o reconhecimento do MAB como um movimento de massa com justas reivindicações e com au-

toridade para propor novas alternativas para a produção de energia, levando em consideração principalmente a pessoa humana e o meio ambiente.

Neste contexto, informamos que um dos compromissos assumidos pelo Governo Federal foi considerar os critérios de sustentabilidade social e ambiental nos novos projetos de construção de barragens, para evitar maiores danos às populações ribeirinhas. Esta foi a palavra do Ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Luiz Dulci, a todos nós que estivemos em Brasília. Este anúncio tem repercussão principalmente junto ao comportamento das empresas construtoras, que historicamente não levam em conta esses elementos. Com certeza os atingidos lembrarão e cobrarão esse compromisso.

Por fim, avançamos na nossa pauta de reivindicações. As vitórias são méritos por termos saído às ruas e mostrar nossa expressão sofrida, porém corajosa. Assim como diz a música, "um povo andando é povo" e esse nosso povo é massa organizada!

Companheiros e companheiras, esta edição especial do Jornal do MAB quer chegar a cada família atingida, de norte a sul deste Brasil, com o mais um a ferramenta de luta e de transformação. Queremos fazer juntos uma avaliação da Marcha Nacional e apontar caminhos para o trabalho concreto de fortalecimento do MAB nas regiões. Este material também ajudará a refletir sobre os princípios e valores que devem guiar os passos que estamos dando, com grandza e coragem, na construção deste movimento.

**Boa leitura e bom trabalho a todos nós: os lutadores e lutadoras da causa dos atingidos por barragens!**



**Leia também:**

**Marcha proporciona salto de qualidade ao movimento**

**Os valores orientam nossa vida**

**Próximos passos da luta**



## Marcha proporciona salto de qualidade ao movimento

**F**ruto de uma longa caminhada e principalmente da jornada de lutas do último 14 de março, a proposta de fazer a marcha nacional “Águas pela Vida” foi sendo construída em todas as regiões do país. As dúvidas e o tamanho do desafio aos poucos foram se transformando em certeza.

O processo da marcha foi se fortalecendo a partir da necessidade de denunciar a situação que vivemos e o tratamento que recebemos das empresas construtoras de barragens. As mobilizações organizadas nas regiões, em função do Dia Internacional de Luta contra as Barragens – 14 de março, não foram suficientes para as empresas atenderem nossas reivindicações. Os pequenos avanços que teríamos também corriam o risco de não se transformarem em realidade. Foi esta avaliação que nos levou a realizar uma marcha nacional denunciando que os problemas não são localizados, mas acontecem em todas as regiões do país onde existem barragens.

Depois da marcha, cada um de nós retornou para sua região com a convicção de que a luta não se encerrou, mas damos um passo fundamental para a qualificação da intervenção social do movimento, pois fomos os protagonistas desta atividade e tivemos o reconhecimento por isso. Para o dirigente nacional do MAB, Gilberto Cervinski, a marcha trouxe como resultados mais importantes a unificação nacional do movimento e a demonstração da força que temos enquanto movimento de massa, denunciando a gravidade da situação dos atingidos por barragens. Segundo ele, o fato do governo federal estar negociando as reivindicações apresentadas é o reconhecimento da existência de uma dívida social do Estado com os atingidos.

*Edição Especial do Informativo do Movimento dos Atingidos por Barragens*

Produção: Equipe de Comunicação do MAB  
Projeto Gráfico: MDA Comunicação  
HGS, Q. 705, Área S11, Bloco K, Casa 11  
Brasília/DF - Brasil - CEP: 70350-711  
Fone/Fax: (61) 242 8535  
mab@terra.com.br - comunicacao@mab.terra.com.br  
www.mab.org.br

“O MAB será forte por sua rebeldia e coragem de lutar contra as injustiças, mas também pelas virtudes que conseguir desenvolver”

Internamente, a avaliação é que a marcha proporcionou o surgimento e a formação de novos militantes. Segundo Roquevan Alves Silva, atingido pela Barragem de Tucuruí, no Pará, os participantes de sua região avaliaram a marcha como “um rico espaço de troca de experiências, proporcionando o exercício da prática coletiva e aumentando a confiança na possibilidade de vitória”. Já Joaquim Gonçalves Neves, atingido pela Barragem de Manso, no Mato Grosso e José Josivaldo Alves, atingido pela Barragem de Castanhão, no Ceará, ressaltam que a animação do povo que participou da marcha deverá ser transformada em rearticulação dos trabalhos e dos grupos nas regiões,

para o fortalecimento da organização nas bases do movimento.

Como lições desta marcha, Agenor Costa e Silva, atingido pela Barragem de Cana Brava, em Goiás, afirma que “esta foi uma das principais atividades já realizadas em nível nacional e que a luta local só anda quando se junta com a luta geral”. Abel Francisco Andrade, atingido pela Barragem de Acauã, na Paraíba, diz que “a atividade foi um espaço privilegiado de formação para os atingidos que participaram”. Fica uma certeza para todos: o povo tem poder quando se organiza e, quando a luta é vitoriosa, ela convida novos lutadores.

Militantes da Via Campesina, políticos e representantes da Igreja no ato de início da Marcha Nacional do MAB - 13/03/2014



Militantes da Via Campesina, políticos e representantes da Igreja no ato de início da Marcha Nacional do MAB - 13/03/2014

### Articulações com a sociedade fortalecem a luta

Um avanço significativo da marcha “Águas pela Vida” foi o estreitamento das relações e parcerias. Os movimentos (CPT, MST, MMC, PJR, MPA, FEAB) que compõem a Via Campesina juntamente com o MAB estiveram presentes em vários momentos, se solidarizando com a luta e contribuindo com a discussão política. Também setores da Igreja, que desde a fundação do movimento estão ao seu lado, mais uma vez se envolveram. A CNBB manifestou o apoio aos companheiros participantes da marcha dizendo que a questão da água, essencial à vida, “precisa ser vista no Brasil e no mundo inteiro, a partir de enfoques novos e de acordo com critérios éticos baseados no valor da vida e no respeito aos direitos e à dignidade da pessoa humana”. As populações atingidas por barragens, suas lutas e seus muitos sofrimentos também foram motivo de

preocupação da Campanha da Fraternidade deste ano.

Também temos motivos para comemorar a vitória da marcha junto à Câmara Federal. Durante o acampamento em Brasília foi instalada a Frente Parlamentar em Defesa dos Atingidos por Barragens, coordenada pelos deputados Adão Pretto (PT/RS), César Medeiros (PT/MG) e Edson Duarte (PV/BA). Essa Frente tem a função de somar esforços com o movimento para debater a produção de energia com menor impacto social e ambiental e buscar soluções para os problemas dos atingidos. Outra atividade importante foi a Audiência Pública, também realizada durante o acampamento e organizada pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, que debateu o tema “Política de construção de barragens e o tratamento devido aos que são atingidos”.



## Os valores orientam nossa vida

**A** Coordenação Nacional do MAB, partindo da história do movimento, discutiu e sistematizou quais são os princípios (convicções) e os valores (comportamentos) que todos os companheiros e as companheiras devem saber e praticar. Valores e princípios não se negociam. Todos conhecerem e praticarem os mesmos princípios e valores é uma forma e uma condição para termos unidade.

Assim sendo, entre os bons motivos da animação e do entusiasmo dos companheiros do MAB que participaram da marcha, um recebeu

destaque: o de que nossa força esteve na união e na organização de todos os marchantes e de todos aqueles companheiros que mesmo não estando presente fisicamente, ajudaram a discutir e caminhar a marcha na sua região. Mas unidade não é só estar juntos fisicamente, como na marcha, temos que ter união na prática do dia-a-dia, na forma de pensar e de agir. A construção deste movimento é coletiva, mas a partir do que se definir, todos nós do MAB devemos falar e praticar estas nossas definições. E quem quiser fazer parte do MAB, também deverá respeitá-las.

“Valores não servem quando guardados. Precisam estar presentes em nosso pensar e agir.”



Índios de Rondônia, atingidos por barragens, faz em estudo durante a Marcha Nacional do MAB

## Nossos princípios

O MAB é uma organização nacional de massa (de todos os atingidos por barragens), de base e de militantes. Todos têm o direito de participar do movimento, independente de cor, sexo, religião, partido político, atividade desenvolvida, etc... Mas, somente aqueles que vivenciam e praticam os princípios e valores do MAB permanecerão no movimento.

A forma de lutar pelos nossos direitos, incluindo o de não construir barragens, é o enfrentamento às empresas construtoras de forma organizada.

Somos solidários com a causa de todos os trabalhadores do campo e da cidade. Os poderosos nos enánam a ser egoístas, individualistas, cuidar só de si. Mas nossa história nos mostra diferente: somente quando fizemos ações conjuntas conseguimos soluções definitivas para todos os trabalhadores. Ser solidário é estar junto.

As decisões do movimento são tomadas de forma coletiva (direção coletiva). Temos que construir o MAB de forma a proporcionar que mais gente ajude a dirigir e tomar as decisões. Depois de tomadas, a responsabilidade de cada um é cumprir as decisões coletivas.

Nossa organização estará a serviço da construção da Sociedade Socialista, onde o bem estar das pessoas está acima do dinheiro, do lucro e do mercado. Para tanto, nas ações do nosso dia a dia, buscaremos denunciar e destruir os valores e as ações capitalistas que tem o dinheiro como principal valor.

A forma que utilizaremos para avaliar e superar dificuldades individuais e coletivas será a crítica e a auto crítica, utilizando para isso os princípios e valores definidos por nós mesmos.

## Nossos valores

③ **Coerência e sinceridade:** devemos ter coerência entre o que pensamos, discursamos e praticamos.

③ **Convicção/certeza:** os militantes revelam na prática suas convicções.

③ **Compromisso e disposição:** em nossa caminhada, muitas vezes seremos tentados a nos desviar do objetivo da construção de uma nova sociedade. Por isso, é importante ficarmos vigilantes se estamos mantendo o compromisso assumido com a causa dos trabalhadores.

③ **Indignação e rebeldia:** “Sentir profundamente qualquer injustiça cometida contra qualquer pessoa em qualquer parte do mundo, é a qualidade mais bonita de um revolucionário”, *Che Guevara*. Achar natural a submissão, a dependência ou acostumar-se com a situação dos pobres é estar do lado dos opressores, dos poderosos, dos capitalistas

③ **Fé e amor no povo:** afastar-se do povo é uma forma de ficar contra ele. O verdadeiro militante se sente parte do povo, prefere o risco de errar com o povo do que achar que vai acertar sem eles. O militante que esquece ou se afasta do povo corre um grande risco de se corromper ou de se deixar cooptar pelos poderosos. Lembrando sempre que nossa tarefa não é fazer por a o povo, mas sim, contribuir para que ele tome em suas mãos o destino de suas vidas.

③ **Disciplina:** toda a ação coletiva supõe a necessidade da organização e da disciplina. E esta disciplina é de forma voluntária e consciente, não é a disciplina do medo, a disciplina dos quartéis.

③ **Humildade sem submissão:** nenhuma pessoa sabe tudo ou não sabe nada. Ser humilde é participar aceitando idéias, é compartilhar experiências.

③ **Honestidade e solidariedade.**

③ **Companheirismo:** “Companheiro(a) é todo aquele(a) que, em todos os espaços da vida, compartilha o pão e o poder com quem se dispõe à mesma caminhada, à mesma causa” CEPIS

③ **Espírito de sacrifício:** quanto mais o MAB se organiza, cresce e se fortalece, maior deverá ser o grau de compromisso de cada companheiro(a), bem como, maior deverá ser o grau de superação de nossos limites.



# Nossa luta continua!

**A**nimados pela marcha e pelas conquistas, a Coordenação Nacional do MAB, reunida em Brasília em meados de junho, propôs as principais atividades até o final do ano. As principais tarefas de cada um de nós são:

## 1. Trabalho de base

Devido a decisão de fazermos roteiros de reuniões em todas as comunidades, o quanto antes é preciso fazer uma reunião com a coordenação da região para discutir e planejar esta atividade.

Após o encontro da coordenação e com o planejamento feito, nos meses de julho e agosto faremos reuniões nas comunidades, conversando com todos os atingidos, no máximo de lugares possíveis, onde já existe organização e onde ainda não existe. Estas reuniões servirão para levar as informações da marcha, divulgar nossas conquistas, encaminhar as questões necessárias das negociações, or-

ganizar/reorganizar os grupos de base nas regiões, bem como, deixar nosso povo preparado para as próximas lutas.

## 2. Formação

Já vimos a importância de estudar e compreender o que está acontecendo na sociedade e no setor elétrico. A formação e a informação são armas poderosas que nós, trabalhadores atingidos por barragens, devemos usar. Por isso, decidimos que faremos muitos encontros de estudo teórico e prático (lutas) até o final do ano.

## 3. Lutas

As regiões têm levantado a necessidade de fazer lutas e mobilizações novamente, algumas para impedir obras, outras para garantir direitos. Há, ainda, a necessidade de fazermos lutas para concretizar e avançar na nossa pauta nacional, para a liberação de um crédito especial para nós atingidos, por exemplo. Como a avaliação é que as últimas mobi-

lizações tiveram bons resultados, todos(as) os(as) nossos(as) companheiros(as) devem estar preparados(as) com o "Kit Mobilização", prontos para uma nova jornada nacional de luta.

## Concretizar as conquistas é passo fundamental na luta

A marcha acabou, algumas negociações resultaram em conquistas e agora é o momento de colocá-las em prática. Mas elas só valerão a pena se servirem para melhorar a organização, trazer mais gente para o movimento e se transformar em mais luta. Devemos considerar muito isto quando estivermos discutindo os encaminhamentos destes pontos na nossa região. Outro aspecto importante é que precisamos da ajuda de muitas pessoas para encaminhar as conquistas. De algumas forma elas devem se envolver, participar e contribuir no encaminhamento dos pontos. Então, mãos à obra!

O que reivindicamos	O que conquistamos	O que devemos encaminhar	Informações
<b>EDUCAÇÃO</b> Muitos companheiros têm dificuldades de ler e escrever. Isto dificulta a compreensão da nossa sociedade, por isso, é essencial que nos dediquemos aos estudos. É importante lutarmos para que todos nós tenhamos o direito de ler e escrever!	Foi firmado convênio com o Ministério da Cultura e com a Eletrobrás para a alfabetização de nossos companheiros.	a) Durante o mês de julho, cadastrar turmas (conforme a demanda) e educadores; b) Entrar em contato com os coordenadores regionais para mais informações.	a) O aluno deve ter, no mínimo, quinze anos. A carga horária é de 8 a 10 horas semanais; b) A capacitação para os educadores deverá ocorrer em agosto. Eles deverão morar na região e não precisam ter concluído o Ensino Médio (2º grau); c) O coordenador, preferencialmente, deverá ser militante e interessado pela área da educação.
<b>FORMAÇÃO</b> Reivindicamos a renovação de convênio para continuarmos com os encontros de formação nas regiões e no nacional.	Conquistamos um acordo político de renovação do convênio de formação com a Eletrobrás.	Devemos preparar os grupos para participar.	a) O compromisso é do convênio iniciar em agosto; b) Mais informações com a direção da região.
<b>CESTAS BÁSICAS</b> Como há muitas famílias que perderam tudo, sua terra, seu trabalho e seu sustento e por estas famílias estarem passando fome, foi solicitado o repasse de comida	O Governo Federal enviará ao MAB e o movimento repassará às famílias 18.500 cestas básicas, que serão distribuídas em duas vezes, até o fim do ano.	a) As regiões cadastradas devem <b>fazer o levantamento das demandas</b> ; b) Os locais definidos para receberem as cestas básicas devem encaminhar uma lista das famílias que serão beneficiadas.	a) A previsão para a primeira entrega é o mês de julho; b) O resultado destas cestas deve visar a organização e ser encarado como um resultado de luta e não como assistencialismo; c) A chegada das cestas deverá ser transformada em momento de festa, mas também de denúncia da nossa situação.
<b>TERRA</b> O MAB reivindica reassentamento para todas as famílias sem terra ameaçadas e expulsas pelas barragens	O Governo Federal determinou às superintendências estaduais do Inara para cadastrar todas as famílias sem terra organizadas pelo MAB. A meta é cadastrar 8.182 famílias	a) Articular nas superintendências do Inara a forma e o prazo para o cadastramento destas famílias; b) Levar a proposta para a reunião e fazer o cadastro nos preparando para realizar acampamentos rotativos.	a) Devemos construir essa proposta na base, junto com todos os atingidos por barragens sem terra e buscar trocar experiências com o acampamento de Clevelandia, no Paraná; b) É importante conversar e nos aliar com o MST de cada estado.
<b>CRÉDITO</b> O MAB quer uma linha de crédito especial para os atingidos por barragens	a) Para os reassentados, garantimos a linha do PRONAF A (crédito, assistência técnica e Pronera/Educação); b) Para os ribeirinhos, garantimos o PRONAF B e C (custeio e investimento); c) Conseguimos, junto ao Ministério de Desenvolvimento Social, um milhão de reais para investir em projetos estruturantes.	Os atingidos devemos e organizar nas comunidades e começar a estruturar os projetos para a aplicação, conforme a necessidade de cada região.	a) Informar-se com os coordenadores regionais sobre a melhor forma de ter acesso aos créditos e quais são os passos para o acesso; b) Os projetos com o MDS prevêem a construção de agroindústrias, a compra de redes, barcos de pesca, novilhas, enxadas...
<b>PESCA</b> Projeto para a produção de peixes	O MAB acertou com Secretaria Especial de Pesca que fará projetos para a produção de peixes.	a) Estes projetos prevêem a capacitação, produção e comercialização; b) A previsão é que sejam feitos projetos para a produção em sete barragens ainda este ano e em dez, no próximo ano.	

# **ANEXO V**

**Panfleto sobre o dia 14 de Março, dia internacional de luta contra barragens.**



# 14 de março

## *Dia internacional de luta contra as barragens*



## **M**odelo energético brasileiro é a cara da política econômica

- ➔ Uma história de injustiças. Um milhão de pessoas já foram expulsas de suas terras pelas barragens.
- ➔ População paga a conta e as empresas transnacionais ficam com o lucro. Os brasileiros e brasileiras pagam uma das tarifas mais caras do mundo (a quinta maior - R\$ 430,00/MWh), enquanto transnacionais recebem energia subsidiada (R\$ 45,00 a R\$ 70,00/MWh);
- ➔ Prioriza a exportação de energia aos países ricos, privatiza a água, entrega o dinheiro público e favorece as grandes empresas.
- ➔ Não prioriza a questão social e ambiental.

**Chega! É preciso dar  
um basta a tudo isso.**

A luta popular é o motor para a solução dos problemas e as mobilizações precisam ser intensificadas.

No dia 14 de março, Dia Internacional de Luta Contra as Barragens, estamos mobilizados em diversas regiões do Brasil, lutando em defesa dos interesses do povo brasileiro, em especial dos mais pobres. Neste dia, povos de todo mundo se mobilizam contra a mercantilização das águas e da energia.



Máquinas destroem casa de atingido para construção de barragem

### Energia para quem e para quem?

O Modelo Energético Brasileiro é socialmente injusto e ambientalmente irresponsável. Todos nós, atingidos por barragens ou não, sofremos as consequências deste modelo: famílias atingidas expulsas; 20,3 milhões de brasileiros sem energia elétrica; 34 mil km<sup>2</sup> de terras alagadas (o Estado de Alagoas tem 29 mil km<sup>2</sup>); milhares de famílias sem conseguir pagar o alto preço da luz.

Muitas propagandas são feitas dizendo que as barragens são de interesse público. Mas os únicos beneficiados têm sido as grandes empresas que dominam o setor, como as estadunidenses CITICORP, AES, ALCOA, a Vale do Rio Doce, a belga-francesa TRACTBEL-SUEZ, a canadense ALCAN, a espanhola ENDESA e a inglesa BHP BILLITON. Essas multinacionais remetem, anualmente, bilhões de dólares em lucro para o exterior. Quem também tem lucrado bastante com o atual modelo são os grupos brasileiros Votorantim, Branco Bradesco, Camargo Corrêa e Odebrecht.

### Ditadura contra as populações atingidas por barragens faz aumentar a pobreza

As empresas construtoras de barragens não respeitam as pessoas e nem o meio ambiente. No Brasil, já foram expulsas mais de um milhão de pessoas de suas terras nos últimos 40 anos. Nossos direitos são negados, 7 em cada 10 famílias não recebem nenhum tipo de indenização.

Os governos são coniventes, omissos e não têm coragem de enfrentar as empresas. O Plano 2015 prevê a construção de mais 494 grandes barragens e centenas de PCHs (pequenas barragens) no país, ameaçando expulsar mais 850 mil pessoas de suas terras. Somente nos próximos três anos, 100 mil famílias estão ameaçadas pelas barragens.



## Modelo brasileiro beneficia indústrias proibidas na Europa e no Japão

Indústrias conhecidas como eletrointensivas, que geram poucos empregos, poluem muito o meio ambiente e gastam grande quantidade de energia elétrica, como as produtoras de alumínio, são proibidas de se instalarem em países como o Japão e na Europa. Essas empresas trazem mais prejuízos do que benefícios e consomem grande parte da energia brasileira.

Enquanto os trabalhadores brasileiros não estão conseguindo pagar a conta de luz, as eletrointensivas ganham pesados benefícios fiscais, recebem energia por R\$ 45,00 a R\$ 70,00/MWh. Sua produção é basicamente para a exportação, fazendo do Brasil um dos maiores exportadores mundiais de energia elétrica a preços subsidiados pelos governos.

O povo paga caro pelo preço da luz e milhares de famílias não têm energia elétrica em casa

O custo médio do MWh produzido nas barragens gira em torno de R\$ 35,00, nas barragens mais antigas o custo é bem mais baixo. No entanto, esse mesmo MWh chega para os consumidores residenciais por R\$ 400,00, em média. Um estudo feito pelo Instituto Ilumina em 31 países comprovou que o Brasil tem a 5ª tarifa mais cara de energia do mundo. Se contabilizarmos os impostos cobrados sobre a energia, com certeza os brasileiros pagam a tarifa mais cara do mundo.

Obs.: Um MW equivale a 1.000 KW.



Mata de araucária ameaçada pela Barragem de Barra Grande (RS/SC)

### Empresas destroem o meio ambiente

Empresas donas das barragens promovem fraudes nos estudos de impacto ambiental para garantir licenças e autorização dos órgãos ambientais. A Engevix, a estadunidense ALCOA, Banco Bradesco, Votorantin, Camargo Correia, CPFL e a Companhia Brasileira de Alumínio/CBA fraudaram os estudos ambientais para construir a barragem de Barra Grande, na divisa entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul, ameaçando cobrir com o lago da barragem 2.000 hectares de araucária (15.000 pinheiros) e mais 4.000 hectares de mata. Parece que a lei só vale aos pobres, pois essas empresas continuam impunes, atuando e reproduzindo essa prática em diversas regiões do país.

### No Dia Internacional de Luta Contra as Barragens o MAB denuncia!

A ALCOA, através de duas empresas de exploração de Alumínio na Amazônia (Albrás e Alumar), nas últimas duas décadas, recebeu mais de 200 milhões de dólares por ano através de energia subsidiada. Elas consomem 11 bilhões de kw por ano, isso equivale a 15% de toda energia consumida pelas residências brasileiras no mesmo período.

**Se esse dinheiro fosse revertido ao povo brasileiro, veja o que poderia ser feito:**

#### Na reforma agrária

Assentariamos 27.000 famílias por ano ou durante os 20 anos de subsídios já teríamos assentadas 514.000 famílias (R\$ 600 milhões divididos por R\$ 22.400,00/custo médio do Incra para assentar uma família).

#### Na habitação

Conseguiríamos fazer 58.000 casas populares por ano ou durante os 20 anos teríamos construído 1.600.000 casas aos trabalhadores brasileiros (600 milhões divididos por R\$ 10.300,00 custo de uma casa pelo Plano Social de Habitação/PSH).

## Por isso lutamos!

Pela reparação dos prejuízos causados às populações atingidas e ameaçadas pelas barragens

- ★ Terra e reassentamento às famílias, para garantir emprego, renda e produção de alimentos saudáveis.
- ★ Cestas básicas para as famílias.
- ★ Crédito especial para viabilizar a produção de alimentos.
- ★ Moradia e infra-estrutura nos reassentamentos e comunidades atingidas.
- ★ Garantir energia e água para todas as famílias que não possuem.



Pela construção de um novo modelo energético alternativo e popular

- ★ Ter uma política de preços, com baixo custo ao povo brasileiro, em especial aos trabalhadores de baixa renda.
- ★ Pelo fim da privatização e da mercantilização da água e da energia e que esteja a serviço e sob controle do povo brasileiro, repotencializando as barragens já construídas, otimizando as redes de transmissão e investimentos em energia alternativa como: biomassa, eólica e solar.
- ★ Suspender os subsídios às grandes empresas.
- ★ Pela defesa do meio ambiente como patrimônio natural do povo brasileiro.



Pela mudança na política econômica do governo federal, para poder priorizar os interesses do povo brasileiro

MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens  
HIGS Quadra 705 - Asa Sul - Bloco K - Casa 11 - CEP 70350-711 - Brasília/DF - Brasil  
Fone/Fax: (61) 242 8535 - mab@mabnacional.org.br - www.mabnacional.org.br

# **ANEXO VI**

**Fotos do IIº Encontro Nacional de Atingidos por Barragens, Março de 2006.**

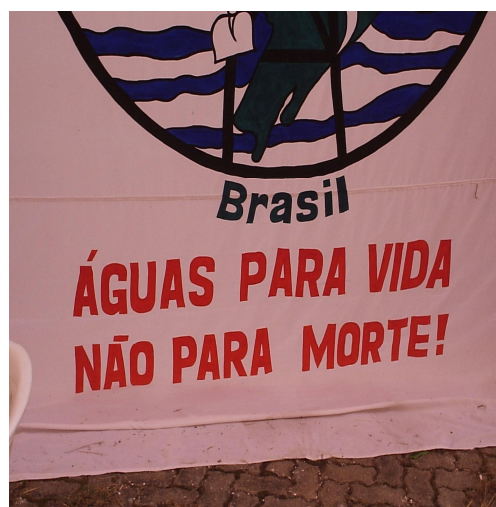




Fonte: Fotografia recolhida durante o IIº ENMAB pela pesquisadora, Março de 2006.



Fonte: Site MAB, 2006.



Fonte: Fotografia recolhida durante o IIº ENMAB pela pesquisadora, Março de 2006.





Fonte: Fotografia recolhida durante o IIº ENMAB pela pesquisadora, Março de 2006



Fonte: Fotografia recolhida durante o IIº ENMAB pela pesquisadora, Março de 2006.



Fonte: Fotografia recolhida durante o IIº ENMAB pela pesquisadora, Março de 2006.





Fonte: Fotografia recolhida durante o IIº ENMAB pela pesquisadora, Março de 2006.



Fonte: Fotografia recolhida durante o IIº ENMAB pela pesquisadora, Março de 2006.



Mística - IIº ENMAB. Fonte: Fotografia recolhida durante o IIº ENMAB pela pesquisadora, Março de 2006.



Ciranda - IIº ENMAB. Fonte: Site do MAB, 2006.



Plenária - IIº ENMAB. Fonte: Fotografia recolhida durante o IIº ENMAB pela pesquisadora, Março de 2006.

# **ANEXO VII**

**Questionário aplicado pela equipe do IPPUR durante o I e II Encontro de Atingidos por Barragens de 2003 e 2006.**

## QUESTIONÁRIO

1. Idade: \_\_\_\_\_ 2. Sexo: ( )M ( )F 3. Município: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_
4. Escolaridade: Quantos anos de estudo? \_\_\_\_\_ Até que série? \_\_\_\_\_
5. Domicílio: Rural ( ) Urbano ( ) Outros: \_\_\_\_\_
6. Profissão: \_\_\_\_\_ Ocupação: \_\_\_\_\_
7. Se trabalhador (a) Rural: Proprietário(a) ( )  
Arrendatário(a) ( )  
Parceiro(a). ( )  
Posseiro(a). ( )  
Assalariado(a). ( )  
Outros: \_\_\_\_\_
8. Atingido (a): Não ( ) Sim ( ) Qual Barragem ?
9. Participa do Movimento ? Não ( ) Sim ( ) Qual ? \_\_\_\_\_
10. Há quanto tempo ? \_\_\_\_\_
11. Ocupa ou ocupou algum cargo no Movimento ?  
Não ( ) Sim ( ) Qual ? \_\_\_\_\_
12. Participou ou participa de outros movimentos sociais?  
Não ( ) Sim ( ) Qual? \_\_\_\_\_
13. Tem alguma religião? Não ( ) Sim ( ) Qual? \_\_\_\_\_
14. Participa regularmente de cultos ou cerimônias religiosas ? Não ( ) Sim ( )
15. Conhecimento de atingidos no exterior ? Não ( ) Sim ( )
16. Quais países ? \_\_\_\_\_
17. Esteve no Primeiro Encontro Nacional do MAB ?  
Não ( ) Sim ( )